

Turismo e Hospitalidade

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS E INDICADORES DE CONTEXTOS E TENDÊNCIAS SETORIAIS E EDUCACIONAIS A PARTIR DO EIXO TECNOLÓGICO DE TURISMO E HOSPITALIDADE. (VERSÃO PRELIMINAR)

MEC

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RENAPI

REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

IFG

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior – Pesquisador Gestor

Walmir Barbosa – Pesquisador Orientador

Maxmillian Lopes da Silva – Pesquisador Orientador

Denise Talitha Soares Carneiro – Economista

Letícia Daniele Silva Ferreira – Aluna Bolsista – Observatório

Luiza Batista da Costa – Aluna Bolsista – Observatório

Aline Lima Diniz – Estagiária

Marcelo Regis da Silva Filho – Estagiário

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões do Mundo – 2000/2010.....	23
Gráfico 2 – Chegadas de Turistas Internacionais – Brasil 2001/2010.....	26
Gráfico 3 – Comparativo das Receitas e Despesas Cambiais Turísticas 2003-2010.....	36
Gráfico 4 – Saldo Cambial do Turismo 2003-2010.....	37
Gráfico 5 – Chegadas de Turistas ao Brasil 2000-2011.	38
Gráfico 6 – Número de Trabalhadores por Gênero em ACTs, Brasil 1995/2010.	43
Gráfico 7 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em ACTs, Brasil 1995/2010.....	44
Gráfico 8 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em ACTs, Brasil 1995/2010.	45
Gráfico 9 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em ACTs, Brasil 1995/2010.	45
Gráfico 10 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.	48
Gráfico 11 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.	49
Gráfico 12 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.	50
Gráfico 13 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.	51
Gráfico 14 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.	52
Gráfico 15 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.	53
Gráfico 16 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.	54
Gráfico 17 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.	55
Gráfico 18 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.	56
Gráfico 19 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.	57
Gráfico 20 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.	58
Gráfico 21 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.	58
Gráfico 22 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.....	60
Gráfico 23 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.	61

Gráfico 24 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.	62
Gráfico 25 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.	63
Gráfico 26 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.	66
Gráfico 27 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.	67
Gráfico 28 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.	68
Gráfico 29 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.	69
Gráfico 30 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.	70
Gráfico 31 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.	71
Gráfico 32 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.	72
Gráfico 33 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.	73
Gráfico 34 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.	74
Gráfico 35 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.	75
Gráfico 36 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.	76
Gráfico 37 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.	76
Gráfico 38 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.	77
Gráfico 39 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.	78
Gráfico 40 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.	79
Gráfico 41 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.	80
Gráfico 42 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em ACTs, Brasil 1995-2010.	81
Gráfico 43 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em ACTs, Brasil jan/2007 – jul/2012.	82
Gráfico 44 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em Agências de Viagens, Brasil 1995-2010.	84

Gráfico 45 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em Atividades de Agências de Viagens, Brasil jan/2007 – jul/2012.....	85
Gráfico 46 – Número de Técnicos em Serviços de Turismo e Organização de Eventos, Brasil 200-2010.	86
Gráfico 47 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em Alojamento, Brasil 1995-2010.	87
Gráfico 48 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em Atividades de Alojamento, Brasil jan/2007 – jul/2012.	88
Gráfico 49: Comportamento da oferta de cursos e vagas e diversificação das nomenclaturas no âmbito do Turismo e Hospitalidade.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Básicos de Turismo Internacional no Brasil – 1995, 2000.....	21
Tabela 2: Dados Básicos de Turismo Internacional no Brasil – 2001 - 2010.....	27
Tabela 3: Número de Leitos Ofertados em Goiânia – 1997/2004.	33
Tabela 4: Número de Estabelecimentos de Agências de Viagens, por Número de Empregados, no Município de Goiânia – GO.....	59
Tabela 5: Número de Cursos de Graduação Presenciais, por Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010.....	94
Tabela 6: Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010.....	97
Tabela 7: Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais, por Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Núcleos Urbanos por Motivo de Origem e Regiões Turísticas	28
Quadro 2: Cursos Superiores de Turismo, por Instituição, Grau e Situação – Goiás.....	101
Quadro 3: Matriz Curricular do CST em Gestão de Turismo do IFG.	108
Quadro 4: Matriz Curricular do CST em Hotelaria do IFG.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Atividade Característica do Turismo

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

Cnae – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONCLA – Comissão Nacional de Classificações

DCN – Diretriz Curricular Nacional

Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPTUR - Instituto de Pesquisas Turísticas de Goiás

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OMT – Organização Mundial do Turismo (quando citado em/por documento em português)

OMT – Organización Mundial del Turismo (refere-se ao *Barómetro OMT del Turismo Mundial*)

Pacet – Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT – Política Nacional de Turismo

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

Sefaz – Secretaria de Estado da Fazenda

UNWTO – World Tourism Organization (quando se referir a documento publicado em inglês)

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	10
2	INTRODUÇÃO	11
3	METODOLOGIA	13
PARTE I		
CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....		15
4	CONCEITUAÇÃO DE TURISMO.....	15
5	HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.....	17
5.1	Histórico da Atividade Turística em Âmbitos Mundial e Brasileiro	17
5.2	Histórico da Atividade Turística em Âmbitos Estadual e Local	28
PARTE II		
ANÁLISE DE CONTEXTOS DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE.....		35
6	PANORAMA MUNDIAL DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE.....	35
7	PANORAMA BRASILEIRO DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE.....	36
8	PANORAMA ESTADUAL E LOCAL DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE.....	39
PARTE III		
ANÁLISE DO PERFIL DO TRABALHO FORMAL E TENDÊNCIAS DAS ACTs.....		42
9	PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ACTs – BRASIL	43
10	PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS	46
10.1	Atividades de Agências de Viagens – Brasil	47
10.2	Atividades de Agências de Viagens – Região Centro-Oeste	51
10.3	Atividades de Agências de Viagens – Estado de Goiás	55
10.4	Atividades de Agências de Viagens – Município de Goiânia.....	59
11	PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ATIVIDADES DE ALOJAMENTO	64
11.1	Atividades de Alojamento – Brasil	65

11.2	Atividades de Alojamento – Região Centro-Oeste	69	
11.3	Atividades de Alojamento – Estado de Goiás	73	
11.4	Atividades de Alojamento – Município de Goiânia.....	77	
12	TENDÊNCIAS PARA AS ATIVIDADES DE TURISMO E HOSPITALIDADE.....	81	
12.1	Tendências para o Conjunto das Atividades Características do Turismo	81	
12.2	Tendências para as Atividades de Agências de Viagens – Brasil	83	
12.3	Tendências para as Atividades de Alojamento – Brasil.....	86	
PARTE IV			
ANÁLISE DE CONTEXTOS E TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS			90
13	O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE E A EDUCAÇÃO.....	90	
13.1	Número de Cursos de Graduação, de Vagas Oferecidas, de Candidatos Inscritos, de Ingressos e de Concluintes em Cursos de Turismo e Hospitalidade	91	
14	FORMAÇÃO, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS.....	102	
15	OS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO E HOSPITALIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	107	
16	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112	
17	BIBLIOGRAFIA	113	
ANEXO A - Tabela de Equivalência de Códigos da Cnae.....			118
APÊNDICE A - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Alimentação.....			120
APÊNDICE B - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Transporte			137
APÊNDICE C - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Aluguel de Transporte			155
APÊNDICE D - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Auxiliares do Transporte			170
APÊNDICE E - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Cultura e Lazer.....			185

1 APRESENTAÇÃO

O projeto “Estudo/Pesquisa para o Levantamento de Dados, Definição de Indicadores e Condução de Análises de Contextos e de Tendências Setoriais, Ocupacionais e Educacionais” é uma iniciativa do Observatório do Mundo do Trabalho – Núcleo IFG, integrado à Rede Nacional de Pesquisa e Inovação (RENAPI). O projeto tem como objetivo central proporcionar à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) uma publicação eletrônica que se constitua numa ferramenta que proporcione dados, indicadores e análises referentes aos setores de atividade econômica, às ocupações profissionais e à educação. A perspectiva é que os dados, indicadores e análises assegurem parâmetros técnico-científicos voltados para subsidiar a atuação dos institutos federais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

O projeto prevê a condução de levantamento de dados, definição de indicadores e condução de análises de contexto e de tendências setoriais, ocupacionais e educacionais segmentados em termos de país, regiões, estados, mesorregiões, microrregiões e municípios que sediam Câmpus da Rede Federal de EPCT, prioritariamente.

O projeto também prevê que o processo de estruturação dos dados, definição de indicadores e análises de contextos e de tendências setoriais, ocupacionais e educacionais, ocorra a partir dos eixos tecnológicos presentes nos Catálogos Nacionais de Cursos Superiores de Tecnologia e de Cursos Técnicos.

A presente versão refere-se ao setor de Turismo e Hospitalidade assim, os dados e análises apresentados são orientados a partir do Eixo Tecnológico de mesmo nome. Priorizou-se a análise de contextos e tendências setoriais e educacionais, com vistas a aprofundar os estudos de ocupações posteriormente. Objetiva-se que tal publicação venha servir como subsídio para a atuação da Rede Federal de EPCT, bem como enriquecer os estudos técnicos da área.

2 INTRODUÇÃO

Há muito o Setor Serviços tem sido objeto de estudos e análises que, infelizmente, não redundaram em uma definição palpável do que realmente se constitui esse setor da economia. A grande dificuldade observada é com relação à sua heterogeneidade, que também é responsável por seu desenvolvimento e importância notáveis na economia. Apesar de tais análises serem realizadas desde 1930 os estudos e classificações passaram a ter maior significado a partir da década de 1970, quando da efetiva visão da importância do Setor Serviços, inclusive nas economias industriais, especialmente após seu grande incremento no pós-guerra.

No que diz respeito ao comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e na geração de emprego, o Setor Serviços demonstra significativa participação em ambos – responde por mais da metade do PIB nacional e por dois terços do emprego urbano metropolitano. Dados como esses reafirmam sua importância na economia, tanto brasileira quanto mundial, ainda que essas taxas de participação do Setor Serviços sejam bem menores quando analisadas globalmente¹.

O turismo é, sem dúvida, a atividade de maior crescimento no Setor Serviços na atualidade. Além das movimentações inerentes ao seu segmento, o turismo tem a capacidade de mobilizar outros setores da economia, fazendo com que, por exemplo, bares, restaurantes, empresas de locação de veículos, artesãos entre outros, se adequem às suas particularidades. Essa característica irradiadora do turismo lhe permite atuar tanto na geração de empregos, por ser uma atividade essencialmente prestadora de serviços, quanto na geração de divisas e distribuição de renda.

O segmento de hotelaria se apresenta fortemente dentro do setor de turismo, sendo responsável pelo serviço de alojamento e abrigo de pessoas que estão em trânsito ou temporariamente fora do local de seus domicílios, sendo que também aglutina outras atividades e serviços tais como alimentação e bebidas, animação e lazer, entre outras.

No Brasil, o desenvolvimento turístico ocorreu recentemente, ocasionando um atraso também no segmento hoteleiro. Todavia, é uma atividade em extrema expansão, com aumento do número de redes hoteleiras, do número de trabalhadores, de investimentos, etc.

¹ Em economias industrializadas o Setor de Serviços constitui de 50% a 60% dos produtos nacionais, sua participação no comércio mundial está entre 20% e 25%, fato que pode ser explicado pelas várias medidas restritivas e protecionistas adotadas em diversos países (HORTA; SOUZA; WADDINGTON. 1998, adaptado).

A expansão da hotelaria no Brasil ocorreu principalmente a partir da década de 1970, devido ao crescimento do número de viagens, o desenvolvimento da infraestrutura dos transportes, principalmente aéreo e rodoviário, e a maiores incentivos para investimentos no setor de turismo.

Com a criação da então Empresa Brasileira de Turismo, Embratur, agora denominada Instituto Brasileiro de Turismo, na segunda metade da década de 1960, foram aprovados diversos projetos ligados ao Turismo e Hospitalidade, permitindo a viabilização de financiamentos e incentivos fiscais para construção de hotéis. A partir de então, o número de empresas hoteleiras nacionais dobrou e muitas empresas internacionais se instalaram no país, a exemplo da Rede Hilton, Sheraton, Accor e Méridien.

O presente trabalho objetiva justamente analisar o comportamento do setor de turismo e hospitalidade em âmbitos mundial, nacional, regional (Centro-Oeste), estadual (Goiás) e local (Goiânia). Para tanto, estrutura-se em quatro partes principais. A primeira se constitui numa exposição breve sobre o conceito de turismo e o histórico da atividade. A segunda parte se ocupa de uma análise do contexto e das tendências do setor, contemplando panoramas da atividade nos diversos âmbitos considerados.

A terceira parte trata especificamente do perfil do trabalho formal nas Atividades Características do Turismo – ACTs, bem como a apresentação de tendências para estas atividades econômicas.

À quarta parte caberá a análise de contextos e tendências educacionais que contemple a relação do setor de turismo e hospitalidade e a oferta de educação pública, a formação e as habilidades e competências profissionais necessárias ao setor.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para se chegar aos objetivos deste trabalho passou por dois pontos chaves, a saber: 1) levantamento bibliográfico de estudos/pesquisas do setor e afins e 2) pesquisa em banco de dados e análise destes. O primeiro ponto objetivou a adoção de um conceito sólido de turismo e o panorama no qual se encontra o setor. Assim, privilegiou-se os estudos de instituições maiores do setor, mundial e nacionalmente, tais como Organização Mundial do Turismo, OMT, e Ministério do Turismo, por meio da Embratur. A pesquisa bibliográfica também teve por fim a visualização do setor de turismo em diversos âmbitos, bem como o levantamento de análises de conjuntura e de cenários futuros para a atividade.

Da mesma forma a pesquisa em banco de dados primou pela utilização de fontes oficiais, tendo em vista o uso dos dados coletados para a elaboração de cenários e tendências do setor, bem como a indicação das demandas no que tange a Rede Federal de EPCT, tais como, programas e cursos, modalidades de ensino, grades curriculares etc. Estes últimos objetivos poderão ser aprofundados em versões posteriores do estudo.

No que tange ao perfil do trabalho nas Atividades Características do Turismo – ACTs, lançou-se mão dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – Rais, e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Os dados foram levantados em diferentes âmbitos: nacional, regional (Centro-Oeste), estadual (Goiás) e local (Goiânia), para os quinquênios de 1995 a 2010.

Ressalta-se o fato de a Rais/Caged contemplar somente os dados formais de emprego. Tendo em vista o alto índice de informalidade nas atividades do setor de turismo e hospitalidade, buscar-se-á, em outras versões, incorporar estimativas da mão-de-obra informal ocupada nas ACTs.

Inicialmente os grupos estudados como ACTs foram baseados nas considerações do Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo, Simt, a saber: Alojamento, Agências de Viagem, Transportes, Aluguel de Transportes, Auxiliar de Transportes, Alimentação e Cultura e Lazer. Sendo selecionadas também as subatividades da classificação do Código Nacional de Atividades Econômicas – Cnae 95 (até Rais 2005) e Cnae 2.0 (Rais 2006) – dos citados grupos de ACTs. A listagem de Códigos da Cnae² utilizada inicialmente se encontra no Anexo 1.

Entretanto, após a constatação de que a análise de diversas ACTs necessitaria de um

² A Tabela de Equivalência de Códigos da Cnae foi retirada de IPEA (2008).

tratamento metodológico diferente do que estava sendo empregado, optou-se pelo recorte às ocupações de Agências de Viagens e de Alojamento, sendo que a esta última acrescentou-se a atividade de Estabelecimentos hoteleiros, com restaurante (55.11-5), essa atividade foi acrescida no estudo das perspectivas para possibilitar uma visão mais real da série histórica. De todo o modo, os dados consolidados das ACTs referem-se a soma dos 7 grupos. A análise do perfil das demais ACTs, a saber, Transportes, Aluguel de Transportes, Auxiliar de Transportes, Alimentação e Cultura e Lazer encontra-se nos Apêndices A ao E.

Na Parte III, em que serão analisados contextos e tendências das ACTs, far-se-á uma breve explicação de cada classe considerada como Atividade Característica do Turismo, nos respectivos capítulos.

Em relação à parte educacional fez-se uso, principalmente, das “Sinopses Estatísticas da Educação Superior” do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, obtendo uma visualização do número de cursos, vagas, candidatos inscritos, ingressos e concluintes dos cursos de turismo e hospitalidade.

Consideraram-se para este estudo os cursos diretamente ligados ao setor em questão, são eles: na Área Geral **Ciências Sociais, Negócios e Direito**, Área Detalhada *Gerenciamento e Administração* quatro Programas e/ou Cursos: *Administração de eventos, Administração em Turismo, Administração hoteleira e Gestão do Lazer*. Na Área Geral **Serviços**, Área Detalhada *Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação* cinco Programas e/ou Cursos: *Gastronomia, Gastronomia (Tecnólogo), Hotelaria, Hotelaria (Tecnólogo) e Hotelaria e restaurantes*. Na Área Detalhada *Viagens, Turismo e Lazer* sete Programas e/ou Cursos, a saber: *Eventos, Gestão de Turismo (Tecnólogo), Lazer e Turismo, Planejamento e organização do turismo, Recreação e lazer, Turismo e Turismo e Hotelaria*.

A divisão dos cursos em Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos é feita pelo Inep. As considerações acerca do setor foram tecidas a partir de estudos de autores reconhecidos no âmbito do turismo e hospitalidade, quais sejam: Rejowski, Trigo, Sogayar, Gândara, Netto entre outros.

PARTE I

CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

4 CONCEITUAÇÃO DE TURISMO

A palavra turismo é carregada de mitos. Tem-se difundido a ideia de que é uma atividade de muitos lucros e *status*, que não requer de seu profissional o mesmo empenho que outras áreas consagradas, como a medicina e o direito, por exemplo, requerem. Há também sua relação com o lazer, que, se vista como única, constitui-se em um equívoco, pois, segundo a UNWTO, a classificação por segmento receptivo³, emissivo⁴ e interno⁵ é a seguinte: 1. Lazer, recreio e férias; 2. Visita a parentes e amigos; 3. Negócios e motivos profissionais; 4. Religião/peregrinação; 5. Outros. Portanto, lazer é apenas um dos elementos que definem a demanda turística.

Com relação à oferta turística pode-se pensar que esta se constitui tão-somente da presença de belezas naturais, o que não é verdade, visto que se torna tão importante quanto as belezas naturais, os aspectos sociais, históricos e culturais, bem como a construção de uma infraestrutura geral, ou seja, aquela que é utilizada pelos habitantes e serve de suporte para os turistas, tais como estradas, iluminação, comércio etc., e de uma infraestrutura específica – hotéis, meios de transporte, aeroportos, pessoal qualificado.

É necessário, portanto, que o conceito formal de turismo não absorva tais mitos, colaborando com a difusão da atividade. Passemos então, à verificação dos conceitos utilizados/aceitos pelos órgãos de turismo.

Para as Nações Unidas (United Nations) e UNWTO, o turismo compreende:

activities of persons travelling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year for leisure, business and other purposes not related with exercise of an activity remunerated from within the place visited. (UNITED NATIONS; WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1994, p. 5)

Segundo a Embratur (1992)

³ É o adjetivo relativo aos locais que recebem turistas ou às empresas e serviços prestados por eles no local de visitação (ex.: núcleo receptivo).

⁴ Adjetivo relativo aos locais de onde partem os turistas ou aos serviços prestados por empresas aí instaladas (ex.: mercado emissivo)

⁵ É o resultante da atividade turística realizada no próprio país.

É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações de compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita.

Para se chegar às definições citadas passou-se por várias outras onde se privilegiava, entre outros aspectos, o caráter “lazer” do turismo (BARRETO, 1992, pág. 9-16). No entanto, sabe-se que tais conceituações não se sustentaram em face da diversidade apresentada pelo turismo que hoje, cada vez mais, ganha novas segmentações de mercado. Como exemplo, temos o Ecoturismo, o Turismo LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e o “Turismo Sideral” de Dennis Tito⁶ (BARBOSA, 2002).

Vemos que o turismo é compreendido como uma atividade econômica e que requer deslocamento. Por outro lado, não se pretende aqui, desconsiderar o caráter social deste segmento tão importante para a atualidade. A atividade turística tem se constituído como aproximadora de culturas, favorecendo as trocas de experiências intensificadas com a globalização.

De todo modo, para os estudos que se seguem adotar-se-á o conceito de que o turismo compreende quaisquer deslocamentos, exceto aqueles para fins de remuneração no local visitado.

⁶ Dennis Tito foi o primeiro turista a visitar o espaço, no ano de 2001. Para tanto desembolsou 20 milhões de dólares, tendo o direito de passar seis dias na Estação Espacial Internacional.

5 HISTÓRICO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

5.1 Histórico da Atividade Turística em Âmbitos Mundial e Brasileiro

O histórico da atividade turística pode ser retomado desde a Antiguidade Clássica, com Grécia e Roma; passar pelas viagens motivadas por religião e fé, ressaltadas na Idade Média; e também observar as mudanças de pensamento e valores ocorridas na chamada Idade Moderna, motivadas pelo Renascimento, por exemplo. Entretanto, estes pontos já foram minuciosamente explorados por Barbosa (2002), Barreto (2003), Rejowski (2005), Dias (2005) entre outros.

Desta forma, importa-nos retomar os fatos mais recentes da atividade turística, datados a partir da década de 1980, também trabalhados pelos autores citados.

A passagem da década de 1970 para a de 1980 marca uma retomada ou recuperação do turismo em relação à recessão ocasionada pelo aumento dos preços do petróleo em 1973. Nesse período uma série de fatores congregados permitiu a evolução do setor, a saber: evolução do transporte, consolidação da aviação comercial; aplicação de novas tecnologias; política de cooperação internacional, destacando-se o interesse de instituições financeiras como Banco Mundial pelo turismo; tendências de mercados emissores e receptores, sendo nesse período que o Mediterrâneo consolida-se como a primeira área turística mundial; concentração empresarial, especialmente as cadeias de hotéis. (DIAS, 2005)

A década de 1980, ainda em termos mundiais, recebeu o reflexo da criação da Organização Mundial do Turismo, que data de 1974.

Rejowski (2005) ao tratar dessa época cita alguns fatores intervenientes e características, considerando a partir do *boom* turístico o seu desenvolvimento desenfreado e até mesmo irresponsável ante o meio ambiente. Assim, ao lado da expansão do turismo de massa, tem-se o discurso do desenvolvimento sustentável⁷.

Por fim, Trigo (2002) apresenta dados da OMT que demonstram o crescimento do turismo internacional. No ano de 1980 o número de turistas chegou a 284,8 milhões, gerando uma receita de US\$ 102,4 bilhões. Já no ano de 1985, o número de turistas foi de 322,7 milhões e a receita chegou a US\$ 116,2 bilhões, um aumento, respectivamente, de 13,30% e 13,47% em cinco anos. No último ano da década o número de turistas foi de 425 milhões e a

⁷ Para saber mais sobre turismo sustentável confira: RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas-SP: Papirus, 2010. DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável: análise dos modelos de planejamento**. Caxias do Sul-RS: Educus, 2011. e ainda SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**. São Paulo: Aleph, 2006.

receita foi de 230 bilhões, aumento de, respectivamente, 49,22% e 124,6% em relação ao ano de 1980.

Os dados da OMT, ainda citados por Trigo (2002), apontam a expressividade no número de contratações do setor de turismo: 260 milhões de empregos gerados (dados de 1998). Com os números dessa década, o turismo foi incluído dentre os três segmentos mais importantes do comércio mundial, juntamente com o petróleo e a indústria automobilística (TRIGO, 2002, p. 63).

No Brasil, a década de 1980 é considerada como um período de decepção (REJOWSKI, 2005). O “milagre econômico” vivenciado na década anterior, juntamente com a melhoria e ampliação da infraestrutura turística, a expectativa de crescimento com a instalação de cadeias hoteleiras internacionais como o Hilton (1975), Holiday Inn (1975), Sheraton (1974), Méridien (1975) – pertencente a Air France, Novotel (1976) – parte do Grupo Accor, Club Méditerranée (1977), bem como surgimento dos primeiros cursos de turismo, concentrados em São Paulo, não conseguiram perenidade e o setor de turismo brasileiro entrou em estagnação.

A crise econômica ocorrida no início da década de 1980 e vários outros entraves ocasionaram o cancelamento de financiamentos de longo prazo e de incentivos fiscais, levando o segmento a uma estagnação econômica, ainda assim neste período ocorreu o surgimento de grandes empreendimentos como os hotéis Maksoud Plaza e o hotel Transamérica em São Paulo. Apenas “o transporte aéreo continuou a crescer e, em 1985, foi inaugurado o aeroporto de Cumbica, em São Paulo” (REJOWSKI, 2005, p. 145).

O turismo internacional no Brasil gerou uma receita de US\$ 1,726 bilhões no ano de 1981. No ano de 1985 essa receita foi US\$ 1,492 bilhões, redução de 13,55% em relação a 1981. No final da década, ano de 1990, a receita do turismo continuou a demonstrar queda, chegou a US\$ 1,444 bilhões de dólares, ou seja, uma redução de 16,36% em relação ao primeiro ano da década.

Da mesma forma, o número de turistas no Brasil oscilou no decorrer da década de 1980, fechando esta em queda. No ano de 1981 o país recebeu 1,357 milhões de turistas, em 1985 esse número chegou a 1,735 milhões, representando um aumento de 27,84% em relação ao primeiro ano da década. Entretanto, em 1990 o número total de turistas foi de 1,091 milhões, queda de 19,64% em relação ao ano de 1981.

A década de 1990 representa o caminho do qual o mundo não se apartaria daí em diante: o caminho da globalização.

Nesse sentido, o termo ‘turismo global’ aparece, significando tanto a globalização das viagens quanto à expansão, integração, fusão e internacionalização das empresas e empreendimentos turísticos (REJOWSKI, 2005, p. 101).

Aumentam as modalidades de turismo, bem como as exigências dos turistas quanto aos serviços oferecidos. É a época do otimismo quanto ao setor, quando se esperava a consolidação dos investimentos feitos, a superação das crises anteriores, enfim, a consolidação do protagonismo do setor de turismo na economia mundial.

O mercado mundial respondeu às expectativas brasileiras. Em 1999 o turismo internacional alcançou 650,2 milhões de chegadas e US\$ 455 milhões em receitas, um aumento de 52,45% no número de chegadas e 105,6% de receitas em relação ao ano de 1989. Trigo e Netto (2003) chegam a afirmar que “a década de 1990 foi realmente um período de ouro para o turismo” (p. 18), considerando não somente as questões econômicas, mas principalmente, o avanço nas análises do setor, prospecção de tendências, profissionalização do setor, preocupação com o meio ambiente, entre outros.

Enquanto que mundialmente o turismo se expandia e se fortalecia, após a retomada na década de 1980 e certa consolidação na década de 1990, no Brasil esta última década é considerada por Rejowski (2005) como um período de retomada. Portanto, nota-se um retardo do Brasil em relação a outros países, ou seja, a recuperação do turismo que, em termos gerais, se deu na década 1980, no Brasil só ocorreria a partir da década de 1990.

Nesse período o turismo é colocado entre as prioridades do governo. Desta forma, a Embratur, até então empresa pública, passou em 1991 para Instituto Brasileiro de Turismo, categorizada como autarquia especial. No ano de 1992 já havia sido estabelecidas diretrizes para a Política Nacional de Turismo – PNT e seu instrumento operacionalizador, o Plano Nacional de Turismo – Plantur. Já em 1994 é criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, também sob a responsabilidade da Embratur, o primeiro município a ter oficinas foi Santos – SP e o segundo Araxá – MG (TRIGO, 2000). Somente em 1996 a Embratur lança o documento instituindo a PNT para o triênio 1996-1999.

A década de 1990 também é marcada pelo aumento do turismo emissivo. O turismo sai do lugar de atividade marginal e demonstra possuir infraestrutura, equipamentos e serviços com potencial para competir com o turismo internacional. Entretanto, enquanto esse potencial não era utilizado os turistas brasileiros saíam em massa para o exterior. O turismo emissivo só decresce no final da década, quando são implantadas ações para o desenvolvimento da

infraestrutura nacional, barateamento de passagens aéreas e melhoria dos meios de hospedagem, permitindo a consolidação do turismo interno. (REJOWSKI, 2005)

Nesse período o transporte aéreo apresentou forte crescimento sendo necessária a organização de alianças entre empresas brasileiras com companhias aéreas de outros países para manter a competitividade. Por outro lado, o transporte rodoviário entrava em decadência, visto que o acesso ao transporte aéreo passou a competir diretamente com o rodoviário.

Para a hotelaria, a década de 1990 é marcada pela construção e implantação de hotéis por todo o país. Entretanto, foi característica do período a construção de hotéis econômicos nos grandes centros urbanos, bem como a maioria sendo administrados familiarmente. (REJOWSKI, 2005)

Pelo exposto, é possível compreender o aumento nos números do turismo no Brasil. No ano de 1991 o total de turistas foi de 1,228 milhões e a receita daquele ano foi de US\$ 1,558 bilhões. Já no ano de 1995 o total de turistas foi de 1,991 milhões e a receita chegou a US\$ 2,097 bilhões. E no ano 2000 o total de turistas chegou a 5.313 milhões (CASIMIRO FILHO, 2002).

A tabela a seguir apresenta dados das chegadas de turistas internacionais no Brasil nos anos de 1995 e 2000, números totais de chegadas, chegadas por região, por objetivo da viagem, por meio de transporte, hospedagem, gasto e gasto por objetivo da viagem. Destaca-se que a maioria dos turistas é originária das Américas e tem como propósito de viagem motivos pessoais, tais como feriados, lazer e recreação.

Tabela 1: Dados Básicos de Turismo Internacional no Brasil – 1995, 2000.

Arrivals	Notes	Units	1995	2000
Total		('000)
♦ Overnight visitors (tourists)	(1)	('000)	1.991	5.313
Arrivals by region	(1)			
Total		('000)	1.991	5.313
♦ Africa		('000)	19	35
♦ Americas		('000)	1.374	3.803
♦ East Asia and the Pacific		('000)	67	122
♦ Europe		('000)	517	1.320
♦ Middle East		('000)	5	11
♦ South Asia		('000)
♦ Other not classified		('000)	9	22
* of which, nationals residing abroad		('000)
Arrivals by main purpose	(1)			
Total		('000)	1.991	5.313
♦ Personal		('000)	1.455	3.833
* holidays, leisure and recreation		('000)	1.384	3.768
* other personal purposes		('000)	71	65
♦ Business and professional		('000)	536	1.480
Arrivals by mode of transport	(1)			
Total		('000)	1.991	5.313
♦ Air		('000)	1.343	2.723
♦ Water	(2)	('000)	43	161
♦ Land		('000)	605	2.429
* railway		('000)
* road		('000)	605	2.429
* others		('000)
Accommodation				
Total				
♦ Guests		('000)
♦ Overnights		('000)
Hotels and similar establishments				
♦ Guests		('000)
♦ Overnights		('000)	22.378	46.650
Expenditure				
Total		US\$ Mn	1.085	1.969
♦ Travel		US\$ Mn	972	1.810
♦ Passenger transport		US\$ Mn	113	159
Expenditure by main purpose of the trip				
Total		US\$ Mn	972	1.809
♦ Personal		US\$ Mn	952	1.779
♦ Business and professional		US\$ Mn	20	30

Fonte: UNWTO, 2012a.

Notas: (1) Including nationals residing abroad; (2) Including arrivals by river;

Os anos 2000 por sua vez, apresentaram-se como um período de desafios. Bastos *apud* Rejowski (2005) aponta pelo menos dois:

O século XXI principia com dois grandes agentes antagônicos (...). De um lado, temos o fator globalização, e, de outro, o fator terrorismo redesenhando o movimento turístico do planeta. Na mesma realidade em que as inovações tecnológicas, em especial a internet, encurtaram as distâncias e diminuíram as barreiras culturais, o terrorismo e as instabilidades políticas voltaram a segregar o turista e a dividir o planeta em áreas seguras e áreas instáveis, limitando os deslocamentos. (REJOWSKI, 2005, p. 102)

Essa preocupação com o terrorismo gerando uma nova orientação do turismo mundial se deu principalmente em função do ataque terrorista em 11 de setembro de 2001, em que dois aviões foram lançados contra o World Trade Center, em Nova York, e um atinge o Pentágono, em Washington, nos Estados Unidos. Outro avião, cujo alvo provavelmente seria a Casa Branca, foi derrubado pelos próprios passageiros em uma área rural na Pensilvânia. A soma de mortos no episódio chegou a quase três mil pessoas⁸.

Ainda em relação às chamadas áreas instáveis, no ano 2000, a segunda Intifada agrava ainda mais a situação do Oriente Médio. Estima-se que em quatro anos os confrontos tenham gerado cinco mil mortes palestinas e mil israelitas. Cita-se ainda, no ano de 2003, o início da guerra entre EUA e Iraque, que só teve as operações de combate encerradas oficialmente em 2010.

No ano de 2004, um importante ponto turístico também sofreu ataques terroristas de um grupo islâmico com ligações com a Al-Qaeda. Em Madri, capital da Espanha, uma série de explosões em trens acontece no horário de *rush* deixando 191 mortos e mais de 1.500 feridos. No ano seguinte, o mesmo tipo de ataque ocorre em Londres, Inglaterra, e deixa 52 mortos e 700 feridos.

Já no ano de 2008, locais frequentados por estrangeiros na Índia – uma estação de trem, dois hotéis de luxo, um bar e um centro judaico – sofrem bombardeio. No ataque morreram 166 pessoas. Esses confrontos se constituem como fatores preponderantes para a redução do fluxo turístico nestes países ou em países próximos.

Beni (2004), citado por Rejowski (2005), apontou tendências que, de fato, se concretizaram no turismo mundial, tais como “aumento do espaço virtual e sua utilização por

⁸ As informações que se seguem relacionadas a terrorismo, caos aéreo, acidentes, enchentes etc., tanto mundialmente quanto no âmbito nacional, foram retiradas de Retrospectiva 2000 – 2010 do portal IG <<http://ultimosegundo.ig.com.br/retrospectiva2000a2010/>> Acessado em: 11 set. 2012, exceto quando citada outra fonte.

produtores e consumidores” – referindo-se ao uso de tecnologias, sites etc.; “redução das características do tráfego internacional do turismo de massa e mesmo o de elite” – essa tendência é notada quando se observa o desenvolvimento de locais menos visitados, como Ásia e Pacífico e Oriente Médio; “nova configuração do ‘mapa turístico mundial’, em função de ‘áreas seguras’” – apontando que o turismo se fortaleceria em áreas afastadas do terrorismo, distúrbios sociais, confrontos bélicos, epidemias entre outros. (REJOWSKI, 2005, p. 105 – 106)

A globalização, tão bem comemorada na década de 1990, demonstrou também que efeitos negativos em um país podem ser refletidos em todo o mundo. Esse fenômeno foi visto no ano de 2008 quando ocorreu a chamada “crise do *subprime*”, iniciada nos Estados Unidos, mas com repercussões praticamente imediatas na Islândia, Suíça, Reino Unido, Alemanha, França, Áustria, Países Baixos e Brasil.

O gráfico a seguir apresenta o número de chegadas de turistas internacionais por regiões do mundo, para os anos 2000, 2005, 2008, 2009 e 2010. É notável a queda desse número no ano de 2009, ano imediatamente posterior a referida crise, bem como a retomada de crescimento no ano de 2010. Destaca-se a capacidade de recuperação apresentada pelas regiões da Ásia e Pacífico e do Oriente Médio, cujo número de turistas internacionais aumentou, respectivamente, 12,86% e 14,2% no ano de 2010 em relação a 2009. Ressalta-se também que a África foi a única região do mundo a apresentar crescimento no ano de 2009.

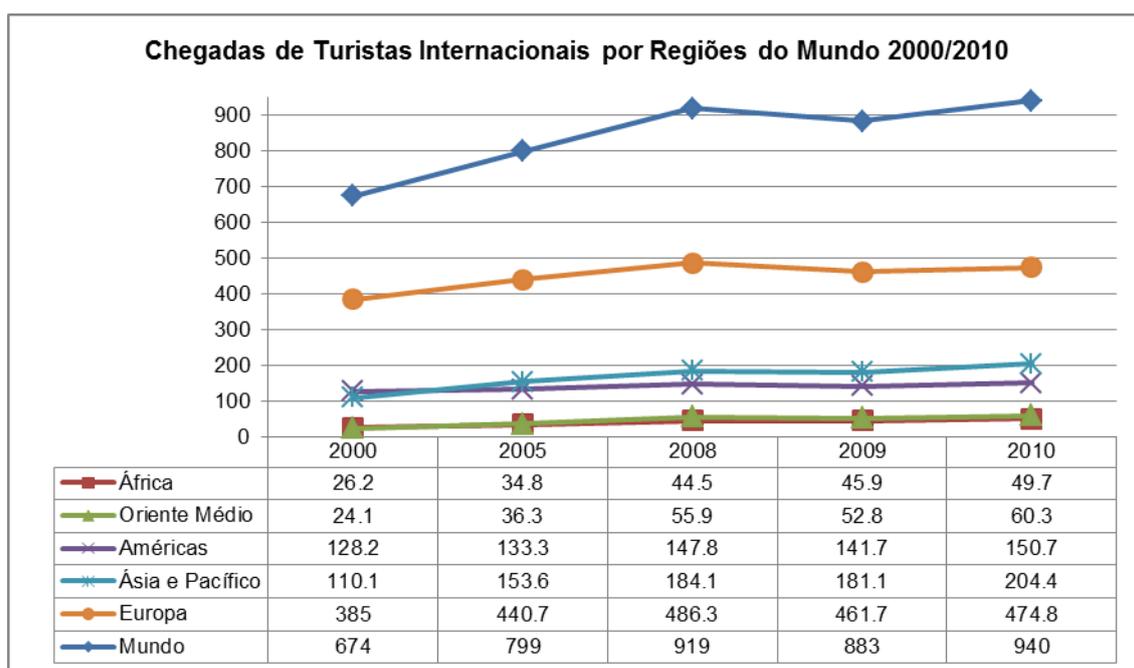


Gráfico 1 – Chegadas de Turistas Internacionais por Regiões do Mundo – 2000/2010.

Fonte: Dados de 2008: OMT, 2010. Demais Anos: UNWTO, 2012b.

No Brasil, alguns eventos nos anos 2000 também influenciaram o setor de turismo no país. No ano de 2001, por exemplo, ocorre o chamado ‘apagão’, em referência à crise energética pela qual passou o país a partir do mês de maio. A crise aconteceu tanto pela falta de chuvas quanto por falta de investimentos na geração de energia e o racionamento só foi finalizado oficialmente em fevereiro do ano seguinte.

No ano de 2006, a facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo, inicia ataques violentos, tais como incêndio de ônibus e depredação de bancos e de postos policiais. A Secretaria de Segurança Pública – SSP declarou ser 123 o número de mortos, entretanto ONGs afirmam que esse número pode ter sido de mais de 500 mortos. Esses ataques levantaram um clima de insegurança na população e tiveram efeitos indiretos no setor de turismo.

Ainda outras tragédias aconteceram na mesma década que expuseram o Brasil à mídia de forma negativa, a exemplo da queda do Boeing 737 da Gol, voo 1907, que colidiu com o jato executivo Legacy, em 2006. Na ocasião morreram 154 passageiros do primeiro avião. No ano de 2007 o Airbus A320 da TAM, voo 3054, não tem êxito na aterrissagem e os 187 passageiros morreram. Já em 2009, o Airbus A330 da Air France decola do aeroporto Internacional Tom Jobim (RJ) e após acidente ainda não identificado é encontrado no Oceano Atlântico. Todos os 228 passageiros morreram, dos quais 58 eram brasileiros.

Cita-se ainda, no ano de 2007, o chamado ‘Caos Aéreo’ ocorrido em função de greve de 200 controladores de voos, atingindo os 49 aeroportos do Brasil, sendo que os atrasos de voos chegaram a 87% em Congonhas, São Paulo.

Por fim, pode-se citar ainda a tragédia ocorrida no estado de Santa Catarina, quando as chuvas chegaram a somar 600 mm em cinco dias, sendo que o esperado era de no máximo 150 mm. No período a cidade de Itajaí teve 80% do território inundado e 63 municípios decretaram situação de emergência e 14 decretaram estado de calamidade pública.

Entretanto, apesar dos episódios citados, pode-se inferir que o turismo brasileiro não sofreu prejuízos consideráveis. O documento Turismo no Brasil 2007-2010, do Ministério do Turismo, datado de 2006, apontava crescimento significativo para os anos de 2004 e 2005 no que se refere a chegada de turistas internacionais. O documento aponta um cenário favorável para o turismo e crescimento da ordem de 12,5% em chegadas e considera ainda que:

A execução dos Programas e Ações do Plano Nacional de Turismo 2003 / 2007, inseridos no Plano Plurianual de Governo 2004 / 2007, considerando a eficiente execução orçamentária de 2004 e de 2005 e, ainda, a conjuntura externa favorável, propiciaram as condições para que o País obtivesse, nos últimos três anos, os seus melhores resultados em relação a todo o histórico do setor. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 24).

Outro resultado satisfatório da década é o mapeamento das regiões turísticas que é feito desde 2004 por meio do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Segundo o Ministério do Turismo, o programa:

(...) propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. É, dessa forma, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p. 67)

Compreende-se que a prioridade dada ao turismo, com a elaboração e execução do PNT por meio dos macroprogramas⁹ que o integra, foi um passo importante em direção à consolidação da atividade turística no Brasil na década de 2000.

Por fim, em relação aos números totais de chegadas, chegadas por região, por objetivo da viagem, por meio de transporte, hospedagem, gasto e gasto por objetivo da viagem o Brasil apresentou crescimento significativo, conforme apontam os dados do *Compendium of Tourism Statistics database* da UNWTO expressos no Gráfico 2 e Tabela 2. Nota-se que em 2009 houve queda expressiva no número de entradas, o que é explicado como reflexo da crise econômica já citada.

⁹ <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>

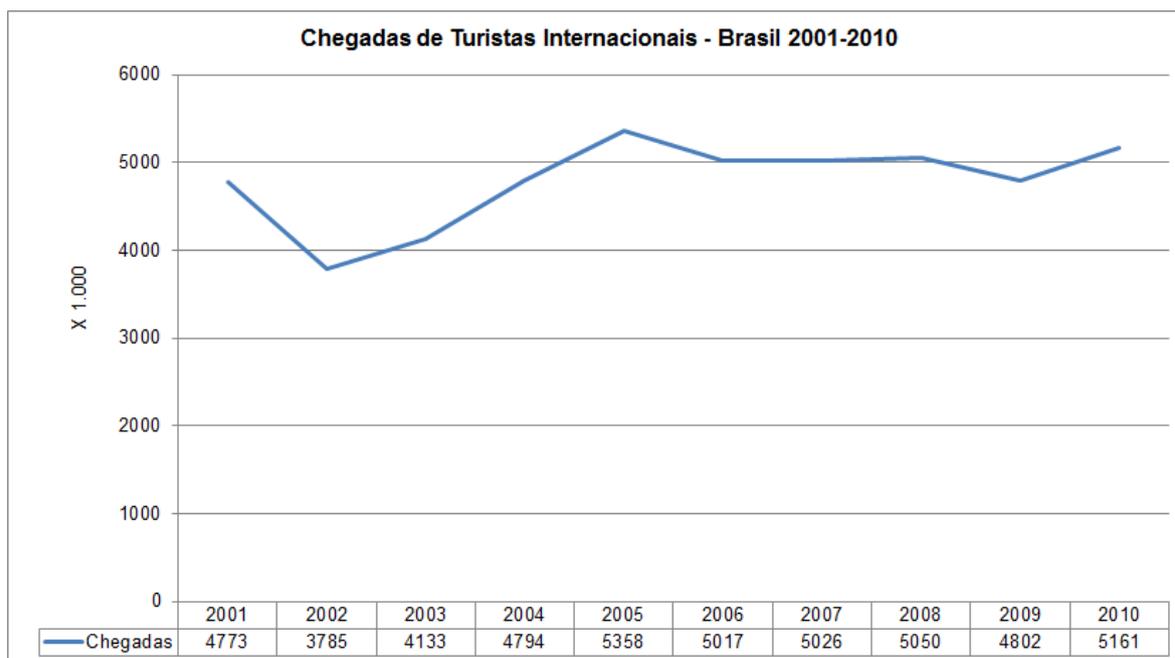


Gráfico 2 – Chegadas de Turistas Internacionais – Brasil 2001/2010.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados de UNWTO, 2012a.

Tabela 2: Dados Básicos de Turismo Internacional no Brasil – 2001 - 2010.

	Units	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Arrivals											
Total	('000)
♦ Overnight visitors (tourists) (1)	('000)	4.773	3.785	4.133	4.794	5.358	5.017	5.026	5.050	4.802	5.161
♦ Same-day visitors (excursionists)	('000)
* of which, cruise passengers	('000)
Arrivals by region (1)											
Total	('000)	4.772	3.785	4.133	4.794	5.358	5.017	5.026	5.050	4.802	5.161
♦ Africa	('000)	36	40	52	65	76	84	75	76	78	84
♦ Americas	('000)	3.132	2.206	2.397	2.703	2.998	2.717	2.779	2.884	2.862	3.196
♦ East Asia and the Pacific	('000)	127	108	129	156	177	217	206	256	208	210
♦ Europe	('000)	1.446	1.415	1.544	1.860	2.097	1.980	1.938	1.814	1.642	1.652
♦ Middle East	('000)	11	7	6	6	7	18	26
♦ South Asia	('000)	19	11	19
♦ Other not classified	('000)	20	9	5	4	3	1	2	1	1	..
* of which, nationals residing abroad	('000)
Arrivals by main purpose (1)											
Total	('000)	4.773	3.784	4.134	4.794	5.358	5.017	5.026	5.050	4.802	5.162
♦ Personal	('000)	3.330	2.714	3.059	3.418	3.799	3.607	3.649	3.676	3.702	3.959
* holidays, leisure and recreation	('000)	2.649	1.938	2.228	2.325	2.588	2.383	2.428	2.312	2.353	2.565
* other personal purposes	('000)	681	776	831	1.093	1.211	1.224	1.221	1.364	1.349	1.394
♦ Business and professional	('000)	1.443	1.070	1.075	1.376	1.559	1.410	1.377	1.374	1.100	1.203
Arrivals by mode of transport (1)											
Total	('000)	4.772	3.785	4.133	4.794	5.358	5.017	5.026	5.050	4.802	5.161
♦ Air	('000)	2.960	2.815	3.083	3.569	3.938	3.713	3.747	3.691	3.349	3.610
♦ Water (2)	('000)	134	79	57	74	106	123	129	110	154	151
♦ Land	('000)	1.678	891	993	1.151	1.314	1.181	1.150	1.249	1.299	1.400
* railway	('000)
* road	('000)	1.678	891	993	1.151	1.314	1.181	1.150	1.249	1.299	1.400
* others	('000)
Expenditure											
Total	US\$ Mn	1.844	2.142	2.673	3.389	4.168	4.577	5.284	6.109	5.635	6.180
♦ Travel	US\$ Mn	1.731	1.998	2.479	3.222	3.861	4.316	4.953	5.785	5.305	5.919
♦ Passenger transport	US\$ Mn	113	144	194	167	307	261	331	324	330	261
Expenditure by main purpose of the trip											
Total	US\$ Mn	1.731	1.998	2.479	3.222	3.862	4.316	4.953	5.785	5.305	5.919
♦ Personal	US\$ Mn	1.706	1.953	2.433	3.171	3.794	4.253	4.883	5.701	5.235	5.830
♦ Business and professional	US\$ Mn	25	45	46	51	68	63	70	84	70	89

Fonte: UNWTO, 2012a.

Notas: (1) Including nationals residing abroad; (2) Including arrivals by river;

5.2 Histórico da Atividade Turística em Âmbitos Estadual e Local

Segundo Almeida “o turismo no Brasil Central é recente e ainda pouco expressivo quando se se compara com o vigor e a presença desta atividade na costa brasileira” (ALMEIDA, 2009, p. 83). Daí pode-se justificar inclusive a dificuldade em se levantar dados e informações que colaborem para a construção de um histórico da atividade turística em âmbitos regional (Centro-Oeste), Estadual (Goiás) e local (Goiânia). Diante disso, buscar-se-á apresentar os principais momentos e movimentos históricos que influenciaram a atividade turística no Centro-Oeste, destacando o Estado de Goiás, e no Município de Goiânia.

A evolução da atividade turística no Centro-Oeste brasileiro só é percebida nas últimas duas décadas, quando há um aumento nas buscas por “produtos” turísticos diferentes dos clássicos “Sol & Praia”. Assim, a presença de cachoeiras, montanhas, áreas protegidas, patrimônio histórico-cultural e etc. possibilita ao Centro-Oeste ser uma região mais procurada para a prática de ecoturismo, turismo rural e turismo histórico-cultural, por exemplo.

Apesar da localização privilegiada, principalmente do Estado de Goiás, o caráter desarticulado de ocupação da região Centro-Oeste colaborou para o pouco conhecimento dos potenciais turísticos presentes na região. A partir dessa ‘nova orientação do turismo’ busca-se compreender as características de tais regiões menos exploradas. Desta necessidade, entende-se que os valores da formação socioespacial das localidades são retomados como significação para o turismo em dada região.

No caso do Estado de Goiás, o quadro a seguir apresenta os motivos que deram origem a diversos municípios. É possível notar a predominância da origem de municípios a partir da agropecuária e da mineração. Essas razões, portanto, são predominantes para o segmento de turismo que se pode desenvolver – ou que se desenvolveu – em tais regiões.

Quadro 1: Núcleos Urbanos por Motivo de Origem e Regiões Turísticas

Origem da Formação	Núcleos Urbanos	Região Turística
Mineração	Aragarças	Vale do Araguaia
	Baliza	Vale do Araguaia
	Cachoeira de Goiás	Nascentes do Oeste
	Cidade de Goiás (Vila Boa)	Ouro
	Iporá	Vale do Araguaia
	Luziânia (Santa Luzia)	Engenhos
	Monte Alegre de Goiás (antiga Chapeo)	Reserva da Biosfera Goyaz
	Niquelândia (antiga São José do Tocantins)	Vale da Serra da Mesa
	Pilar (Papuan)	Vale da Serra da Mesa
	Pirenópolis (Meia Ponte)	Ouro

	Traíras (sob o nome de Tupiracaba)	Vale da Serra da Mesa
Agropecuária	Caiapônia	Agroecológica
	Campos Belos	Reserva da Biosfera Goyaz
	Guarani de Goiás	Reserva da Biosfera Goyaz
	Iaciara	Reserva da Biosfera Goyaz
	Jataí	Agroecológica
	Mineiros	Agroecológica
	Mozarlândia	Vale do Araguaia
	Mundo Novo	Vale do Araguaia
	Paraúna	Nascentes do Oeste
	Porangatu	Vale da Serra da Mesa
	Posse	Reserva da Biosfera Goyaz
	Quirinópolis	Águas
	Rio Verde	Agroecológica
	Santa Helena de Goiás	Agroecológica
	Santa Terezinha de Goiás	Vale do Araguaia
São Miguel do Araguaia	Vale do Araguaia	
Patrimônios¹	Avelinópolis	Nascentes do Oeste
	Brazabantes	Negócios
	Firminópolis	Nascentes do Oeste
	Itapuranga	Vale da Serra da Mesa
	Santa Bárbara	Nascentes do Oeste
	Santa Rita de Goiás	Vale do Araguaia
	Taquaral	Ouro
Aldeamento Indígena	Aruanã	Vale do Araguaia
	Mossamêdes	Nascentes do Oeste
	Porangatu	Vale da Serra da Mesa
Estrada de Ferro	Anhangüera	Águas
	Cumari	Águas
	Goiandira	Águas
	Pires do Rio	Engenhos
	Urutaí	Engenhos
	Vianópolis	Engenhos

Fontes - Origem da Formação e Núcleos Urbanos: Gomes & Teixeira Neto (1993); Palacin & Moraes (1989); Castro (2002), citados por Almeida (2009, p. 89-97); Região Turística: Plano Estadual do Turismo – Goiás no Caminho da Inclusão; e sites diversos.

Notas: 1 – Patrimônios: Terras, geralmente de fazendeiros, onde se construía capelas ou oratórios que eram oferecidos à Igreja como um patrimônio no loteamento rural.

Obviamente, os fatores levantados só vieram redundar num turismo especializado mais recentemente, haja vista o incremento e profissionalização da atividade, a elaboração do Plano Estadual de Turismo etc. O que se tem, historicamente, são fatos relacionados com a

atividade turística que, a título de evolução do setor, são considerados parte de um processo embrionário da atividade.

O primeiro fato histórico que merece destaque é a construção de picadas (estradas) para o estabelecimento de “pousos”¹⁰, realizada por Anhanguera Filho a partir de 1726, quando este retorna pela terceira vez às futuras terras do estado de Goiás. Esses pousos se constituíam em aglomerados urbanos preparados para receber os aventureiros que procuravam ouro nas minas dos goyazes. Já o primeiro hotel, assim considerado, foi construído por Bartolomeu Bueno da Silva em 1749. (GALLI, 2005)

O primeiro hotel de Goiânia, capital do Estado de Goiás, foi o Grande Hotel, inaugurado oficialmente em 23 de janeiro de 1937. Pertencente ao poder público foi objeto de concessão que, em 1938, foi cassada por falta de pagamentos com o Estado e com o sistema previdenciário. Tendo em vista a alta dívida do hotel, ele foi entregue à Previdência que celebrava contratos com particulares para que estes o mantivessem em funcionamento. Tal situação se prolongou até a década de 1970. (GALLI, 2005)

Já na década de 1980 a Previdência requereu o imóvel para uso próprio. Nessa época ele estava alugado para lojistas. Também nessa década ocorre seu tombamento como patrimônio histórico de Goiás pelo governo goiano (Lei 8.915 de 13/10/1980). Em seguida o tombamento é feito pelo município (Lei 6.962 de 21/05/1991) e mais recentemente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Portaria 507 de 18/11/2003). (GALLI, 2005)

Atualmente funciona em suas dependências o Centro de Memória e Referência de Goiânia, além de três pavimentos ocupados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

A profissionalização do segmento de hotelaria em Goiânia, entretanto, segundo Galli (2005), se inicia em 1959 quando Amadeu Lettieri firma sociedade com Joaquim Machado e Hélio Lage Polli, para construir o Hotel Bandeirante, localizado a 100 m da estátua do Bandeirante, no cruzamento da Av. Anhanguera com a Av. Goiás, no centro de Goiânia-GO. Uma proibição de estacionamento no leito das calçadas da Av. Anhanguera na década de 1980 juntamente com a inauguração do Castro’s Hotel, em 1986, instabilizou o Hotel Bandeirante, que foi vendido no início da década de 2000.

¹⁰ “Construções rústicas, cobertas por folhas e aberto por todos os lados” (GALLI, 2005, p. 16).

No diagnóstico constante das Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuan Costa Júnior aponta-se a situação do setor de lazer e turismo em Goiânia na primeira metade da década de 1970.

(...) o parque hoteleiro de Goiânia trabalha com uma média anual de ocupação de 80%, índice considerado bastante elevado. No mês de julho, entretanto, é insuficiente para atender a demanda, trabalhando como 100% da capacidade operacional, estimando em 15% o índice de desatendimento nessa época. Em 1974, ofereceu-se um total de 1.168 leitos para 704 aposentos existentes. Ainda nesse ano, o dispêndio médio/dia per capita, do turista, em Goiânia, foi de Cr\$ 2.233,00” (ESTADO DE GOIÁS, 1976, p. 96-97).

O documento cita ainda dois pontos turísticos do Estado de Goiás que já se desenvolviam significativamente: Aruanã e Pirenópolis. A cidade de Aruanã, em julho de 1973, recebeu 1.691 turistas e contabilizou 523 mil cruzeiros de receitas (a preços de 1974). Já em Pirenópolis, “nos dois principais dias da Festa do Divino, em 1973, entraram 2.606 turistas” (ESTADO DE GOIÁS, 1976, p. 97) e estimou-se em 147 mil cruzeiros o ingresso de recursos financeiros.

Ressalta-se uma informação importante que permite inferir uma das razões do desenvolvimento hoteleiro em Goiânia: a falta de “condições materiais do Sistema Estadual de Turismo para atuar mais agressivamente” (ESTADO DE GOIÁS, 1976, p. 97). Tal fato favoreceu – ou incentivou – a atuação da iniciativa privada.

Dados do Estado de Goiás apresentam os projetos privados nos anos de 1971 a 1974: Instalação de empresas turísticas; ampliação do parque hoteleiro de Caldas Novas; Implantação e ampliação do turismo no Rio Araguaia; início de empreendimentos em Itajá, Itiquira e Pirenópolis; e realização de estudos de implantação de redes de moteleria ao longo da Belém-Brasília. (ESTADO DE GOIÁS, 1976).

Nessa época, ainda de acordo com informações do Estado de Goiás, a falta de reconhecimento e conhecimento da atividade turística e seus benefícios econômicos e sociais, bem como a falta de mão-de-obra qualificada – inexistiam escolas de formação – foram levantados como entraves sociais significativos ao desenvolvimento turístico para o Estado. Igualmente, foram elencados como barreiras ao desenvolvimento do turismo a falta de uma linha de financiamento e o estágio ainda incipiente da infraestrutura de apoio, ou seja, transportes, energia, comunicação e saneamento.

Igualmente importante é notar que no Plano de Ação do governo de Ary Ribeiro Valadão (1979-1983) ainda se elencava a deficiência na infraestrutura: “O Estado de Goiás é um vasto campo para a exploração turística, porém ainda dependente da complementação da infra-estrutura básica para se extrapolar ao turismo intermunicipal e interestadual” (ESTADO DE GOIÁS, 1980, p. 219).

Apesar de destacar a atuação de agências de viagens e de *camping*, o mesmo Plano de Ação alertava que somente Goiânia e Caldas Novas tinham, à época, uma hotelaria significativa, sendo que a Cidade de Goiás contava apenas com o Hotel Vila Boa. Além destes, é citado que nem mesmo Anápolis possuía rede hoteleira adequada. (ESTADO DE GOIÁS, 1980).

Ao tratar da década de 1970 o Plano Setorial de Trabalho – Indústria, Comércio e Turismo – Março 84/Março 87, referente ao Governo de Iris Rezende, aponta que o desenvolvimento da atividade turística se encontrava abaixo do verificado no setor terciário (ESTADO DE GOIÁS, 1984) e complementa:

Segundo dados oficiais, as taxas anuais de crescimento verificados no período 1970/1979 foram de 1,70% para os estabelecimentos, 3,30% para o pessoal ocupado no setor e 3,40% para as unidades habitacionais. Dados da mesma fonte, informaram que a participação de Goiás em relação ao Brasil era bastante significativa, ou seja, Goiás participava com 7,3% dos estabelecimentos, com 4,8% do pessoal ocupado e com 5% das unidades habitacionais.

No entanto, estes dados não fornecem com precisão as características do sub-setor turismo, que tem necessidade de maior divulgação de suas potencialidades, bem como, a exploração consequente de seus diversos polos [*sic*] turísticos implantados, através da revisão das políticas adotadas até então para o setor.

Para tanto torna-se necessário criar medidas que possibilitem superar as condições de se investir como forma de dinamizar a demanda pelo turismo em Goiás. (ESTADO DE GOIÁS, 1984, p. 20)

Nota-se, portanto, que a atividade turística era observada e que ações com o objetivo de incrementar o faturamento eram planejadas. Entretanto, não se constata um desenvolvimento significativo da infraestrutura de apoio e de incorporação/aceitação do turismo por parte da sociedade. Tais avanços só viriam a ser conquistados mais recentemente.

Galli (2005) aponta que na década de 1970 havia 51 hotéis, 373 apartamentos e 1.051 quartos, e ainda 46 pensões em Goiânia. Já no ano de 1980, o Município passa a ter 77 hotéis e 80 pensões. Datam também da década de 1970 o Autódromo Internacional de Goiânia (1974) e o Estádio Serra Dourada (1975).

Na década de 1980 o turismo e hospitalidade de Goiânia é favorecido com a inauguração do Castro's Park Hotel, em 1986. Também na década de 1980 ocorre no Autódromo Internacional o Grande Prêmio Mundial de Motovelocidade, em 1987 e 1989. (GALLI, 2005)

Por outro lado, no ano de 1987, ocorre em Goiânia o maior acidente radiológico do Brasil e o segundo maior do mundo, o acidente com o Césio 137. O Município de Goiânia sofre um grande esvaziamento turístico e a população é discriminada ao visitar outros lugares, em razão da repercussão do acidente e a pouca informação confiável no momento inicial.

O desenvolvimento do Município de Goiânia no segmento de turismo de eventos e negócios pode ser atribuído, inicialmente, a construção do Centro de Cultura e Convenções, atualmente denominado de Centro de Convenções de Goiânia – CCG. Sua inauguração foi em abril de 1994 e obteve reconhecimento nacional e internacional (América Latina). No ano de 2001 a administração desse espaço de eventos é licitada e assumida pela iniciativa privada (administrada atualmente pela Porto Belo Construções e Comércio). (GALLI, 2005)

Nesse contexto, depreende-se que a partir da metade da década de 1990 houve como que uma preparação mais efetiva para a modernização do turismo em Goiânia. O Estado de Goiás como um todo já se orientava nessa perspectiva. Nos anos 1990, Caldas Novas continuou a se destacar enquanto destino turístico. Nesse Município havia disponibilidade de 20 mil leitos e estavam sendo construídos 70 novos hotéis. (GALLI, 2005)

Dados da ABIH-GO, fundada em novembro de 1986, citados por Galli demonstram a evolução no número de leitos ofertados em Goiânia no período de 1997/2004. A tabela a seguir apresenta esses dados, cujo aumento no período foi de 92%.

Tabela 3: Número de Leitos Ofertados em Goiânia – 1997/2004.

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Nº de Leitos	5.463	6.586	7.256	7.834	8.350	8.800	9.033	10.522

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de ABIH-GO *apud* Galli (2005).

Já em 2010 a ABIH (2010) identificou a existência de 152 hotéis e 15.626 leitos em Goiânia, o equivalente a um aumento de quase 100% no número de hotéis em relação ao ano de 1980 e um aumento de quase 50% no número de leitos em relação ao ano de 2004.

Por fim, depreende-se que o turismo e hospitalidade em Goiás/Goiânia historicamente era identificado como potencial sem, contudo, ser alvo de um planejamento que se efetivasse.

Ainda que o incentivo ao turismo estivesse previsto na Constituição do Estado de Goiás (Seção V, Art. 143) o incremento turístico de Goiás/Goiânia pode ser devido, principalmente seu desenvolvimento inicial, à iniciativa privada, sendo notada uma participação maior do poder público somente mais recentemente, sobretudo com o planejamento da atuação do Estado no setor, a saber, com a elaboração do Plano Estadual de Turismo, por exemplo.

PARTE II

ANÁLISE DE CONTEXTOS DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE

6 PANORAMA MUNDIAL DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE

Apesar de o momento econômico mundial ser de constantes preocupações, o turismo mundial tem demonstrado certa resiliência no primeiro semestre de 2012. Nesse período foi constatado um aumento de 22 milhões de chegadas internacionais em relação ao mesmo período em 2011. Do total de países que informaram dados de chegadas internacionais de turistas (142), 119 identificaram aumento (UNWTO, 2012c). Até junho de 2012 as chegadas internacionais de turistas somaram 467 milhões e a expectativa é que atinja a marca de um bilhão até o fim deste ano.

De acordo com o Secretário Geral da UNWTO, Taleb Rifai, o turismo é um dos poucos setores da economia que está crescendo fortemente, conduzindo o progresso em países em desenvolvimento e desenvolvidos, e mais importante ainda, criando postos de empregos. (UNWTO, 2012c)

A Ásia e o Pacífico, por exemplo, lideraram o aumento no número de chegadas internacionais, com 8%. A Europa, apesar da volatilidade econômica da região do Euro, apresentou crescimento de 4%. As Américas cresceram 5% de janeiro a junho em relação a igual período do ano de 2011, sendo que a América do Sul foi considerada a sub-região com crescimento mais rápido nos últimos anos (10% e 9% respectivamente em 2010 e 2011). Por fim, a África apresentou crescimento de 7%, sendo citado o retorno do fluxo turístico na Tunísia e o conflito na Síria, que ainda não permite um aumento mais significativo no Oriente Médio. (UNWTO, 2012c)

Desta forma, nota-se que apesar da volatilidade da economia mundial, o turismo se encontra em período de crescimento, portanto, com um panorama favorável, demonstrado no que tange às chegadas internacionais de turistas. Em longo prazo a UNWTO prevê que as chegadas internacionais de turistas podem atingir 1,4 bilhões em 2020 e a 1,8 bilhões em 2030, o que representaria um crescimento de 3,3% ao ano, de 2010 a 2030. (UNWTO, 2012b)

7 PANORAMA BRASILEIRO DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE

Ainda que em meio a turbulências financeiras mundiais, o turismo brasileiro apresenta tendência de evolução. A produção total das Atividades Características do Turismo – ACTs em 2007 alcançou o valor de 168,8 bilhões, o que representa 3,6% da economia brasileira. Os setores mais representativos da atividade são os serviços de alimentação (40%) e o transporte rodoviário (19,2%) (IBGE, 2010). A hotelaria não tem registrado impactos em função da crise externa e, pelo fato de o dólar, principalmente, estar em alta, o destino Brasil se encontra mais acessível, assim como o turismo doméstico. O gráfico a seguir apresenta a evolução das receitas e despesas turísticas brasileiras.

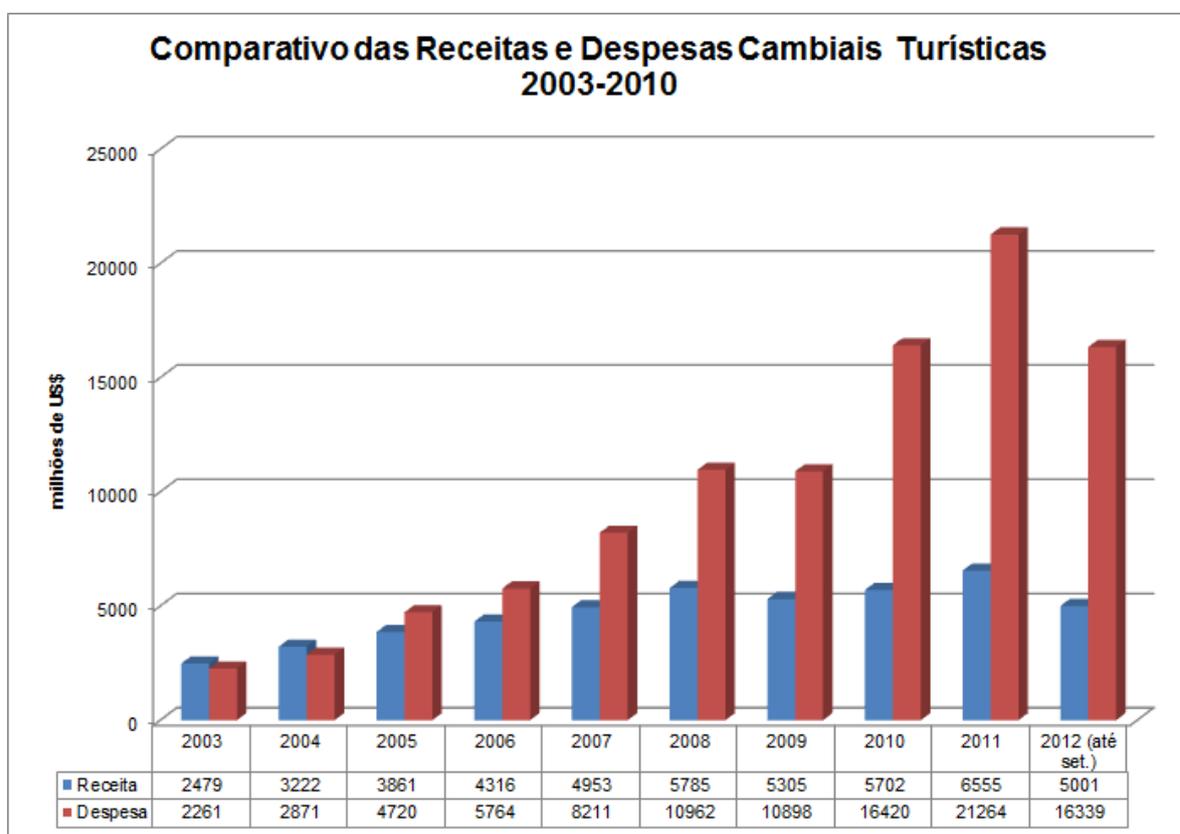


Gráfico 3 – Comparativo das Receitas e Despesas Cambiais Turísticas 2003-2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Ministério do Turismo – Dados e Fatos.

A Receita Cambial Turística é o valor gasto pelos turistas estrangeiros no Brasil. Conforme mostra o gráfico 4, esse valor vem crescendo desde 2003 (a uma taxa média anual de 13,78%). A Despesa Cambial Turística, por sua vez, é o valor gasto pelos brasileiros em visita ao exterior. Em 2009, tanto a receita quanto a despesa sofreram redução, isso é

consequência, principalmente, de dois fatos internacionais, a saber: a crise financeira internacional em meados de 2008 (a chamada “crise dos *subprimes*”) e ao surto de Influenza A H1N1 (a chamada gripe suína) em 2009 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009).

É possível perceber que o crescimento da despesa cambial é maior que o da receita (a taxa média anual de crescimento é de 34,22%), ou seja, os gastos dos brasileiros no exterior superam os gastos dos estrangeiros no Brasil. O gráfico a seguir mostra esse saldo cambial (diferença entre receita e despesa cambial).

Como é possível observar, a conta Turismo do Brasil, apresenta um déficit médio de 3.284 milhões de dólares no período 2003/10 e a tendência é de crescimento deste déficit. O saldo encontra-se negativo desde 2005, quando houve valorização do real em relação ao dólar, tornando as viagens internacionais mais atrativas aos brasileiros.

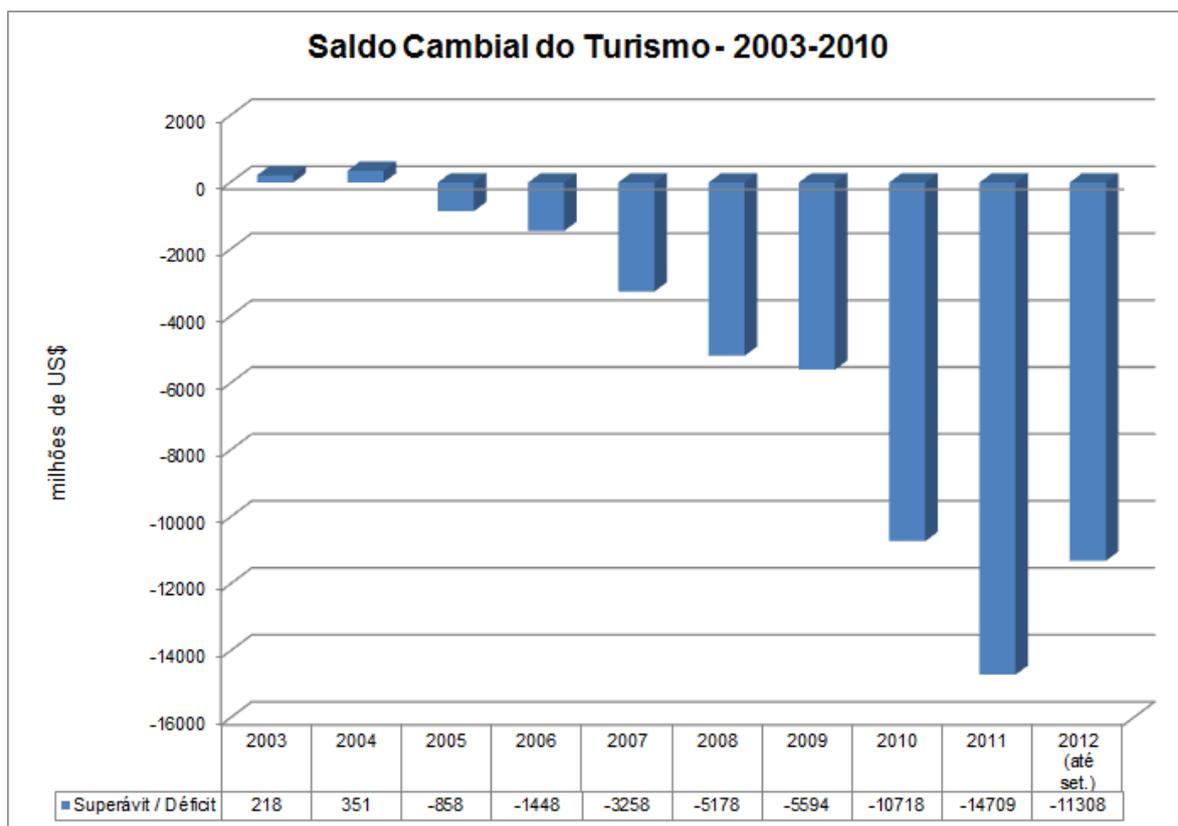


Gráfico 4 – Saldo Cambial do Turismo 2003-2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Ministério do Turismo – Dados e Fatos.

Por outro lado, mesmo que o turismo brasileiro no exterior cresça mais, as chegadas de turistas ao Brasil têm demonstrado evolução positiva, conforme os dados do Gráfico 5 demonstram.

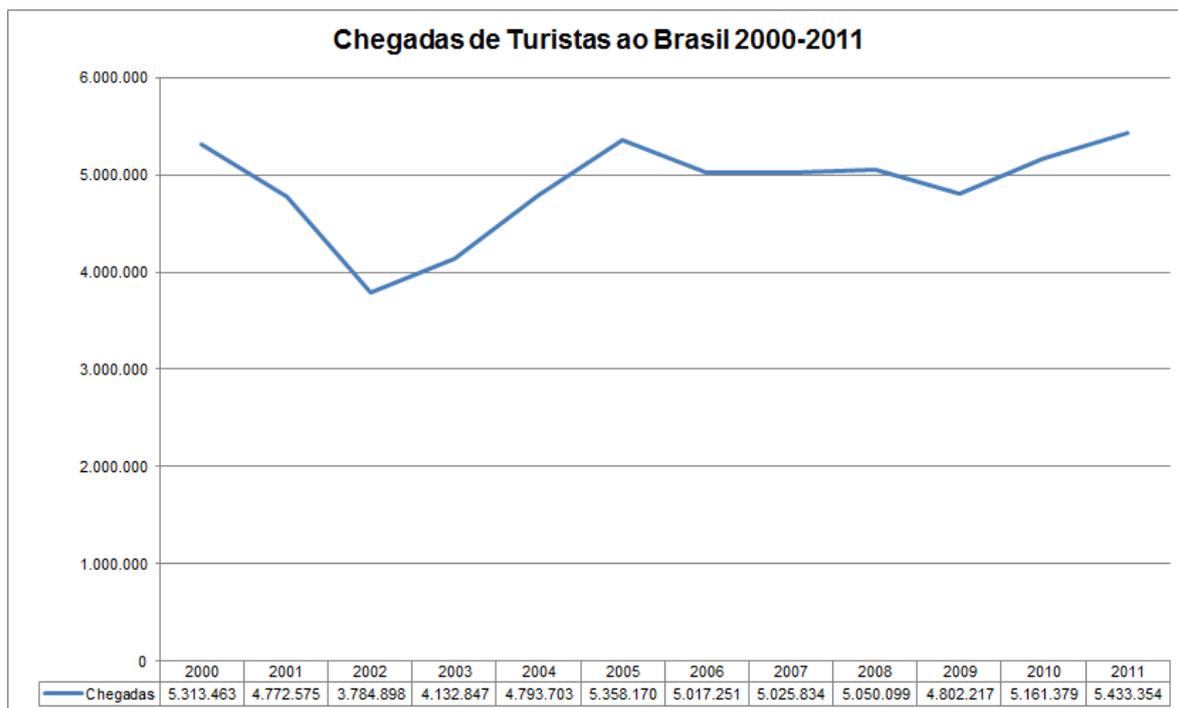


Gráfico 5 – Chegadas de Turistas ao Brasil 2000-2011.

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do Ministério do Turismo – Dados e Fatos.

Desta forma, o turismo tem apresentado aspectos favoráveis a uma expectativa de crescimento futuro, seja pelo aumento nos desembarques nacionais e internacionais, aumento nos financiamentos etc., seja pela própria resiliência que o setor tem apresentado ante a volatilidade econômica mundial. Dados de 2009 apontam que o setor representa 3,7% do PIB nacional. Também os dados do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo, da Pacet e de outras pesquisas e/ou notícias corroboram a expectativa de sustentação de crescimento no setor vislumbrada pela UNWTO.

8 PANORAMA ESTADUAL E LOCAL DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE

O turismo no Estado de Goiás até o final da década de 1990 e início da década de 2000 ainda era alvo de títulos como incipiente, amador, desestruturado etc. Entretanto, pode-se notar que é possível uma leitura diferente em relação a momentos anteriores do turismo local. Pode-se dizer que atualmente o setor tem buscado um direcionamento e estruturação que permitam o desenvolvimento na medida em que se espera do potencial presente no Estado.

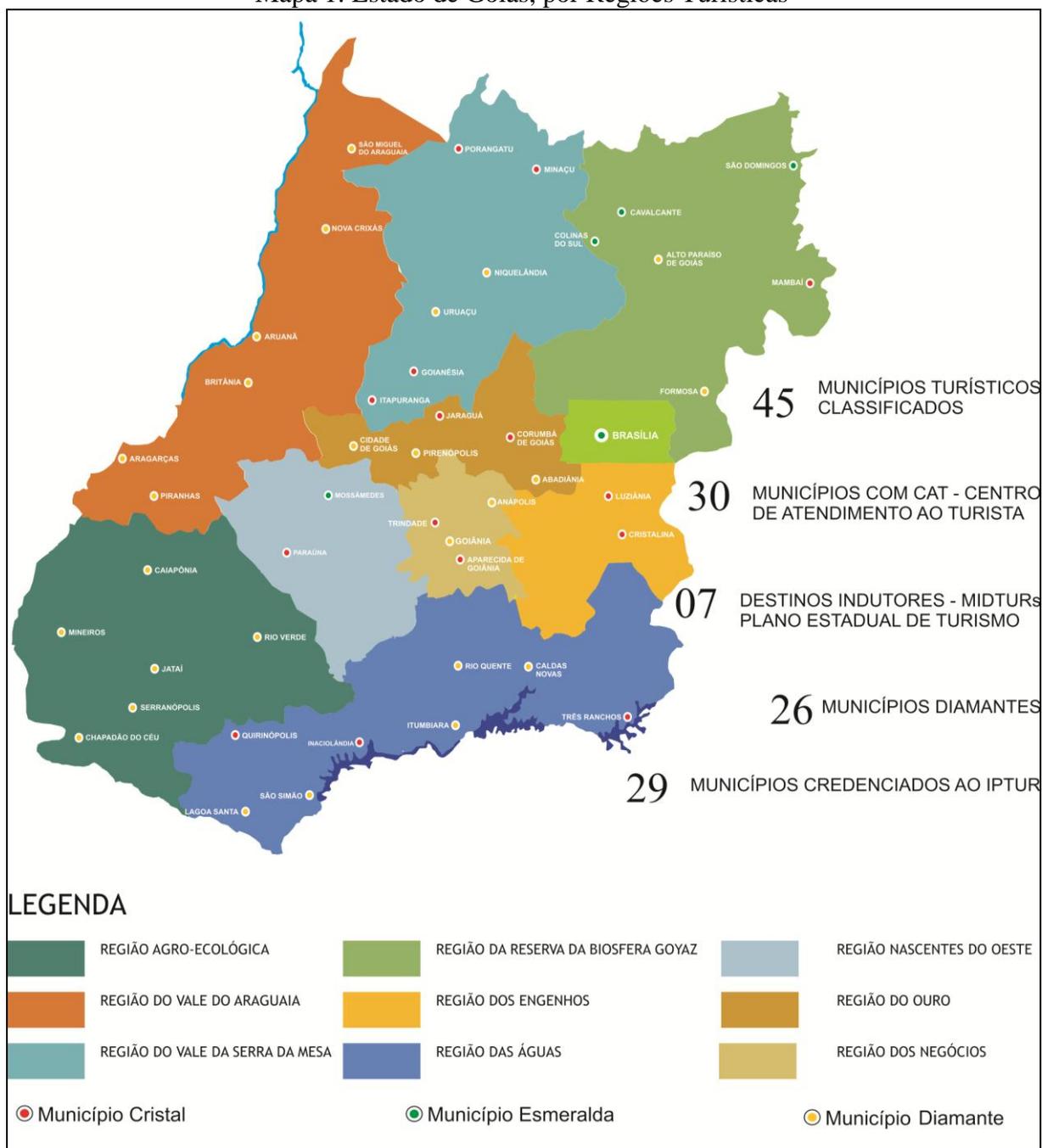
Uma das questões que qualificam o panorama local como favorável ao desenvolvimento turístico é o estabelecimento das regiões turísticas do Estado, quais sejam: Agroecológica; Vale do Araguaia; Vale da Serra da Mesa; Reserva da Biosfera Goyaz; dos Engenhos; das Águas; Nascentes do Oeste; do Ouro; e Região dos Negócios, conforme apresentado no Mapa 1.

É necessário pontuar que

Goiás é um estado de dimensões amplas onde se situam municípios guarnecidos de diferentes atrativos que motivam diferentes modalidades de turismo. Sejam naturais e/ou artificiais, tais atrativos potencializam a existência de um dinâmico mercado turístico apto a satisfazer as necessidades de diferentes perfis de clientes, em busca de lazer, aventura, contato com a natureza ou com patrimônios históricos, ou ainda encontros de interesse profissional – afinal, o estado é um polo agropecuário –, institucional, de caráter técnico, científico ou social. (VALLE *et. al*, 2011, p. 192)

Dentre as diversas modalidades potenciais para o Estado citam-se aquelas ligadas à natureza e cultura. Nesse sentido, pode-se destacar Pirenópolis, São Domingos, Alto Paraíso, Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional das Emas e Serranópolis como alguns locais com atrativos ligados à natureza e Cidade de Goiás – sobrados coloniais e arquitetura barroca das igrejas – e Pirenópolis – Cavalhadas, considerada uma das tradições mais importantes do Estado. (VALLE *et. al*, 2011)

Mapa 1: Estado de Goiás, por Regiões Turísticas



Fonte: Gerência de Marketing – Goiás Turismo. (Última atualização: 10 de setembro de 2010).

Em relação a embarques e desembarques de passageiros, dados da Infraero (2011) identificam que no ano de 2011 no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, estes números chegaram a 2.802.002, um aumento de 19,30% em relação ao ano de 2010. Naquele ano, o movimento de aeronaves somou 70.128 pousos e decolagens. (INFRAERO, 2011)

Quanto aos empregos nas Atividades Características do Turismo em Goiás e na capital Goiânia, estes são apresentados nos subtítulos 10.3 e 10.4 e 11.3 e 11.4. Neste ponto, vale

destacar apenas que, conforme apresentado no Boletim Dados do Turismo de Goiás (IPTUR, 2011), a partir de números da Sefaz 2011, as ACTs somaram uma arrecadação de tributos estaduais da ordem de 58.760.810 (janeiro a agosto de 2011), o que representa um aumento de 197% em relação ao ano de 2003, quando arrecadou quase 20 milhões de reais.

PARTE III

ANÁLISE DO PERFIL DO TRABALHO FORMAL E TENDÊNCIAS DAS ACTs

Esta análise tem por objetivo traçar o perfil dos profissionais com contrato formal de trabalho que atuam no setor de turismo e hospitalidade. Para isso, serão apresentados dados que se referem a características pessoais, como gênero e idade, além de características profissionais, como escolaridade e remuneração.

Tendo em vista o que pontua Carvalho (2011): “No Estado de Goiás o turismo não tem sido trabalhado de modo que seus índices permitam visualizar a sua importância socioeconômica e avaliar seus resultados, considerando a criação e o perfil do emprego” (CARVALHO, 2011, p.128). O levantamento, portanto, buscará oferecer subsídios ao conhecimento da realidade do perfil do emprego no setor de turismo e hospitalidade no Brasil, Centro-Oeste, Estado de Goiás e Município de Goiânia.

Primeiramente, serão analisadas as Atividades Características do Turismo – ACTs de forma consolidada. Posteriormente, em virtude da diversidade dessas atividades, a análise será realizada por ACT isoladamente, a saber, as Atividades de Agências de Viagens e as Atividades de Alojamento.

O número de trabalhadores em ACTs no Brasil em 2005 era de 2.095.917, em 2010 esse número passa a ser de 2.829.253, portanto, houve um aumento percentual de 34,98%.

A partir dos dados do MTE/Rais é possível traçar um perfil geral dos trabalhadores em ACTs. Tendo como base o ano de 2010, tem-se que os empregados em ACTs no Brasil são, majoritariamente: homens (59,63%), entre 30 e 39 anos (29,17%), com escolaridade de ensino médio (44,73%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (73,44%). O título abaixo apresenta detalhes desse perfil nacional.

9 PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ACTs – BRASIL

Em todos os anos analisados é possível notar que o número de homens que trabalham em ACTs é superior ao de mulheres, sendo que em 2010 o percentual de trabalhadores era de 59,63% e o percentual de trabalhadoras era de 40,36%.

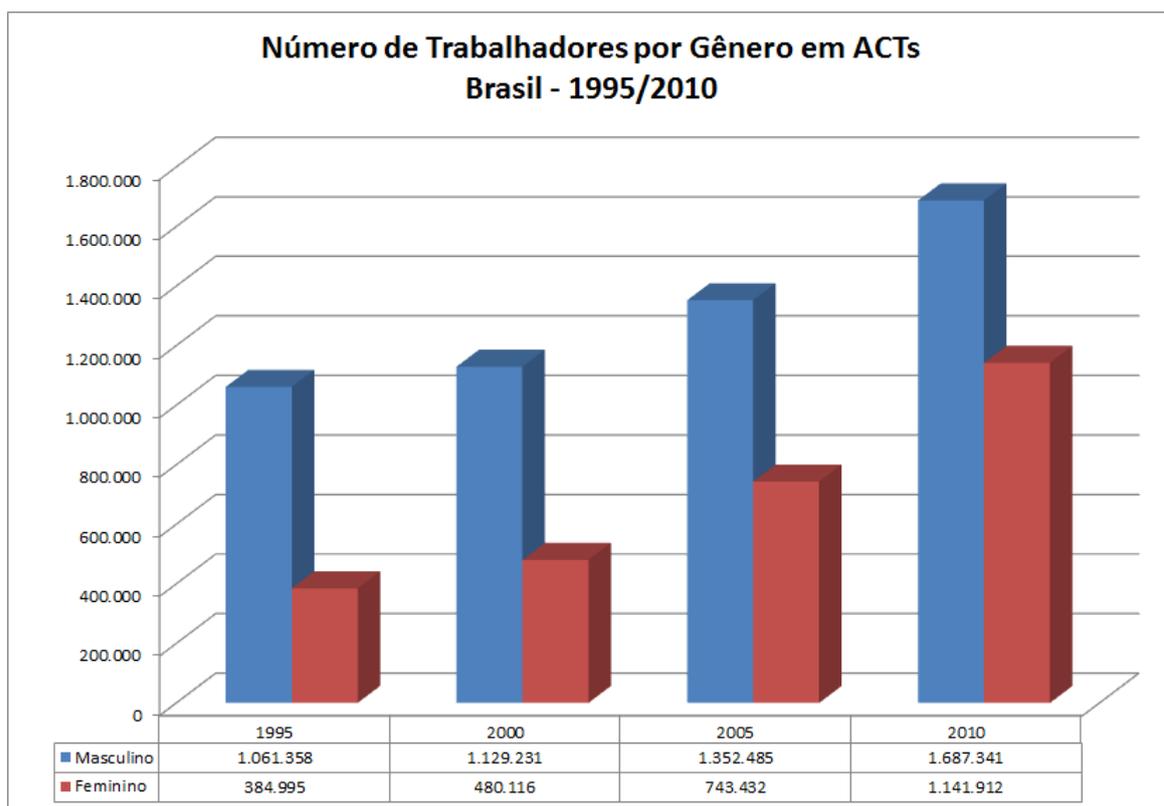


Gráfico 6 – Número de Trabalhadores por Gênero em ACTs, Brasil 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Em 2010 a faixa de idade mais significativa dos trabalhadores em ACTs era entre 30 a 39 anos, compondo 29,17% do mercado formal; e 20,73% dos trabalhadores possuíam entre 40 e 49 anos. Ocupados formais com idades entre 18 e 24 anos integravam 18,55% do mercado, seguidos de pessoas com idades entre 25 e 29 anos que ocupavam 17,23% do mercado e indivíduos com idades entre 50 e 64 anos que ocupavam 11,98% dos postos em ACTs.

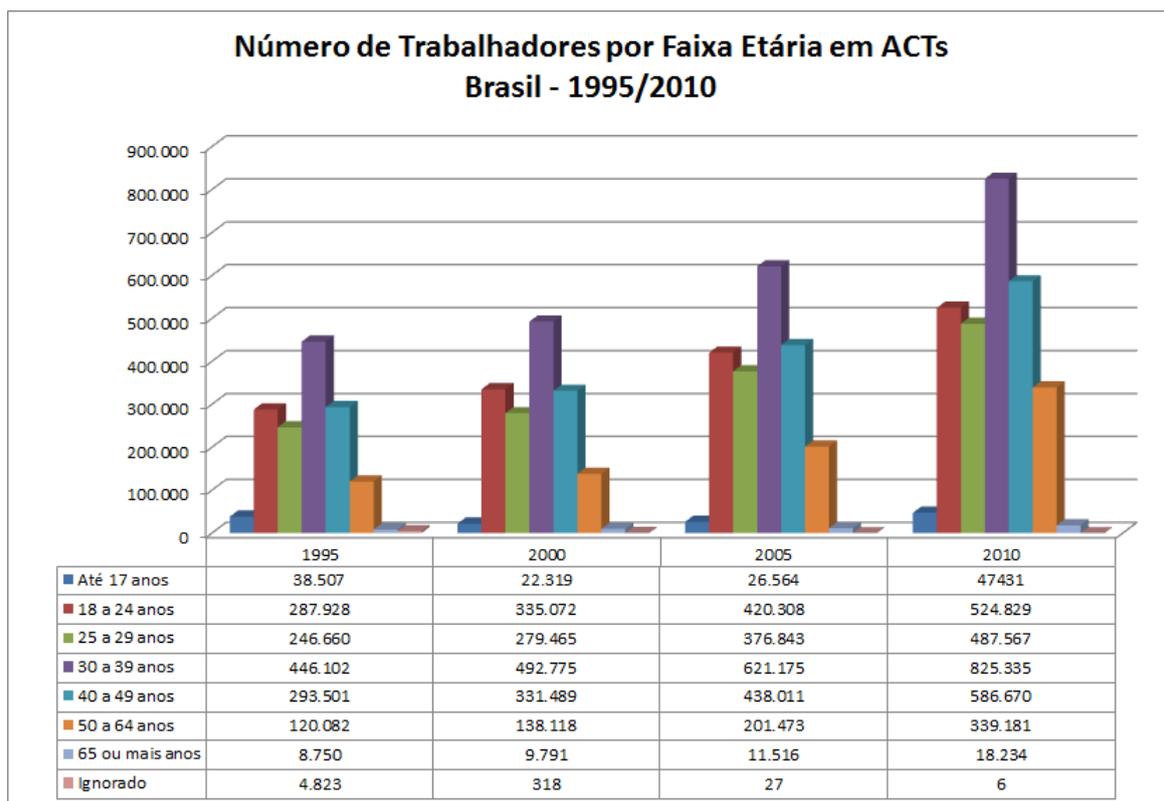


Gráfico 7 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em ACTs, Brasil 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Em 2005, no quesito escolaridade, 36,25% dos ocupados formais em ACTs possuíam o ensino fundamental completo, 31,86% possuíam ensino médio e 27,32% possuíam o ensino fundamental incompleto.

Em 2010, a maioria dos trabalhadores de atividades turísticas possuía o ensino médio, esses trabalhadores passaram a ocupar 44,72% do mercado turístico. Os que possuíam ensino fundamental completo ocupavam 30,64%, e 17,92% possuíam o ensino fundamental incompleto.

O número de empregados formais com ensino superior em 2005 era 86.042, em 2010 esse número passou a ser de 180.496, ou seja, houve um aumento percentual de mais de 100%.

A faixa salarial dos trabalhadores formalmente contratados nas ACTs em todos os anos analisados fixa, majoritariamente, entre 1,01 e três salários mínimos, sendo que em 2010 a porcentagem de trabalhadores nessa faixa salarial chegou a 73,44% do total.

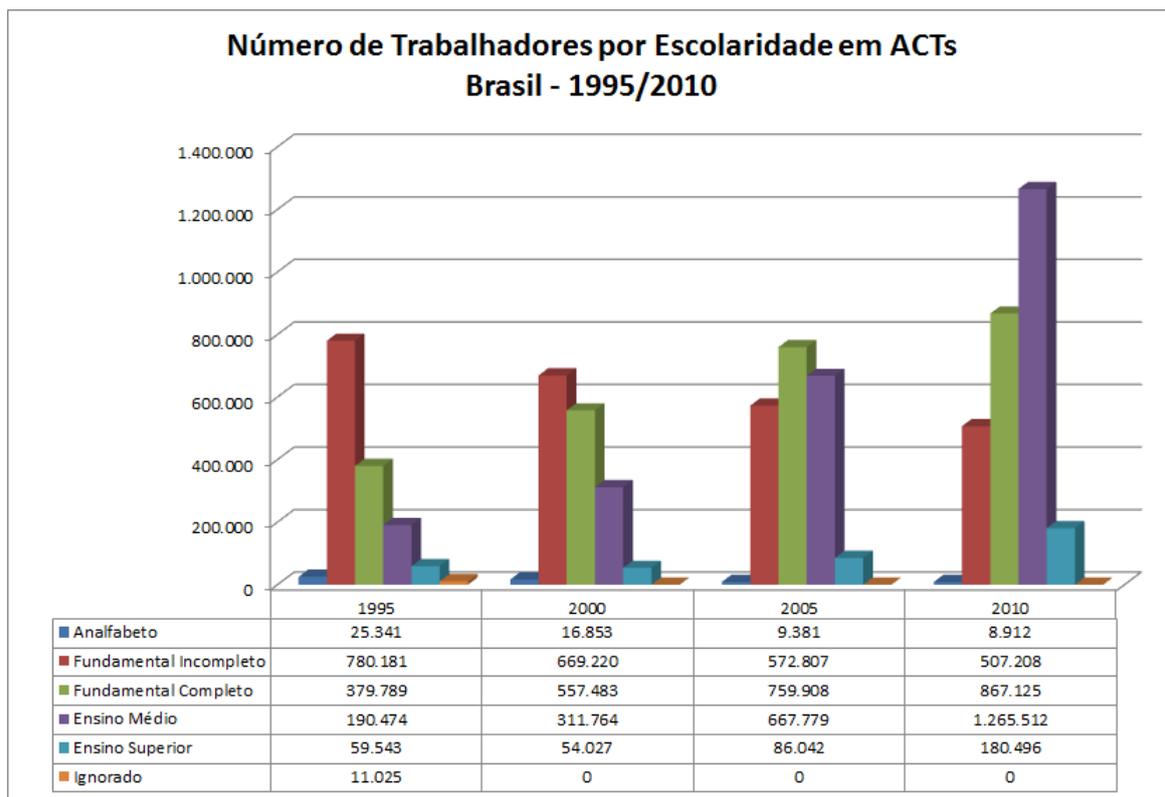


Gráfico 8 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em ACTs, Brasil 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

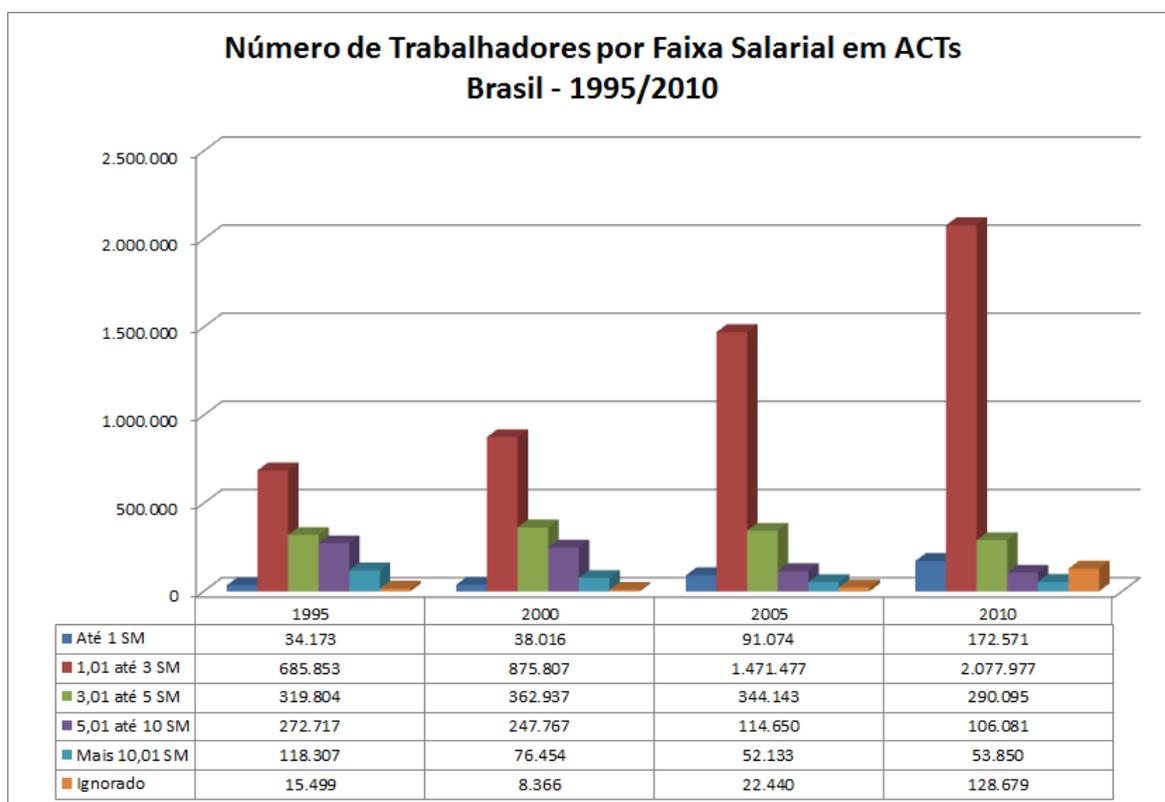


Gráfico 9 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em ACTs, Brasil 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

10 PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS

Neste segmento apresentam-se as principais características dos trabalhadores formais do setor de turismo e hospitalidade que atuam na atividade econômica de agências de viagens.

A atividade de Agências de Viagens era composta, na Cnae 95, pela Classe denominada Atividades de agências de viagens e organizadores de viagens, sob o código 63304. A partir da Cnae 2.0 passam a compor essa ACT as seguintes Classes: Agências de Viagens (7911-2), Operadores Turísticos (7912-1) e Serviços de Reservas e outros Serviços de Turismo não Especificados Anteriormente (7990-2).

De acordo com a Comissão Nacional de Classificação – CONCLA, a Classe Agências de Viagens compreende as atividades de organização e venda de viagens, pacotes turísticos, excursões; as atividades de reserva de hotel e de venda de passagens de empresas de transportes; o fornecimento de informação, assessoramento e planejamento de viagens para o público em geral e para clientes comerciais; as atividades de venda de bilhetes de viagens para qualquer finalidade; bem como, as atividades de venda de passagens aéreas por companhias estrangeiras.

Igualmente, a Classe Operadores Turísticos compreende a atividade de organizar e reunir pacotes turísticos e excursões que são vendidas em agências de viagens ou diretamente ao público cliente. As excursões podem incluir uma ou todas dentre as seguintes atividades: transporte, alojamento, alimentação, visitas a museus, lugares históricos e culturais, teatro, música e eventos esportivos. Compreende ainda as atividades dos guias de turismo.

A Classe Serviços de Reservas e Outros Serviços de Turismo não Especificados Anteriormente, por sua vez, contempla os serviços de informação e assistência a visitantes e organizações para a contratação de acomodação, de entretenimento e de locais para convenções etc; as atividades de assistência a turistas, inclusive dos órgãos de turismo nos níveis municipal, estadual e federal; as atividades de promoção do turismo local; os serviços de reservas relacionados a viagens (para transporte, hotéis, restaurantes, aluguel de carros, entretenimento e esportes); a venda de títulos, com direito a uso por tempo determinado, de hotéis e outros alojamentos turísticos (*time-share*); e as atividades de reserva e de venda de ingressos para teatro, cinema, shows, eventos de esportes e para todas as demais atividades de recreação e lazer. Além de não compreender as atividades das Classes já citadas não inclui os serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Classe 8230-0).

Essa atividade econômica contratou 46.439 pessoas no ano de 1995; já em 2000, o número de contratos formais caiu 26,57% em relação ao ano de 1995, somando 34.099 trabalhadores. O ano de 2005 demonstrou a retomada de contratações no setor, chegando a soma de 44.625 pessoas e, por fim, em 2010, o número de contratos formais chegou a 65.232. Importante observar que, apesar do momento econômico pouco favorável entre 2005 e 2009, principalmente, o número de contratações não apresenta queda.

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de agências de viagens no Brasil que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 é: mulheres (55,74%), com idades entre 30 e 39 anos (29,75%), com ensino médio (62,22%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (65,46%). Os subtítulos a seguir apresentam detalhes acerca desses trabalhadores no Brasil, Região Centro-Oeste, Estado de Goiás e Município de Goiânia-GO.

10.1 Atividades de Agências de Viagens – Brasil

Por meio dos dados do gráfico 10 observa-se que no Brasil há uma predominância feminina nas atividades de agências de viagem, sendo que em 2010 as mulheres ocupavam 55,74% dos cargos nesse setor e os homens ocupavam 44,25%.

Importante observar que apesar do conjunto das ACTs demonstrar predominância masculina as atividades de agências de viagens, não só nacionalmente mas nos demais âmbitos estudados também, apontam presença majoritária de mulheres. Leone *apud* Campos, Carvalho e Carvalho (2011) argumenta que

[...] o aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica, sobretudo das esposas, elevou-se o número de famílias com mulher na força de trabalho, tornando-se cada vez mais evidente o fato de que a sobrevivência e/ou a manutenção do *status quo* das famílias dependem, mais e mais, do esforço coletivo de todos os seus membros em idade para trabalhar, e a renda do trabalho da esposa tornou-se, essencial para a renda da maioria das famílias. (CAMPOS, CARVALHO e CARVALHO, 2011, p. 92)

Assim, vale pontuar que o turismo é uma das áreas mais acessíveis ao público feminino citado.

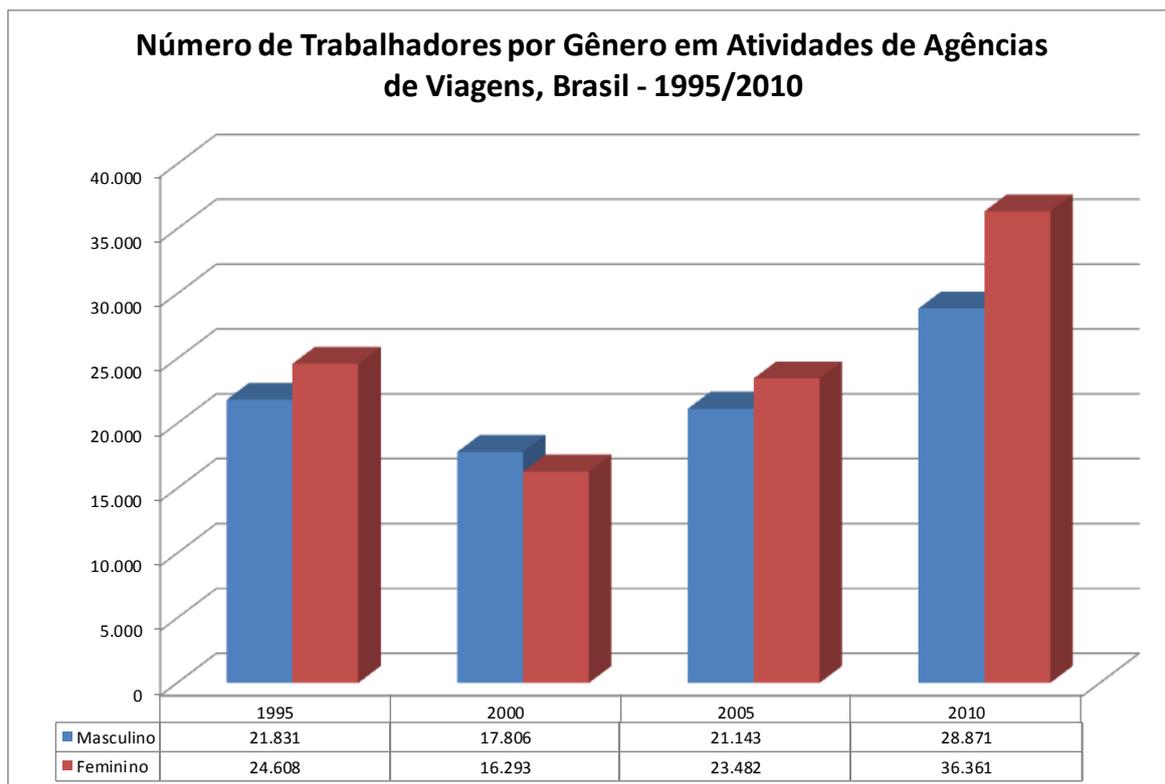


Gráfico 10 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

No geral, tendo como base os dados do ano de 2010, a faixa etária com maior número de empregados formais é a de 30 a 39 anos correspondendo a 29,74%, seguida da faixa etária de 25 a 29 anos com 24,49%. Os trabalhadores com idades entre 18 e 24 anos representaram 19,92% e aqueles com idades entre 40 a 49 anos 16,47%.

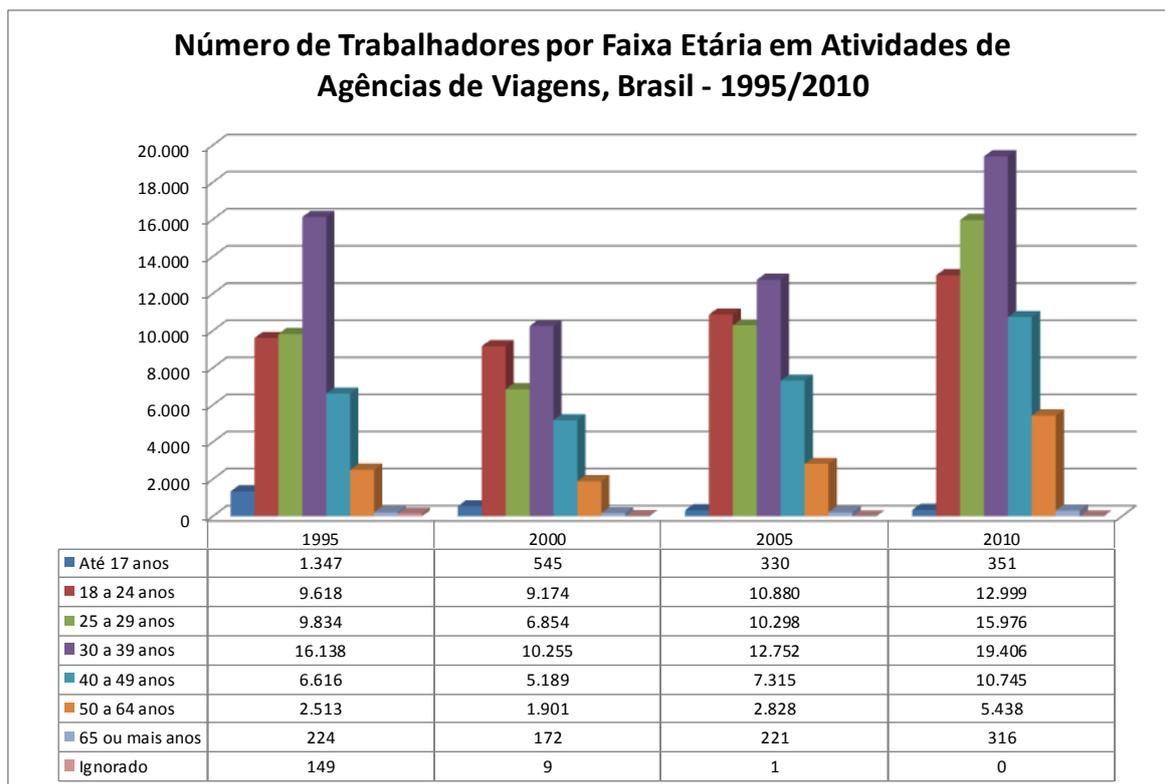


Gráfico 11 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

No quesito escolaridade pode-se notar que em 2010 a porcentagem de trabalhadores com ensino médio completo era de 62,20%. O número de trabalhadores que possuíam ensino superior apresentou alterações entre os anos de 2005 e 2010. Em 2005 a porcentagem de pessoas em atividade de agências de viagens com ensino superior era de 14,87%, em 2010 essa porcentagem passa a ser de 21,70%. Essa mudança indica um aumento da exigência de elevação de escolaridade dos trabalhadores formais de modo geral e, conseqüentemente, daqueles ocupados em atividades de agências de viagens no Brasil.

O Gráfico 12 ilustra, além do aumento no número de trabalhadores, a diminuição do número de pessoas com escolaridade inferior ao ensino médio e, por conseguinte, o aumento da presença deste e do ensino superior, que havia apresentado queda significativa no ano 2000.

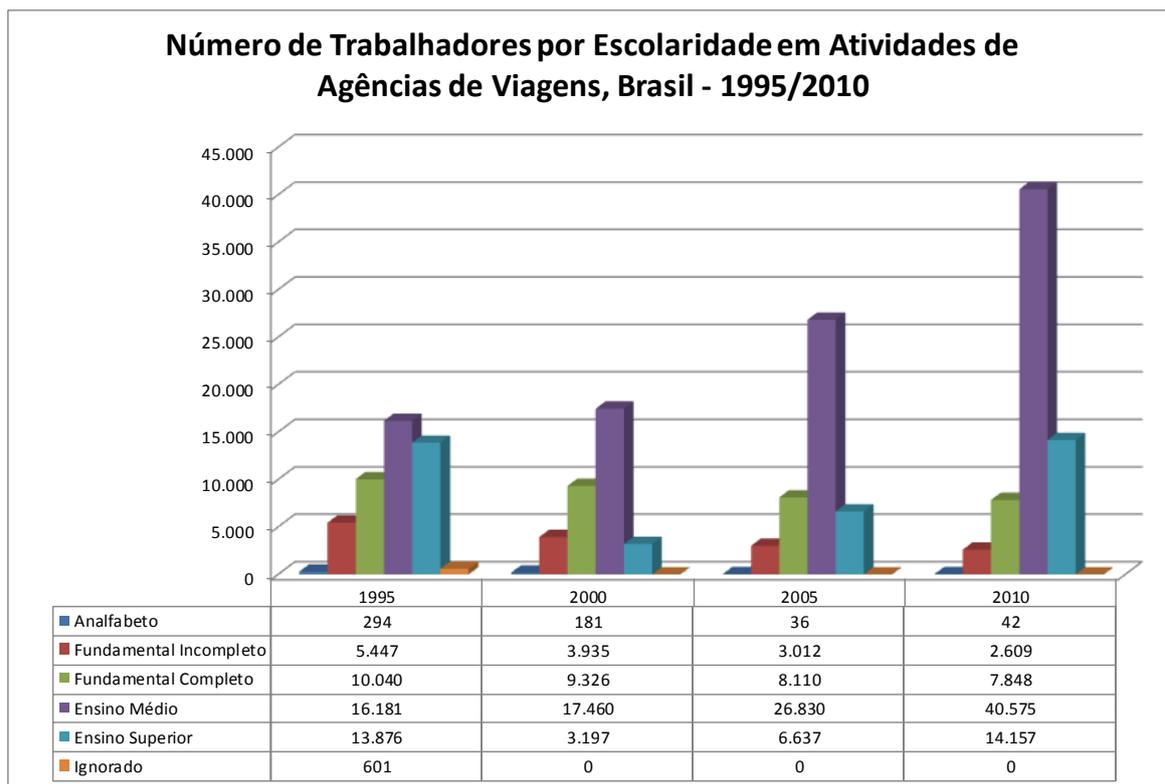


Gráfico 12 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Tanto em 2005 quanto em 2010, a faixa salarial da maioria dos empregados era de 1,01 a três salários mínimos, representando aproximadamente 65% do total de empregados. Essa concentração de trabalhadores nessa faixa salarial também é percebida nos demais anos estudados, conforme demonstra o Gráfico 13.

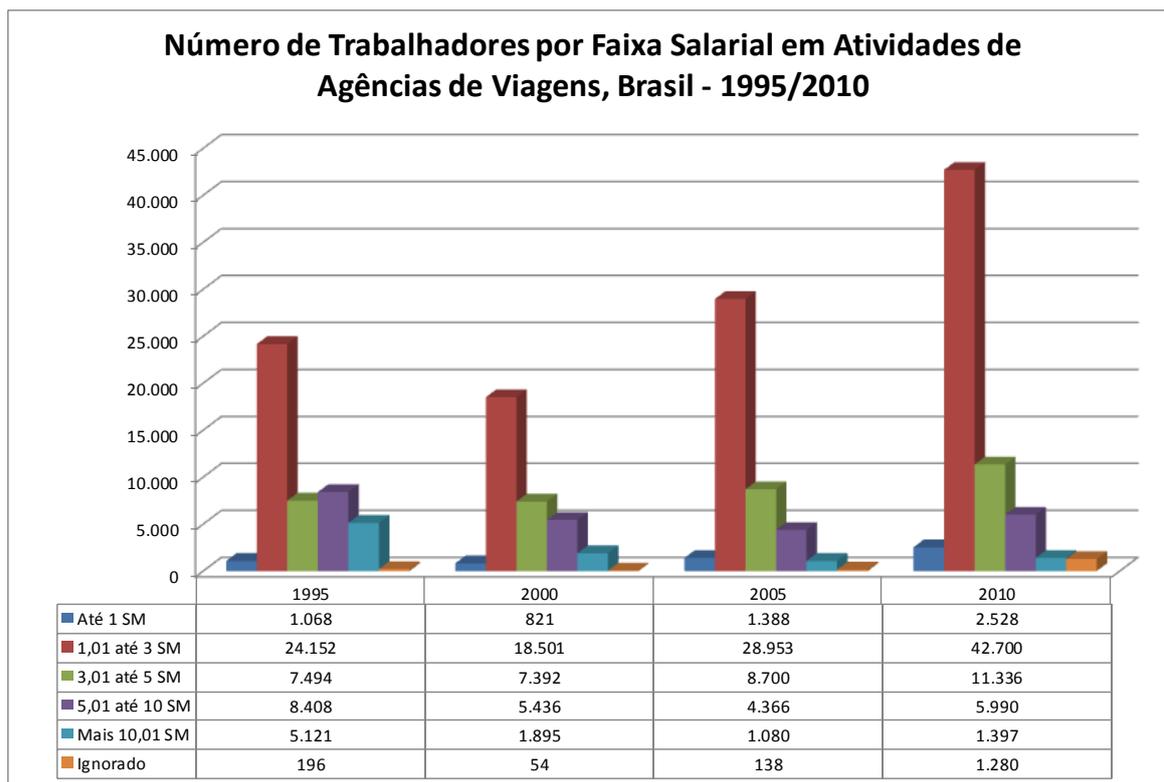


Gráfico 13 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

10.2 Atividades de Agências de Viagens – Região Centro-Oeste

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de agências de viagens na Região Centro-Oeste que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue os padrões nacionais, ou seja: mulheres (52,39%), com idades entre 30 e 39 anos (30,78%), com ensino médio (64,19%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (72,16%).

Na Região Centro-Oeste os empregados formais nas atividades de agências somavam 3.659 pessoas em 2005, já em 2010 o total de trabalhadores passou a ser de 5.695, apresentando um crescimento de 55,64% durante esse período.

Destes 5.695 ocupados do ano de 2010, 52,39% eram do sexo feminino e 47,60% eram do sexo masculino.

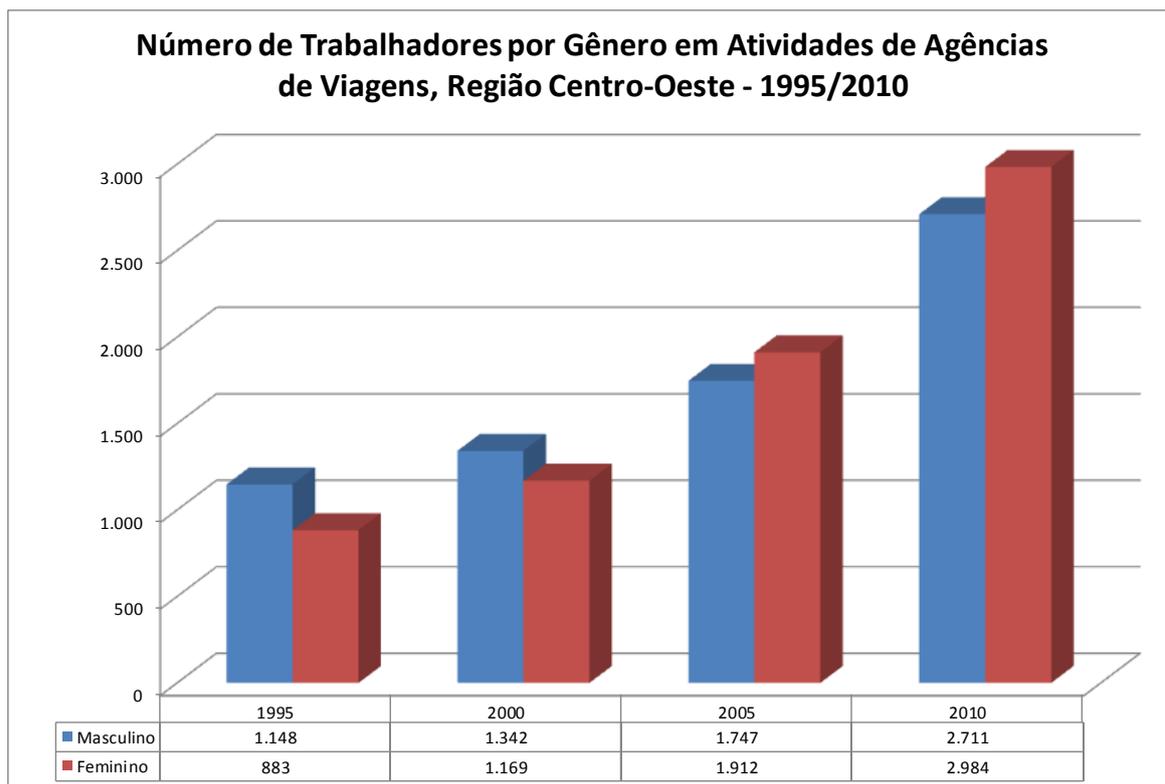


Gráfico 14 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

A faixa etária predominante na Região Centro-Oeste é de 30 a 39 anos, este segmento compõe 30,78% do mercado, seguido daqueles com faixa etária entre 25 e 29 anos que representaram 24,33% em 2010.

Apesar da faixa etária dominante no Centro-Oeste ser formada por jovens, entre 2005 e 2010, vale destacar o aumento significativo da participação de trabalhadores na faixa etária de 50 a 64 anos. Em 2005 o número de trabalhadores nessa faixa etária representava 4,4% do total e em 2010 essa porcentagem passa para 8,1%.

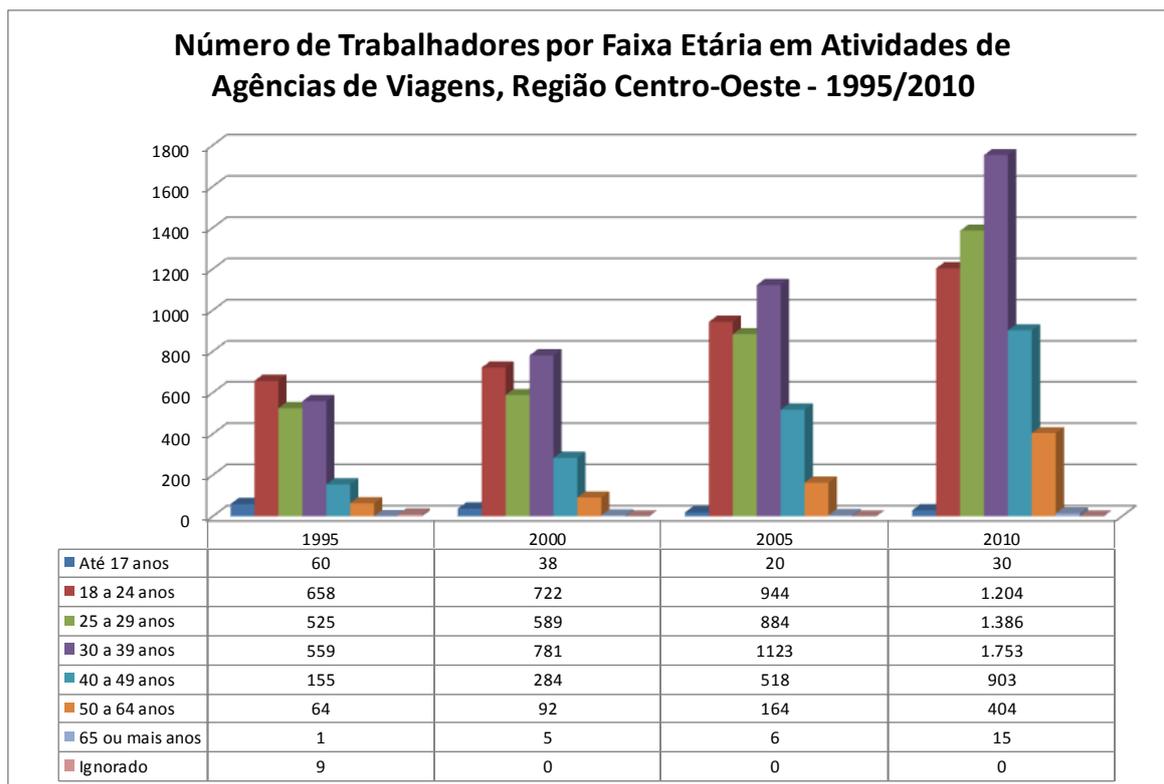


Gráfico 15 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Tendo como base o ano de 2010, nota-se que 64,19% dos ocupados em atividades de agências de viagens possuíam o ensino médio completo, isso quer dizer que a maioria dos trabalhadores possuía 11 anos ou mais de estudo.

Pelo gráfico é possível notar que o número de empregados formais com ensino superior obteve uma elevação entre os anos de 2005 e 2010. Em 2005 o percentual de trabalhadores com ensino superior era de 7,4% e em 2010 essa porcentagem passa para 13,39%.

Nesse quesito é importante destacar que o Centro-Oeste não acompanhou os dados nacionais principalmente no início da série, ou seja, quando em 1995 o Brasil destacava forte presença de trabalhadores com ensino superior (29,88%) o Centro-Oeste possuía apenas 83 trabalhadores com esse nível de escolaridade (4,08%). No ano 2000, os dados nacionais demonstram queda significativa da participação desses trabalhadores, chegando a representar 9,37% do total naquele ano, em termos absolutos o número cai de 13.876 para 3.197, enquanto na Região Centro-Oeste é identificado aumento no número absoluto, saindo de 83 para 98, entretanto a participação sofre queda e chega a 3,9%.

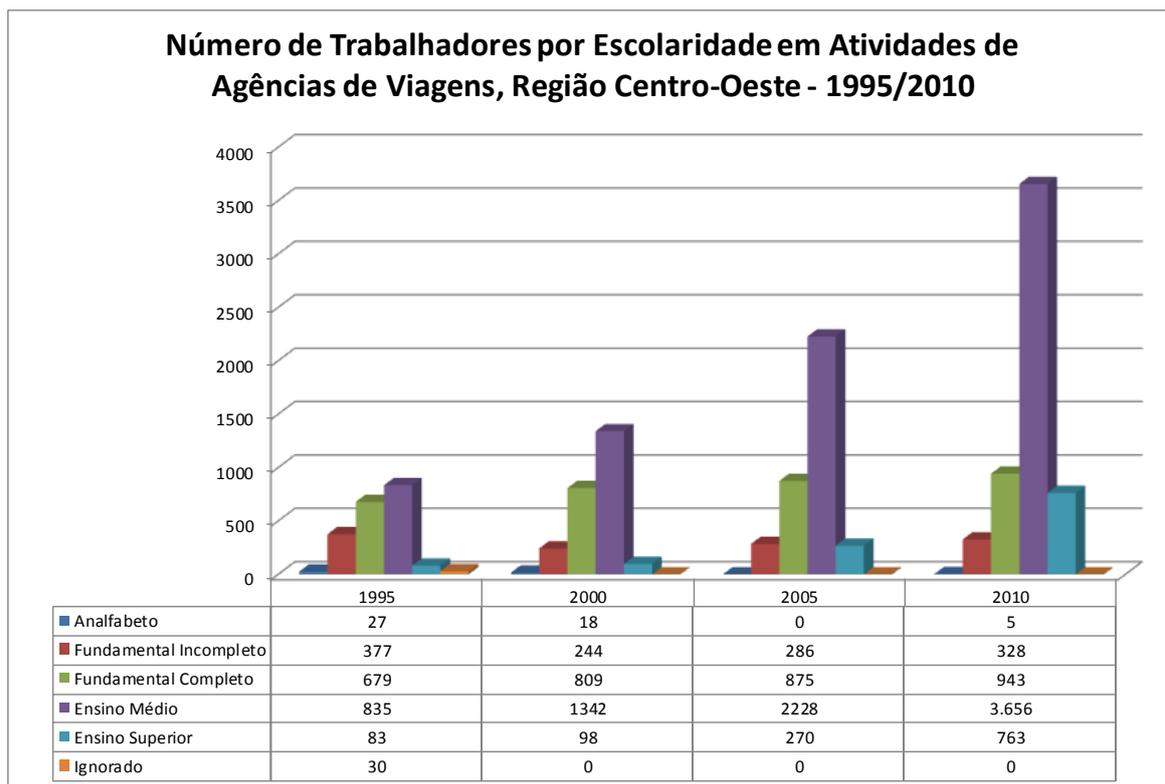


Gráfico 16 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Em relação à faixa salarial o gráfico a seguir demonstra que boa parte dos empregados recebia de 1,01 a três salários mínimos. Em 2010 porcentagem de trabalhadores nessa faixa salarial correspondia a 72,16% do total dos empregados formais.

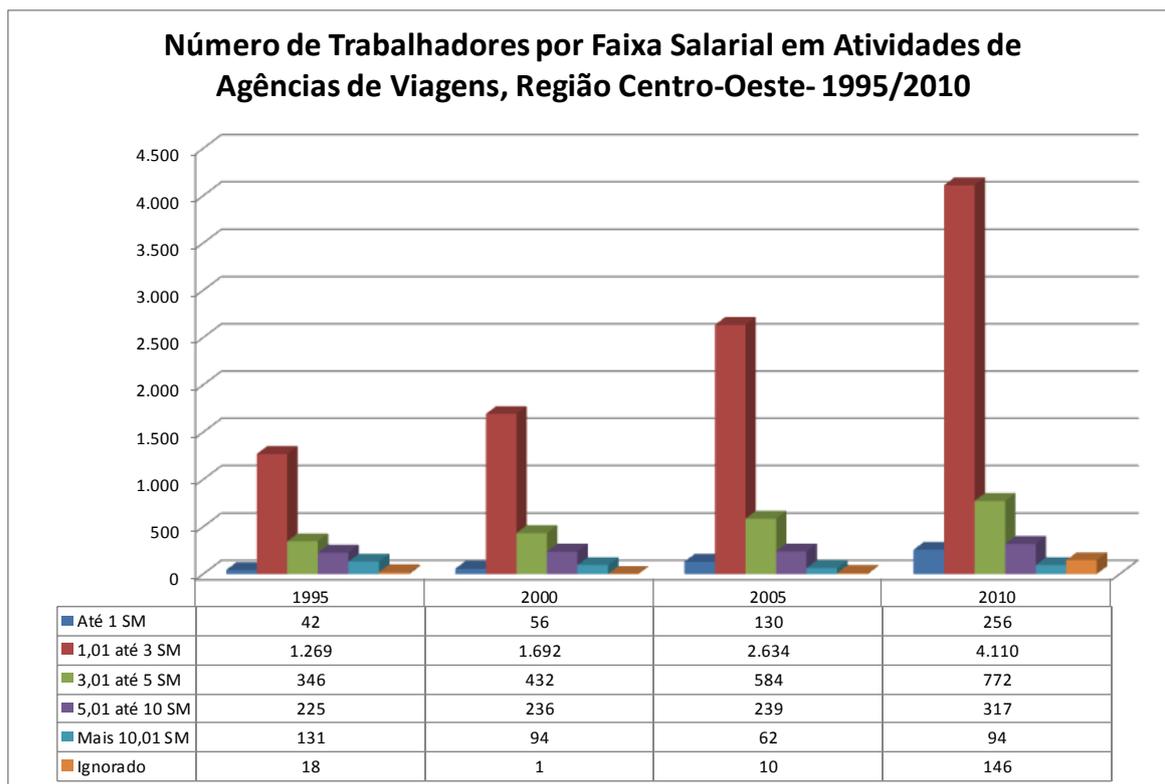


Gráfico 17 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Centro-Oeste – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

10.3 Atividades de Agências de Viagens – Estado de Goiás

O perfil dos trabalhadores em atividades de agências de viagens no Estado de Goiás levantado a partir dos dados do MTE/Rais, referentes ao ano de 2010, não difere daqueles visualizados no Brasil e Região Centro-Oeste: mulheres (58,66%), com idades entre 30 e 39 anos (30%), com ensino médio (62,53%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (75,15%).

O número de trabalhadores em agências de viagens atuando no Estado de Goiás subiu mais de 200% ao longo do período em estudo. Em 1995 o total de trabalhadores nessas atividades era de 426 pessoas, já em 2010 esse número passou a ser de 1.292 pessoas.

Com relação ao gênero destes trabalhadores, tendo como base o último ano da série, a maioria era do sexo feminino e representava 58,66% do total, conforme os dados do Gráfico 18 a seguir.

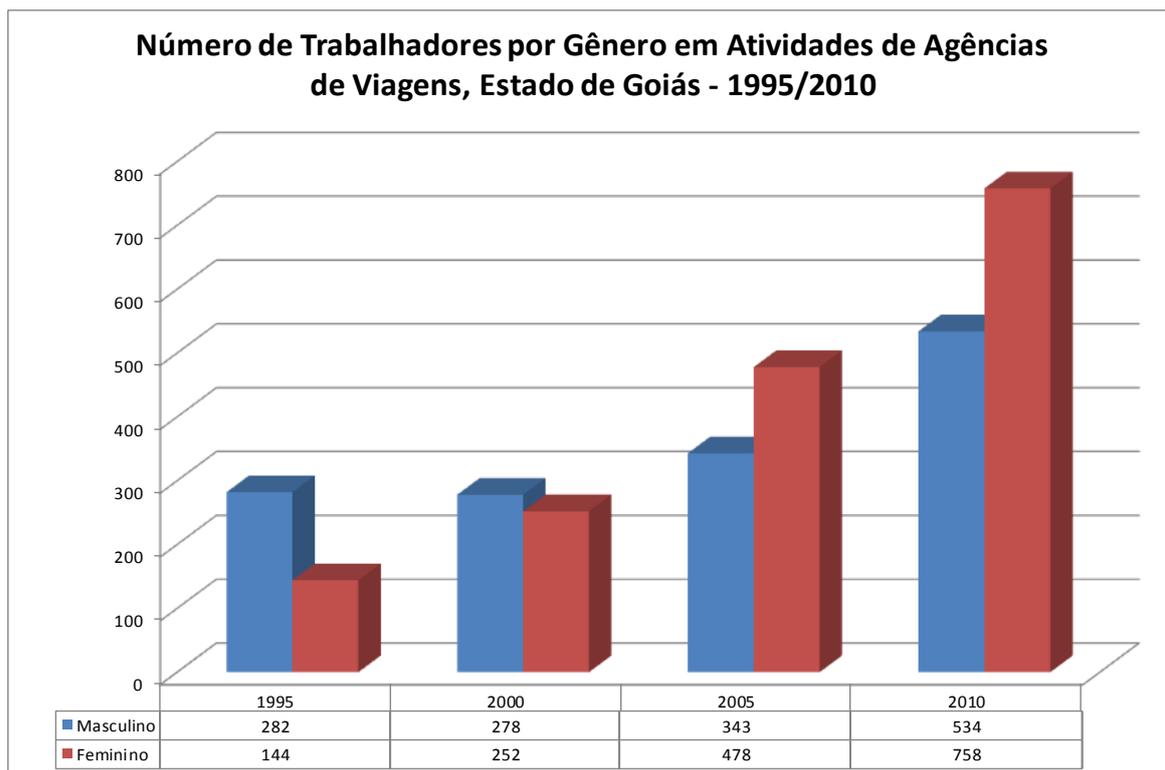


Gráfico 18 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

De acordo com o Gráfico 19 a faixa etária de 18 a 24 anos era predominante no ano de 2005 no Estado de Goiás, com 32,15% do total de ocupados formais, seguidos daqueles com faixa etária entre 30 e 39 anos – 28,38% – e entre 25 e 29 anos – 24,96%.

Em 2010, os maiores percentuais com relação à faixa de idade passaram a ser da faixa de 30 a 39 anos, com 30,03%, seguidos da faixa etária de 25 a 29 anos, com 26,31%, e os jovens de 18 a 24 anos passaram a ocupar 21,67% dos empregos formais de agências de viagens no Estado de Goiás.

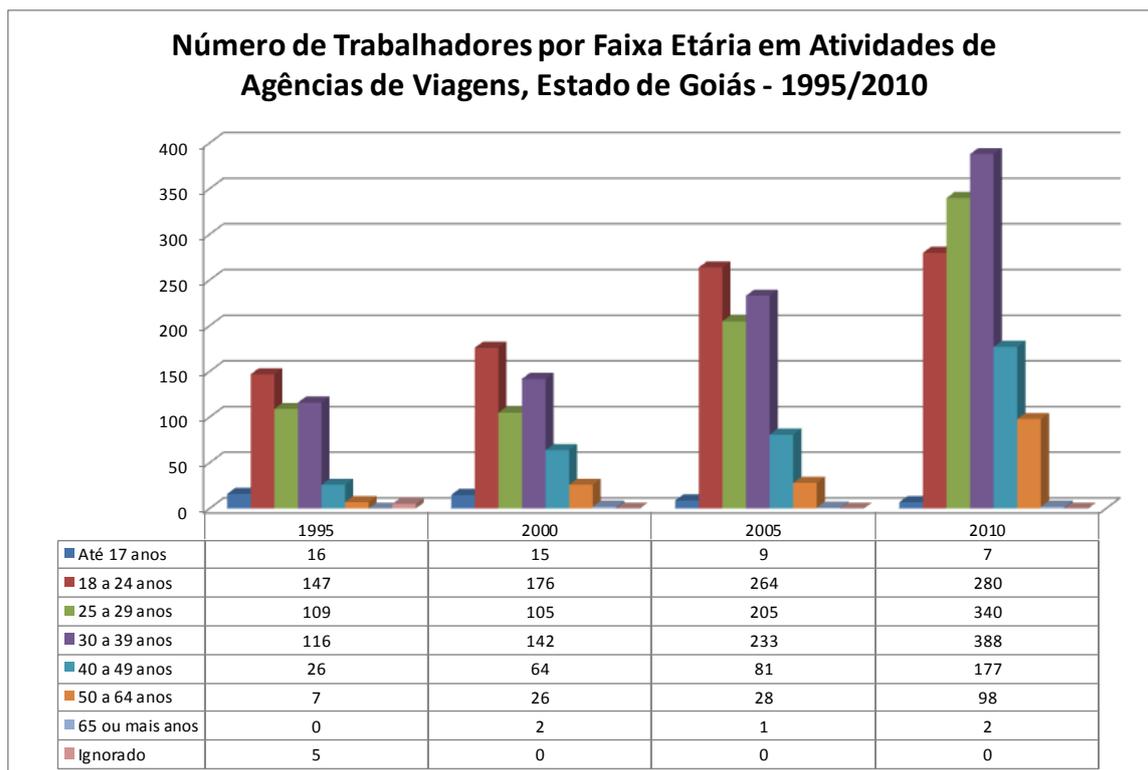


Gráfico 19 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

O Gráfico 20, por sua vez, demonstra que em 2010, 62,53% dos empregados formais possuíam ensino médio completo. E, assim como demonstrado para o Centro-Oeste, em Goiás nota-se que houve um aumento expressivo de empregados com o ensino superior, em 2005, por exemplo, havia 39 pessoas com ensino superior em atividades de agências de viagens e em 2010 o número passou para 148.

No geral, a faixa salarial desses trabalhadores é de 1,01 a três salários mínimos, conforme demonstra o Gráfico 21.

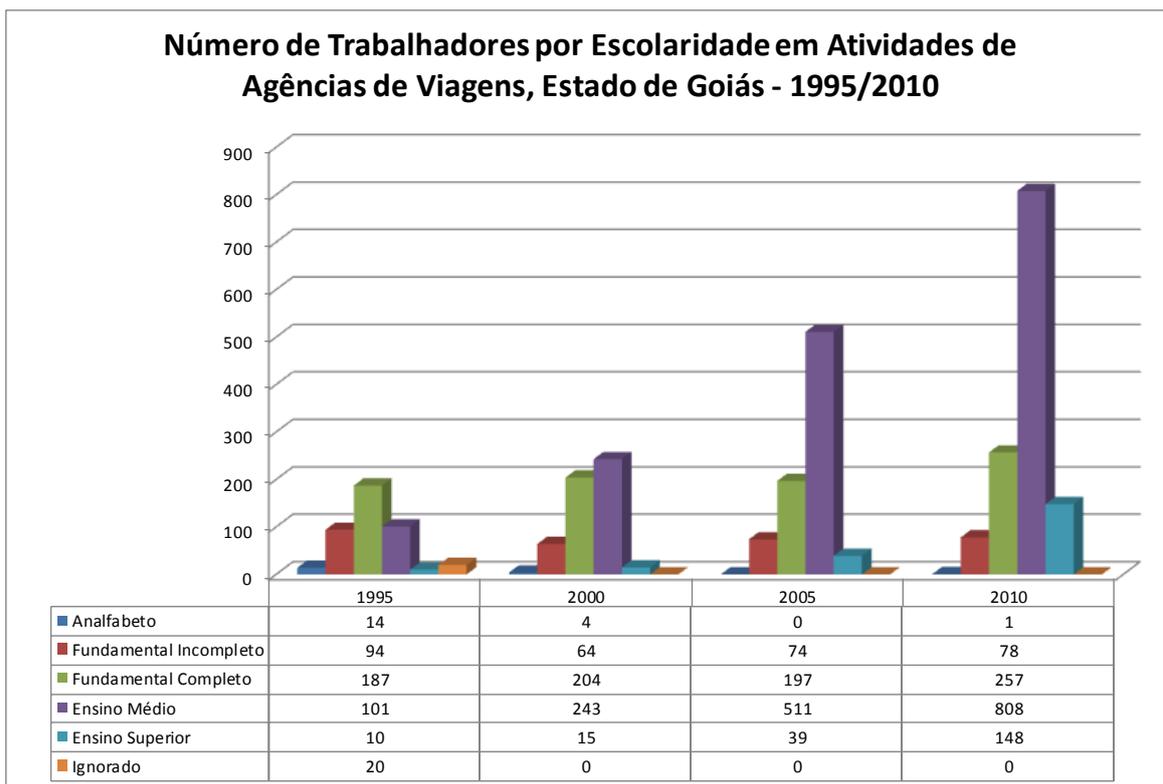


Gráfico 20 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

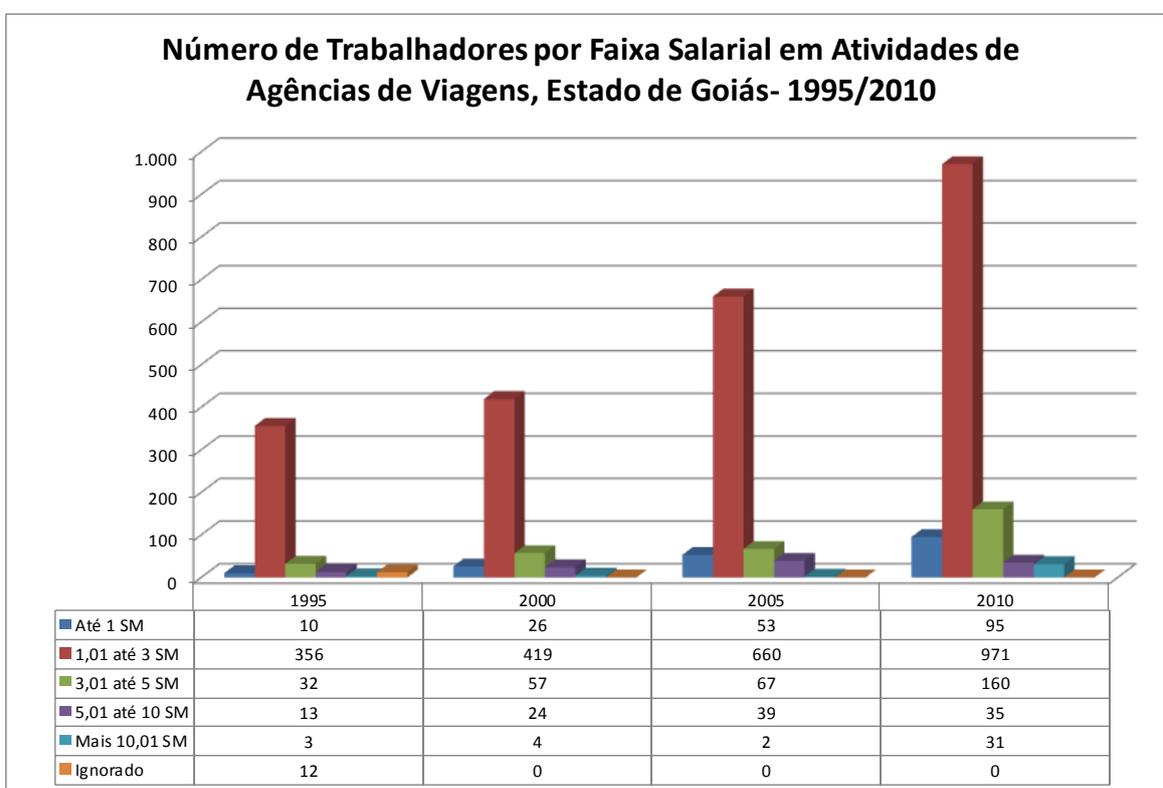


Gráfico 21 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Estado de Goiás – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

10.4 Atividades de Agências de Viagens – Município de Goiânia

Os trabalhadores em atividades de agências de viagens no Município de Goiânia seguem basicamente o mesmo perfil dos âmbitos maiores já citados, portanto, compuseram essa ACT em Goiânia no ano de 2010, majoritariamente: mulheres (59,61%), com idades entre 30 e 39 anos (29,86%), com ensino médio (61,10%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (74,38%).

O número total de trabalhadores no Município de Goiânia em atividades de agências de viagens no ano de 1995 era de 381. Há um aumento de aproximadamente 10% no ano 2000, chegando a 419 contratações. Já em 2005 o número de trabalhadores era de 584 e em 2010 o número de trabalhadores passou para 941 pessoas, um crescimento de 61,13% entre esses dois últimos anos.

Igualmente importante é observar a dimensão dos estabelecimentos nos quais esses trabalhadores estão vinculados formalmente. Os dados da Rais apontam que no Município de Goiânia havia, em 2010, 228 estabelecimentos de agências de viagens, sendo que a maioria era dimensionada entre um e quatro empregados. Assim, fica evidente que o setor de agências em Goiânia é caracterizado por pequenas empresas e, ainda que empiricamente, sabe-se também que há uma quantidade significativa de empresas de administração familiar. A tabela a seguir apresenta o número de estabelecimentos de agências de viagens, por quantidade de empregados, no Município de Goiânia e para melhor contextualização, constam também os dados do Estado de Goiás, da Região Centro-Oeste e do Brasil.

Tabela 4: Número de Estabelecimentos de Agências de Viagens, por Número de Empregados, no Município de Goiânia – GO.

	Goiânia	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
0 empregados	31	50	133	1.292
De 1 a 4 empregados	147	229	662	7.249
De 5 a 9 empregados	31	44	172	1.855
De 10 a 19 empregados	11	16	70	879
De 20 a 49 empregados	6	7	35	363
De 50 a 99 empregados	2	2	8	95
De 100 a 249 empregados	-	-	4	37
De 250 a 499 empregados	-	-	-	7
De 500 a 999 empregados	-	-	-	3
Mais de 1.000 empregados	-	-	-	-
Total	228	348	1.084	11.780

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do MTE/Rais

No que tange ao gênero dos trabalhadores, o Gráfico 22 demonstra a predominância de mulheres ao longo da série estudada, a exceção do ano de 1995 quando 64,30% dos empregados eram do sexo masculino. Os dados do ano de 2010, por exemplo, apontam 59,61% de mulheres.

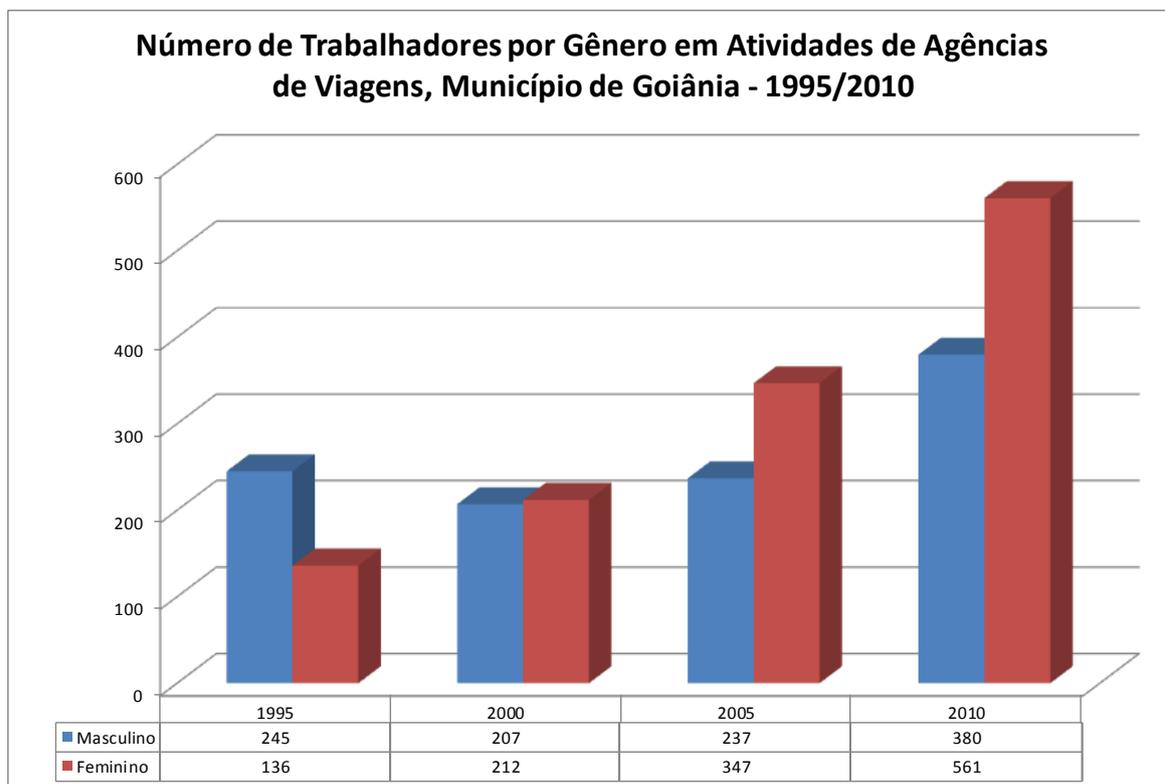


Gráfico 22 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

A faixa de idade predominante dos trabalhadores em 2005 era entre 18 e 24 anos, com 31,84%, seguidos daqueles com faixa etária entre 30 e 39 anos, com 29,45%, e de trabalhadores com 25 a 29 anos com o percentual de 24,65%.

Em 2010 a faixa de idade predominante passa a ser de pessoas com 30 a 39 anos – 29,86% –, acompanhada de pessoas com 25 a 29 anos – 28,37% –, e de pessoas com 18 a 24 anos – 21,14%.

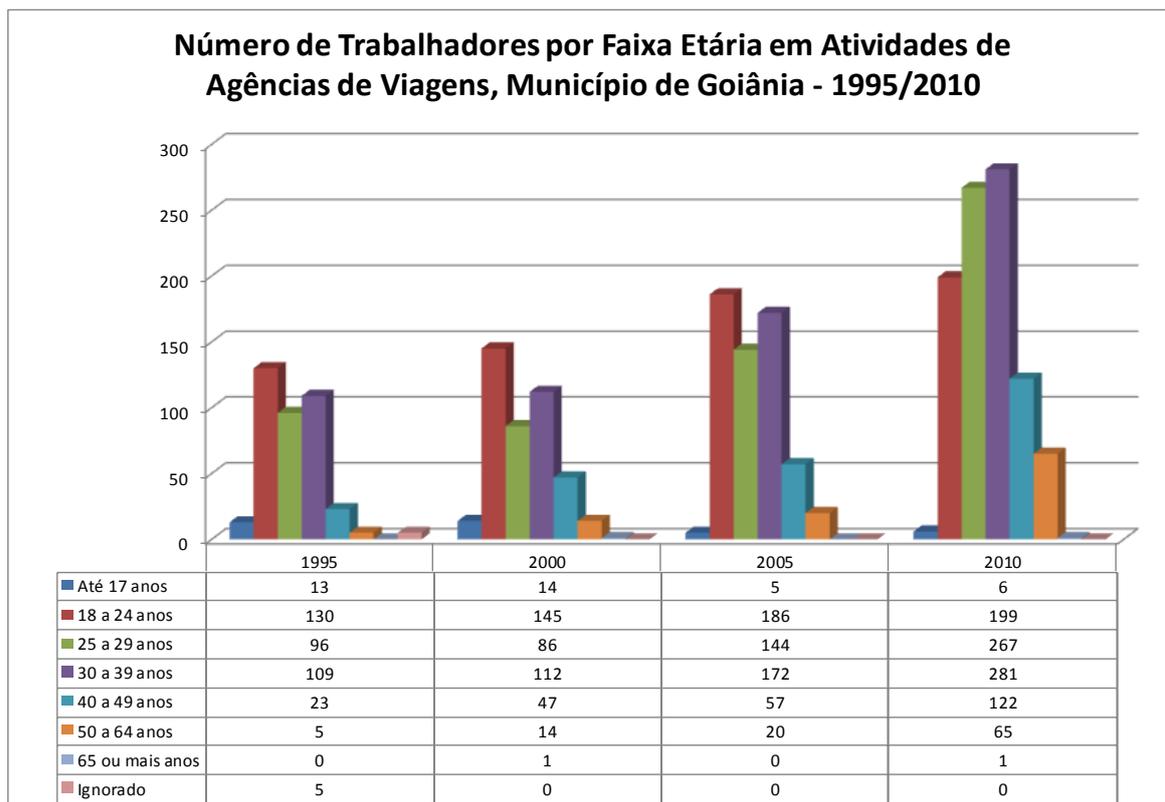


Gráfico 23 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

No Município de Goiânia em 2010, 61,10% dos ocupados formais em agências de viagens possuíam o ensino médio completo. É possível notar que assim como aconteceu no Brasil, no Centro-Oeste e no Estado de Goiás o número de trabalhadores com ensino superior aumentou do ano de 2005 para 2010. Em 2005 havia 31 pessoas com ensino superior e em 2010 o número passa para 128 pessoas, o equivalente a mais de 300% de aumento.

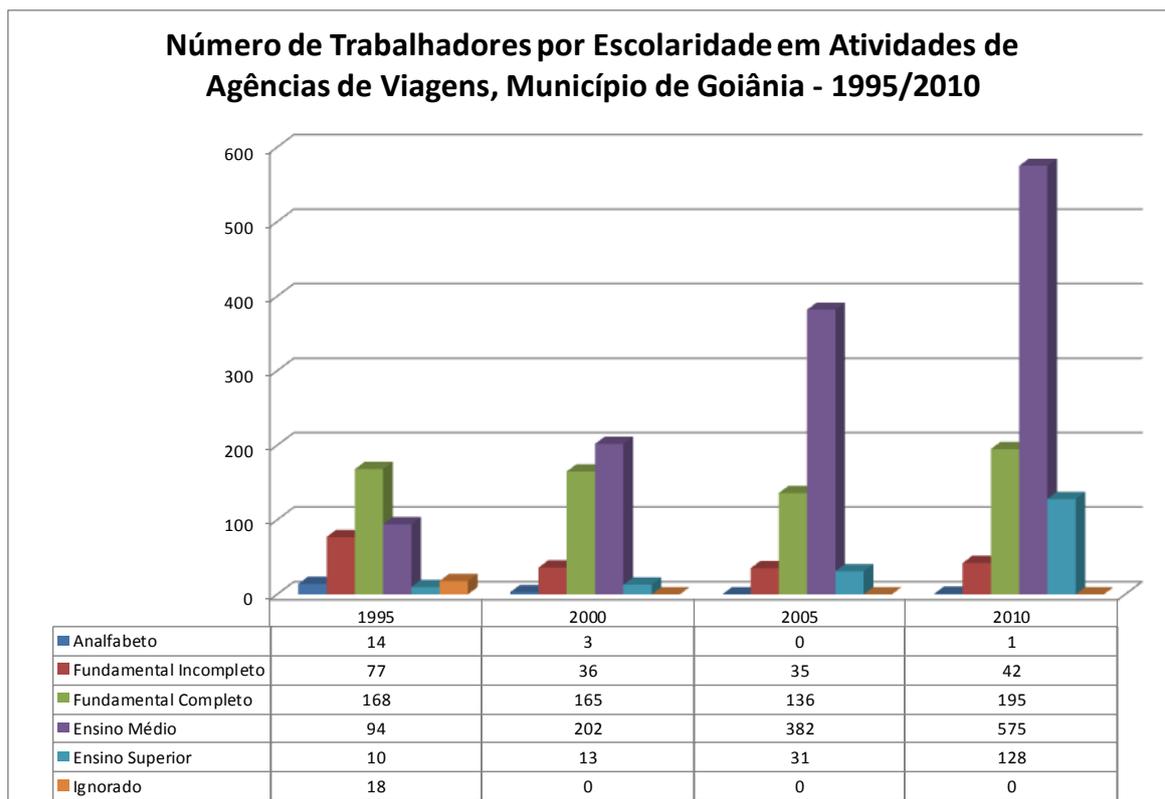


Gráfico 24 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

A faixa salarial é basicamente a mesma em todos os anos analisados. Tomando como base o ano de 2010, a percentagem de trabalhadores que ganhavam entre 1,01 e três salários mínimos era de 74,38%.

De todo modo, também em 2010, nota-se um aumento da participação de trabalhadores com remuneração entre 3,01 e cinco salários mínimos, que saiu de 9,24% em 2005 para 15,30% em 2010.

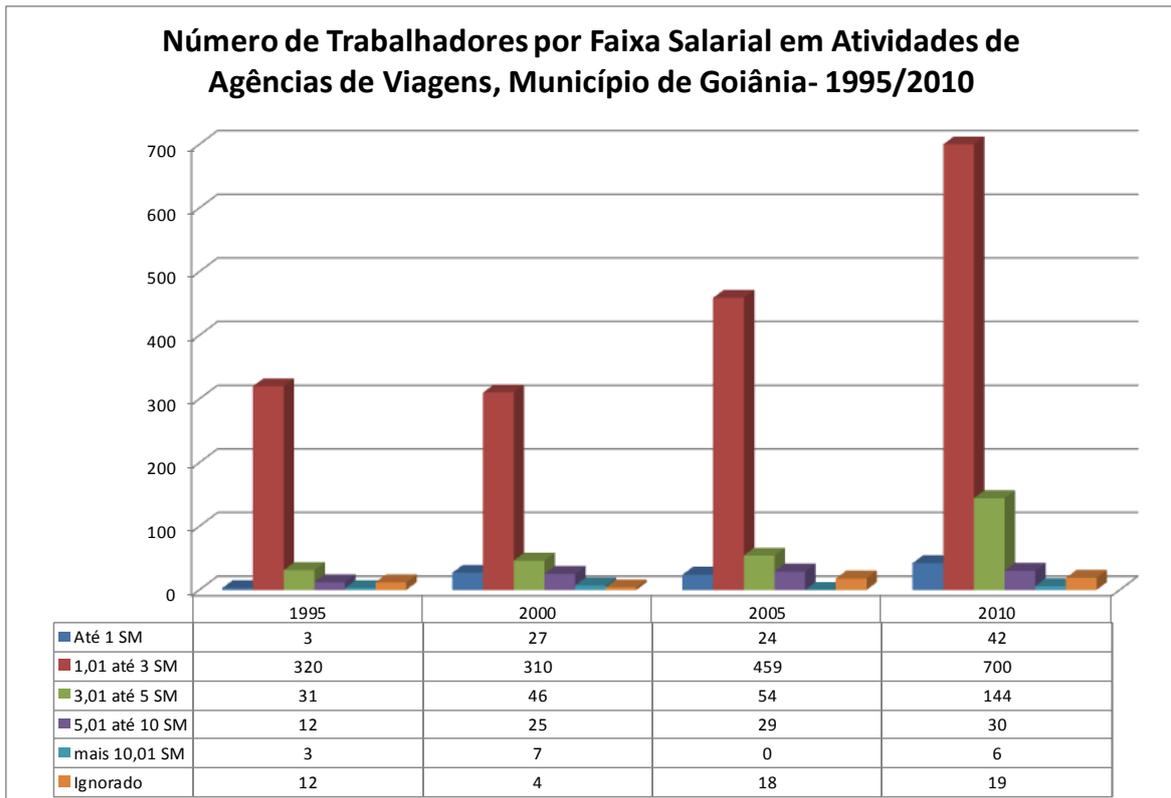


Gráfico 25 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Agências, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

11 PERFIL DO TRABALHO FORMAL NAS ATIVIDADES DE ALOJAMENTO

As Classes consideradas para compor essa ACT eram, na Cnae 95, identificadas pelos códigos 5512-3, 5513-1 e 5519-0. A Cnae 2.0, por sua vez, compõe essa ACT com as Classes Hotéis e Similares (5510-8) e Outros Tipos de Alojamento não Especificados Anteriormente (5590-6).

A primeira Classe, 5510-8, segundo a CONCLA, compreende as atividades de alojamento de curta duração em hotéis, motéis, pousadas, com ou sem serviços complementares tais como: restaurantes, auditórios, serviços de comunicação, etc. e outros tipos de alojamento temporário. Este grupo compreende também o aluguel de imóveis residenciais de curta duração com fins turísticos (aluguel de temporada). A CONCLA também alerta que a Classe não compreende o aluguel de residências com contrato, por período médio ou longo prazo (que é de competência do grupo 68.2).

Igualmente importante, destaca-se que a Classe 5510-8 é composta por três subclasses, a saber, Hotéis (5510-8/01), Apart-hotéis (5510-8/02) e Motéis (5510-8/03). A Metodologia de Definição das Atividades Características do Turismo (ACTS), traz uma recomendação de que as atividades de motelaria não devem ser consideradas como ACT, visto que

Segundo a Lei 11.771/08: “Art. 24. Os meios de hospedagem, para obter o cadastramento, devem preencher pelo menos um dos seguintes requisitos: [...] II - no caso dos empreendimentos ou estabelecimentos conhecidos como **condomínio hoteleiro, flat, flat-hotel, hotel-residence, loft, apart-hotel, apart-service condominial, condohotel e similares**, possuir licença edilícia de construção ou certificado de conclusão de construção, expedidos pela autoridade competente, acompanhados dos seguintes documentos: [...]” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011, p. 19)

Portanto, os motéis não estão incluídos entre os meios de hospedagem.

Entretanto, os dados dessa Classe serão apresentados contendo todas as suas subclasses, ainda que aquela (Moteis – 5510-8/03), especificamente, não seja considerada como uma atividade característica do turismo.

Os alojamentos identificados como Outros Tipos de Alojamento não Especificados Anteriormente compreendem as atividades das pensões (alojamento), dormitórios, *campings* (acampamentos), albergues (exceto assistenciais); o aluguel de imóveis residenciais por curta temporada; os alojamentos coletivos não turísticos tipo casa de estudante, pensionato e similares; a exploração de vagões-leitos por terceiros; as atividades de outros locais de

alojamento de curta duração, não especificados anteriormente. Por outro lado, não compreendem os alojamentos especializados para deficientes físicos e casas geriátricas, etc. (87.11-5); as atividades dos albergues assistenciais (87.30-1); e a atividade de aluguel de imóveis (68.10-2).

As atividades de Alojamento do setor de turismo e hospitalidade empregou no Brasil 227.068 trabalhadores no ano de 2005. No ano de 2010, passou a empregar 293.555 trabalhadores, portanto, o crescimento durante este período foi de 29,28%.

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alojamento no Brasil que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 é: mulheres (57,46%), com idades entre 30 e 39 anos (31,37%), com ensino médio (43,10%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (82,39%).

11.1 Atividades de Alojamento – Brasil

De 1995 a 2010, pode-se notar que sempre houve uma predominância feminina no segmento de alojamento. A predominância de mulheres pode ser em virtude de que alguns cargos, tais como camareira e atividades referentes à limpeza e outros, historicamente, serem preenchidos por mulheres.

No ano de 2010, o gênero feminino ocupava 57,46% das atividades de alojamento, enquanto os trabalhadores do gênero masculino ocupavam 42,53%.

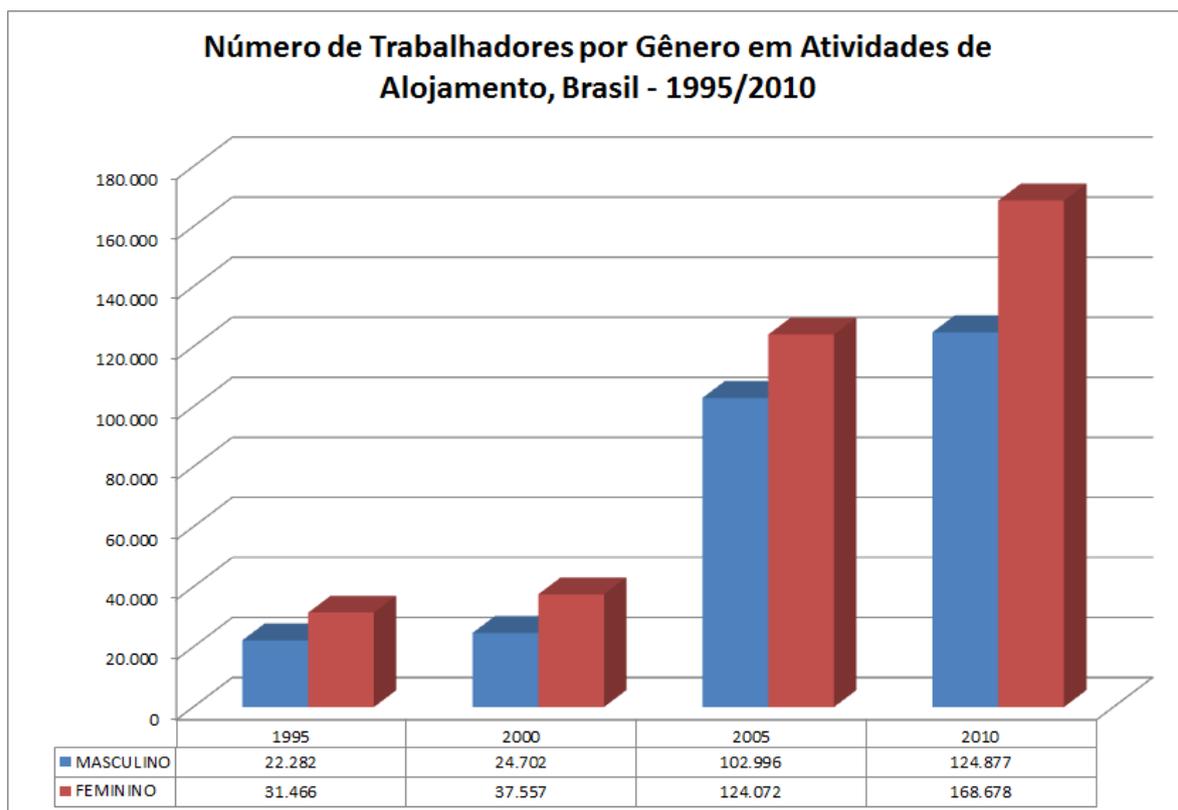


Gráfico 26 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

No gráfico 27, que se refere à faixa etária, tendo como referência o ano de 2010, nota-se que grande parte dos trabalhadores tinha entre 30 e 39 anos (31,37%), seguidos de trabalhadores de 40 a 49 anos (22,41%). Os trabalhadores com idades entre 25 e 29 anos representavam 17,39%, jovens de 18 a 24 anos ocupavam 15,78% do mercado e pessoas com idade entre 50 a 64 anos ocupavam 11,73%.

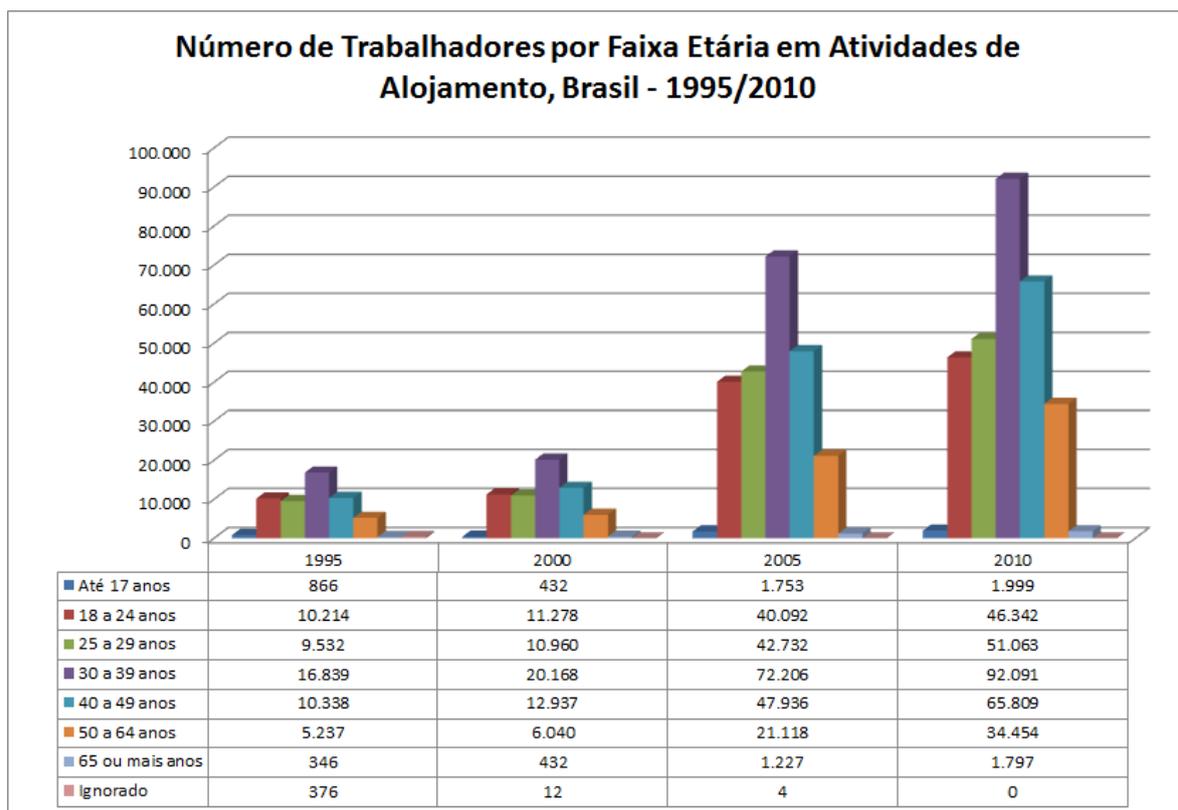


Gráfico 27 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Quanto à escolaridade, é possível notar que em 2005 38,14% dos trabalhadores possuía o ensino fundamental completo, enquanto aqueles com ensino médio representavam 30,27% do total.

De acordo com os dados do gráfico 28 é possível notar um aumento significativo de trabalhadores que possuem ensino médio durante o período de 2005 a 2010, neste período o número desses trabalhadores aumentou 84,07%, chegando a representar 43,10% em 2010.

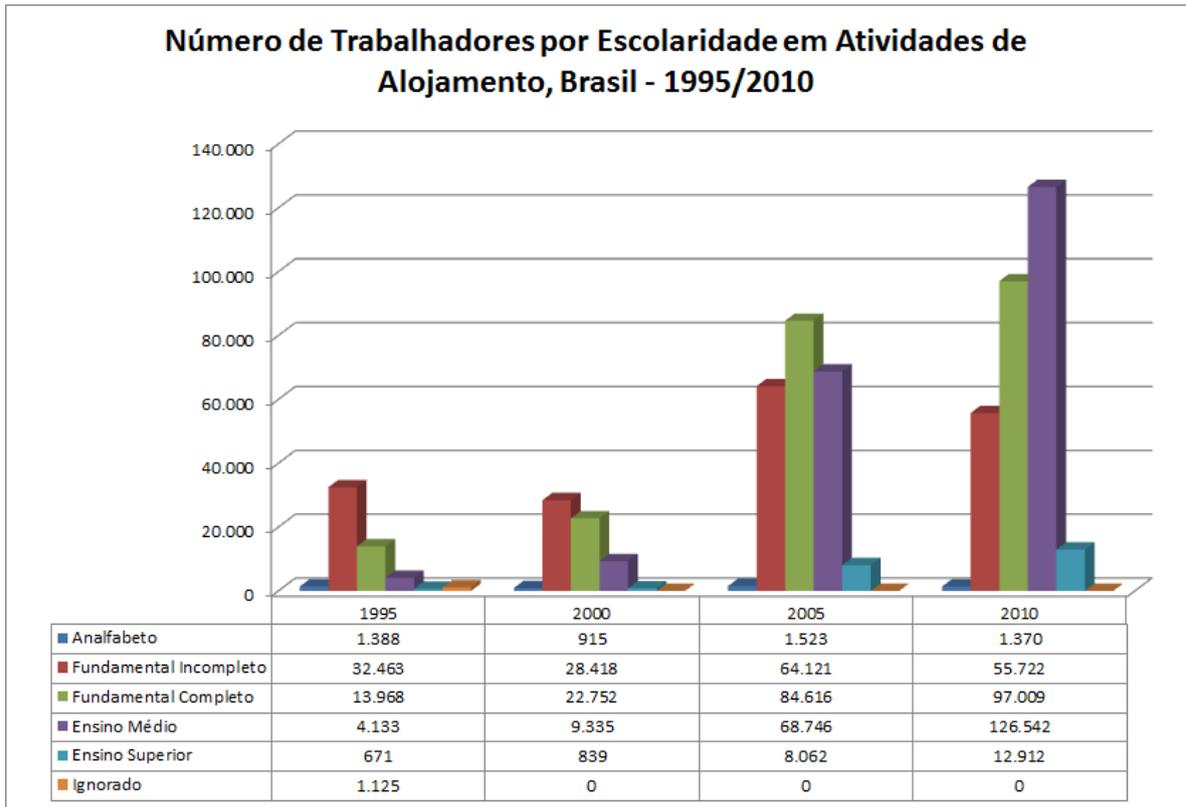


Gráfico 28 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

O gráfico 29, por sua vez, demonstra a faixa salarial dos trabalhadores. É possível notar que durante todos os anos pesquisados a maioria dos ocupados formais ganhavam entre 1,01 a três salários mínimos. Em 2010, por exemplo, 82,39% dos trabalhadores se enquadravam nessa faixa salarial.

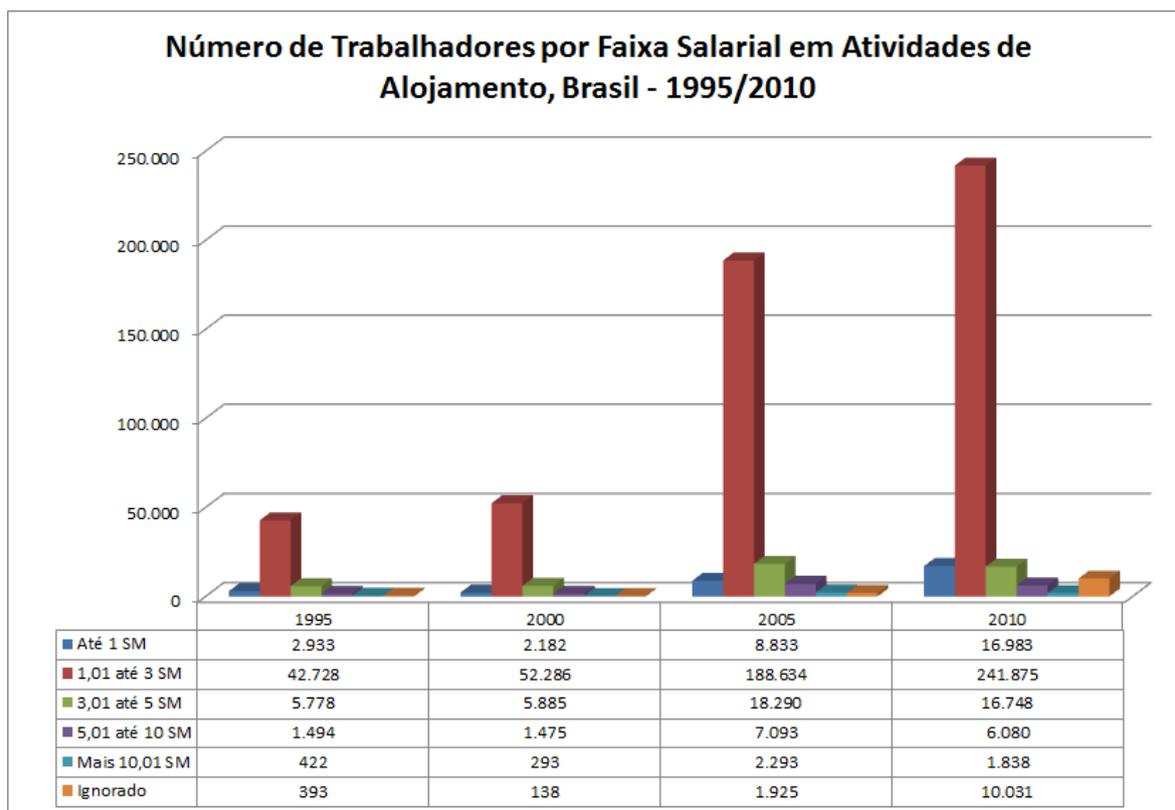


Gráfico 29 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Brasil – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

11.2 Atividades de Alojamento – Região Centro-Oeste

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alojamento na Região Centro-Oeste, elaborado a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, segue os padrões nacionais dessa ACT, ou seja: mulheres (58,42%), com idades entre 30 e 39 anos (32,22%), com ensino médio (40,1%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (80,79%).

A região Centro-Oeste no ano de 2005 possuía 18.889 postos de trabalho em atividades de alojamento. No ano de 2010, esse número subiu para 24.861, portanto, durante o período de 2005 e 2010, houve um crescimento de 31,61%.

Com relação ao gênero, a maioria dos trabalhadores no segmento de alojamento é composta por mulheres. Em 2010, 58,42% dos trabalhadores formais era do sexo feminino e 41,57% era do sexo masculino.

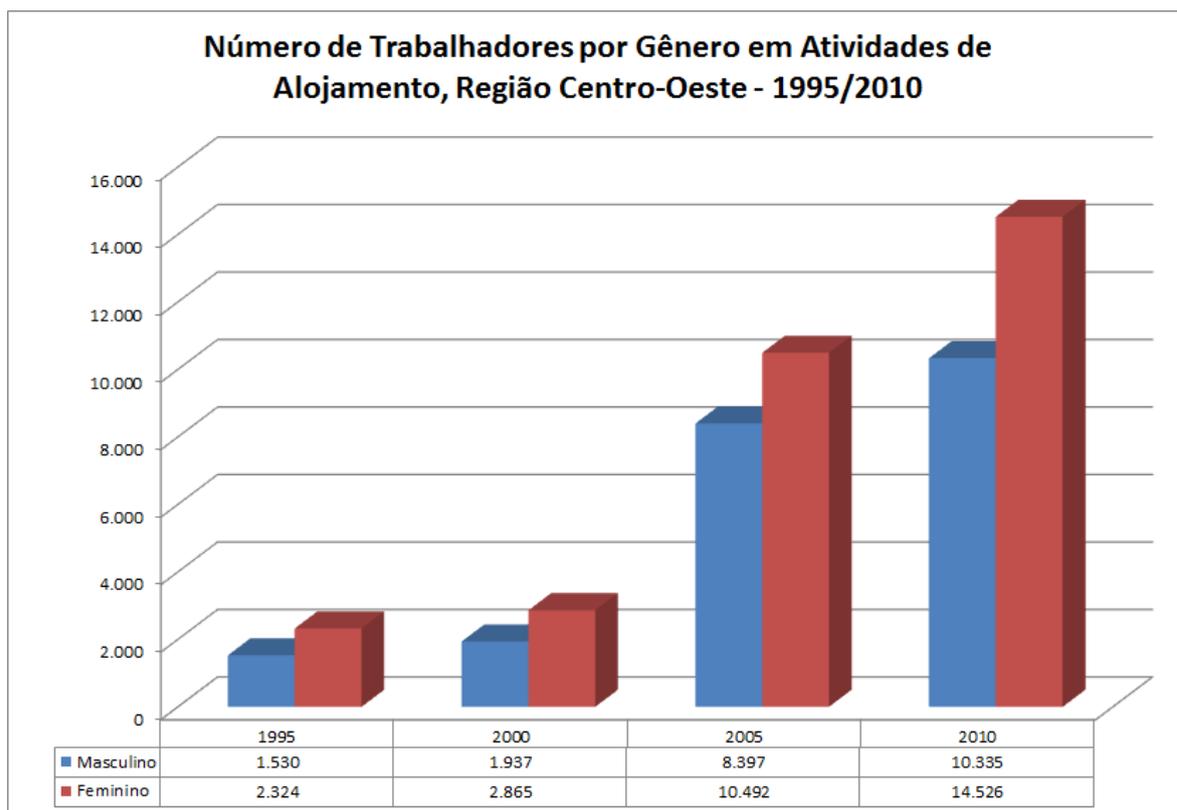


Gráfico 30 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Grande parte dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade em atividades de alojamento no Centro-Oeste possuem entre 30 e 39 anos. Em 2010, essa faixa etária compunha 32,21% do setor de alojamento. Também naquele ano identifica-se que 22,00% dos ocupados formais tinha entre 40 e 49 anos de idade. Outra parcela significativa de trabalhadores era composta por pessoas com idade entre 25 e 29 anos, que representavam 17,41%. E, por fim, trabalhadores com idades entre 18 e 24 anos, compunham 16,83% do total.

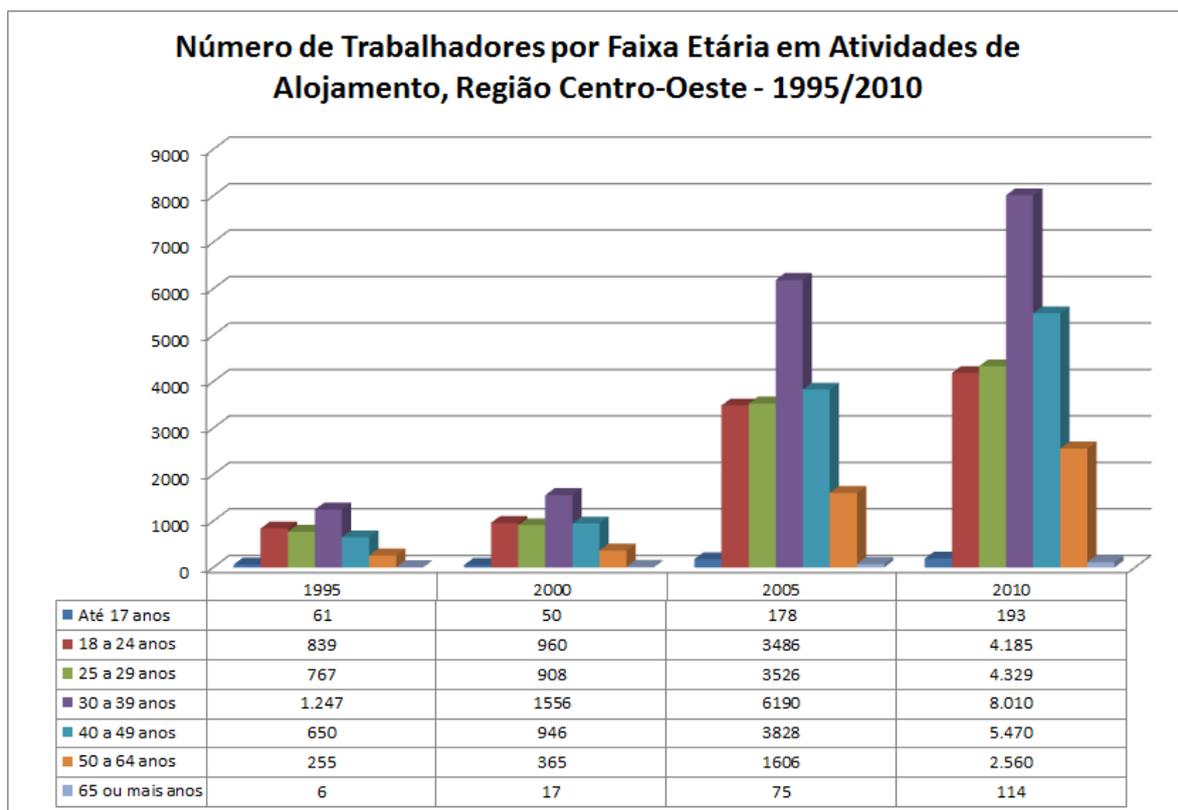


Gráfico 31 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

A partir dos dados do gráfico 32, é possível notar que no ano de 2005 uma parcela significativa dos ocupados formais no segmento de alojamento da região Centro-Oeste possuía o ensino fundamental completo (40,65%), ensino fundamental incompleto (29,47%) e ensino médio (26,83%).

Vale ressaltar que ainda pode ser considerada baixa a presença de trabalhadores com ensino superior, que chegou a 790 pessoas em todo o Centro-Oeste no ano de 2010, representando 3,17% do total de empregados formais.

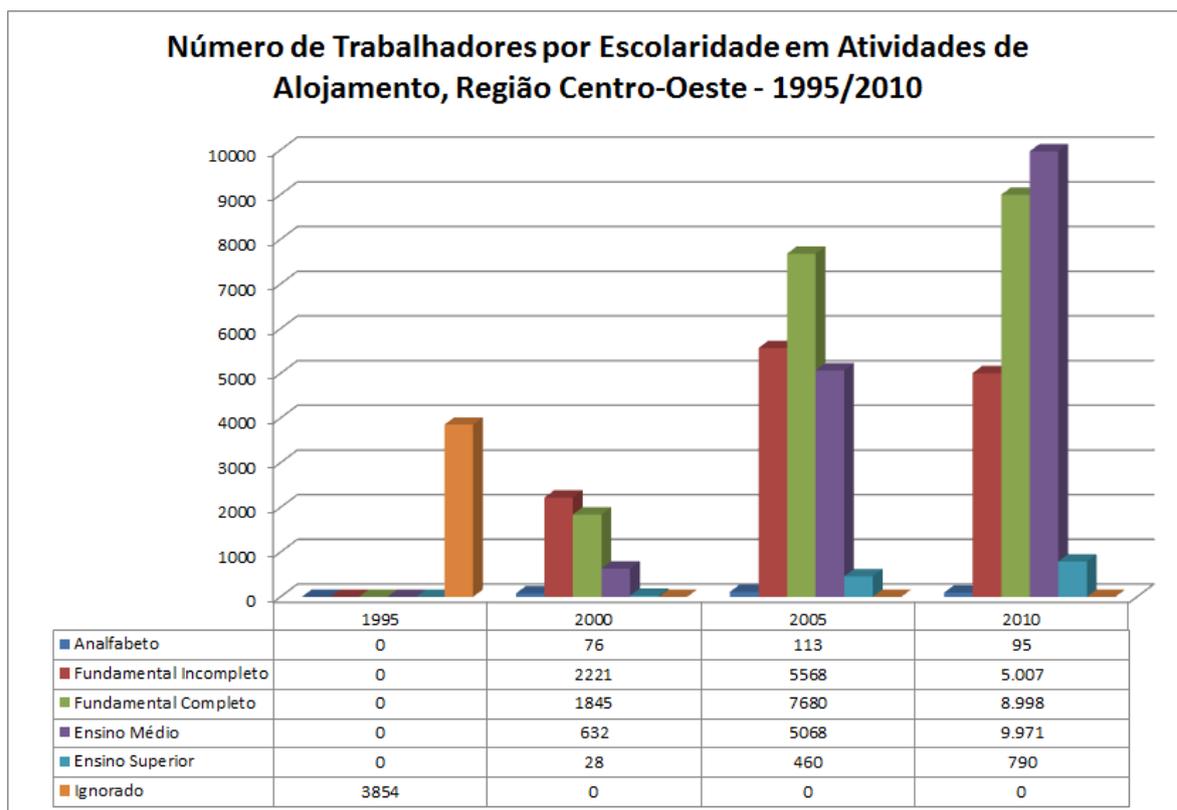


Gráfico 32 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

Por meio do gráfico 33, é possível verificar que a faixa de remuneração dos trabalhadores na região Centro-Oeste se concentra entre 1,01 e três salários mínimos. No ano de 2010, por exemplo, 80,79% dos trabalhadores se enquadravam nessa faixa salarial, sendo que no ano 2000 esse percentual chegou a 84,94%.

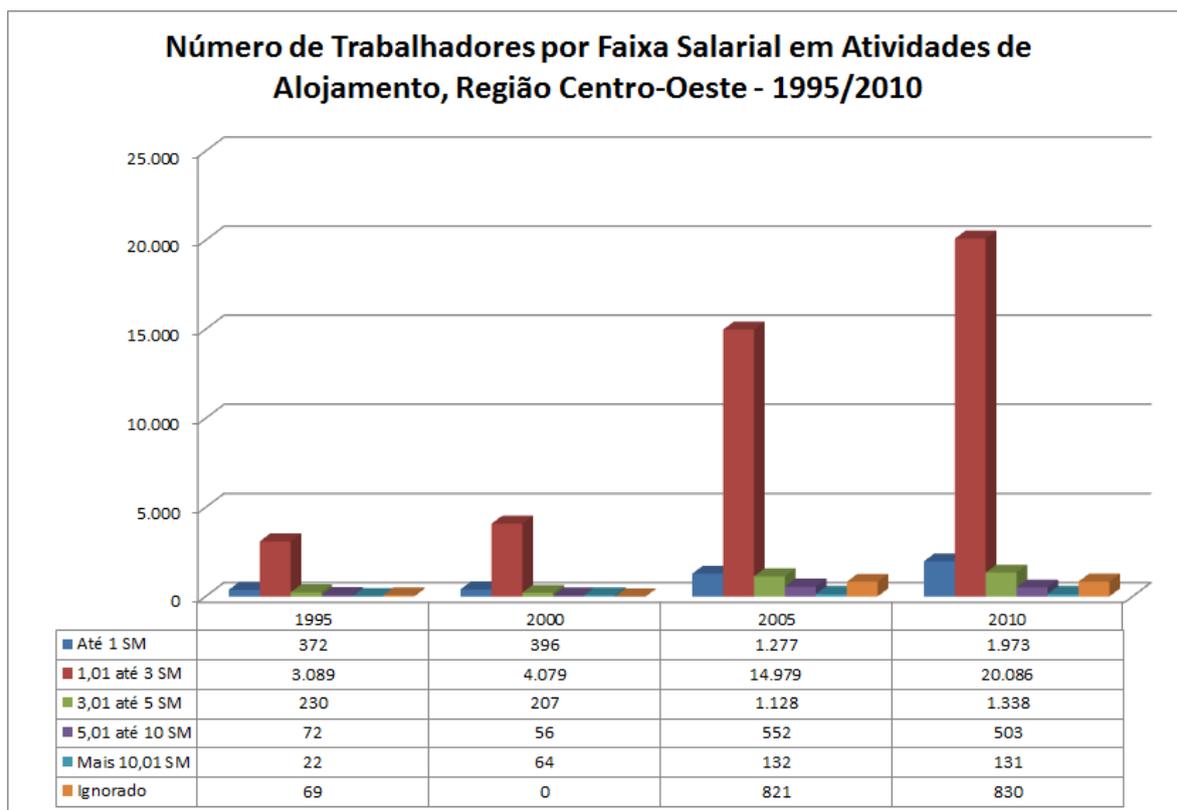


Gráfico 33 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Centro-Oeste – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

11.3 Atividades de Alojamento – Estado de Goiás

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alojamento no Estado de Goiás que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue os padrões nacionais, ou seja: mulheres (56,82%), com idades entre 30 e 39 anos (31,76%), com ensino médio (40,05%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (80,88%).

Em 2005 as atividades de alojamento empregavam no Estado de Goiás 8.520 trabalhadores formais, em 2010, esse número passa a ser de 11.266, portanto essa ACT cresceu 32,23% durante o período de 2005 e 2010 em Goiás.

É importante ressaltar que algumas atividades que não foram consideradas como ACTs em alguns locais podem ser associadas ao turismo e exercer influência significativa. Em Caldas Novas – Goiás é o caso da Cnae 81.12-5 (Condomínios prediais), responsável por 12% dos empregos formais naquela cidade. (IPTUR, 2011)

Conforme o gráfico 34, de 1995 a 2010, a maioria dos contratados formais era do sexo feminino, sendo que em 2010 56,08% eram mulheres e 43,17% homens.

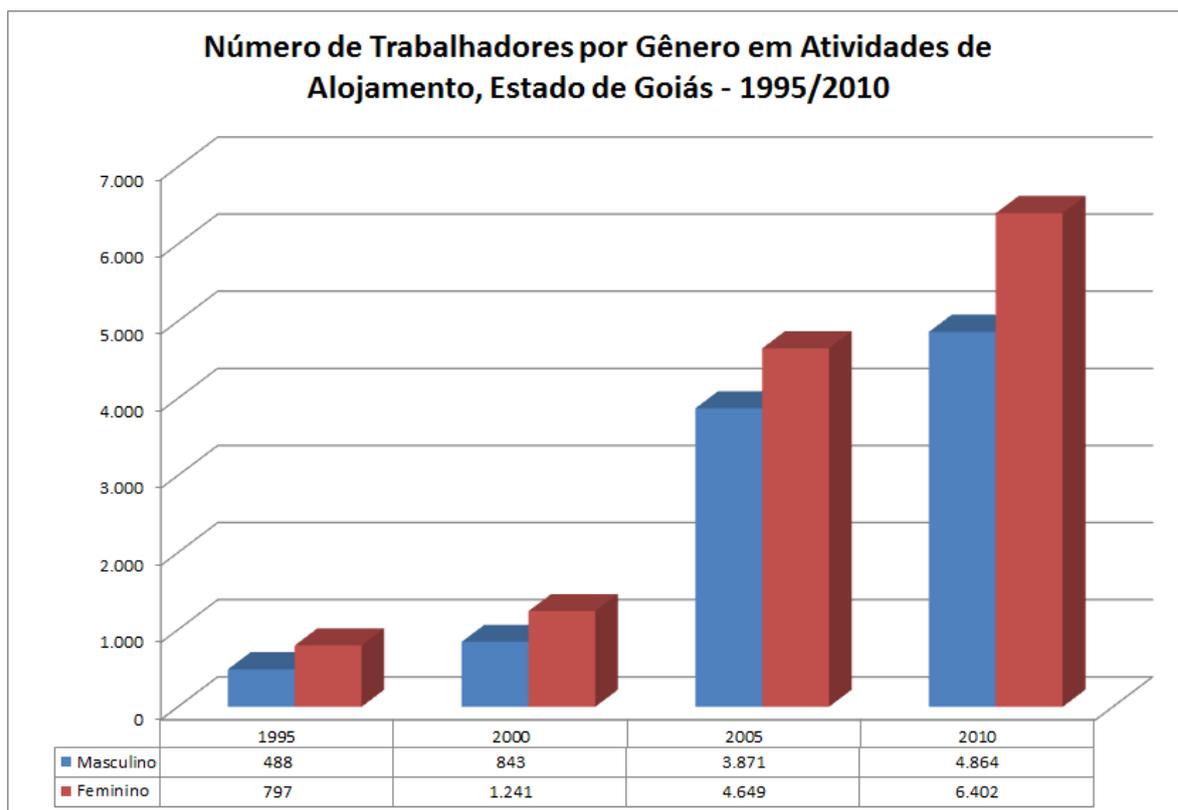


Gráfico 34 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.
Fonte: MTE/Rais.

Grande parte dos trabalhadores formais da ACT em estudo está acima dos 30 anos. Pelo gráfico 35, é possível notar que pessoas com idade entre 30 e 39 anos ocupavam 31,76% da mão de obra formal em 2010. Os trabalhadores com a faixa etária entre 40 a 49 anos, por sua vez, ocupavam 21,26% dos postos de trabalho no estado de Goiás no mesmo ano.

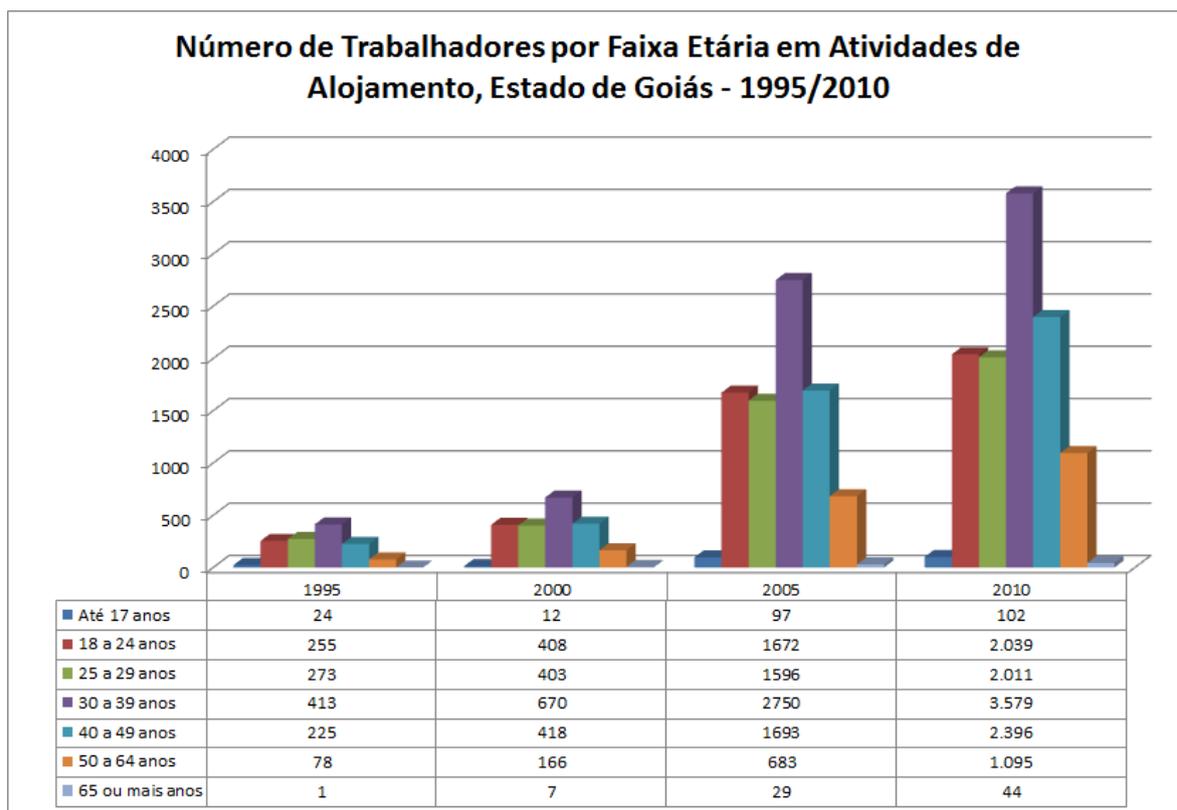


Gráfico 35 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

Segundo os dados presentes no gráfico 36 pode-se notar que em 2005, 2.361 trabalhadores possuíam o ensino médio, já em 2010, esse número sobe para 4.512, portanto, houve um crescimento de 91,10%.

Por outro lado, a presença de trabalhadores com ensino fundamental completo e incompleto ainda é significativa. Em 2005, 38,95% dos trabalhadores possuíam o ensino fundamental completo e 29,94% tinham o ensino fundamental incompleto. No ano de 2010 34,74% dos trabalhadores possuíam o ensino fundamental completo e 21,22% possuíam o ensino fundamental incompleto.

Por fim, tem-se que a maioria dos trabalhadores recebe rendimentos de 1,01 a três salários mínimos. Em 2010, 80,88% dos trabalhadores concentravam-se nessa faixa salarial, conforme ilustra o Gráfico 37.

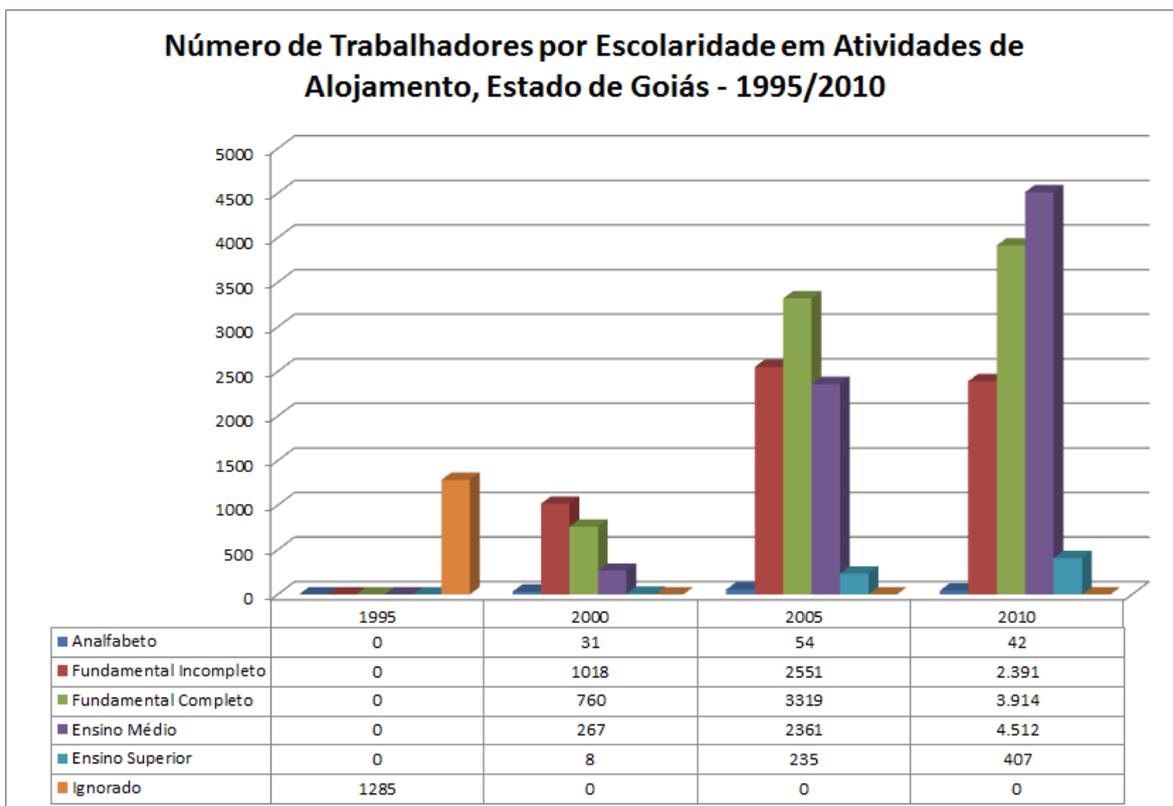


Gráfico 36 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

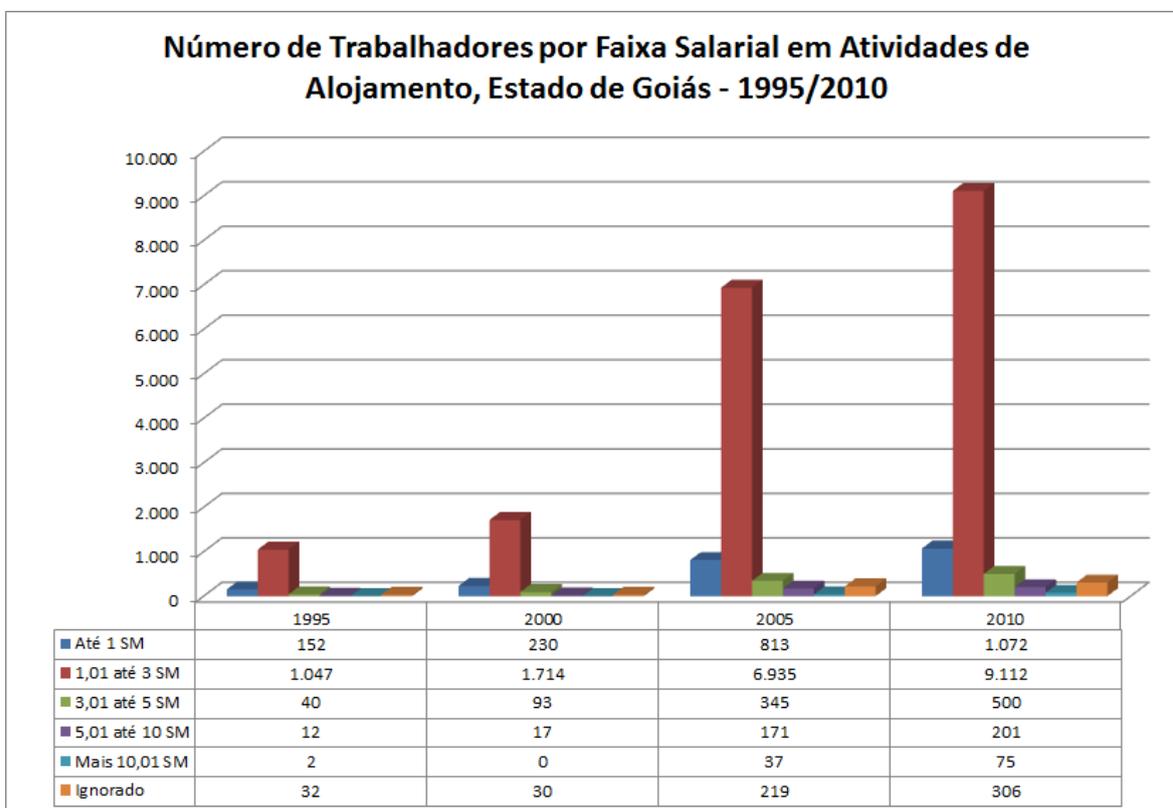


Gráfico 37 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Estado de Goiás – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

11.4 Atividades de Alojamento – Município de Goiânia

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alojamento no Município de Goiânia-GO, tendo como base os dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue as características já apresentadas, ou seja: mulheres (58,39%), com idades entre 30 e 39 anos (32,69%), com ensino médio (45,1%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (85,46%).

No Município de Goiânia, em 2005, as atividades de alojamento somaram 1.913 empregados formais e, em 2010, empregou 2.436 pessoas. Assim, durante esse período houve um crescimento de 22,63%.

Quanto ao gênero, a ACT é formada majoritariamente por mulheres (58,39% em 2010), conforme demonstra o Gráfico 38 a seguir.

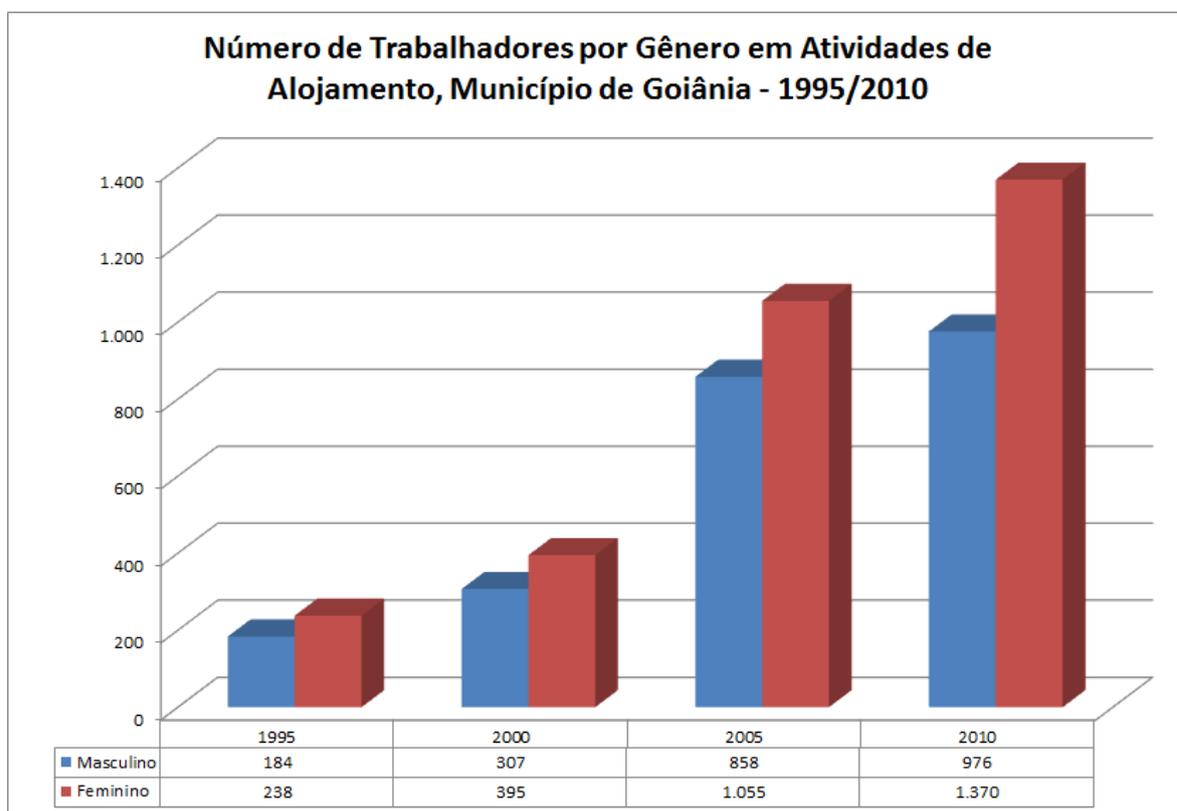


Gráfico 38 – Número de Trabalhadores por Gênero em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

O perfil etário dos trabalhadores do Município de Goiânia empregados em atividades de alojamento, pouco se alterou durante os anos estudados. Conforme o gráfico 39, em 2010 os trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos tem presença significativa, representando

32,69% do total, em seguida encontram-se os trabalhadores de 40 a 49 anos com o equivalente a 22,29%. A faixa etária de 25 a 29 anos reuniu 17,94% dos empregados e a de 18 a 24 anos, 16,11%. Cita-se ainda a participação de trabalhadores com idades entre 50 e 64, que representaram 10,40% do total, ainda no ano de 2010.

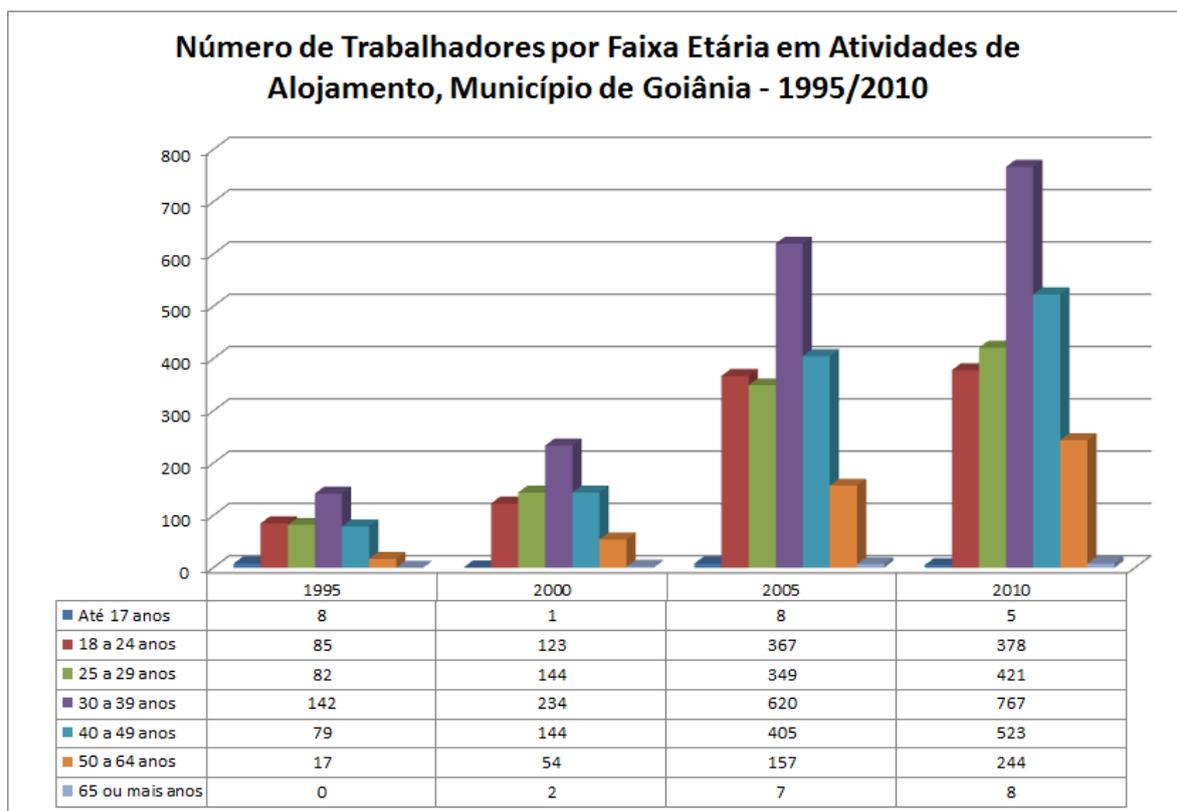


Gráfico 39 – Número de Trabalhadores por Faixa Etária em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

Por outro lado, a escolaridade em atividades de alojamento sofreu alterações consideráveis durante os anos estudados. Assim como em outros âmbitos, os dados do MTE/Rais não apresenta a distribuição por faixa de escolaridade no ano de 1995 para o Município de Goiânia. Já no ano 2000, conforme os dados do Gráfico 40 demonstram, a maioria dos trabalhadores possuíam o ensino fundamental incompleto. Entretanto, o número de trabalhadores com essa escolaridade continua praticamente o mesmo nos demais ano.

No ano de 2005 os maiores percentuais passam a encontrar-se no ensino fundamental completo (46,47%), seguido do ensino médio (27,91%). Entretanto, conforme apontado, apresenta-se uma nova configuração em 2010, quando o número de trabalhadores com ensino

médio passa a ser mais significativo, representando 45,09%, e aqueles com ensino fundamental completo passam a representar 32,05% do total de trabalhadores naquele ano.

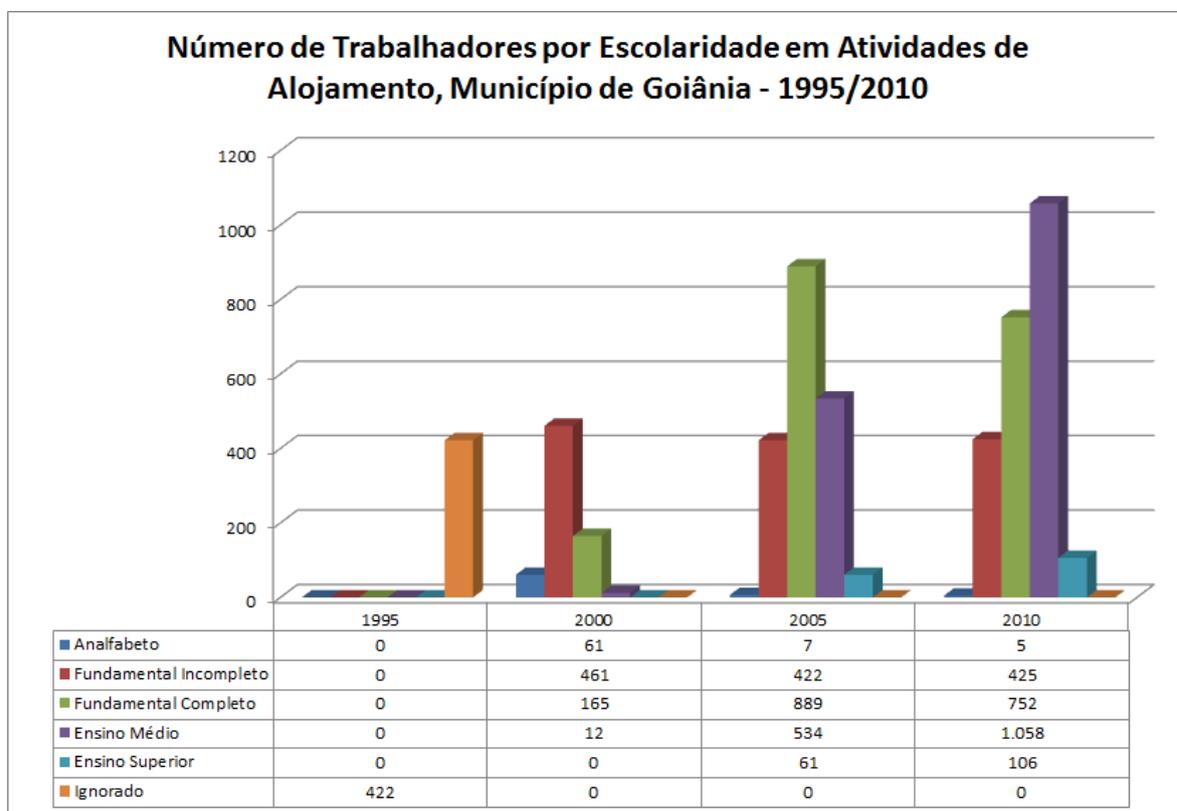


Gráfico 40 – Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

Nas atividades de alojamento verifica-se que a faixa salarial de 1,01 a três salários mínimos predomina em todos os anos pesquisados. Em 2010, por exemplo, essa faixa salarial representava 85,46% do total de trabalhadores, sendo que no ano 2000 ela chegou a representar 89,45%.

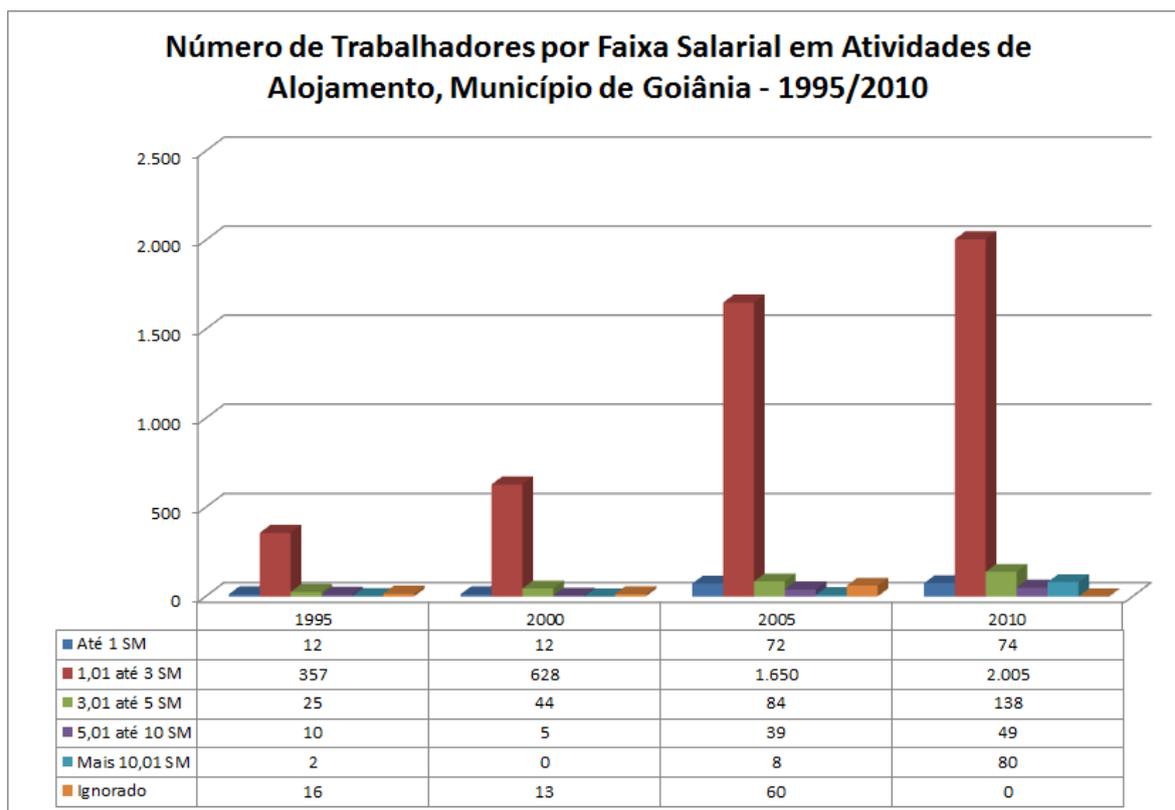


Gráfico 41 – Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alojamento, Município de Goiânia – 1995/2010.

Fonte: MTE/Rais.

12 TENDÊNCIAS PARA AS ATIVIDADES DE TURISMO E HOSPITALIDADE

12.1 Tendências para o Conjunto das Atividades Características do Turismo

Conforme observado, o número de trabalhadores formalmente contratados em Atividades Características do Turismo é crescente desde o ano de 1995. Igualmente, o número de estabelecimentos também tem aumentado, de acordo com o Gráfico 42. É importante observar que, em média, tem-se 10 trabalhadores por estabelecimento. Apesar dessa média, os dados do MTE/Rais apontam a predominância de estabelecimentos que contratam entre um e quatro trabalhadores.

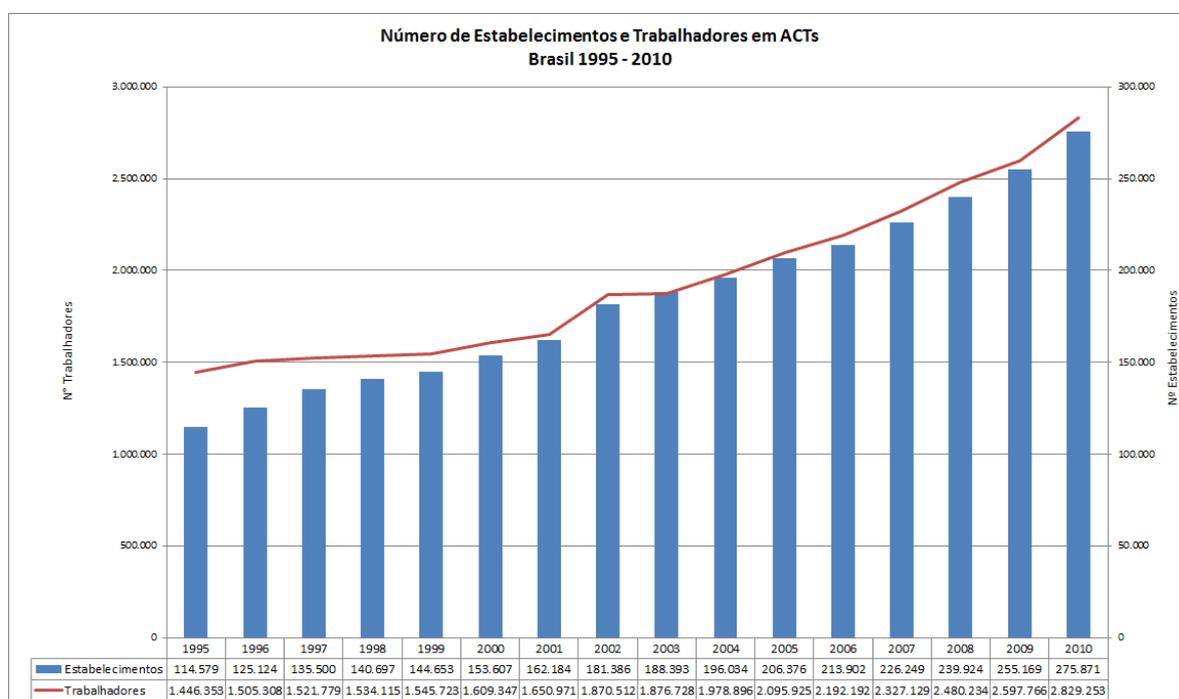


Gráfico 42 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em ACTs, Brasil 1995-2010.

Fonte: MTE/Rais.

Outra informação a ser considerada é o saldo entre admitidos e desligados em ACTs. Esse dado representa a diferença entre o número de contratados e demitidos em determinado período. Historicamente, nas ACTs, esse saldo tem sido positivo, ou seja, são identificadas mais contratações do que demissões, com exceção de alguns períodos que serão apontados.

A partir do Gráfico 43 é possível identificar claramente os períodos de contratação característicos das ACTs. Nota-se que em todos os meses de novembro o saldo entre admitidos e desligados alcançou os maiores quantitativos, portanto, esse é o mês em que, via de regra, acontecem o maior número de contratos formais. Ora, tal situação é explicada em

virtude da necessidade de preparação dos estabelecimentos para o período de alta temporada do final de ano.

Igualmente, fica exposto que nos meses de dezembro localizam-se os menores saldos. Essa realidade pode ser explicada em virtude de o maior número de contratações ter ocorrido em novembro e, assim, em dezembro, já com a temporada iniciada, não se fazem tantas contratações. Por outro lado, o número de desligamentos não apresenta reduções significativas nesses períodos, assim, o saldo entre admitidos e desligados tende para baixo.

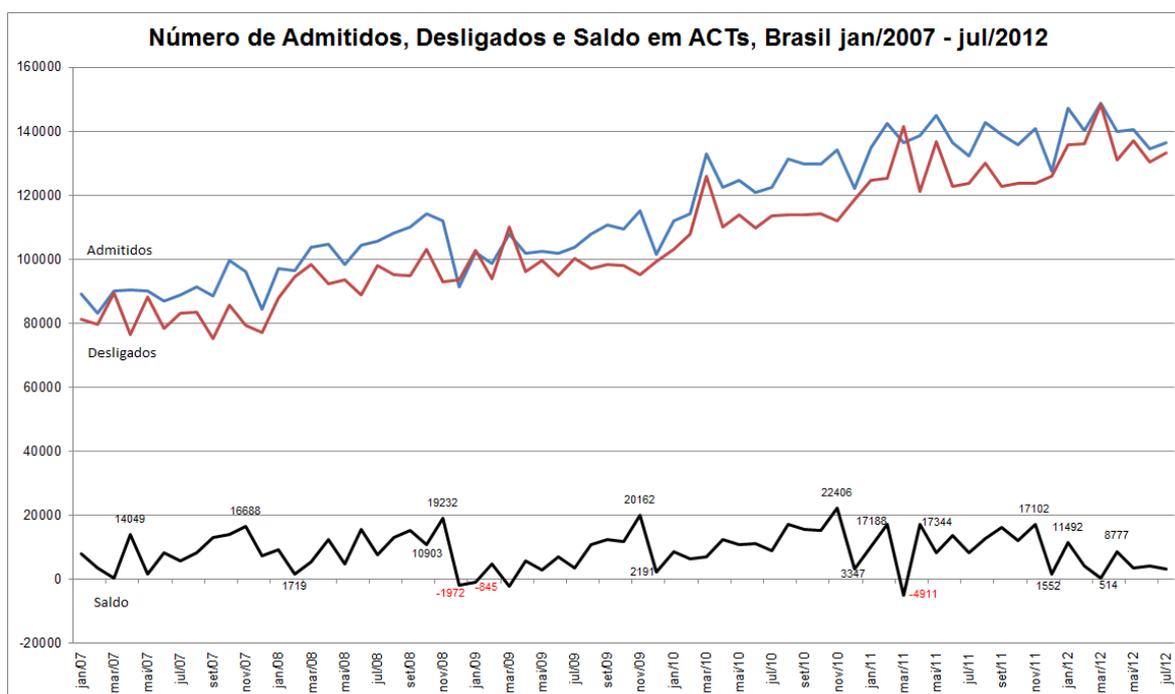


Gráfico 43 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em ACTs, Brasil jan/2007 – jul/2012.
Fonte: MTE/Caged.

O cenário próximo projetado para o turismo no Brasil, ou seja, seu comportamento no ano de 2012 é favorável, segundo dados do Ministério do Turismo presentes nos Boletins de Desempenho Econômico do Turismo¹¹ (de fevereiro, maio e junho/2012), bem como na Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo – Pacet¹² (8º ed. 2012).

Desta forma, pode-se inferir que continuará havendo acréscimo no número de contratos formais, sendo possível que o saldo entre admitidos e desligados permaneça positivo nos períodos característicos.

¹¹ <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo/>

¹² <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/downloads_conjuntura/PACET_2012-04-27_versxo_WEB.pdf>

É possível que no próximo ano, 2013, o número de contratações de serviços especializados, tais como consultores de turismo e profissionais fluentes em outro(s) idioma(s) aumente significativamente em razão dos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol a ser realizada no Brasil em 2014.

12.2 Tendências para as Atividades de Agências de Viagens – Brasil

O Gráfico 44 demonstra que o número de trabalhadores em atividades de Agências de Viagens sofre uma queda significativa nos anos iniciais da série considerada. No ano de 1998 é constatado o menor número de contratações quando este chega a 30.966. A partir daquele ano pode-se notar uma recuperação no número de trabalhadores e esta retomada de crescimento é consolidada até o ano de 2006, quando alcança novamente o mesmo patamar do ano de 1995.

Por outro lado, ainda de acordo com os dados do Gráfico 44, o número de estabelecimentos da ACT Agências de Viagens, não apresenta redução considerável. Apenas em 1998 é identificada uma queda desse número em 46 estabelecimentos o que, em termos nacionais, não explica a redução expressiva do número de trabalhadores naquele ano em relação ao ano anterior.

Outro ponto importante a se destacar é a média de trabalhadores por estabelecimento, no ano de 1995 a média de trabalhadores por estabelecimento era de sete, entretanto, a partir do ano de 1997 essa média passa a decrescer chegando a quatro trabalhadores por estabelecimento no ano de 2003. Do ano de 2004 a 2010 a média de trabalhadores por estabelecimento passa a ser de cinco ocupados formais. Em números absolutos, ressalta-se que a maioria dos estabelecimentos de Agências de Viagens contrata entre um e quatro trabalhadores (61,53% em 2010).

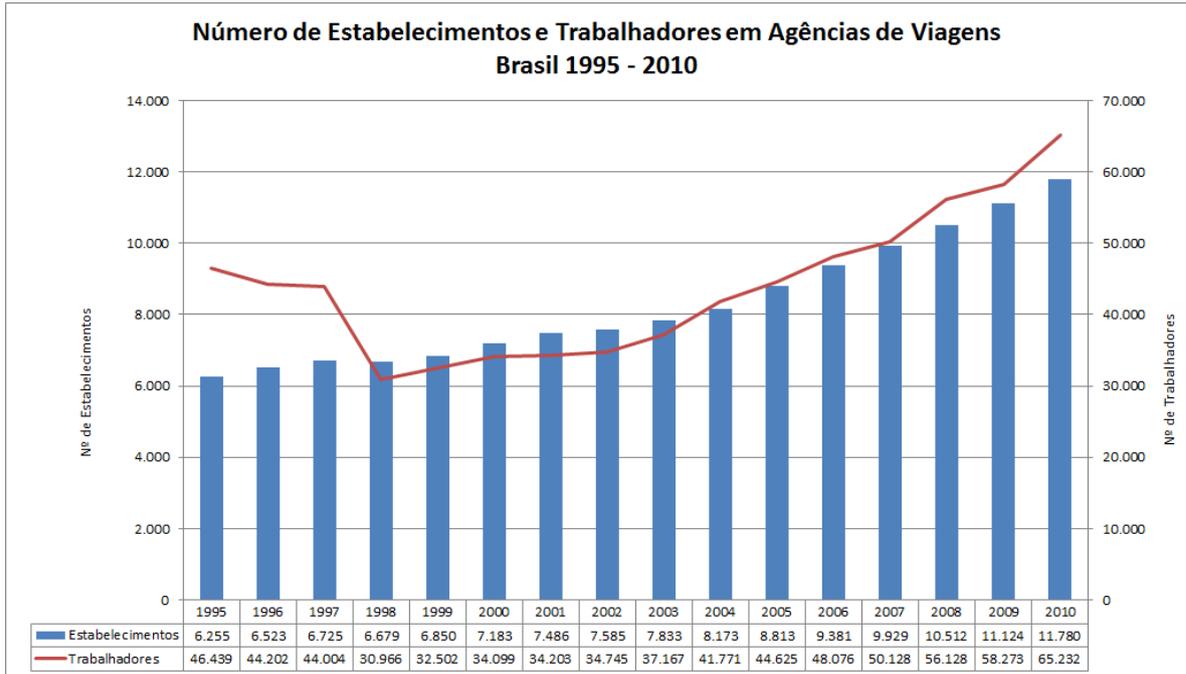


Gráfico 44 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em Agências de Viagens, Brasil 1995-2010.
Fonte: MTE/Rais.

O gráfico 45, por sua vez, apresenta o número de admitidos e desligados, bem como o saldo dessas contratações nas atividades de agências de viagens. Essa atividade não demonstra um comportamento semelhante ao longo dos períodos estudados. Em 2007 o maior saldo de contratações negativo foi em março; em 2008 foi em novembro; já em 2009 retorna para março; e em 2010 não registra saldo negativo; e, por fim, em dezembro de 2011, registra-se 141 de saldo negativo. Igualmente ocorre com os maiores saldos positivos, que se encontram, respectivamente, nos meses de dezembro, agosto, dezembro, outubro, abril e janeiro.

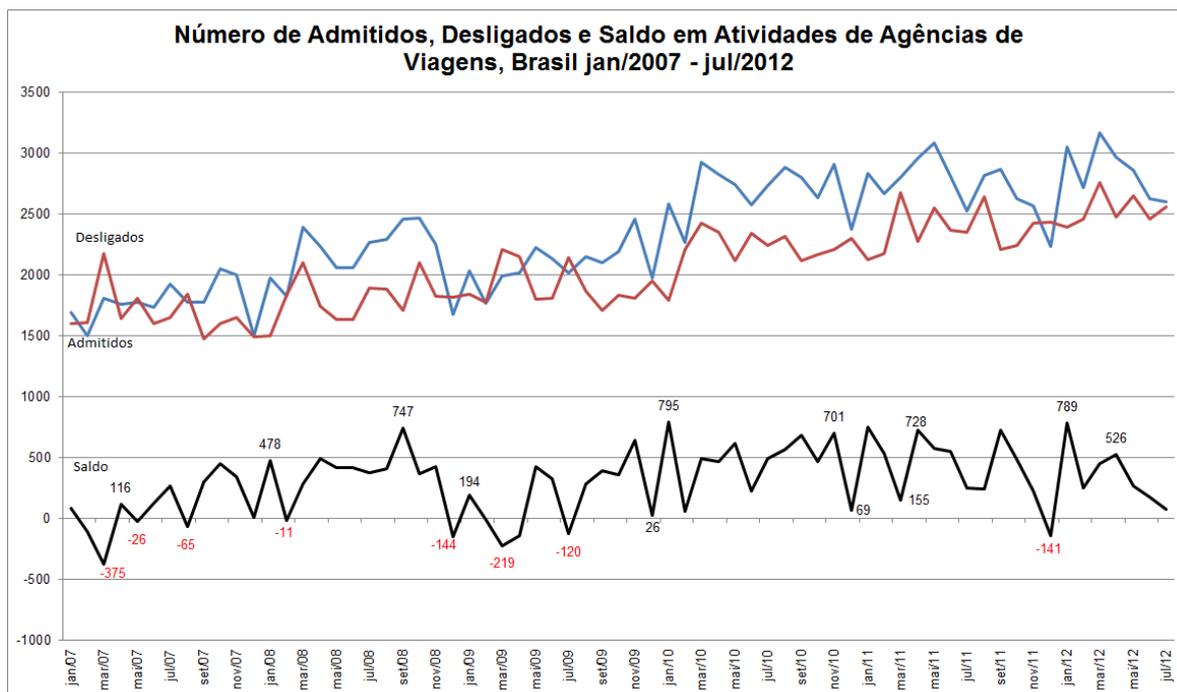


Gráfico 45 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em Atividades de Agências de Viagens, Brasil jan/2007 – jul/2012.

Fonte: MTE/Caged.

Igualmente importante é o número de ocupados sob o título “Técnicos em Serviços de Turismo e Organização de Eventos”. Essa família ocupacional, descrita na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, é composta por quatro ocupações, a saber: Técnico em Turismo, Operador de Turismo, Agente de Viagem e Organizador de Evento. Essa família ocupacional é uma das mais frequentes nas atividades de agências de viagens.

No ano de 2003, havia 13.576 Técnicos em Serviços de Turismo e Organização de Eventos formalmente contratados no Brasil. Já em 2005 esse número sobe para 15.235 e, em 2010, alcança 26.024 vínculos. Ora, o aumento no número de estabelecimento, bem assim o aumento no número de trabalhadores em geral, em atividades de Agências de Turismo, justifica o aumento significativo desses profissionais. O Gráfico 46 ilustra o avanço no número de contratos dessa família ocupacional.

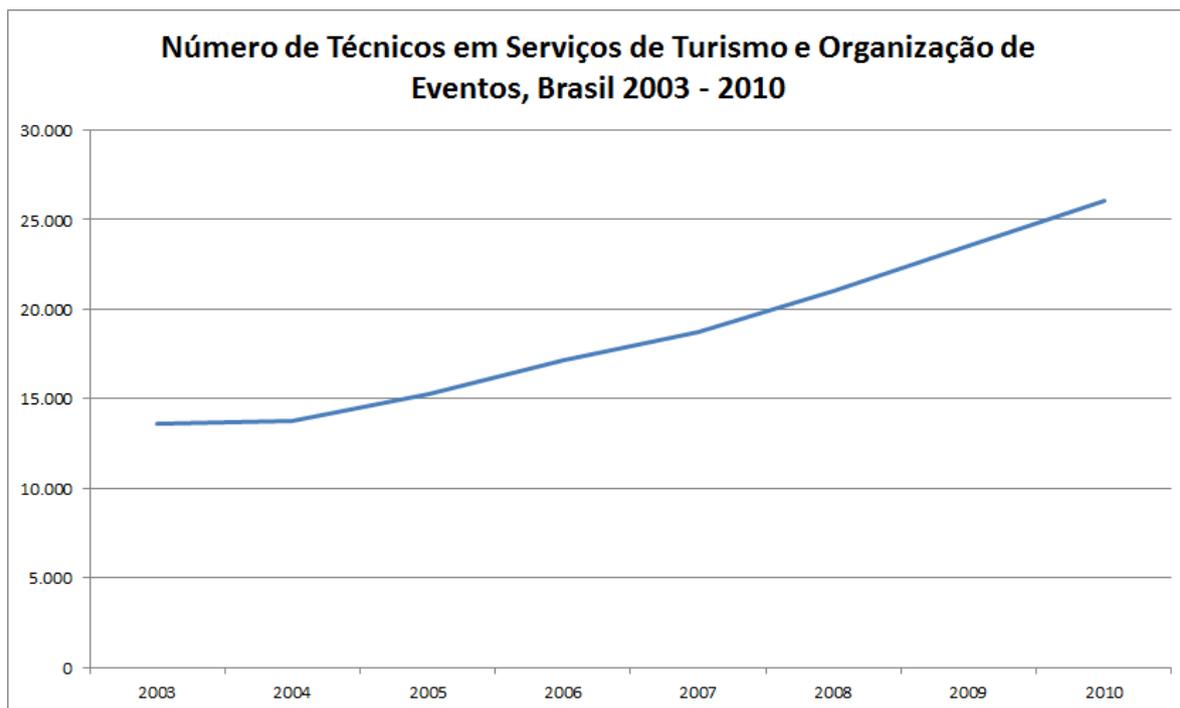


Gráfico 46 – Número de Técnicos em Serviços de Turismo e Organização de Eventos, Brasil 2003-2010.
Fonte: MTE/Rais.

De acordo com a Pacet 2012 o desempenho favorável no segmento de agências de viagens durante o período de 2010 a 2012 se dá por um conjunto de fatores como continuidade de crescimento econômico, que proporcionou o aumento do número de viagens pelas pessoas que já faziam parte do portfólio das agências e o aumento de novos clientes, expansão das agências online e a incorporação de novas tecnologias.

Ainda de acordo com a Pacet, as maiores dificuldades encontradas pelas agências de viagens pesquisadas, no que tange a contratação de mão de obra especializada, se relacionou, majoritariamente, a contratação no setor operacional (vendas, etc.), de atendimento e administrativo. Apesar dessas dificuldades apresentadas, pode-se inferir, principalmente em função dos eventos esportivos a serem realizados no Brasil, que o número de contratações nessas áreas suba significativamente no próximo ano, principalmente a partir do terceiro trimestre, consolidando o crescimento, entretanto, no próprio ano de 2014 como se tem esperado.

12.3 Tendências para as Atividades de Alojamento – Brasil

Para este tópico incluiu-se até o ano de 2002 o número de trabalhadores da atividade econômica denominada “Estabelecimentos Hoteleiros, com Restaurante (Desativado)” código

Cnae 55.11-5, àquelas já apresentadas no Capítulo 11. Essa atividade foi acrescida no estudo para possibilitar uma visão mais real dos anos intermediários da série histórica.

O segmento de Alojamento no que se refere a estabelecimentos vem crescendo desde o ano de 1995 de acordo com o gráfico 47. A motivação desse crescimento se dá por diversos fatores, entre eles segundo Saab (1999), está a da taxa média de ocupação dos hotéis que aumentou em 1996 de 59,3% para 62,4% em 1997 (SAAB, 1999, p. 293). E a ocupação hoteleira em 1998 continuou a crescer, devido ao aumento na participação de empresas estrangeiras na economia brasileira, o que passou a requerer a permanência de um grande número de executivos internacionais no país.

No que se refere ao número de trabalhadores é possível notar que até 2001 o número de trabalhadores é crescente, em 2002 o número de trabalhadores apresenta uma queda e volta a crescer de modo significativo a partir do ano de 2005. No ano de 2010, havia em média 10 trabalhadores por estabelecimento.

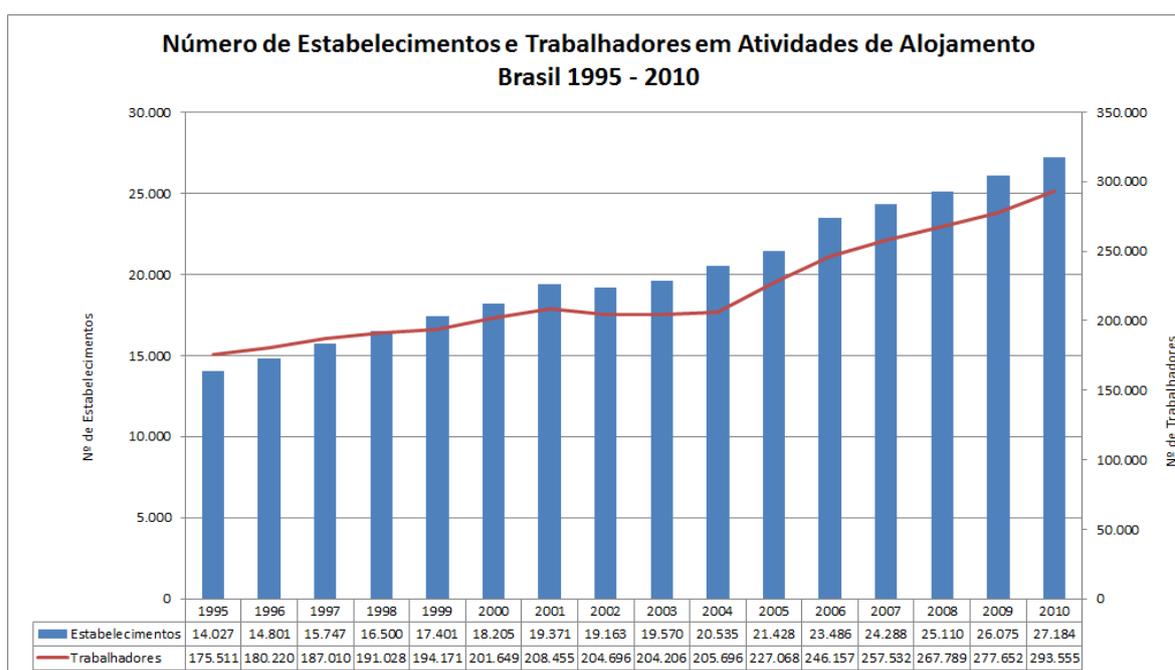


Gráfico 47 – Número de Estabelecimentos e Trabalhadores em Alojamento, Brasil 1995-2010.

Fonte: MTE/Rais.

A partir dos dados do gráfico 48 é possível constatar os períodos característicos de contratação do segmento de alojamento. Pelo gráfico é possível identificar que nos meses de novembro o saldo entre admitidos e desligados alcançou os maiores quantitativos. Infere-se

que as contratações neste mês se dão principalmente porque nessa época, os hotéis se preparam para receber os hóspedes das festas e férias de fim de ano.

Ainda no gráfico 48 é possível notar que de janeiro a março nos diversos anos o número de desligados é maior que os de admitidos, fazendo com os saldos neste período ficassem negativos. Infere-se igualmente que isso ocorre em função do fim de alta temporada e a necessidade de se dispensar funcionários, tendo em vista o período de baixa temporada.

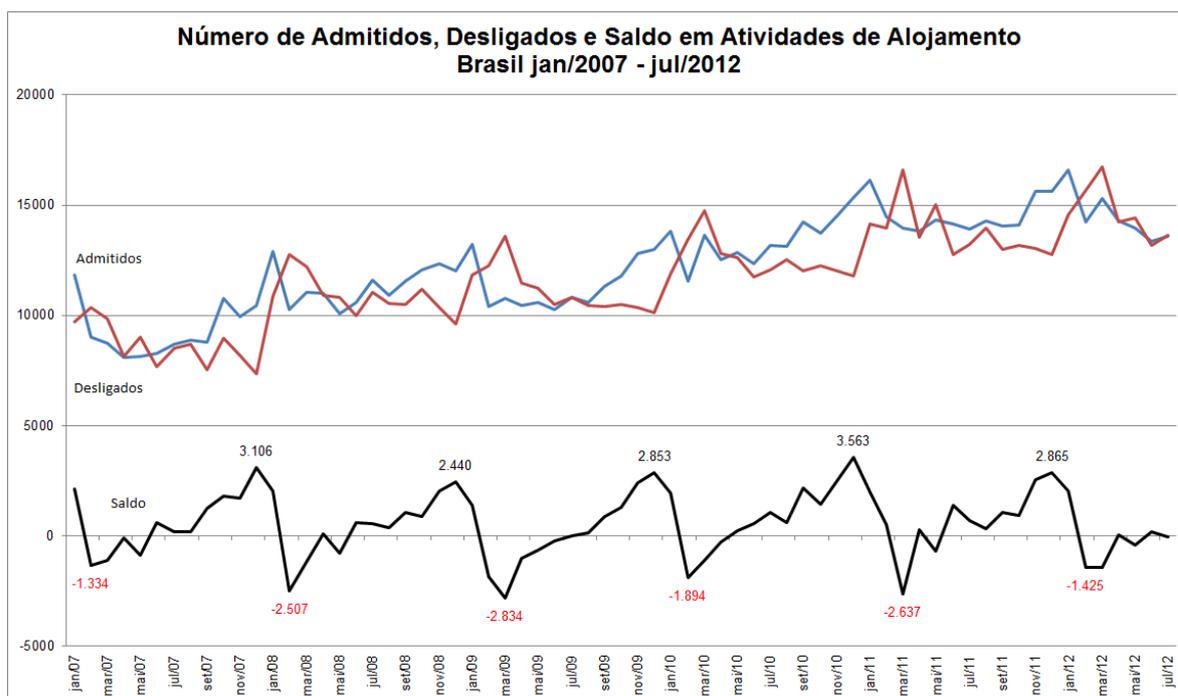


Gráfico 48 – Número de Admitidos, Desligados e Saldo em Atividades de Alojamento, Brasil jan/2007 – jul/2012. Fonte: MTE/Caged.

Segundo dados do Ministério do Turismo presentes nos Boletins de Desempenho Econômico do Turismo (de fevereiro, maio e junho/2012), bem como na Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo – Pacet (8º ed. 2012) o cenário para o segmento de alojamentos foi considerado favorável no ano de 2012.

De acordo com a Pacet 2012 as maiores dificuldades para a contratação de mão de obra de especializada no segmento alojamento estão no setor administrativo, e no setor da construção civil que é fundamental para a abertura de novos empreendimentos, área operacional (maître, governanta e cozinheiro) e serviços básicos (faxineira e camareira).

Além de dificuldades de contratação de mão de obra a Pacet 2012 ainda aponta alguns entraves que dificultam o crescimento do segmento como: o aumento da concorrência, em razão do surgimento de novos hotéis no mercado, o custo do crédito no país para o investidor,

a alta rotatividade da mão de obra, os altos preços dos terrenos e a lentidão do processo de construção de novos hotéis, devido à burocracia das legislações.

PARTE IV

ANÁLISE DE CONTEXTOS E TENDÊNCIAS EDUCACIONAIS

13 O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE E A EDUCAÇÃO

A educação em turismo é tema recente de discussões mais aprofundadas. Estas podem ser localizadas a partir do final da década de 1990, o que é explicado da seguinte forma, muito resumidamente: na década de 1970 surgem os primeiros cursos de turismo públicos; na década de 1980 destacam-se efeitos negativos a expansão da oferta de cursos até meados dessa década, sobretudo em função do governo militar; e, por fim, a partir da década de 1990, há um aumento significativo na oferta de cursos superiores em turismo, principalmente por instituições privadas. (TEIXEIRA, 2006; SOGAYAR e REJOWSKI, 2011; SILVEIRA, MEDAGLIA e GÂNDARA, 2012)

Silveira, Medaglia e Gândara (2012) citam que o aumento significativo da oferta de cursos superiores de turismo foi fruto da flexibilização das leis que regulamentaram o ensino superior no país, assim os cursos de turismo:

Por demandarem pouca estrutura física de laboratórios, foram alvos de especial interesse por parte das Instituições de Ensino Superior - IES privadas, ávidas por expandir-se dentro das novas possibilidades que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996 abria. (SILVEIRA, MEDAGLIA e GÂNDARA, 2012, p. 10)

Ora, é justamente quando ocorre essa diversificação de cursos, *status* negativo do curso perante a sociedade, focos diferentes de formação e ainda questões relacionadas a salários e atividades, bem como formação docente que motivaram pesquisadores a repensar o ensino superior em turismo. (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011)

A esse pouco planejamento na oferta de cursos, Silveira, Medaglia e Gândara (2012) apontam que:

Com o passar dos anos o inevitável começa a ocorrer e a área passa a equilibrar-se tanto no mercado profissional quanto na própria oferta de ensino. Cursos sem identidade que tinham sido readaptados com a lógica de áreas próximas, como Administração, Geografia ou Comunicação para ‘parecerem’ cursos de Turismo, começam a ter problemas de falta de demanda e o que havia sido uma moda e um sucesso de procura passa a

representar um problema para muitas IES. (SILVEIRA, MEDAGLIA e GÂNDARA, 2012, p. 10)

Assim, também pode ser percebida uma redução significativa de cursos, sobretudo os privados. O fechamento de vários cursos pode ser explicado devido ao fato de terem sido abertos meramente pela oportunidade de lucro vista por várias instituições privadas e também por não sobreviverem à necessidade de transformações em virtude do avanço da globalização e consolidação do turismo como uma área do conhecimento e, não somente, como uma área profissional (meramente operacional). Soma-se a isso a dificuldade de o mercado absorver tantos profissionais e o próprio fim do modismo dos cursos de turismo. (SILVEIRA, MEDAGLIA e GÂNDARA, 2012)

Repensando a educação em turismo Sogayar e Rejowski notam “que o ensino superior em turismo está em um momento de amadurecimento em relação a sua concepção e proposta, buscando uma “razão” que justifique sua existência e continuidade” (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011, p. 295).

Também concordamos que os temas que devem ser postos em pauta para fortalecer o ensino em turismo são: internacionalização/globalização da educação, sustentabilidade e ética, complementados pela hospitalidade, esta “não como sinônimo de hotelaria, mas sim resgatando o seu verdadeiro sentido na humanização do turismo” (SOGAYAR e REJOWSKI, 2011, p. 295).

Pelo exposto é possível perceber que o ensino em turismo ainda carece de um grande movimento de (re) estruturação em que se definam os seus núcleos de estudo, sobretudo as “forças de pressão” sustentabilidade, ética e internacionalização/globalização do ensino superior e a hospitalidade. É visível também a conversão dos cursos tecnológicos em bacharelados, principalmente nas instituições públicas, ou mesmo a extinção destes, sobretudo das instituições privadas.

13.1 Número de Cursos de Graduação, de Vagas Oferecidas, de Candidatos Inscritos, de Ingressos e de Concluintes em Cursos de Turismo e Hospitalidade

Com base em Sinopses Estatísticas da Educação Superior, realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira – Inep, proceder-se-á uma apresentação do número de cursos de graduação, de vagas oferecidas, de candidatos inscritos, de ingressos e de concluintes em cursos relacionados ao turismo e hospitalidade.

O Inep apresenta as informações divididas em: Área de Conhecimento/Áreas Gerais (nos interessa: Ciências Sociais Aplicadas – somente em 1995; Ciências Sociais, Negócios e Direito; e Serviços), Áreas Detalhadas (nos interessa: Gerenciamento e administração; Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação; e Viagens, turismo e lazer) e Programas e/ou Cursos (nos interessa: Hotelaria; e Turismo – apresentados isoladamente em 1995; Administração de eventos; Administração de turismo; Administração hoteleira; Gestão do lazer; Gastronomia; Gastronomia (Tecnólogo); Hotelaria; Hotelaria (Tecnólogo); Hotelaria e restaurantes; Eventos; Gestão de Turismo (Tecnólogo); Lazer e turismo; Planejamento e organização do turismo; Recreação e lazer; Turismo; e Turismo e Hotelaria).

Os totais apresentados nas tabelas como totais “em Turismo e Hospitalidade” são referentes a somatória de cursos, vagas, candidatos inscritos, ingressos ou concluintes dos Programas e/ou Cursos de interesse citados acima e o total de cursos, vagas, candidatos inscritos, ingressos ou concluintes “em Todas as Áreas” refere-se a somatória desses dados em todas as áreas consideradas na Sinopse do Inep, inclusive áreas que não estão nas tabelas consideradas nesse estudo (Tabelas 5, 6, 7)¹³.

No ano de 1995 não são identificados muitos cursos de Hotelaria e de Turismo pelo Inep. Conforme já foi apontado, o *boom* de cursos de turismo data do final dessa década, assim já no ano 2000 é visível a quantidade significativa de cursos da área em estudo, bem como sua distribuição em diversas nomenclaturas que, ao longo do período, irão se concentrando novamente. De todo modo, conforme demonstra a Tabela 5, havia 41 cursos de turismo e hospitalidade, sendo que 36 eram de Turismo e cinco de Hotelaria e do total 34 eram cursos privados. Naquele ano, 1995, os cursos de turismo e hospitalidade representavam 2,35% do total de cursos da Área Geral Ciências Sociais Aplicadas.

No ano 2000, os cursos de turismo e hospitalidade enquadrados na Área Detalhada Gerenciamento e administração somaram 16 cursos e, assim como em todos os demais casos, a maioria era ofertada por instituições privadas (13 cursos). Esses cursos apresentaram uma representatividade insignificante dentro da Área Detalhada – 1,61% – e, muito mais, dentro da Área Geral – 0,54%. Já os cursos enquadrados na Área Geral Serviços somaram 253. Neste ponto, nota-se uma participação expressiva dos cursos de turismo e hospitalidade na Área Geral Serviços, estes chegam a representar 90,35% do total de cursos dessa Área Geral. Somente os cursos de turismo representaram 90,86% do total de cursos da Área Detalhada

¹³ Para acessar todas as Áreas de Conhecimento/Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos acesse as Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>

Viagens, turismo e lazer e 74,64% da Área Geral Serviços. Os cursos públicos em 2000 representaram 9,66% da oferta de cursos de turismo e hospitalidade.

O ano de 2005, por sua vez, demonstra a continuidade de crescimento da oferta de cursos de Turismo e Hospitalidade. Entretanto, naquele ano, os cursos que se encontravam na Área Detalhada Gerenciamento e administração somaram 27 cursos, o equivalente a 1,08% do total de cursos da Área Detalhada, ou seja, ainda uma representatividade baixa nessa área. Já os cursos da Área Geral Serviços chegaram a 654, sendo 89 (13,60%) da Área Detalhada Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação e 565 (86,40%) da Área Detalhada Viagens, turismo e lazer. Os cursos de turismo, especificamente, representavam 63,29% do total da Área Detalhada Viagens, turismo e lazer, sendo que destes 91,80% eram oferecidos por instituições privadas. Cursos que contemplavam a nomenclatura Turismo e hotelaria somaram 54 programas e/ou cursos, o equivalente a 9,55% do total de sua Área Detalhada. No ano de 2005 o total de cursos de Turismo e Hospitalidade representou 3,33% do total de cursos de todas as Áreas.

Os dados do ano de 2010 já começam a refletir a tendência de diminuição de cursos de graduação em turismo e hospitalidade apontada anteriormente. Neste ano já não são mais identificados pelo Inep cursos de turismo e hospitalidade enquadrados na Área Geral Ciências Sociais, Negócios e Direito. Os cursos de Gastronomia (Tecnológico) e Hotelaria (Tecnológico) da Área Geral Serviços, que até então não apareciam nos levantamentos, somam, juntos, 84 cursos. No mesmo sentido, são identificados 51 cursos de Gestão de Turismo (Tecnólogo). E os cursos de Turismo que somaram 476 programas em 2005 somaram 343 em 2010, queda de 27,94%. Importante observar que a redução do número de cursos se dá, exclusivamente, nas instituições privadas, que sai de 437 em 2005 para 275 em 2010. Já as instituições públicas aumentam a oferta de cursos de graduação em Turismo de 39 em 2005 para 68 em 2010, corroborando a tendência apresentada por Silveira, Medaglia e Gândara (2012).

Por fim, no ano de 2010, o total de cursos de Turismo e Hospitalidade representaram 55,41% do total de cursos da Área Geral Serviços, sendo que somente os cursos de Turismo representavam 32,60%. Já em relação ao total de cursos em todas as Áreas Gerais, os cursos de Turismo e Hospitalidade representaram 2,04% do total.

Tabela 5: Número de Cursos de Graduação Presenciais, por Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010

Área de Conhecimento/ Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	1995			2000			2005			2010		
	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada
Ciências Sociais Aplicadas	1.740	574	1.166	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hotelaria	5	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	36	6	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais, Negócios e Direito	-	-	-	2.937	653	2.284	5.815	855	4.960	-	-	-
Gerenciamento e administração	-	-	-	989	156	833	2.484	230	2.254	-	-	-
Administração de eventos	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-
Administração em turismo	-	-	-	4	1	3	7	1	6	-	-	-
Administração hoteleira	-	-	-	11	2	9	9	2	7	-	-	-
Gestão do lazer	-	-	-	1	-	1	9	-	9	-	-	-
Serviços	-	-	-	280	37	243	752	91	661	1.052	184	868
Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação	-	-	-	23	2	21	89	8	81	159	18	141
Gastronomia	-	-	-	1	-	1	25	2	23	34	5	29
Gastronomia (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	3	56
Hotelaria	-	-	-	21	2	19	64	6	58	41	8	33
Hotelaria (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	2	23
Hotelaria e restaurantes	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Viagens, turismo e lazer	-	-	-	230	21	209	565	52	513	424	85	339
Eventos	-	-	-	-	-	-	17	-	17	30	1	29
Gestão de Turismo (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51	16	35
Lazer e turismo	-	-	-	1	1	0	7	2	5	-	-	-
Planejamento e organização do turismo	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-
Recreação e lazer	-	-	-	1	0	1	8	4	4	-	-	-
Turismo	-	-	-	209	19	190	476	39	437	343	68	275
Turismo e hotelaria	-	-	-	19	1	18	54	4	50	-	-	-
Total de Cursos de Turismo e Hospitalidade	41	7	34	269	26	243	681	63	618	583	103	480
Total de Cursos em Todas as Áreas	6.252	2.782	3.470	10.585	4.021	6.564	20.407	6.191	14.216	28.577	8.821	19.756

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1995, 2000, 2005, 2010 - Inep.

Com relação às vagas oferecidas, os candidatos inscritos e os ingressos em cursos de Turismo e Hospitalidade, no ano de 1995 tem-se que a concorrência é de 3,02 candidatos por vaga (C/V) nos cursos de Hotelaria e de 2,73 C/V nos cursos de Turismo, uma concorrência razoável em comparação com a média, que fica em torno de dois candidatos por vaga. Mais importante que a concorrência é o número de alunos que efetivamente ingressam nos cursos superiores. Em 1995 nota-se que houve um ingresso em torno de 75% dos candidatos que se inscreveram nos processos seletivos.

O ano 2000, que demonstra melhor o processo de expansão dos cursos, identifica uma oferta de vagas alta, bem como uma quantidade de inscritos alta também, mas que não redundou em um ingresso efetivo de alunos. Os cursos de Gestão do Lazer (Gerenciamento e administração) e de Hotelaria e restaurantes (Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação), por exemplo, computaram concorrência abaixo de um C/V, a saber, 0,85 e 0,42 C/V, respectivamente. Esses cursos não se mantêm com oferta de vagas. Gestão do Lazer tem uma demanda baixíssima em 2005, com uma concorrência de 0,30 C/V e um ingresso de apenas 13,40% dos candidatos ingressos. E o curso de Hotelaria e restaurantes, que era oferecido por uma instituição privada, não é identificado em 2005. Cita-se, inclusive a tendência de se consolidar áreas mais específicas do Turismo e Hospitalidade, identificando melhor os cursos, assim a tendência de tal curso seria focar a formação em Gastronomia ou Hotelaria.

Os cursos da Área Detalhada Gerenciamento e administração obtiveram em 2005 baixíssima demanda, à exceção do curso de Administração de eventos os demais assinaram concorrências abaixo de um C/V e ingresso abaixo de 35% do total de inscritos. Naquele ano os programas e/ou cursos que tiveram maior concorrência foram aqueles denominados de Planejamento e organização do turismo, cuja concorrência chegou a 9,98 C/V e o ingresso foi de 95,33. Ressalta-se que eram três cursos oferecidos por instituições públicas. Os demais cursos da Área Detalhada Viagens, turismo e lazer apresentaram concorrência razoável, mas um baixo ingresso, em torno de 35%. Em 2010, nota-se que os cursos dessa Área Detalhada se concentraram na denominação Turismo, tendo em vista a tendência já exposta.

Após o período de *boom* de oferta de vagas, bem como o período seguinte de estabilização dessa oferta, tem-se a tendência do fim do modismo dos cursos de turismo. Ora, é nesse contexto em que se apresentam os dados do Inep para o ano de 2010. Nesse ano os cursos estão bem identificados em suas Áreas Detalhadas demonstrando certa clareza de enfoque, seja em gastronomia, hotelaria ou formação em turismo.

Entretanto, tal processo aliado a observação dos dados demonstra a necessidade ainda maior de consolidação da área e um processo concomitante de valorização desta. O simples reconhecimento da profissão de turismólogo não redundará em números ‘melhores’ para os programas e/ou cursos. Urge a necessidade de uma regulamentação da profissão, que tenderá para uma maior valorização da área, melhor estruturação dos programas e/ou cursos, tendo em vista a futura demanda do mercado por qualificação formal.

Vale ressaltar, que não se tem aqui a solução dos diversos problemas concernentes ao turismo e hospitalidade centralizados numa regulamentação da profissão, por exemplo. Por outro lado, preocupa o fato de após todo o processo descrito, os cursos de Turismo apresentarem uma concorrência de 1,30 C/V em 2010 e um ingresso de 28,82% do total de candidatos inscritos. Os cursos de eventos tiveram concorrência de 0,79 C/V e ingresso de 30,50% dos inscritos. A Área Detalhada Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação, por sua vez, não ultrapassou a concorrência de 1,82 C/V nos cursos de Hotelaria. Nesses cursos ingressaram 44,50% do total de inscritos, entretanto, nos mesmos cursos de Hotelaria, mas na modalidade Tecnólogo, o ingresso foi de apenas 28,02% dos inscritos.

Os números de vagas oferecidas, de candidatos inscritos e de ingressos são apresentados na Tabela 6. A partir dela é possível ver a lógica: início dos cursos concentrados nas nomenclaturas Turismo e Hotelaria > aumento da oferta de cursos e vagas e diversificação dos programas e/ou cursos > e diminuição dessa oferta e retorno a uma concentração de nomenclaturas em torno dos programas e/ou cursos de Turismo, Hotelaria e Gastronomia, ilustrada no gráfico que se segue.

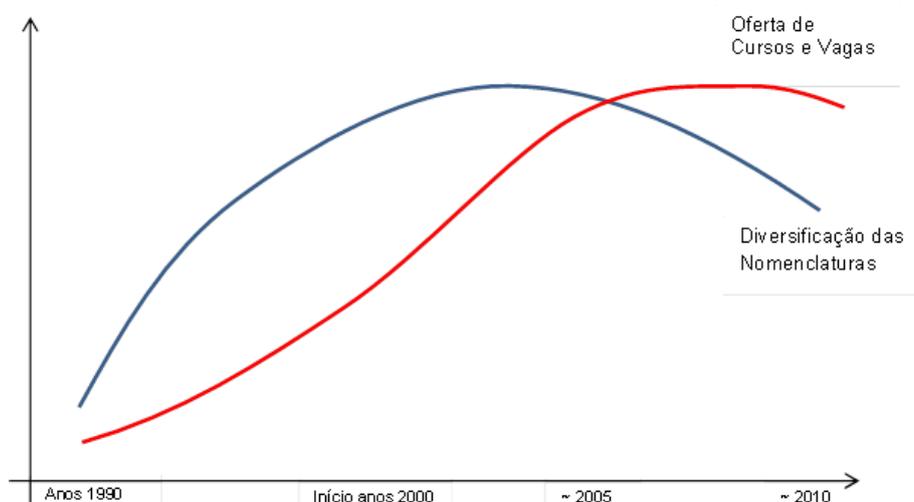


Gráfico 49: Comportamento da oferta de cursos e vagas e diversificação das nomenclaturas no âmbito do Turismo e Hospitalidade.

Tabela 6: Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010

Área de Conhecimento/ Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	1995			2000			2005			2010		
	Total de Vagas	Total de Candidatos Inscritos	Total de Ingressos	Total de Vagas	Total de Candidatos Inscritos	Total de Ingressos	Total de Vagas	Total de Candidatos Inscritos	Total de Ingressos	Total de Vagas	Total de Candidatos Inscritos	Total de Ingressos
Ciências Sociais Aplicadas	237.116	1.157.326	215.689	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hoteleria	603	1.825	448	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	3.886	10.609	3.056	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais, Negócios e Direito	-	-	-	498.602	1.507.071	365.148	1.021.900	1.853.607	581.330	-	-	-
Gerenciamento e administração	-	-	-	179.929	393.553	129.469	478.143	702.389	262.975	-	-	-
Administração de eventos	-	-	-	-	-	-	160	302	120	-	-	-
Administração em turismo	-	-	-	484	1.048	411	645	355	227	-	-	-
Administração hoteleira	-	-	-	1.240	2.241	1.072	550	272	118	-	-	-
Gestão do lazer	-	-	-	88	75	54	970	300	130	-	-	-
Serviços	-	-	-	36.286	82.087	24.632	84.100	107.190	32.121	107.219	162.570	42.395
Hoteleria, restaurantes e serviços de alimentação	-	-	-	2.866	6.010	1.944	9.386	12.958	4.549	20.349	31.597	9.667
Gastronomia	-	-	-	100	103	87	2.967	5.868	2.103	5.052	7.851	2.058
Gastronomia (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.844	12.814	5.208
Hoteleria	-	-	-	2.686	5.873	1.834	6.419	7.090	2.446	3.598	6.547	1.601
Hoteleria (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.855	4.385	800
Hoteleria e restaurantes	-	-	-	80	34	23	-	-	-	-	-	-
Viagens, turismo e lazer	-	-	-	31.129	70.623	21.473	64.924	76.750	21.970	38.843	47.331	11.522
Eventos	-	-	-	-	-	-	2.193	1.176	580	5.404	4.245	1.648
Gestão de Turismo (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.655	4.303	1.291
Lazer e turismo	-	-	-	150	243	140	634	1.088	230	-	-	-
Planejamento e organização do turismo	-	-	-	-	-	-	150	1.497	143	-	-	-
Recreação e lazer	-	-	-	60	166	36	273	402	79	-	-	-
Turismo	-	-	-	28.098	63.680	19.011	50.352	59.683	17.050	29.784	38.783	8.583
Turismo e hotelaria	-	-	-	2.821	6.534	2.286	4.643	5.299	1.700	-	-	-
Total de Vagas/Insc./Ing. em Turismo e Hospitalidade	4.489	12.434	3.504	35.807	79.997	24.954	69.956	83.332	24.926	59.192	78.928	21.189
Total de Vagas/Insc./Ing. em Todas as Áreas	610.355	2.653.853	510.377	1.216.267	4.039.910	897.557	2.435.987	5.060.956	1.397.281	3.120.192	6.698.902	1.590.212

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1995, 2000, 2005, 2010 - Inep.

O Inep também traz as informações de número de concluintes. A esse respeito vale destacar os vários ‘vazios’ encontrados na Tabela 7. Ora, tal situação se dá em função das mudanças de nomes dos cursos, criação de novos cursos etc. Assim, o número de concluintes vai ‘aparecendo’ nos seus respectivos programas e/ou cursos ao longo da série, mas sem uma continuidade. Mais especificamente, o curso de Administração de eventos, por exemplo, que foi oferecido em dois programas e/ou cursos em 2005 e três em 2006 apresenta 16 concluintes no ano de 2009. Situação semelhante ocorre com os demais cursos que tiveram poucas edições, tais como os cursos de Hotelaria e restaurantes, de Lazer e turismo e de Recreação e lazer, que possuem poucos concluintes que são informados em anos não contemplados nas tabelas apresentadas.

Considerando apenas o último ano da série, 2010, nota-se a predominância de concluintes dos cursos de Turismo e de Gastronomia (Tecnólogo), a saber, 6.236 e 2.723, respectivamente. A soma dos concluintes dos dois cursos representou 40,77% do total de concluintes da Área Geral Serviços. Somente os concluintes dos cursos de Gastronomia representaram 56,72% dos concluintes de sua Área Detalhada, enquanto os concluintes dos cursos de Turismo representavam em 2010 82,56% de sua Área Detalhada. Ora, tendo em vista que, conforme foi identificado anteriormente, tem-se a oferta de 59 cursos de Gastronomia (Tecnólogo), 343 de Turismo e 51 de Gestão de Turismo (Tecnólogo) são estes os cursos que nos próximos anos formarão mais pessoas.

Por fim, identifica-se que a soma de todos os concluintes de cursos de Turismo e Hospitalidade chega a 12.353 em 2010, esse número representa 56,21% do total de concluintes da Área Geral Serviços e 1,48% do total de concluintes de todas as Áreas Gerais no Brasil.

Tabela 7: Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais, por Categoria Administrativa das IES, segundo as Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos, Brasil - 1995, 2000, 2005, 2010

Área de Conhecimento/ Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos	1995			2000			2005			2010		
	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada	Total Geral	Total Pública	Total Privada
Ciências Sociais Aplicadas	93.410	23.522	69.888	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hotelaria	187	12	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turismo	1.009	147	862	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências Sociais, Negócios e Direito	-	-	-	129.279	27.862	101.417	277.572	41.438	236.134	-	-	-
Gerenciamento e administração	-	-	-	35.658	6.040	29.618	108.793	10.293	98.500	-	-	-
Administração de eventos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração em turismo	-	-	-	-	-	-	168	17	151	-	-	-
Administração hoteleira	-	-	-	64	40	24	57	26	31	-	-	-
Gestão do lazer	-	-	-	-	-	-	65	-	65	-	-	-
Serviços	-	-	-	3.056	483	2.573	20.246	2.942	17.304	21.974	2.692	19.282
Hotelaria, restaurantes e serviços de alimentação	-	-	-	424	16	408	2.440	88	2.352	4.800	199	4.601
Gastronomia	-	-	-	-	-	-	740	5	735	765	29	736
Gastronomia (Tecnólogo)	-	-	-	424	16	408	-	-	-	2.723	52	2.671
Hotelaria	-	-	-	-	-	-	1.700	83	1.617	734	46	688
Hotelaria (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	578	72	506
Hotelaria e restaurantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Viagens, turismo e lazer	-	-	-	2.297	181	2.116	14.917	1.163	13.754	7.553	1.400	6.153
Eventos	-	-	-	-	-	-	55	-	55	651	0	651
Gestão de Turismo (Tecnólogo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	666	325	341
Lazer e turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planejamento e organização do turismo	-	-	-	-	-	-	21	21	-	-	-	-
Recreação e lazer	-	-	-	-	-	-	154	110	44	-	-	-
Turismo	-	-	-	2.229	181	2.048	13.155	870	12.285	6.236	1.075	5.161
Turismo e hotelaria	-	-	-	66	-	66	1.326	77	1.249	-	-	-
Total de Concluintes em Turismo e Hospitalidade	1.196	159	1.037	2783	237	2546	17.441	1.209	16.232	12.353	1.599	10.754
Total de Concluintes em Todas as Áreas	245.887	87.862	158.025	324.734	112.451	212.283	717.858	195.554	522.304	829.286	178.407	650.879

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados das Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1995, 2000, 2005, 2010 - Inep.

No Estado de Goiás a conversão dos cursos tecnológicos em bacharelados ou mesmo a extinção destes é visível, conforme demonstra o quadro a seguir. Os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão de Turismo e em Hotelaria, ofertados no Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia, por exemplo, seguem a lógica apresentada anteriormente e devem ser convertidos em um curso de bacharelado, conforme informações da Chefia de Departamento das Áreas Tecnológicas I do Instituto Federal de Goiás – IFG.

Em relação às informações do Quadro 2 é importante ressaltar que o fato de algum curso estar “em atividade” não garante que tenha ou vá ter formação de turmas, visto que é possível a abertura de processo seletivo não redundar em efetiva formação de turmas. Também pode ocorrer de alguma instituição não oferecer vagas em determinado semestre e programar essa oferta para outro semestre (cita-se o caso da Faculdade de Tecnologia SENAC que não oferecerá vagas para 2013/1 e, provavelmente, oferecerá em 2013/2, conforme informação obtida por telefone).

Quadro 2: Cursos Superiores de Turismo, por Instituição, Grau e Situação – Goiás

Instituição (IES)	Nome do Curso	Grau	Situação
Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia	Gestão de Turismo	Tecnológico	Em Atividade
Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia	Hotelaria	Tecnológico	Em Atividade
Universidade Estadual de Goiás - Goiás	Turismo	Tecnológico	Em Atividade
Universidade Estadual de Goiás - Niquelândia	Turismo	Tecnológico	Em Atividade
Universidade Estadual de Goiás - Pirenópolis	Turismo	Tecnológico	Em Atividade
Faculdade de Tecnologia SENAC - Goiânia	Gestão de Turismo	Tecnológico	Em Atividade*
Faculdade Montes Belos	Gestão de Turismo	Tecnológico	Em Atividade
Faculdade Alves Faria	Turismo	Bacharelado	Em Atividade
Instituto de Ensino Superior de Rio Verde	Turismo	Bacharelado	Em Atividade
Faculdade Lions	Turismo	Bacharelado	Em Atividade
Faculdade Cambury de Formosa	Turismo	Bacharelado	Em Atividade
Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo	Turismo	Bacharelado	Em Atividade
Faculdade de Caldas Novas	Turismo	Bacharelado	Em Extinção
Universidade Salgado de Oliveira	Hotelaria e Gestão de Empresas de Turismo	Tecnológico	Extinto
Universidade Salgado de Oliveira	Turismo	Bacharelado	Extinto
Centro Universitário de Goiás - UNI-ANHANGUERA	Turismo	Bacharelado	Extinto
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba	Turismo	Bacharelado	Extinto
Faculdade Anhanguera de Anápolis	Turismo	Bacharelado	Extinto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Turismo	Bacharelado	Extinto
Total: 14 Instituições Não ofertam mais: 5	Gestão de Turismo: 3 Hotelaria: 1 Turismo: 8 Em Atividade	Tecnológico: 7 Bacharelado: 5 Em Atividade	Em Extinção 1 Extinto: 6

Fonte: e-MEC, Portais das IES e contato telefônico.

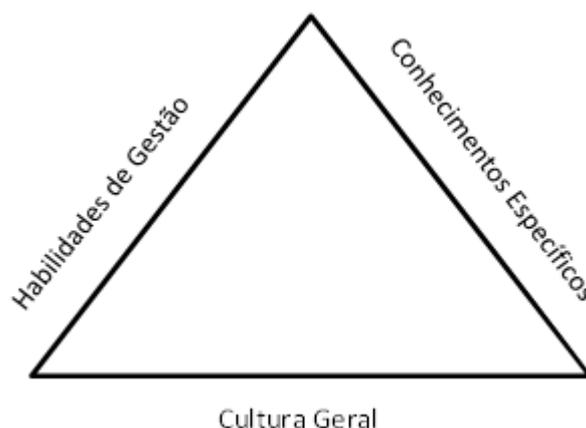
14 FORMAÇÃO, HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Neste capítulo objetiva-se apresentar, resumidamente, os principais temas em discussão como necessários à formação do Turismólogo.

Desta forma se faz necessário inicialmente observar os pontos da Resolução nº 13, de 24 de novembro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.

Conforme Lima e Silva (2007) a Diretriz Curricular Nacional – DCN “não é um documento normativo e sem flexibilidade, o qual as faculdades devem seguir a risca” (2007, p. 3). Mas os autores ponderam que os profissionais formados devem ao menos ter as competências e habilidades elencadas na Diretriz.

De imediato poder-se-ia dizer que tais competências e habilidades são sobremodo extensas, visto que somam 19 no total. Entretanto, deve-se ter claro que o profissional em turismo precisa congrega, ao mesmo tempo, conhecimentos amplos e também específicos. Assim, é pertinente relacionar o que Trigo *apud* Lara (2010) apresenta como necessário a uma qualidade na educação em turismo, qual seja, oferecimento de conhecimentos que passem pela **i)** cultura geral, **ii)** habilidades de gestão e **iii)** conhecimento técnico específico.



Fonte: Observatório a partir de Trigo *apud* Lara (2010).

Nesse sentido também é importante elencar os conteúdos que a DCN orienta que os cursos devam contemplar:

Art. 5º Os cursos de graduação em Turismo deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos sociológicos, antropológicos, históricos, filosóficos, geográficos, culturais e artísticos, que conformam as sociedades e suas diferentes culturas;

II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação, estabelecendo ainda as relações do turismo com a administração, o direito, a economia, a estatística e a contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo visitas técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem e de estágios. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 3)

Por fim, em relação à DCN, destaca-se que o § 2º do Art. 2º diz que o

Projeto Pedagógico do curso de graduação em turismo poderá admitir Linhas de Formação Específicas, direcionadas para áreas ocupacionais relacionadas com o turismo, abrangendo os segmentos ecológicos e ambientais, econômicos, culturais, de lazer, de intercâmbio de negócios e promoção de eventos e serviços, para melhor atender as necessidades do perfil profissiográfico que o mercado ou região exigirem (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 2)

Igualmente importante é ponderar que, apesar de o setor de Turismo e Hospitalidade demandar profissionais de diversas áreas, tanto para a atuação de mercado quanto para a formação nos cursos superiores, “o turismo exige a atuação de profissionais especializados e formados na área, os bacharéis em turismo” (LARA, 2010, p. 279), os Tecnólogos e os Técnicos em turismo e/ou hotelaria e afins. Quanto a educação em turismo Trigo *apud* Lara (2010) informa que

muitos dos professores que ministram os conteúdos de turismo são formados nas mais diferentes áreas, menos turismo, desconhecendo sutilezas e a vastidão do setor de viagens e turismo e, muitas vezes, nem da própria área de formação específica se encontram bem preparados. (LARA, 2010, p. 285)

O estudo de Lara também permite citarmos duas características necessárias ao profissional de turismo: flexibilidade e adaptabilidade; e consciência ecológica. E ainda, que é de fato a defesa de Lara, é o ensino da Administração nos cursos de turismo. De acordo com o autor, tal conhecimento facilita a compreensão do turismo enquanto sistema e que os

profissionais com conhecimentos em gestão apresentam melhor atuação que aqueles que não realizaram esses estudos. (LARA, 2010)

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO também permite a identificação da formação necessária à atuação do profissional em turismo. Sob o código 1225-20 a CBO aponta que “No caso dos turismólogos o mercado de trabalho tem exigido curso superior em nível de bacharelado na área de turismo e/ou hotelaria e no mínimo dois anos de experiência profissional. É desejável o conhecimento de pelo menos um idioma estrangeiro” (CBO, 2012).

Carneiro (2008) analisa as primeiras matrizes curriculares dos cursos de turismo em 1975, e destaca que havia matérias como história, geografia, estatística, planejamento, administração, marketing, comunicação, idiomas, estágio, agenciamento e transportes. A maioria dessas matérias permanece nas grades curriculares dos cursos de turismo ministrados em todo país atualmente. (CARNEIRO, 2008)

Essas matérias mostram uma das principais características do curso, que é a multidisciplinaridade, pois um profissional da área do turismo para ingressar no mercado de trabalho necessita de conhecimentos em diversas áreas para dar conta das demandas do mercado e assim poder atuar de forma eficaz e com conhecimento de causa a respeito do mercado turístico.

Ainda segundo Carneiro, essa multidisciplinaridade fomenta uma polêmica, pois:

Coloca essa multidisciplinaridade para uns como fragmentação do conhecimento e para outros como um curso que forma em tudo e nada ao mesmo tempo, porque não há aprofundamento suficiente dessas diversas áreas dentro do período mínimo de formação. (CARNEIRO, 2008, p.148).

Mais um ponto de polêmica com referência a grade curricular e a formação do profissional de turismo é o que aluno aprende dentro das faculdades que normalmente não se aplica no dia a dia das empresas.

Este fato faz com que o profissional do turismo recém-formado encontre dificuldades de colocação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, migre para outras áreas profissionais, desperdiçando e deixando de aplicar seu conhecimento para o benefício e melhora do turismo no seu local de atuação.

Outro acontecimento muito recorrente é que o não aprofundamento em determinadas matérias específicas, permite que outros trabalhadores que não tem formação na área de turismo, mas possui conhecimentos específicos ocupem os cargos oferecidos no setor.

A contratação de profissionais que não tem formação turística faz com que os cargos oferecidos não sejam exclusividade de quem tem formação específica. Ora, um advogado não pode ser contratado para exercer a função de um dentista, pois não possui formação específica para atuar nesta área de trabalho, porém um profissional formado em qualquer outra área pode ocupar uma função na área de turismo e hospitalidade.

Outro ponto bastante discutido a respeito dos cursos de turismo e hospitalidade envolvendo a formação dos profissionais se trata da não definição de seu formato, pois os cursos ou são voltados para o mercado, ou são voltados mais para um campo de análise e planejamento do turismo.

Segundo Ansarah *apud* Silveira, Medaglia e Gândara (2012), essa divisão no ensino do turismo foi consolidada em uma reunião entre os coordenadores de cursos de turismo até então existentes no ano de 1978 promovida indiretamente pela Embratur, por meio da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, ECA-USP.

Ainda segundo a autora, dessa reunião saíram as duas principais vertentes do ensino de turismo no Brasil: um enfoque mais dirigido ao mercado, liderado pela Universidade Anhembi Morumbi; e outro mais filosófico e voltado à epistemologia, à pesquisa e ao Planejamento Turístico, da ECA-USP. (SILVEIRA, MEDAGLIA e GÂNDARA, 2012, p. 14)

Esta reunião trouxe consequências que podem ser sentidas até os dias atuais, pois muitas faculdades têm seus cursos voltados para o mercado turístico e outras faculdades têm seu enfoque no estudo do turismo, direcionando seu curso para análise e pesquisa do setor.

Frente a outros cursos, o curso de turismo e hospitalidade é muito recente, portanto é essencial para o crescimento do curso, discussões e debates, a fim de que haja uma melhora no ensino e qualificação de futuros profissionais, que fomentarão as diretrizes do turismo brasileiro em um futuro próximo.

Pelo exposto, tem-se que os profissionais em turismo necessitam ter formação superior, seja na modalidade de bacharelado ou tecnológico, competências e habilidades que passam pelo exposto na DCN Art. 4º e contar com disciplinas na área da gestão.

Vale ressaltar que estes são apenas apontamentos iniciais. Para uma melhor definição da formação, habilidades e competências requeridas ao profissional em turismo é necessário uma análise das grades curriculares dos cursos oferecidas e a relação dessa formação com as expectativas do mercado de trabalho. Para conhecimento e aprofundamento na questão sugere-se a consulta a tese de doutorado “A formação acadêmico-profissional para inclusão

social nos cursos superiores de turismo: dos aspectos socioeconômicos à discussão curricular”
de autoria de Ana Lúzia Magalhães Carneiro¹⁴.

¹⁴ Disponível em <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8024>.

15 OS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO E HOSPITALIDADE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG oferta dois cursos superiores na área de Turismo e Hospitalidade, quais sejam os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) em Gestão de Turismo e em Hotelaria, ambos localizados no Câmpus Goiânia do referido Instituto. O Câmpus oferece ainda o Curso Técnico em Cozinha, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Para a brevíssima análise que se fará desses dois cursos superiores será lançado mão, para o CST em Gestão de Turismo, os dados do documento de reconhecimento do curso de Gestão Turística, cuja nova denominação seria CST em Planejamento Turístico, que data de 2003 (o Projeto Pedagógico do CST em Gestão de Turismo está em fase de elaboração, conforme informações da Coordenação de Turismo e Hospitalidade do Câmpus Goiânia). Para o CST em Hotelaria as informações são do Projeto Pedagógico. Serão utilizadas também informações concedidas em entrevista com a chefia de departamento das Áreas Acadêmicas I, que comporta a Coordenação dos cursos de Turismo e Hospitalidade do IFG.

O IFG, até o início dos anos 2000 não possuía nenhum curso na área de Serviços. A partir da constatação dessa deficiência buscou-se a estruturação de um curso de turismo. A forma estabelecida para a oferta, entretanto, foi a partir de pagamento de matrículas que, em seguida sofreu modificações, conforme aponta o documento de Reconhecimento de Curso:

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Turística, implantado no CEFETGO em 2001, foi estruturado a partir do pagamento de mensalidades por parte dos alunos e mantido pela Caixa Escolar (Editais dos Vestibulares de 2000/1, 2000/2 e 2001/1). Com a proibição, estabelecida pelo MEC, da continuidade deste curso com caráter privado, a Instituição abriu concurso para professores substitutos com o objetivo de formar o quadro de professores necessário à continuidade do curso dentro dos parâmetros de uma Instituição pública. (CEFET GO, 2003, p. 35)

O CST em Gestão Turística contava em sua grade curricular com as disciplinas de Teoria e Técnica do Profissional de Guia de Turismo I e II, Recreação e Francês I e II. Estas disciplinas deixaram de ser oferecidas pós-reconhecimento. Da mesma forma a disciplina “Políticas Públicas e Turismo” oferecida no CST em Planejamento Turístico deixa de ser oferecida no CST em Gestão de Turismo. O quadro a seguir apresenta a matriz do curso de Gestão em turismo e as matrizes anteriores de acordo com a denominação acolhida.

Quadro 3: Matriz Curricular do Curso de Gestão em Turismo do IFG.

Gestão Turística (grade do curso autorizado – 2003)	Planejamento Turístico (grade pós-reconhecimento – 2004)	Gestão de Turismo (grade vigente a partir de 2005/1)
1º Período		
Inglês I	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Português	Filosofia e Turismo	Filosofia e Turismo
Introdução a Hotelaria e Turismo	Informática	Informática
Introdução a Administração e Organização	Introdução a Organização e Planejamento	Introdução a Organização e Planejamento
Ética Profissional	Fundamentos e Dimensão do Turismo	Dimensões e Fundamentos do Turismo e Hotelaria
Relações Humanas	Formação Histórica do Brasil e de Goiás	Formação Histórica do Brasil e de Goiás
2º Período		
Inglês II	Língua Inglesa I	Língua Inglesa I
Teoria e Técnica do Profissional de Guia de Turismo I	Iniciação à Pesquisa	Iniciação à Pesquisa
Elaboração de Projetos	Geografia e Turismo	Geografia e Turismo
Geografia	Agências de Viagem e Turismo	Planejamento de Eventos
Legislação Turística	História e Turismo	História e Turismo
Informática		
3º Período		
Espanhol I	Língua Inglesa II	Língua Inglesa II
Marketing Turístico	Economia e Turismo	Economia e Turismo
Teoria e Prática Organizacional de Agência I	Matemática Financeira, Estatística e Turismo	Matemática Financeira, Estatística e Turismo
Recreação – 60h	Planejamento de Eventos	Agências de Viagem e Turismo
Manifestação da Cultura	Manifestação da Cultura Popular	Manifestação da Cultura Popular
Matemática Financeira I		
4º Período		
Espanhol II	Língua Inglesa III	Língua Inglesa III
Francês I	Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil	Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil
Planejamento e Organização de Eventos	Relações Humanas	Relações Humanas
Teoria e Prática Organizacional de Agências II	Segurança do Trabalho	Segurança do Trabalho
História	Sociologia do Trabalho	Sociologia do Trabalho
Higiene e Segurança no Trabalho		
5º Período		
Teoria e Técnica Profissional de Guia de Turismo II	Língua Espanhola I	Língua Espanhola I
Francês II	Ética Profissional	Ética Profissional
Filosofia	Logística do Turismo	Logística do Turismo
Gestão de Pessoas	Marketing Turístico	Marketing Turístico
Patrimônio	História da Arte	História da Arte
6º Período		
Sociologia	Língua Espanhola II	Língua Espanhola II
Meio Ambiente	Políticas Públicas e Turismo	
Contabilidade	Contabilidade e Turismo	Contabilidade e Turismo
História da Arte	Elaboração de Projetos	Elaboração de Projetos
	Meio Ambiente e Turismo	Meio Ambiente e Turismo
7º Período		
	Língua Espanhola III	Língua Espanhola III
	Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas
	Legislação Turística	Legislação Turística
	Planejamento Turístico	Planejamento Turístico
	Antropologia e Turismo	Antropologia e Turismo

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Documento de Reconhecimento do CST em Gestão Turística.

O CST em Hotelaria também tem seu início na forma paga no ano 2000. Igualmente, cessam os pagamentos de mensalidades e o curso passa a ser oferecido gratuitamente.

Quanto a estrutura curricular do CST em Hotelaria ela

Está disposta em três núcleos: 1º) Núcleo Formação Geral (NFG), que integra fundamentos filosóficos, histórico-culturais, políticos, econômicos e sociais com 243 horas de carga horária; 2º) Núcleo Complementar (NC) com conhecimentos de áreas afins visando ampliar a formação, com a carga horária de 702 horas, e 3º) Núcleo Específico (NE), que engloba os conhecimentos e as práticas específicas da área de Hotelaria necessárias à formação do tecnólogo, possuindo 945 horas de carga horária. Totalizando 38 disciplinas e a carga horária de 1890 horas. Complementando a estrutura curricular, o curso ainda contempla 100 horas de atividades acadêmico-científico-culturais (atividades complementares), 300 horas de prática como componente curricular (estágio curricular supervisionado) e o equivalente a 300 horas de trabalho de conclusão de curso (TCC). (INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS, 2011/2012, p. 22-23)

O Quadro 4 apresenta a matriz curricular do CST em Hotelaria.

Quadro 4: Matriz Curricular do CST em Hotelaria do IFG.

Per.	Disciplina	CH	PRÉ-REQUISITOS
1º	Filosofia	27	
	Dimensões do Turismo e da Hotelaria	54	
	Geografia e Turismo	27	
	Segurança do Trabalho	54	
	Formação Histórica do Brasil e de Goiás	54	
	Língua Portuguesa	54	
	Carga horária semestral	270	
2º	Língua Inglesa I	54	
	Sistemas de Hospedagem	54	
	Ética	54	Filosofia
	Cultura e Hospitalidade	54	
	Iniciação à Pesquisa	54	
	Carga horária semestral	270	
3º	Fluxos de Hospedagem	54	Sistemas de Hospedagem
	Relações Humanas	54	Ética
	Governança	54	
	Informática Aplicada à Hotelaria	27	
	Legislação Hoteleira I	27	
	Língua Inglesa II	54	Língua Inglesa I
	Carga horária semestral	270	
4º	Operação de bebidas	54	
	Operação de alimentos	54	
	História da Alimentação	54	
	Matemática, Estatística e Hotelaria	54	
	Língua Inglesa III	54	Língua Inglesa II

	Carga horária semestral	270	
5°	<i>Restauração</i>	54	
	<i>Meio Ambiente e Hotelaria</i>	54	Geografia e Turismo
	<i>Sociologia do Trabalho e do Lazer</i>	54	
	<i>Planejamento de Eventos</i>	54	Dimensões do Turismo e da Hotelaria
	<i>Francês Instrumental</i>	54	
	Carga horária semestral	270	
6°	<i>Planejamento Físico de Hotéis</i>	27	Governança; Fluxos de Hospedagem
	<i>Elaboração de Projetos</i>	54	Iniciação à Pesquisa
	<i>Administração de Custos e Orçamentos</i>	54	Matemática, Estatística e Hotelaria
	<i>Legislação Hoteleira II</i>	27	Legislação Hoteleira I
	<i>Marketing Hoteleiro</i>	54	Ética
	<i>Língua Espanhola I</i>	54	
	Carga horária semestral	270	
7°	<i>Planejamento de Recreação</i>	54	
	<i>Língua Espanhola II</i>	54	Língua Espanhola I
	<i>Administração de Materiais e Patrimônio</i>	54	Administração de Custos e Orçamentos
	<i>Organização e Planejamento Hoteleiro</i>	54	
	<i>Controles Hoteleiros</i>	54	Fluxos de Hospedagem
	Carga horária semestral	270	
Carga horária das Disciplinas - 1.890 h			
Estágio Supervisionado - 300 h			
Trabalho de Conclusão de Curso – 300 h			
Atividade Extra Curricular - 100 h			
Carga Horária Total – 2.590 h			

Fonte: INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (2011/2012)

Conforme informações da chefia de departamento das Áreas Acadêmicas I, bem como da Coordenação de Turismo e Hospitalidade do IFG, aponta-se a criação do Bacharelado em Turismo em detrimento dos CSTs em Gestão de Turismo e em Hotelaria, que deixarão de ser oferecidos.

A justificativa para o Bacharelado, segundo a chefia de departamento das Áreas Acadêmicas I, é a falta de reconhecimentos dos cursos de tecnologia, bem como a identificação do turismólogo enquanto egresso do curso de bacharelado.

Com relação a essa mudança, tendo como base as DCNs do Curso de Graduação em Turismo, a formação, habilidades e competências requeridas ao profissional em turismo e os contextos e tendências das ACTs, o Observatório do Mundo do Trabalho tem como primeiras impressões/considerações: A necessidade de realização de pesquisa aprofundada junto a Secretaria Municipal de Turismo, Agência Estadual de Turismo – Goiás Turismo, empresas e entidades representativas do setor para identificação da pertinência do oferecimento do curso de Turismo na modalidade Bacharelado. A partir de tal constatação poder-se-ia compreender

se o curso de Turismo na modalidade Bacharelado é a melhor alternativa para solucionar as deficiências dos CSTs em Gestão de Turismo e em Hotelaria. Também seria possível identificar a possibilidade de constituir Linhas de Formação Específicas, conforme Art. 2º, § 2º da DCN.

Com o oferecimento do curso de Turismo na modalidade Bacharelado deve-se atentar para as tendências apontadas para as ACTs, bem como para a contribuição a redução das barreiras a contratações conforme exposto na Pacet, ou seja, dificuldades de contratação no setor operacional (Vendas, Maître, Governanta, Cozinheiro etc.), de atendimento e administrativo. Objetivamente, as habilidades e competências a serem desenvolvidas no decorrer do curso, bem como as atividades extensionistas, devem buscar satisfazer essas e outras carências apontadas pelo mercado. Igualmente importante, é a vinculação do curso com a pesquisa científica, buscando a estruturação do Turismo enquanto área do saber.

16 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto depreende-se que o setor de Turismo e Hospitalidade é um setor que tem garantido seu espaço na economia mundial e brasileira. Igualmente, tem se apresentado com forte potencial para um desenvolvimento ainda mais robusto no Estado de Goiás e no Município de Goiânia. É visível que o setor possibilita um número significativo de trabalhos formais, o que potencializa ainda mais sua valorização enquanto área profissional.

Dentre vários outros setores da economia, o Turismo e Hospitalidade foi um dos que mais apresentou resiliência frente às oscilações econômico-financeiras mundiais ultimamente.

O Turismo e Hospitalidade possui um forte potencial de integração entre culturas, sustentabilidade etc., visto que no ano 2012 projeta-se um movimento de turistas internacionais da ordem de um bilhão, demonstrando a necessidade de ações voltadas para uma prática consciente do turismo em suas diversas segmentações.

A educação superior em turismo se encontra em um momento de consolidação enquanto área do saber e não somente como uma área operacional. Tal movimento tem levado, principalmente, as instituições de ensino públicas a ofertarem cursos de bacharelado e não mais (ou não somente) cursos técnicos ou tecnológicos. Esse processo também contempla um recorte mais objetivo da área de Turismo e Hospitalidade.

O Observatório Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica considera a necessidade de aprofundamento dos estudos referentes ao setor de Turismo e Hospitalidade, sobretudo aqueles a respeito das matrizes dos cursos e sua relação com a demanda local/estadual/regional, objetivando não somente a atuação do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Goiânia, mas a consolidação de uma metodologia que possibilite tal análise, favorecendo, assim, a atuação da Rede Federal de EPCT no setor de Turismo e Hospitalidade. Também chama atenção a possibilidade de constituição de Linhas de Formação Específicas. Tal possibilidade deve ser alvo de considerações específicas.

Por fim, o Observatório Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, bem como para críticas e sugestões que visem a melhoria do estudo.

17 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Geralda de. Nova “Marchar para o Oeste”: turismo e roteiros para o Brasil Central. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil**. Brasília: LGE Editora, 2009. p. 83-108.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **História das Viagens e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2002- Coleção ABC do Turismo.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 17º ed. Campinas-SP: Papirus, 2008. Coleção Turismo

CAMPOS, Flávia Rezende; CARVALHO, Cláudia Regina Rosal; e CARVALHO, Gisélia Lima. Considerações Sobre o Turismo e sua Relevância na Atividade Econômica. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011, p. 81-98. In: LUCENA, Andréa Freire; et al (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: Análises e Perspectivas**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 256 p.

CARNEIRO, Ana Lúzia Magalhães. **A Formação Acadêmico-Profissional para Inclusão Social nos Cursos Superiores de Turismo: dos aspectos socioeconômicos à discussão curricular**. (Tese de doutorado). São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=123128> Acesso em: 19 jun. 2012.

CARVALHO, Gisélia Lima. Turismo e Geração de Empregos Formais: Um estudo sobre os Municípios Indutores do Turismo do Estado e Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 31, n. 1, p. 127 – 141, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/15403-63332-2-pb.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2012

CASIMIRO FILHO, Francisco. **Contribuição do Turismo à Economia Brasileira**. 2002. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-03022003-162953/>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

CBO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. MTE, 2012. (Portal) Disponível em: <www.mtecbo.gov.br> Acesso em: 14 nov. 2012.

CEFET GO. **Documento de Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Turística**. CEFET-GO: Goiânia, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ESTADO DE GOIÁS. **Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo Irapuan Costa Júnior – 1975-1979**. 2ª ed. Goiânia-GO: Editora Oriente, 1976.

_____. **Estado de Goiás – Plano de Ação: Governo Ary Valadão – 1980-1983**. Goiânia: Estado de Goiás, 1980.

_____. **Plano Setorial de Trabalho: Indústria, Comércio e Turismo – Março 84 / Março 87**. Goiânia-GO: CERNE, 1984.

GALLI, Ubirajara. **A História da Hotelaria em Goiás: dos pousos dos bandeirantes ao século XXI**. Goiânia: Ed. da UCG; Contato Comunicação, 2005.

HORTA, Maria Helena; SOUZA, Carlos Frederico; WADDINGTON, Sérgio da Cruz. **Desempenho do Setor de Serviços Brasileiro no Mercado Internacional**. IPEA, 1998. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/td0600.pdf> Acesso em: 21 jun. 2012.

IBGE. **Economia do Turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2003 – 2007**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/estudos_ibge/downloads_estudos_pesquisas_IBGE/Economia_do_Turismo_Uma_perspectiva_macroconmica_-_2003-2007_IBGE.pdf> Acesso em: 18 jun. 2012.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Diversos anos. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 25 out. 2010.

INFRAERO. **Anuário Estatístico Operacional 2011**. Infraero, 2012. Disponível em: <http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/anuario_2011_2.pdf> Acesso em: 01 nov. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria**. Goiânia, 2011/2012.

IPEA. **Estimativas Referentes à Dimensão da Mão-de-obra Formal do Setor Turismo com Base nos Dados da Rais de 2006 e do Caged 2007, Para o Brasil, Regiões e Estados**. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/13_Atualizac_Rais2006-Caged2007_Mar_2008.pdf> Acessado em: 30 de novembro de 2009.

IPTUR. Boletim Dados do Turismo de Goiás. Goiânia: Iptur, nº 03, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.tur.br/paginas/showArq.php?id=195>> Acesso em: 11 mai. 2012.

LARA, Luiz Fernando. O Ensino da Administração nos Cursos de Turismo no Brasil e a Formação do Turismólogo. **Revista Turismo Visão e Ação.** Vol. 12 – nº 3 – p. 277 – 298/ set-dez 2010. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1362/1783>> Acesso em: 18 out. 2012.

LIMA, Ana Virgínia de Barros; SILVA, Signe Dayse C. de Melo. **Bacharel em turismo: profissional sem formação de mercado ou mercado sem conhecimento da profissão? IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR.** UAM, 2007. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anais/seminario2007/data/pdf/6.53%20melo_silva_bacharel.pdf> Acesso em: 17 out. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 13/2006.** Diário Oficial da União, Brasília, 28 de novembro de 2006, Seção 1, p. 96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf> Acesso em: 29 out. 2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados e Fatos.** Diversos. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>>

_____. **Metodologia de Definição das Atividades Características do Turismo (ACTs).** Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: <www.observatoriodoturismo.tur.br/paginas/showArq.php?id=185> Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Panorama do Turismo Mundial.** Dados e Fatos, 2009. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxstica_e_Indicadores_de_turismo_no_Mundo_-_2009_1_3_.pdf> Acesso em: 31 out. 2012.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010.** Brasília, MTUR, 2007. Disponível em: <www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_2007_2010.pdf> Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Turismo no Brasil 2007-2010**. Junho 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=82195> Acesso em: 19 jun. 2012.

NETTO, Alexandre Panosso; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Reflexões Sobre um Novo Turismo: política, ciência e sociedade**. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo)

OMT. Organización Mundial del Turismo. Madri, Espanha. **Barómetro OMT del Turismo Mundial**. Volume 8, nº 3, Outubro de 2010. Disponível em: <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom10_3_sp.pdf> Acesso em: 26 jun. 2012.

REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo no Percurso do Tempo**. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2002. (Turismo).

SAAB, William George Lopes. Considerações Sobre o Desenvolvimento do Setor de Turismo no Brasil. In: **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 285-312, set. 1999.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA, Juliana; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Quatro Décadas de Ensino Superior de Turismo no Brasil: Dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. **Revista Turismo Visão e Ação**. Vol. 14 – nº 1 – p. 06 – 18/ jan-abr 2012. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2659/2163>> Acesso em: 15 out. 2012.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Revista Turismo Visão e Ação**. Vol. 13 – nº 3 – p. 282 – 298/ set-dez 2011. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/2501/2068>> Acesso em: 15 out. 2012.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. Cursos Superiores de Turismo: uma abordagem histórica (1970/1979). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IV, 2006, Goiânia. **Anais Eletrônicos...** Goiânia: UCG, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo05/Sergio%20Henrique%20Azevedo%20Teixeira%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 17 out. 2012.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Viagem na Memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

_____. **Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas.** 8º ed. Campinas-SP: Papirus, 2002.

UNITED NATIONS; WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Recommendations on Tourism Statistics.** United Nations, New York, 1994. Disponível em: <unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83e.pdf>

UNWTO. World Tourism Organization. **Compendium of Tourism Statistics.** database [Electronic], UNWTO, Madrid, 2012a.

_____. **Tourism Highlights.** Madrid, 2012b. Disponível em: <https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/storageapi/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enhr_1.pdf> Acesso em: 28 jun. 2012.

_____. **World Tourism Barometer.** Madrid, 2012c. Volume 10, Setembro 2012. Disponível em: <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom12_05_sept_excerpt.pdf> Acesso em: 31 out. 2012.

VALLE, Ana Cláudia Marques; et al. O Turismo Goiano: uma análise da renda e do emprego no setor hoteleiro. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011, p. 191-209. *In:* LUCENA, Andréa Freire; et al (Org.). **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: Análises e Perspectivas.** Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 256 p.

ANEXO A - Tabela de Equivalência de Códigos da Cnae

Antiga Classificação: Classe CNAE 95 (fonte regular) – até Rais 2005

Nova Classificação: Classe CNAE 2.0 (em negrito/azul/vermelho) – Rais 2006

1. Alojamento:

55123-Estabelecimentos hoteleiros, sem restaurante (DESATIVADO); **55108**

55131-Estabelecimentos hoteleiros; **55108**

55190-Outros tipos de alojamento; **55906**

2. Alimentação:

55212-Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço; **56112 - 56121**

55220-Lanchonetes e similares; **56112 - 56121**

55239-Cantinas (serviços de alimentação privativos); **56112 - 56121**

55247-Fornecimento de comida preparada; **56201**

55298-Outros serviços de alimentação. **56201**

3. Transporte:

60100-Transporte ferroviário interurbano; (**49124**)

60216-Transporte ferroviário de passageiros, urbano; (**49124**)

60224-Transporte metroviário; **49124**

60232-Transporte rodoviário de passageiros, regular, urbano; **49213**

60240-Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano; **49221 - 49299**

60259-Transporte rodoviário de passageiros, não regular; **49230**

60291-Transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios; **49507**

61115-Transporte marítimo de cabotagem; **50114**

61123-Transporte marítimo de longo curso; **50122**

61212-Transporte por navegação interior de passageiros; **50220 – 50301**

navegação de apoio - 50912 navegação de travessia

61220-Transporte por navegação interior de cargas; **50211**

61239-Transporte aquaviário urbano; **50998**

62103-Transporte aéreo, regular; **51111**

62200-Transporte aéreo, não-regular; **51129**

62308-Transporte espacial; **51307**

4. Auxiliares do Transporte

63215-Atividades auxiliares dos transportes terrestres; **52214 (Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e similares) – 52222 – 52231 - 52290**

63223-Atividades auxiliares dos transportes aquaviários; **52311 – 52320 - 52397**

63231-Atividades auxiliares dos transportes aéreos; **52401**

5. Agências de viagens

63304-Atividades de agências de viagens e organizadores de viagens; **79112-79121-79902**

6. Aluguel de Transporte

71102-Aluguel de automóveis; **77110**

71218-Aluguel de outros meios de transporte terrestre; **77195**

71226-Aluguel de embarcações; **77195**

71234-Aluguel de aeronaves. **77195**

7. Cultura e Lazer

92312-Ativ. de teatro, musica e outras ativ. artísticas e literárias.;**90019-90027**

92320-Gestão de salas de espetáculos; **90035**

92398-Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente; **90035**

92525-Atividades de museus e conservação do patrimônio histórico; **91023**

92533-Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais; **91031**

92614-Atividades desportivas; **93123-93115 (gestão de instalações de esportes)**

92622-Outras atividades relacionadas ao lazer. **93131-93191-93212-93298-92003 (atividades de exploração de jogos de azar e apostas)**

APÊNDICE A - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Alimentação

Neste segmento será analisado o perfil dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade ocupados em atividades de alimentação.

A ACT de Alimentação era composta por cinco Classes da Cnae 95, a saber, sob os códigos 5521-2, 5522-0, 5523-9, 5524-7 e 5529-8. A Cnae 2.0 organiza essa ACT em três Classes: Restaurantes e Outros Estabelecimentos de Serviços de Alimentação e Bebidas (5611-2), Serviços Ambulantes de Alimentação (5612-1) e Serviços de Catering, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada (5620-1).

A CONCLA define que a primeira Classe compreende as atividades de vender e servir comida preparada, com ou sem bebidas alcoólicas, ao público em geral, com serviço completo, e as atividades de servir bebidas alcoólicas, com ou sem serviço de alimentação, com ou sem entretenimento, ao público em geral, com serviço completo, tais como choperias, *whiskerias* e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas. Compreende ainda, o serviço de alimentação para consumo no local, com venda ou não de bebidas, em estabelecimentos que não oferecem serviço completo, tais como: lanchonetes, *fast-food*, pastelarias, casas de sucos, botequins e similares; os restaurantes *self-service* ou de comida a quilo; as atividades de restaurantes e bares em embarcações exploradas por terceiros; e as sorveterias, com consumo no local, de fabricação própria ou não.

Importante ressaltar que a Classe 5611-2 não contempla os trailers, carrocinhas e outros tipos de ambulantes de alimentação preparada para consumo imediato (essa atividade é compreendida pela Classe 5612-1, apresentada a seguir), bem como a fabricação de sorvetes (Classe 1053-8).

A Classe Serviços Ambulantes de Alimentação (5612-1), por sua vez, compreende, além da atividade anteriormente citada, a venda de alimentos preparados em máquinas de serviços automáticas.

Já os Serviços de *Catering*, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada compreendem os serviços de bufê para banquetes, coquetéis, recepções, etc; a preparação de refeições em cozinha central por conta de terceiros (*catering*) para fornecimento a empresas de linhas aéreas e outras empresas de transporte; as cantinas, restaurantes de empresas e outros serviços de alimentação; e, ainda, a preparação de refeições ou pratos cozidos, inclusive congelados, entregues ou servidos em domicílios.

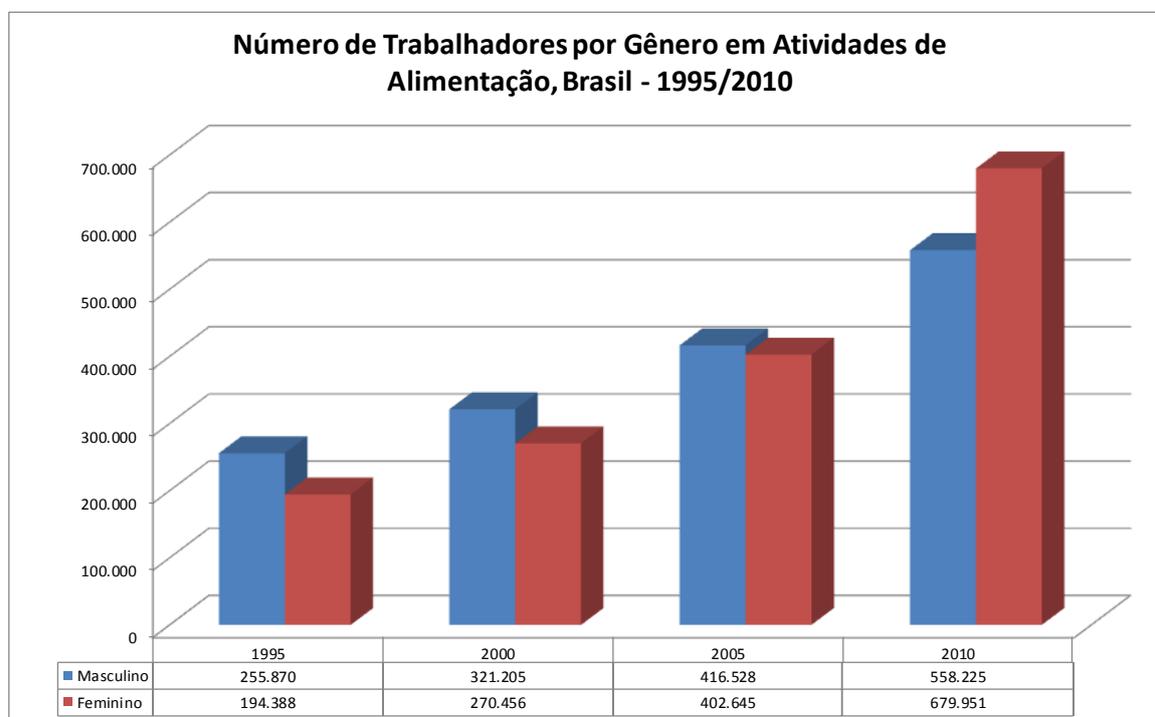
Segundo os dados do MTE/Rais para o ano de 2005 no Brasil, havia 819.173 trabalhadores no setor de alimentação e em 2010 o número de trabalhadores passou para 1.238.176.

Tendo como base o ano de 2010, o perfil dos trabalhadores com contrato formal em atividades de alimentação no Brasil pode ser resumido em: mulheres (54,91%), entre 30 e 39 anos de idade (27,47%), com ensino médio (44,57%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (83,51%). Os subtítulos a seguir apresentam o detalhamento desse perfil no âmbito do Brasil, do Centro-Oeste, do Estado de Goiás e do Município de Goiânia-GO.

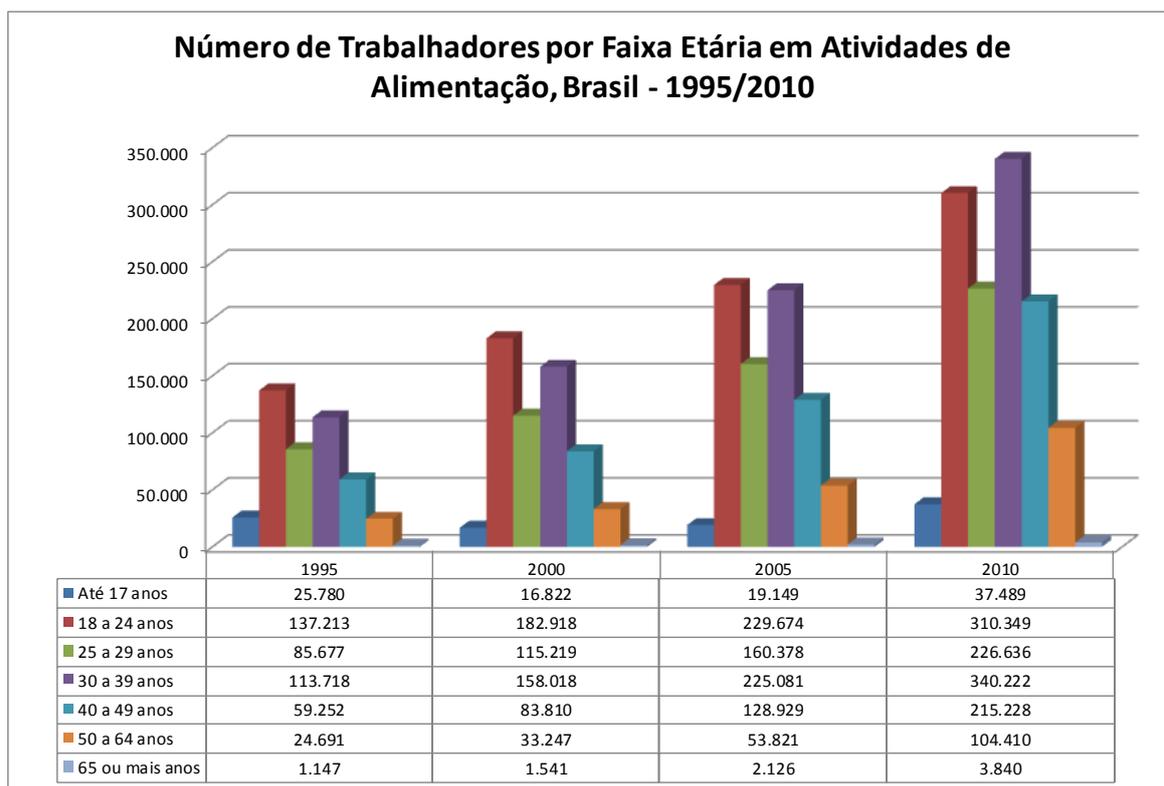
Atividades de Alimentação – Brasil

Quando se considera a questão de gênero dos trabalhadores em atividades de alimentação no setor de turismo e hospitalidade, verifica-se que em 2005, 50,84% do mercado de alimentação era composto por homens, e 49,15% era composto por mulheres.

Em 2010, o sexo feminino passa a ser maioria em atividades de alimentação no Brasil, com 54,91%, e o sexo masculino ocupava 45,08% dos postos de trabalho naquele ano.

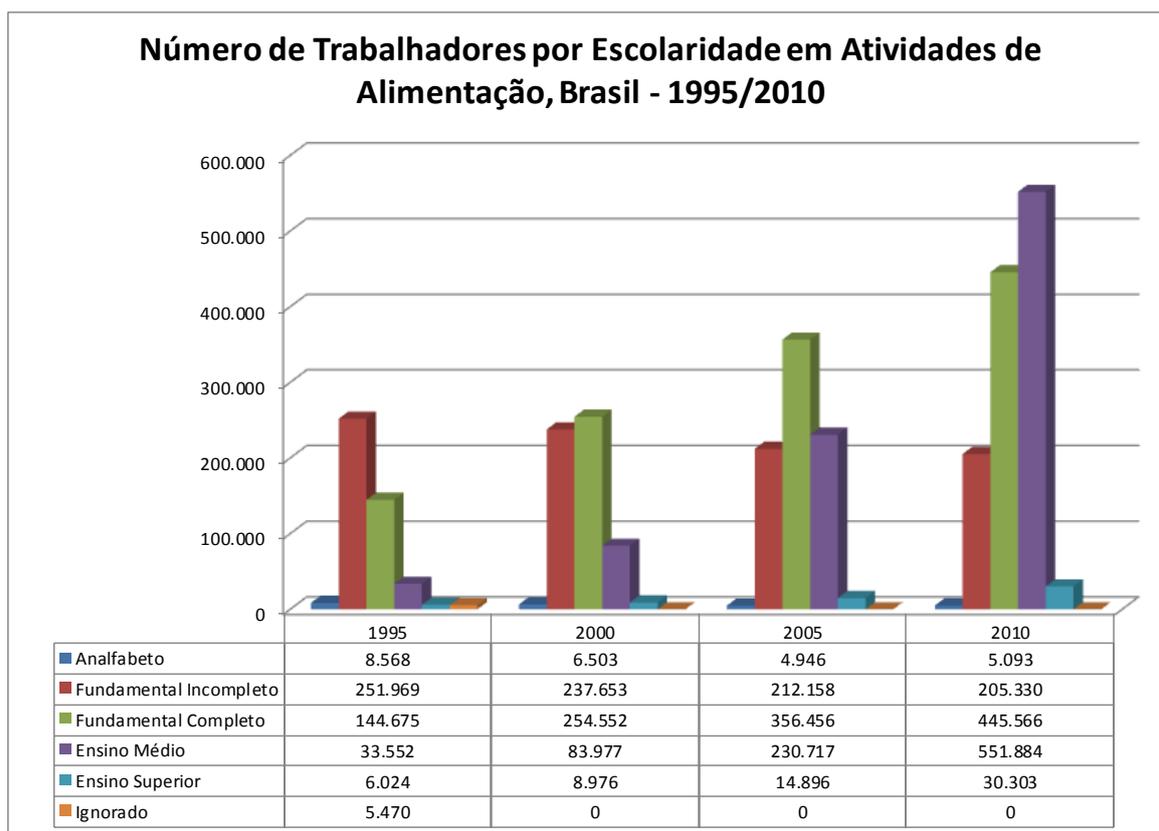


O Gráfico a seguir demonstra que ao longo da série estudada as faixas etárias mais representativas foram as de 18 a 24 anos e de 30 a 39 anos de idade. Também é possível notar a presença significativa de trabalhadores com idades entre 25 e 29 anos e entre 30 e 39 anos. Em síntese, fica demonstrada a predominância de trabalhadores jovens em atividade de alimentação.

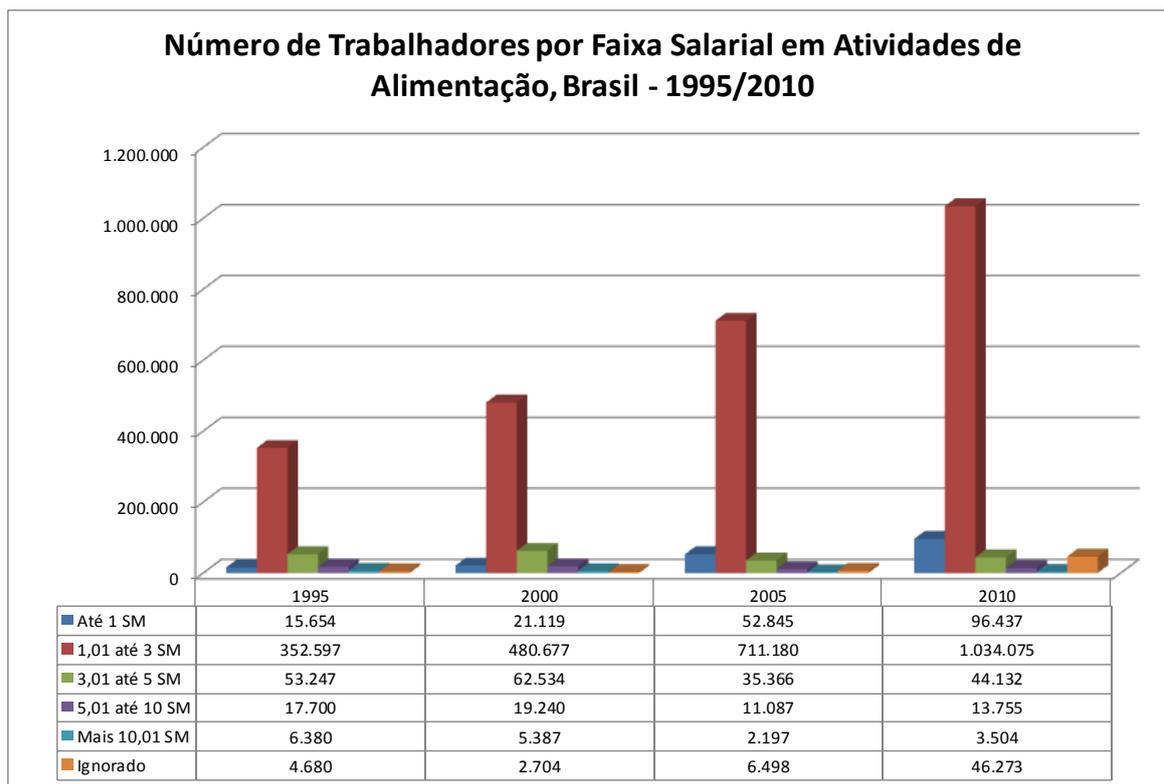


Em 2005, 43,51% dos trabalhadores em atividades de alimentação possuíam ensino fundamental completo e 28,16% possuíam ensino médio completo. No ano de 2010, houve uma alteração com relação a 2005 no quesito escolaridade do mercado de alimentação, pois em 2010, a escolaridade mais representativa passa a ser a de ensino médio, com 44,57% do total. Ainda no ano de 2010, os trabalhadores que possuíam ensino fundamental completo ocupavam 35,98% dos contratos formais de trabalho.

Outra alteração significativa no quesito escolaridade se encontra no ensino superior, pois em 2005, 14.896 pessoas possuíam ensino superior, já no ano de 2010, o gráfico a seguir aponta que mais de trinta mil trabalhadores possuíam o ensino superior completo, portanto, durante o período de 2005 e 2010 houve um aumento de mais de 100%.



Ao analisar a faixa salarial dos trabalhadores em atividades de alimentação no setor de turismo e hospitalidade no Brasil, verifica-se que em todos os anos analisados, a maioria dos trabalhadores ganhava entre um e três salários mínimos, sendo que em 2010, os trabalhadores com essa faixa salarial ocupavam 83,51% do total de empregados.

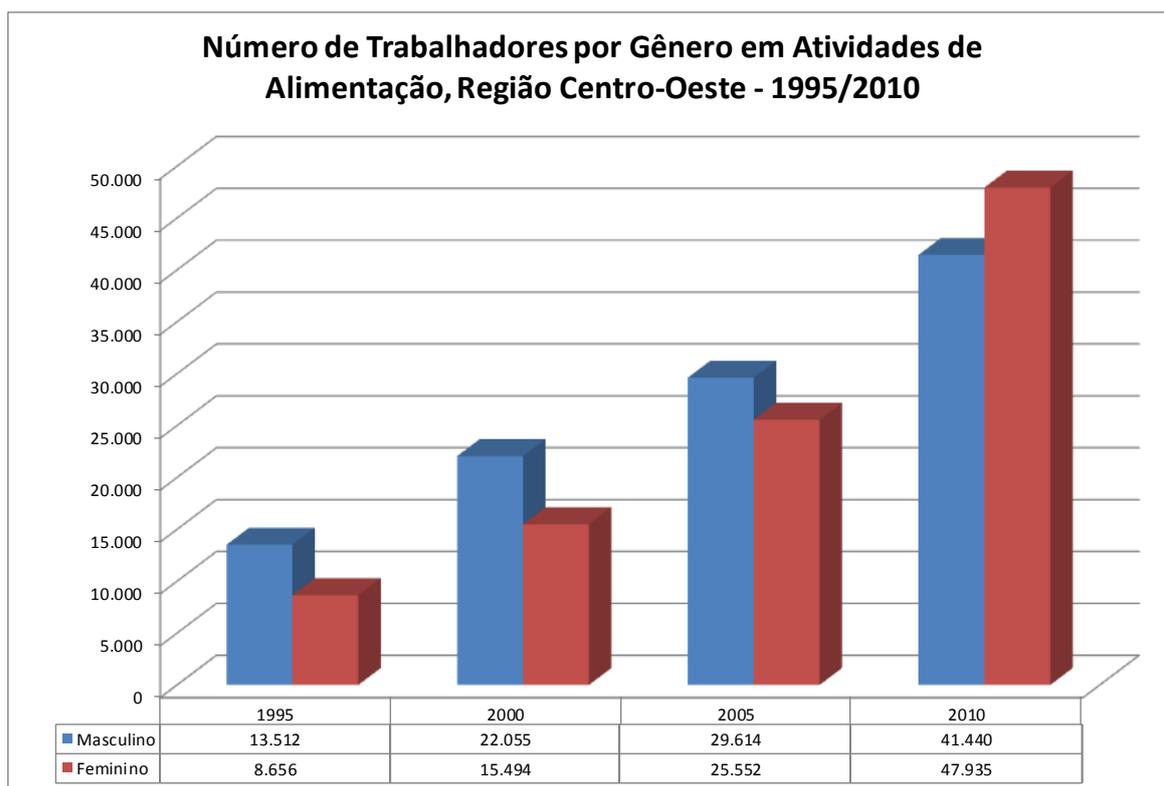


Atividades de Alimentação – Região Centro-Oeste

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alimentação na Região Centro-Oeste que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue os padrões nacionais, a exceção da faixa etária predominante: mulheres (53,63%), com idades entre 18 e 24 anos (28,13%), com ensino médio (47,14%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (85,15%). Vale ressaltar que a diferença entre aqueles com idades entre 18 e 24 anos e entre 30 e 39 anos é de 326 vínculos, o que faz com que estes representem 27,77%, portanto, não distanciam do perfil nacional.

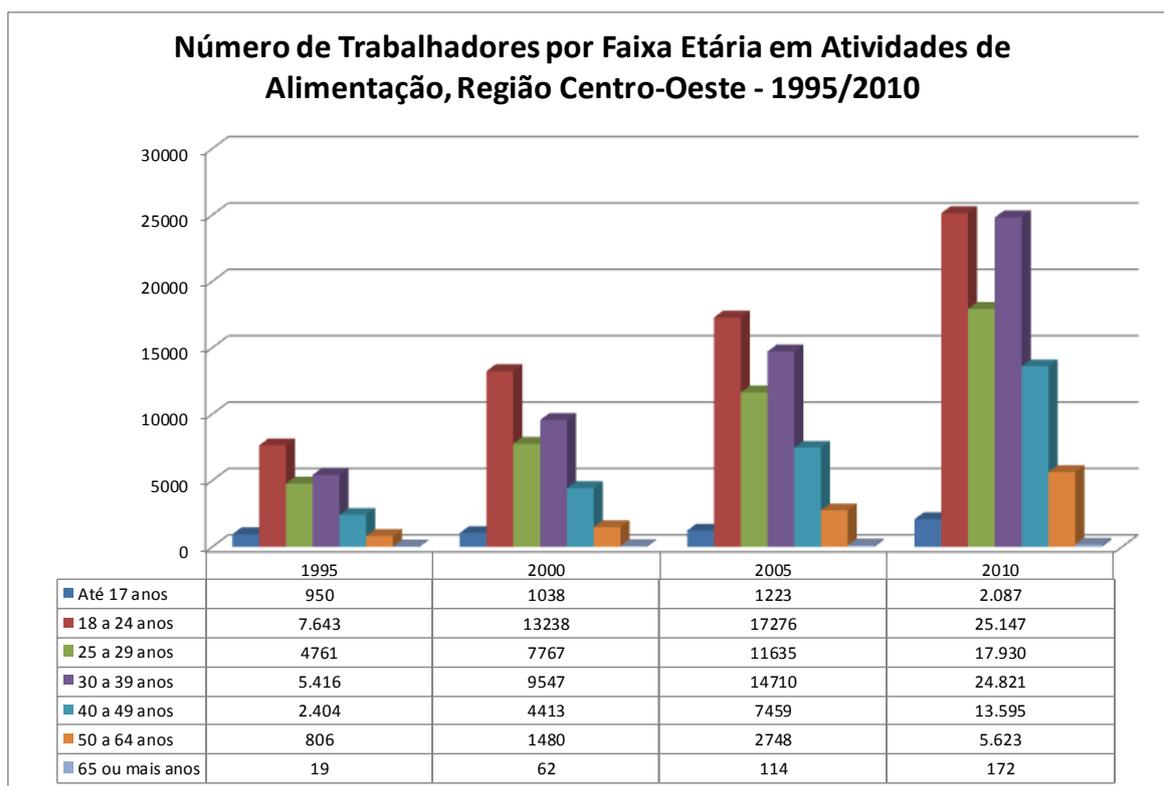
Segundo o gráfico referente a gênero a seguir, o segmento de alimentação na região Centro-Oeste, em 2005, possuía 55.166 trabalhadores formais, em 2010, passa a empregar 89.375 trabalhadores, portanto, durante o período de 2005 a 2010 houve um aumento de 62,01% no número de trabalhadores.

Com relação ao gênero, tendo com base os dois últimos anos estudados, havia na região Centro-Oeste a predominância de homens nas atividades de alimentação no ano de 2005. Entretanto, no ano de 2010, essa predominância passa a ser de mulheres, que chegam a ocupar 53,63% do total de contratos formais.

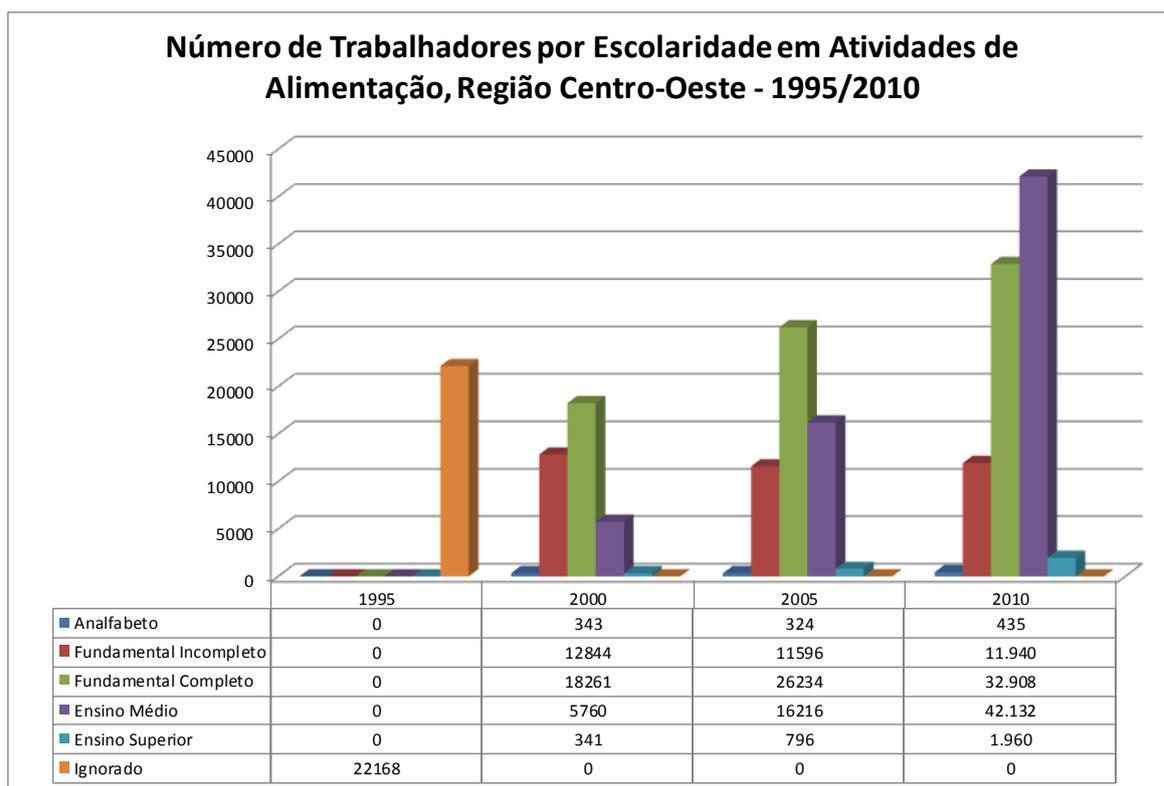


Ao analisar a faixa etária, tem-se que no centro-oeste, em 2010, predominavam trabalhadores de 18 a 24 anos (28,13%), seguidos de trabalhadores entre de 30 a 39 anos (27,77%). Pessoas com idade entre 25 a 29 anos durante o ano de 2010 ocupavam 20,06% dos trabalhadores em atividades de alimentação.

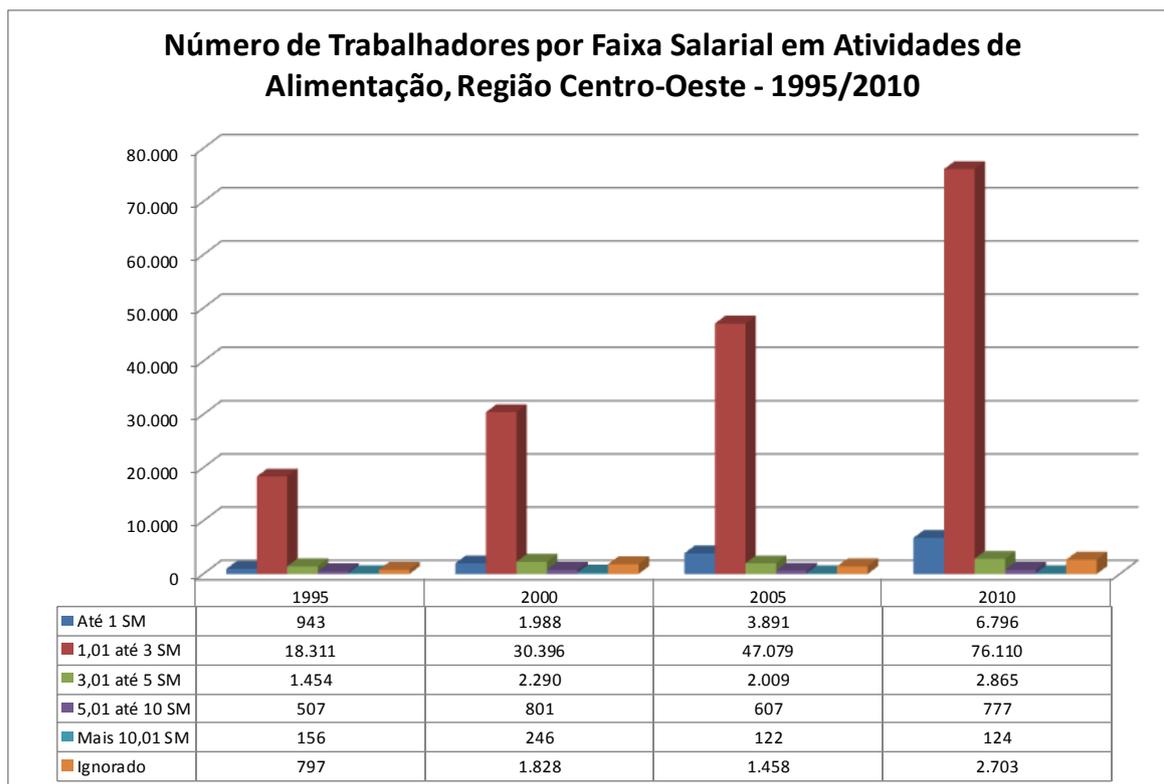
Ainda com relação à faixa etária, é possível notar que no período de 2005 e 2010, houve um aumento de 82,26% de pessoas com idade entre 40 e 49 anos que trabalham em atividades de alimentação no setor de turismo e hospitalidade. Trabalhadores formais com idade entre 50 a 64 anos também tiveram um aumento de cerca de 100% entre os anos de 2005 e 2010.



No ano de 2005 é possível notar que 47,55% dos trabalhadores possuíam o ensino fundamental completo e 29,39% possuíam o ensino médio. Em 2010, houve uma mudança no que se refere à escolaridade dos trabalhadores, pois naquele ano observa-se que 47,17% dos ocupados possuíam o ensino médio, e 36,82% possuíam o ensino fundamental completo.



A faixa salarial majoritária entre os trabalhadores de atividades de alimentação é de um a três salários mínimos em todos os anos analisados. Em 2010, essa faixa salarial chegou a congrega 85,15% do total de empregados formais do setor em estudo.

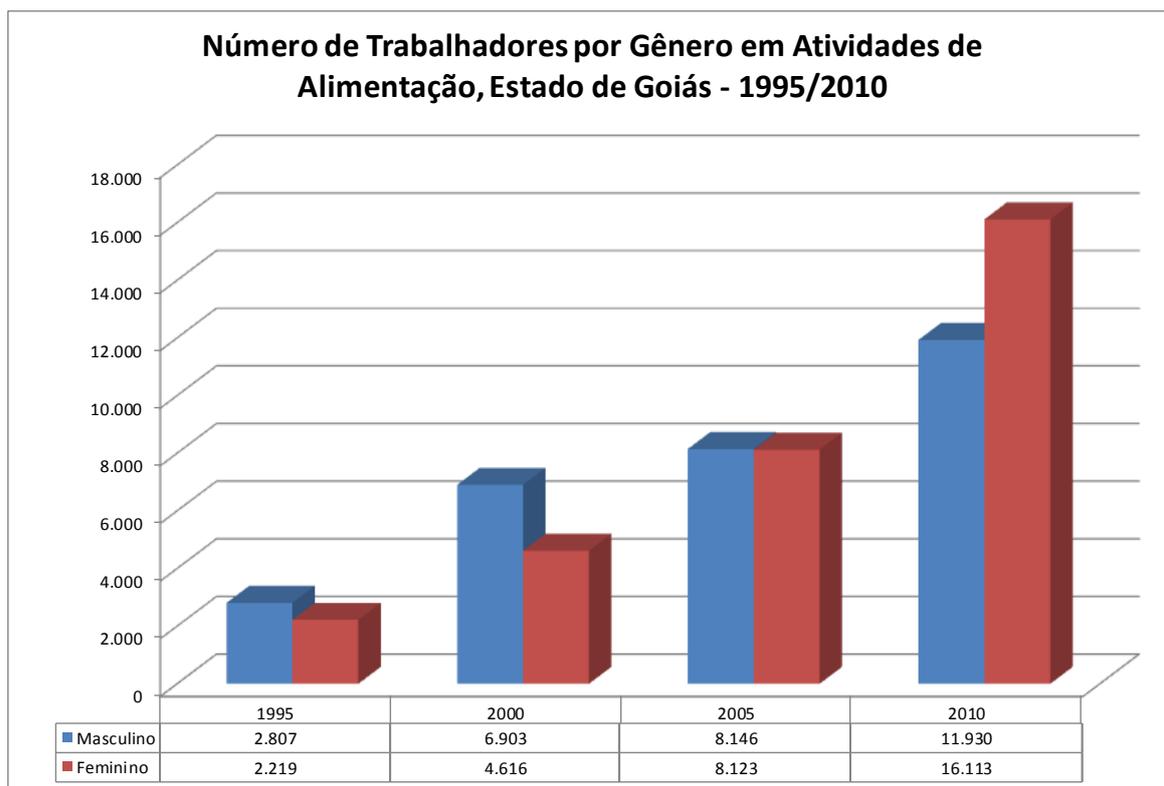


Atividades de Alimentação – Estado de Goiás

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de alimentação no Estado de Goiás que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue os padrões nacionais, ou seja: mulheres (57,45%), com idades entre 30 e 39 anos (27,39%), com ensino médio (42%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (81,68%). Aqui também é notada a proximidade do número de trabalhadores com idades entre 18 e 24 anos e entre 30 e 39 anos, os primeiros possuem nove contratos a menos que esses últimos e representaram 27,35%.

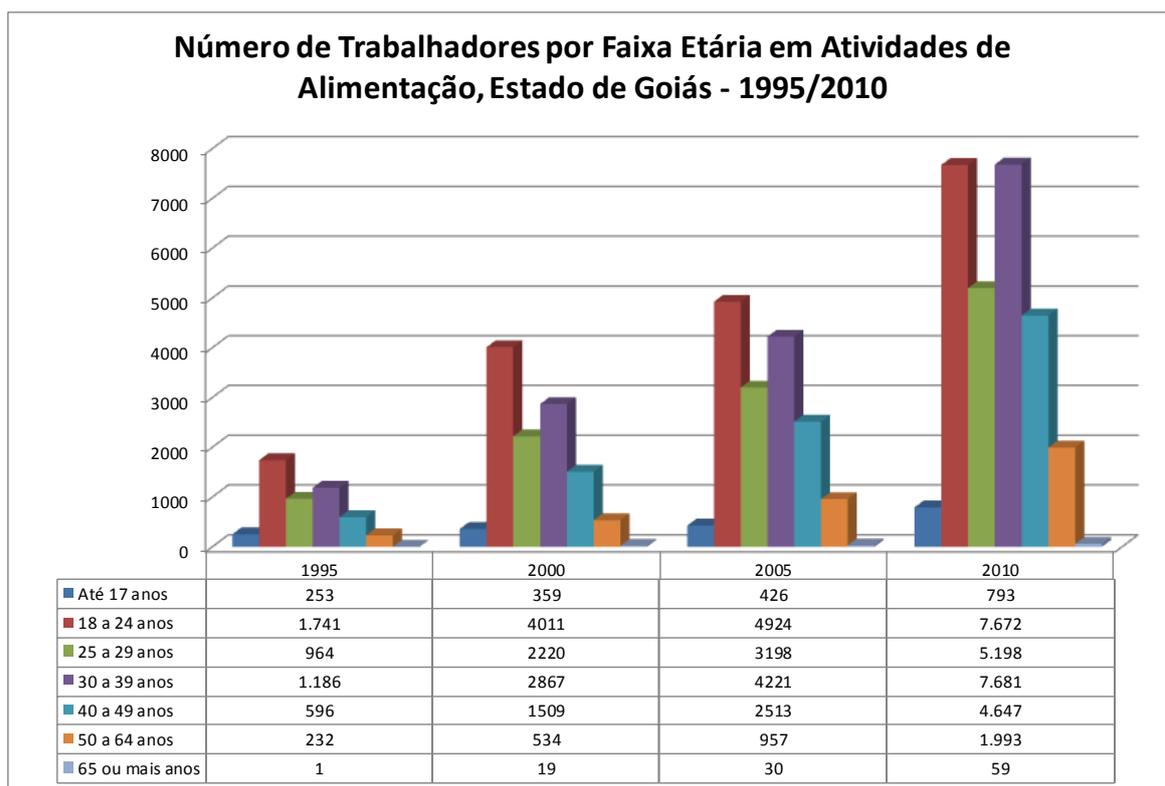
O segmento de alimentação no setor de turismo e hospitalidade no Estado de Goiás ocupava, em 2005, 16.269 postos de trabalho. Em 2010, o número de pessoas empregadas nessas atividades passa a ser de 28.043, portanto, durante o período de 2005 e 2010, houve um crescimento de 72,37%.

De acordo com os dados do gráfico a seguir, que apresenta o número de trabalhadores por gênero, nota-se que nos anos de 1995 e 2000 existe uma predominância do sexo masculino. Entretanto, fica demonstrada uma inversão nessa predominância, quando em 2005 o número de mulheres se equipara ao de homens e em 2010 a proporção de mulheres (57,45%) passa a ser superior a de homens (42,54%).

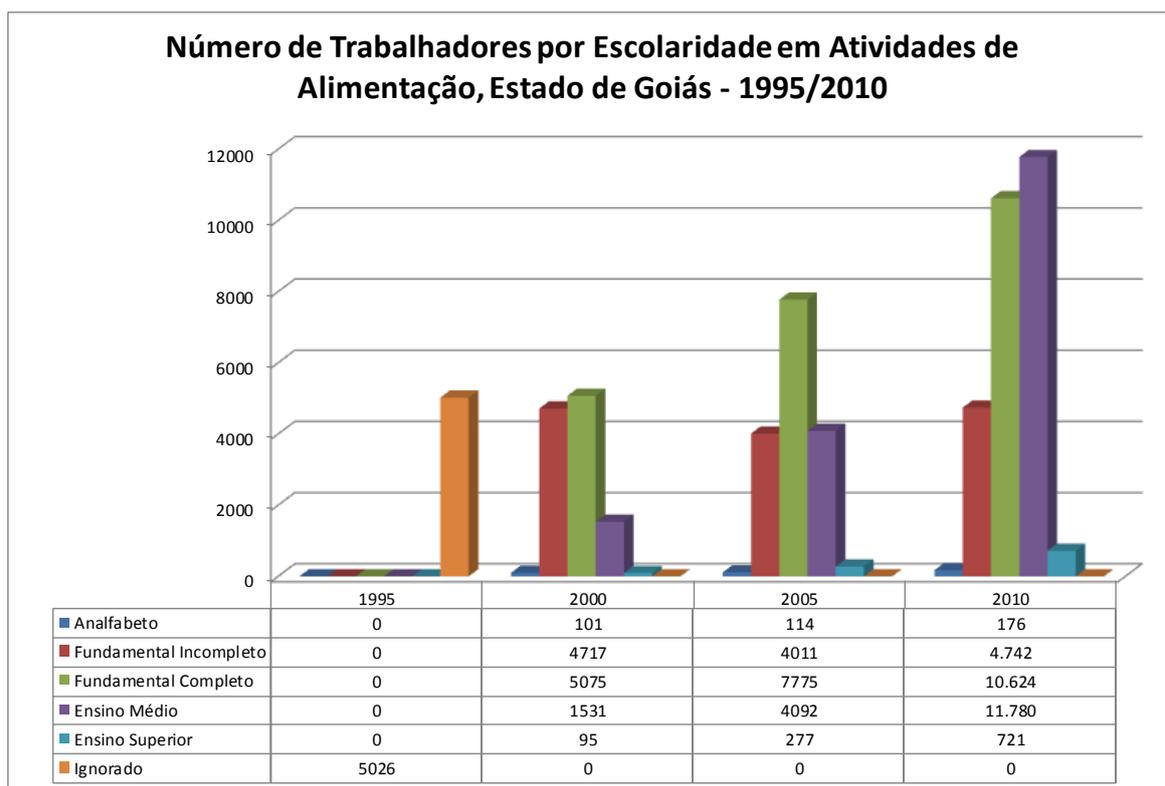


No geral, a faixa etária com maior proporção de ocupados é aquela que engloba os trabalhadores entre 30 e 39 anos, com 27,39%, seguido pelos ocupados com 18 a 24 anos, com 27,35%. Os trabalhadores com idade entre 25 a 29 anos representam 18,53% do total.

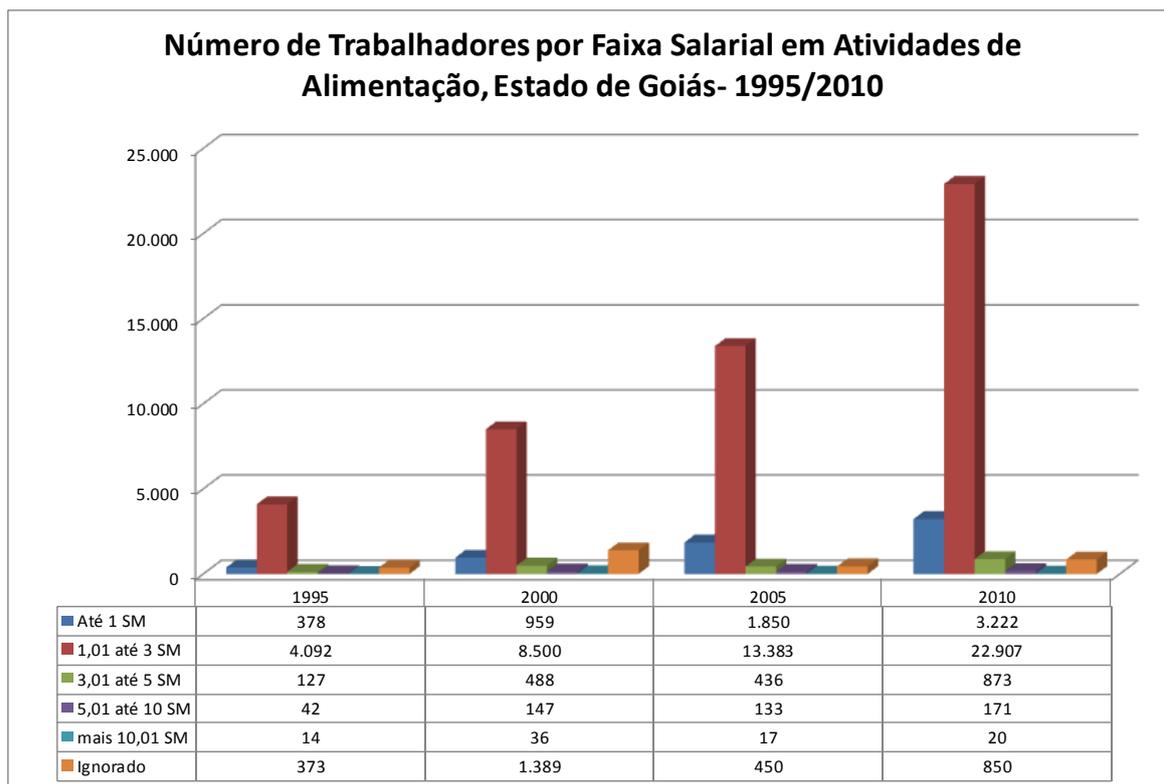
Ainda com relação à faixa etária, durante o período de 2005 e 2010, é possível notar um crescimento de 84,91% dos trabalhadores formais com idade entre 40 a 49 anos. Ocupados com idade entre 50 e 64 anos, por sua vez, também tiveram um crescimento expressivo de mais 100% entre esses anos.



No ano de 2010, grande parte dos trabalhadores em atividades de alimentação no setor de hospitalidade e turismo possuía o ensino médio (42,00%), seguidos de ocupados formais com ensino fundamental completo (37,88%), além de pessoas com menos de oito anos de estudo, ou seja, com ensino fundamental incompleto (16,91%).



O rendimento dos trabalhadores ficou entre um e três salários mínimos em todos os anos apontados no Gráfico seguinte. Em 2010, por exemplo, 81,58% dos trabalhadores se enquadravam nessa faixa salarial.

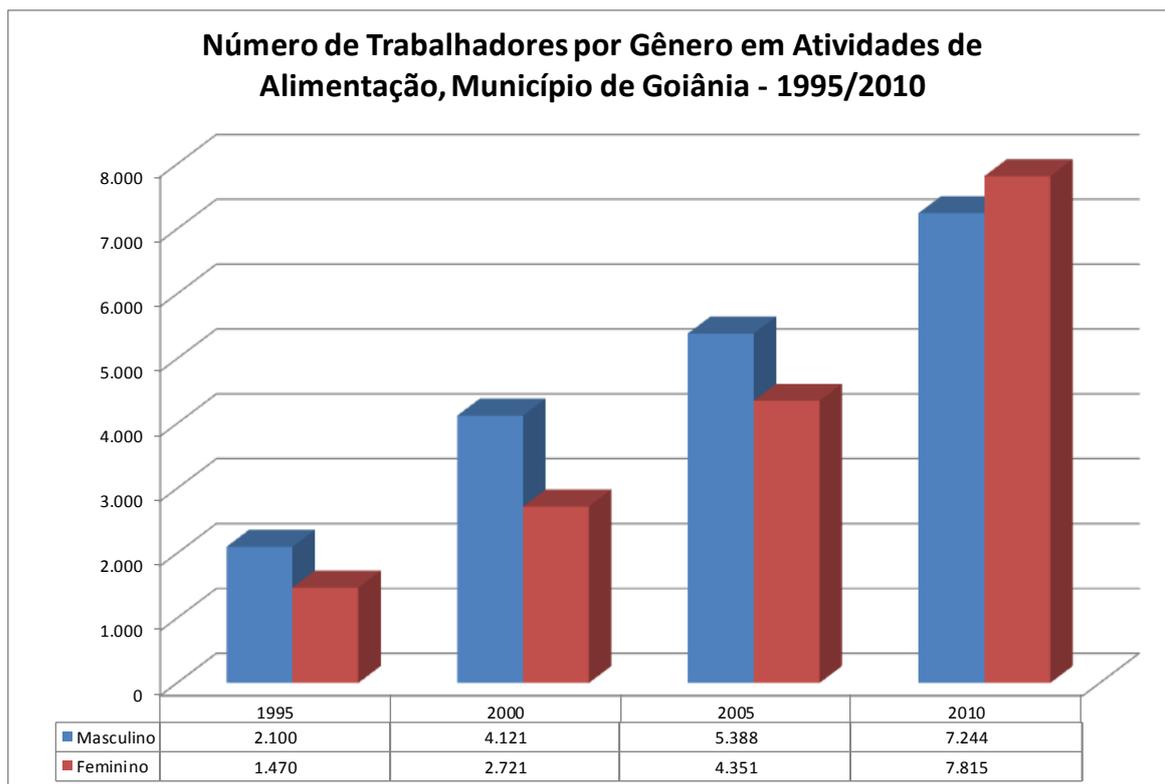


Atividades de Alimentação – Município de Goiânia

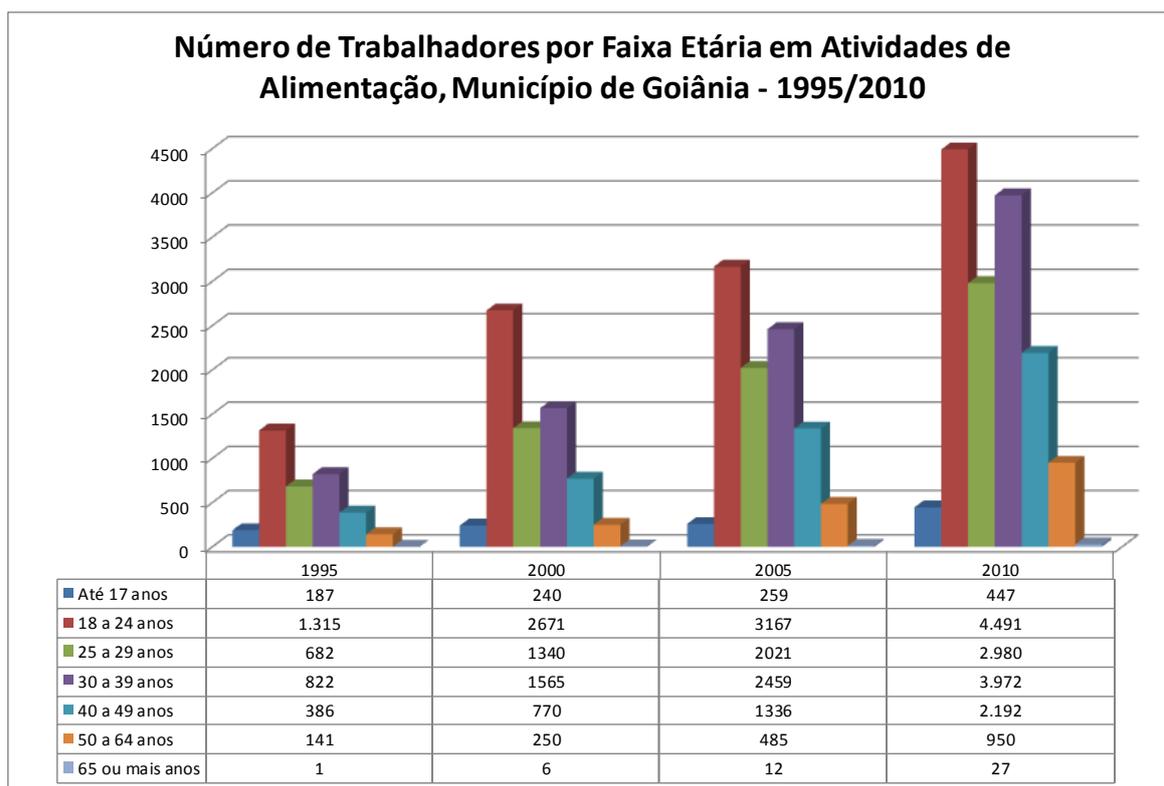
O perfil dos trabalhadores em atividades de alimentação no Município de Goiânia-GO, tendo como base os dados referentes ao ano de 2010, não se distancia dos padrões nacionais, regionais e dos estaduais já apresentados, ou seja: mulheres (51,89%), com idades entre 18 e 24 anos (29,82%), com ensino médio (46,53%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (84,91%). No Município de Goiânia os trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos representaram 26,37%, participação próxima da nacional, que foi de 27,47%.

Em 2005 o segmento de alimentação no Município de Goiânia empregava 9.739 pessoas, já em 2010 passa a empregar 15.059 pessoas, portanto, durante o período de 2005 a 2010 o número de empregados formais cresce 54,62%.

Em 2005, a maioria dos trabalhadores do segmento de alimentação era composta por homens (55,32%), porém, em 2010 ocorre uma mudança nessa situação, naquele ano a maioria dos trabalhadores passa a ser composta por mulheres (51,89%).

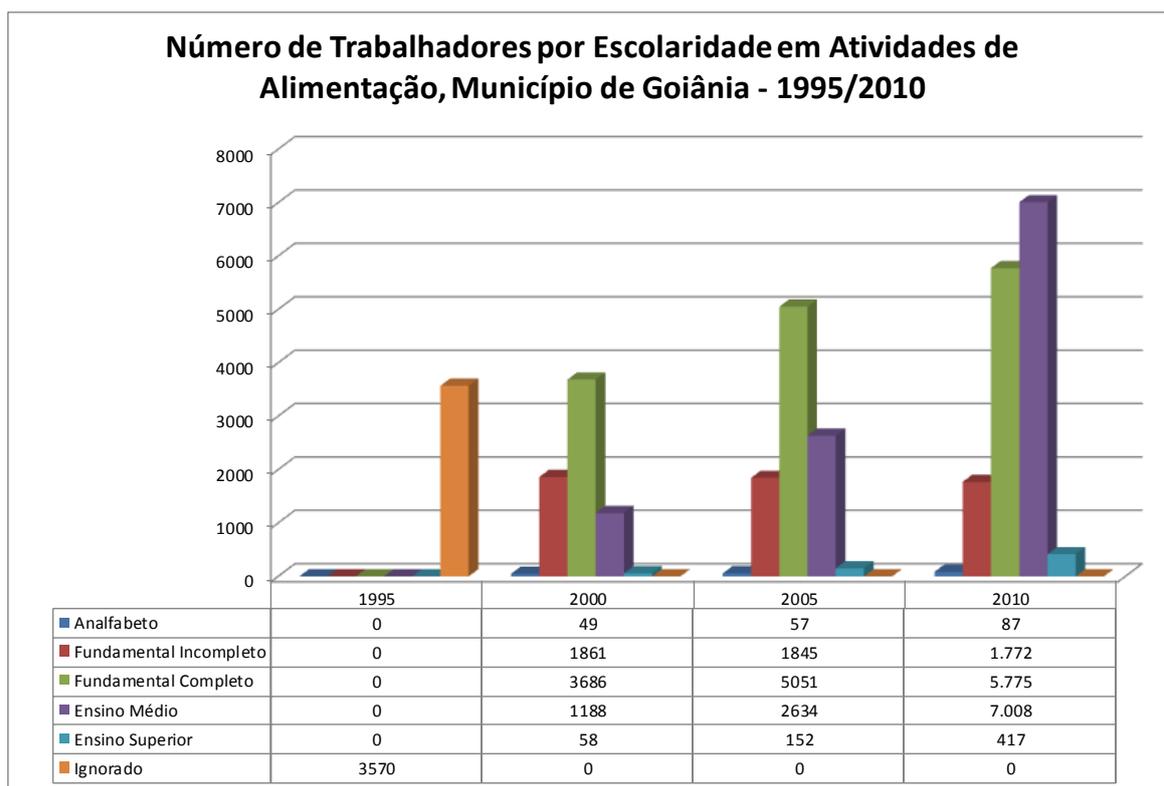


Tendo como base os dados do ano de 2010, pode-se notar que entre os trabalhadores do segmento de alimentação 29,82% tinham idade entre 18 e 24 anos. Outra grande parcela de trabalhadores se encontrava entre 30 e 39 anos, representando 26,37% do total. Os ocupados com idade entre 25 e 29 anos representaram 19,38% do total. A faixa etária de 40 a 49 anos, por sua vez, congregou 14,55% do total de empregados. Assim, tem-se a mesma observação que nos âmbitos maiores, qual seja que esse setor de atividade se caracteriza por empregar, majoritariamente, trabalhadores jovens.



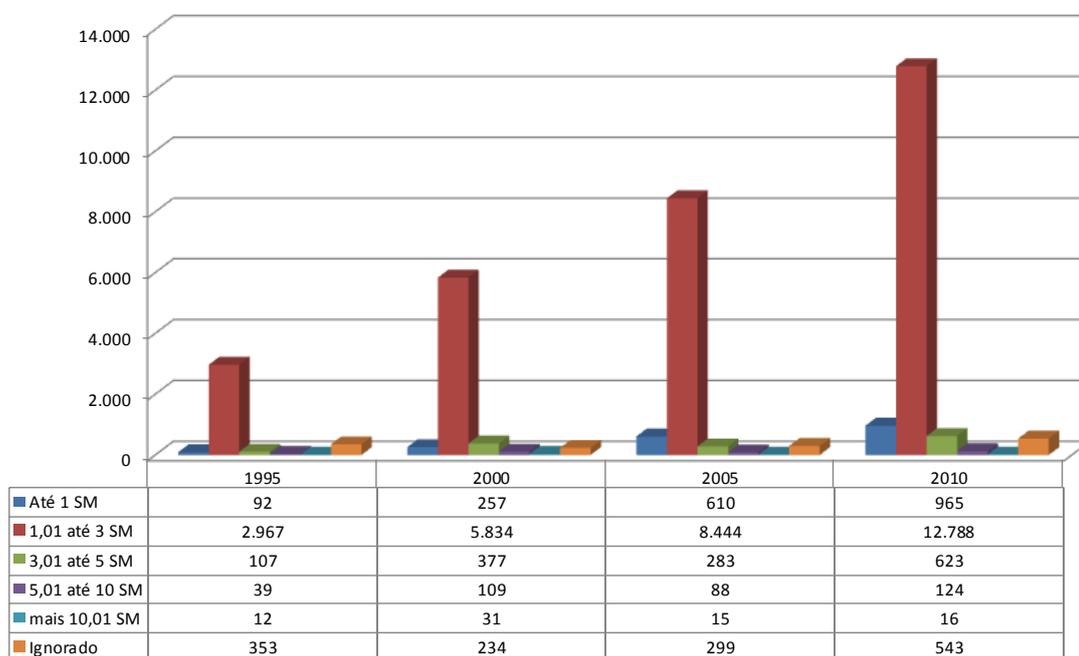
Ainda considerando os dados do último ano estudado, 2010, é possível notar que mais de 45% dos trabalhadores formais no Município de Goiânia possuíam mais de 11 anos de estudo, ou seja, possuíam o ensino médio. O número de trabalhadores com esse nível de escolaridade obteve um crescimento de 166,05% entre os anos de 2005 e 2010.

Igualmente importante é observar que naquele ano, 38,34% dos trabalhadores possuíam o ensino fundamental completo e 11,76% possuíam o ensino fundamental incompleto. Assim, nota-se que essa atividade econômica ainda mantém uma quantidade significativa de trabalhadores com escolaridade abaixo do ensino médio.



Durante todos os anos analisados, é possível observar que a maioria dos trabalhadores em atividades de alimentação no Município de Goiânia ganhava entre um e três salários mínimos. No ano de 2010, essa faixa salarial representou 84,91% do total de trabalhadores.

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Alimentação, Município de Goiânia- 1995/2010



APÊNDICE B - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Transporte

A atividade de Transporte era composta, na Cnae 95, por quinze Classes sob os códigos: 6010-0; 6021-6; 6022-4; 6023-2; 6024-0; 6025-9; 6029-1; 6111-5; 6112-3; 6121-2; 6122-0; 6123-9; 6210-3; 6220-0; 6230-8. A partir da Cnae 2.0 passam a compor essa ACT dezesseis Classes: Transporte Metroviário de Passageiros (4912-4), Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Municipal e em Região Metropolitana (4921-3), Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com Itinerário Fixo, Intermunicipal, Interestadual e Internacional (4922-1), Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, sob Regime de Fretamento, e Outros Transportes Rodoviários não Especificados Anteriormente (4922-9), Transporte Rodoviário de Táxi (4923-0), Trens Turísticos, Teleféricos e Similares (4950-7), Transporte Marítimo de Cabotagem (5011-4), Transporte Marítimo de Longo Curso (5012-2), Transporte por Navegação Interior de Passageiros em Linhas Regulares (5022-0), Navegação de Apoio (5030-1), Transporte Navegação de Travessia (5091-2), Transporte por Navegação Interior de Carga (5021-1), Transportes Aquaviários não Especificados Anteriormente (5099-8), Transporte Aéreo de Passageiros Regular (5111-1), Transporte Aéreo de Passageiros não Regular (5112-9), Transporte Espacial (5130-7).

As especificidades de cada uma dessas Classes podem ser consultadas no Portal da CONCLA. Para esse estudo, destaca-se a importância numérica dos trabalhadores que compõem a Classe Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana (4921-3), visto que em 2010 eles somaram 479.591 vínculos formais, o equivalente a 59,76% do total de trabalhadores da ACT em questão. A Classe Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional (4922-1), por sua vez, somou 130.794 vínculos, ou seja, 16,30% do total de trabalhadores da ACT no Brasil em 2010.

Tais apontamentos se fazem necessários, visto que essas Classes que se destacam compreendem os serviços de transporte coletivo usuais da população residente de determinada localidade. Sem descartar o uso turístico desses serviços, entende-se que tal uso é pequeno, daí a importância desse destaque. Igualmente importante, aponta-se que as Classes Transporte aéreo de passageiros regular (5111-1) e Trens turísticos, teleféricos e similares (4950-7), eminentemente destinadas a fins turísticos, contrataram em 2010, respectivamente, 57.664 e 242 pessoas em todo o Brasil, o equivalente a 7,18% e 0,03% do total de trabalhadores da ACT em estudo.

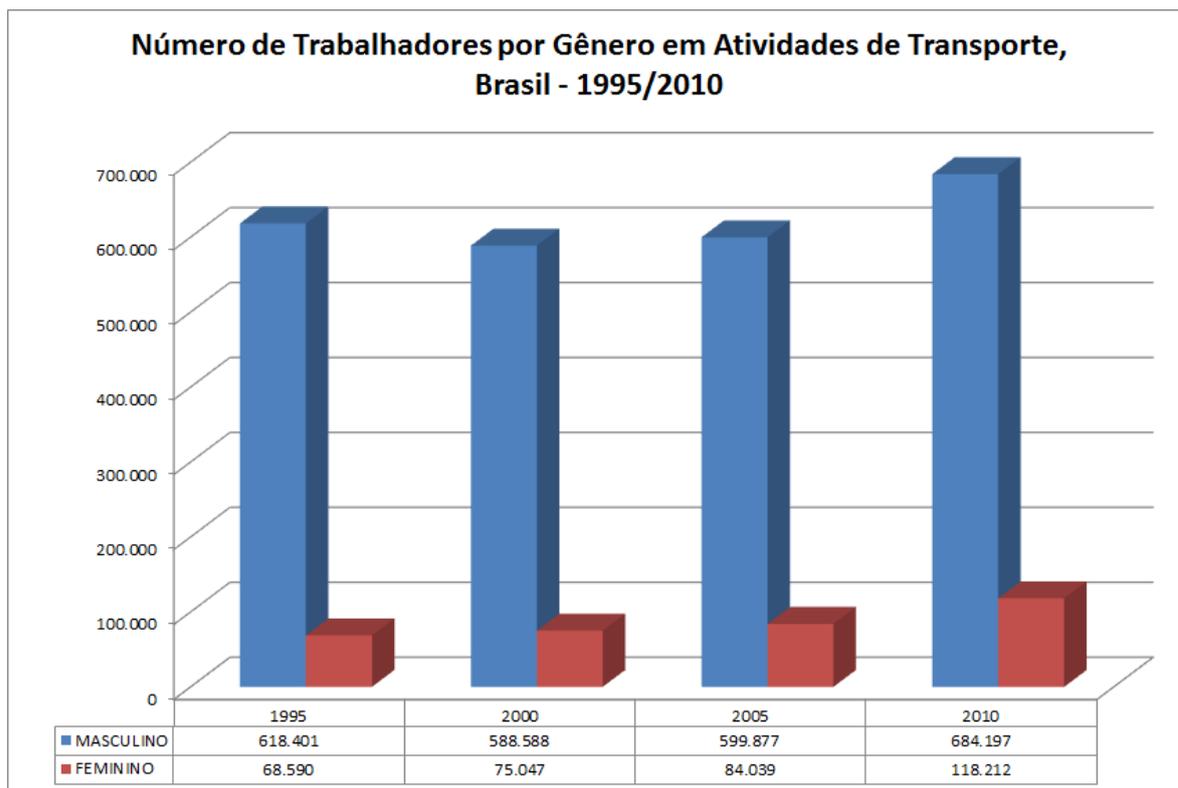
Portanto, ressalta-se que nos gráficos utilizados para a análise do número de trabalhadores formalmente contratados, os números são apresentados contemplando todas as Classes consideradas como ACTs, conforme divisão já apresentada na Metodologia (Capítulo 3).

Por fim, destaca-se que as atividades de transporte empregam grande parte dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade. No ano de 2010, por exemplo, esse segmento empregava 802.409 trabalhadores, o equivalente a 28,36% do total de trabalhadores em ACTs no Brasil.

Atividades de Transporte – Brasil

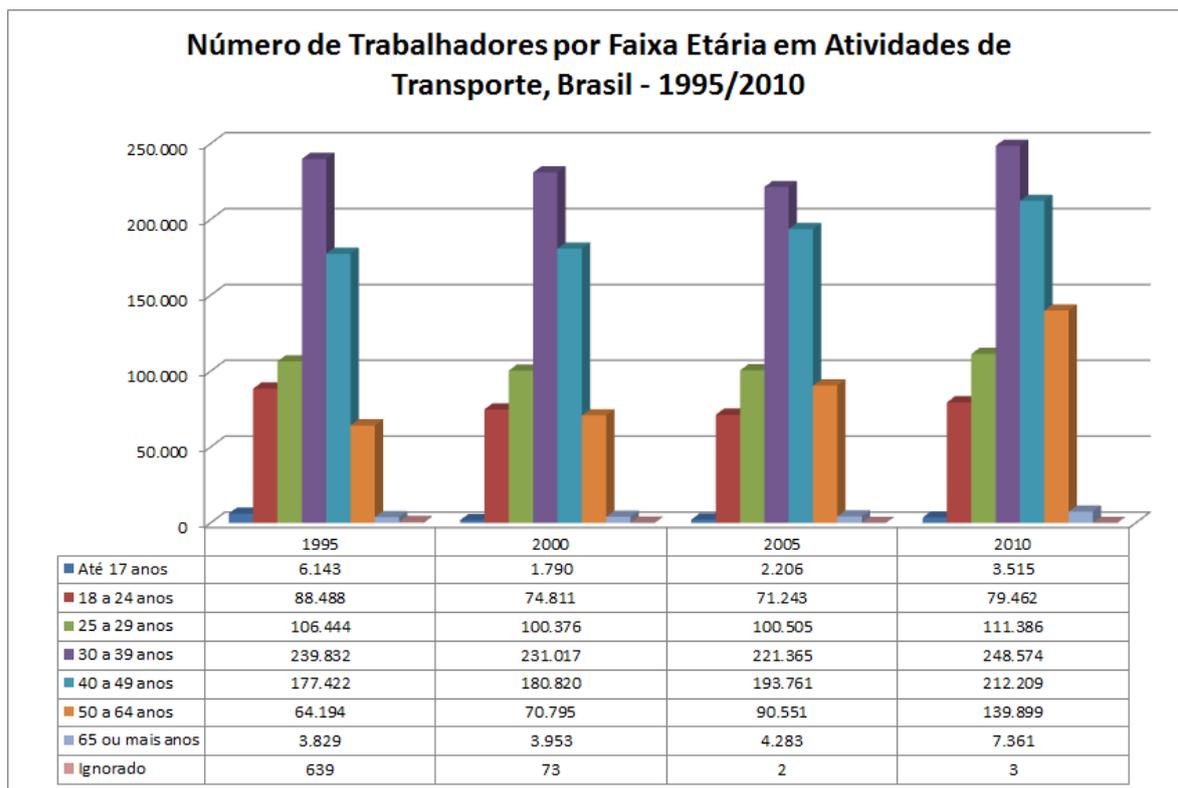
O perfil geral dos trabalhadores formalmente contratados em atividades de transporte no Brasil, tendo os dados do MTE/Rais de 2010 como base, é formado por: homens (85,26%), de 30 a 39 anos de idade (30,97%), com ensino médio (40,76%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (63,88%).

Os cargos relacionados ao transporte (motoristas, taxistas, pilotos, entre outros) historicamente são ocupados, majoritariamente, por homens. É importante observar que as atividades de transporte, juntamente com as de aluguel de transporte, auxiliares do transporte e de cultura e lazer são as atividades que tendem para que o perfil geral das ACTs seja composto, majoritariamente, por homens, visto que nessas atividades a participação masculina chega a 85%, como no caso das atividades de transporte.

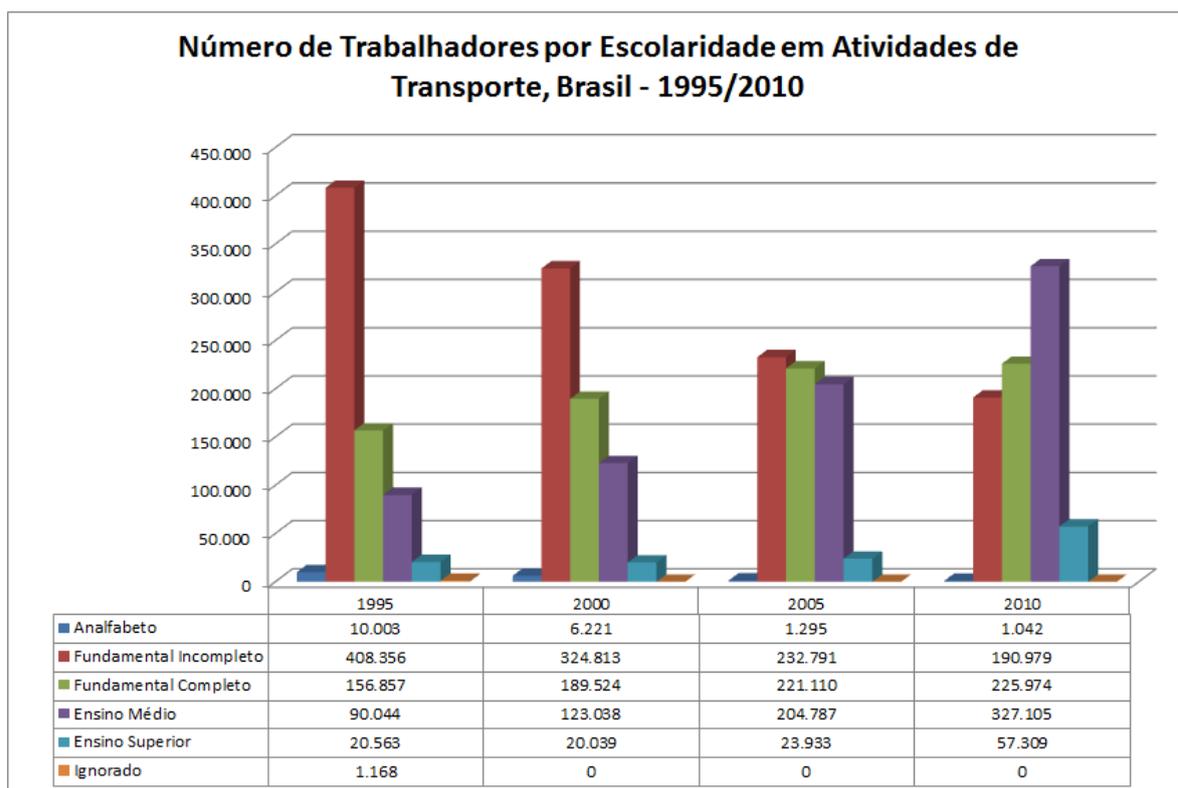


Com análises dos dados sobre faixa etária no segmento de transporte, percebeu-se que predominaram contratações de pessoas com idade de 30 a 39 anos. Em 1995, havia 239.832 contratados formais com esta faixa de idade; em 2000 e 2005 houve uma pequena redução no número de trabalhadores com essa faixa etária, retomando o crescimento no ano de 2010, quando foram contratados 248.574 trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos.

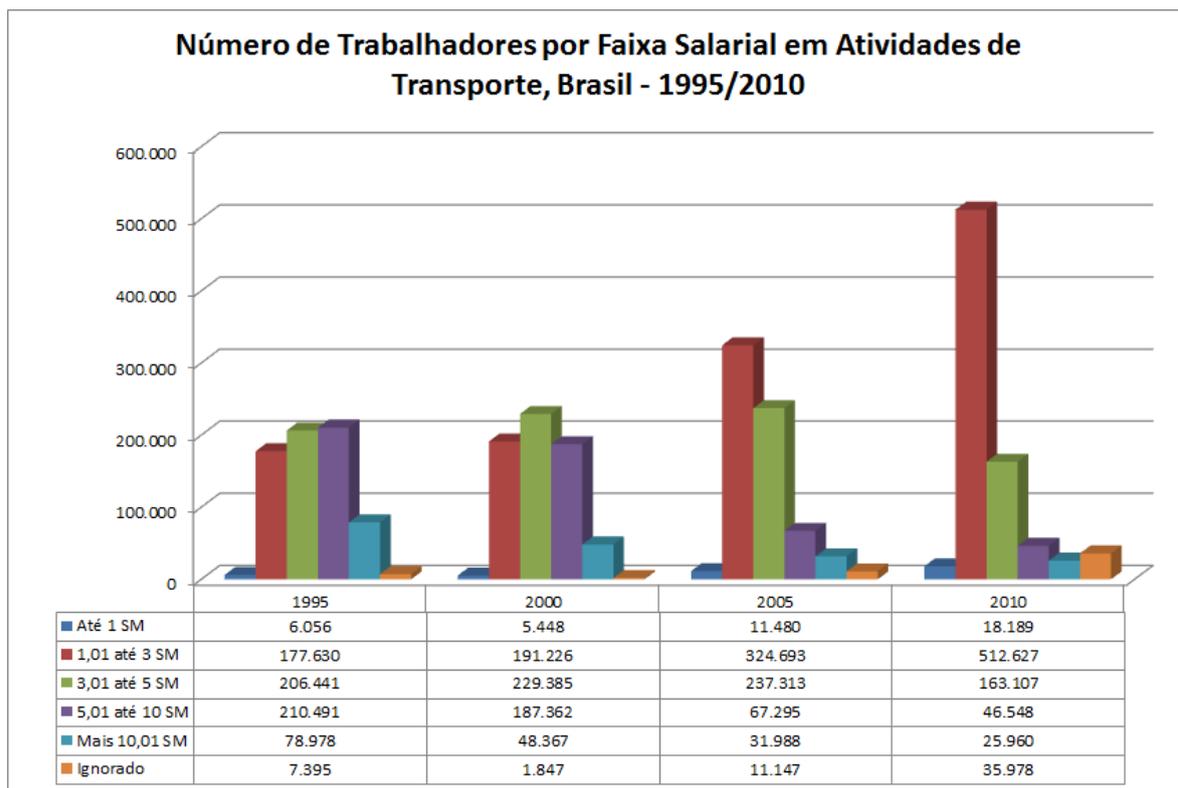
Em 2010 as faixas etárias com grande representatividade no segmento de transporte são de 30 a 39 anos, representando 30,97% do total e a faixa etária de 40 a 49 anos, que representava 26,25% do total. Os trabalhadores com idade entre 50 a 64 anos também tiveram participação significativa naquele ano, representado 17,43% do total de trabalhadores.



Quanto ao grau de instrução dos trabalhadores da ACT, nota-se elevação desta entre 1995 e 2010. No primeiro ano, a formação majoritária dos trabalhadores era de Ensino Fundamental Incompleto. O número de trabalhadores com esse nível escolar demonstra queda ao longo dos demais anos considerados e, em 2010, destaca-se aqueles com Ensino Médio, conforme demonstra o Gráfico a seguir. O número de trabalhadores com ensino superior também apresentou elevação, visto que no ano de 1995, 20.563 trabalhadores possuíam essa escolaridade e, em 2010, esse número subiu para 57.309, um crescimento de 178,69%.



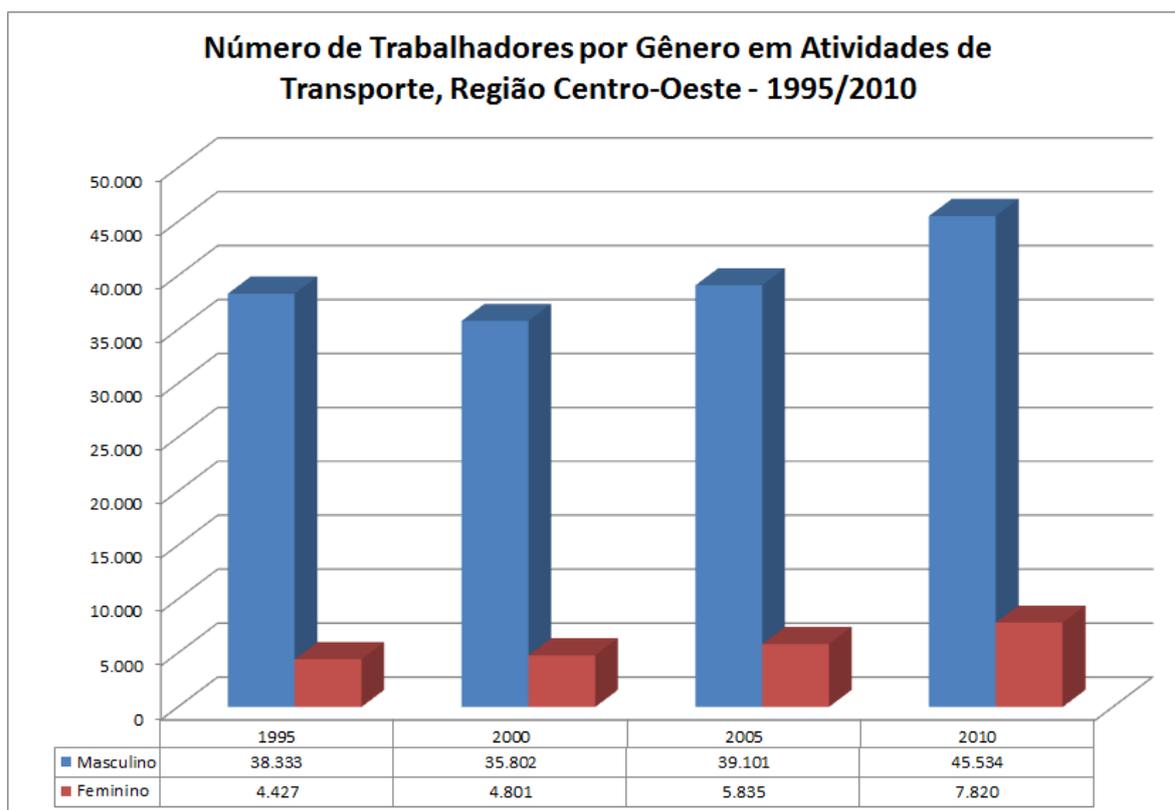
No Brasil observou-se que o número de trabalhadores que ganhavam entre 3,01 até cinco salários mínimos e de 5,01 até 10 salários mínimos, apresentou um declínio significativo entre 1995 e 2010. Enquanto os salários mais elevados apresentaram queda, a faixa salarial de 1,01 até três salários mínimos apresentou elevação, assim, em 2010, a maioria dos trabalhadores em transporte do Brasil se encontrava nessa faixa salarial.



Atividades de Transporte – Região Centro-Oeste

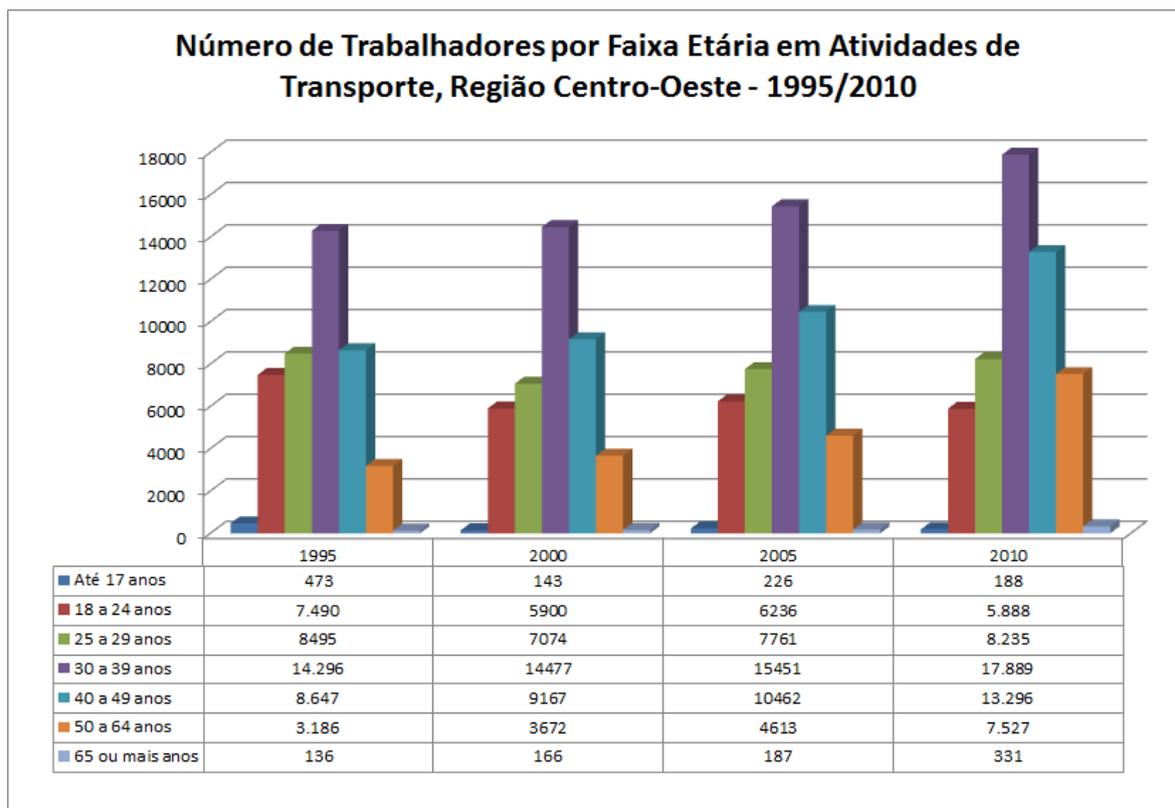
O perfil geral dos trabalhadores em atividades de transporte na Região Centro-Oeste que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 segue os padrões nacionais, ou seja: homens (85,34%), com idades entre 40 e 49 anos (33,52%), com ensino médio (38,52%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (74,35%).

O número de trabalhadores em atividades de transportes na região Centro-Oeste aumentou em aproximadamente 25% entre os anos de 1995 e 2010, visto que no ano de 1995 a ACT contratou 42.670 e em 2010 esse número subiu para 53.354 pessoas.

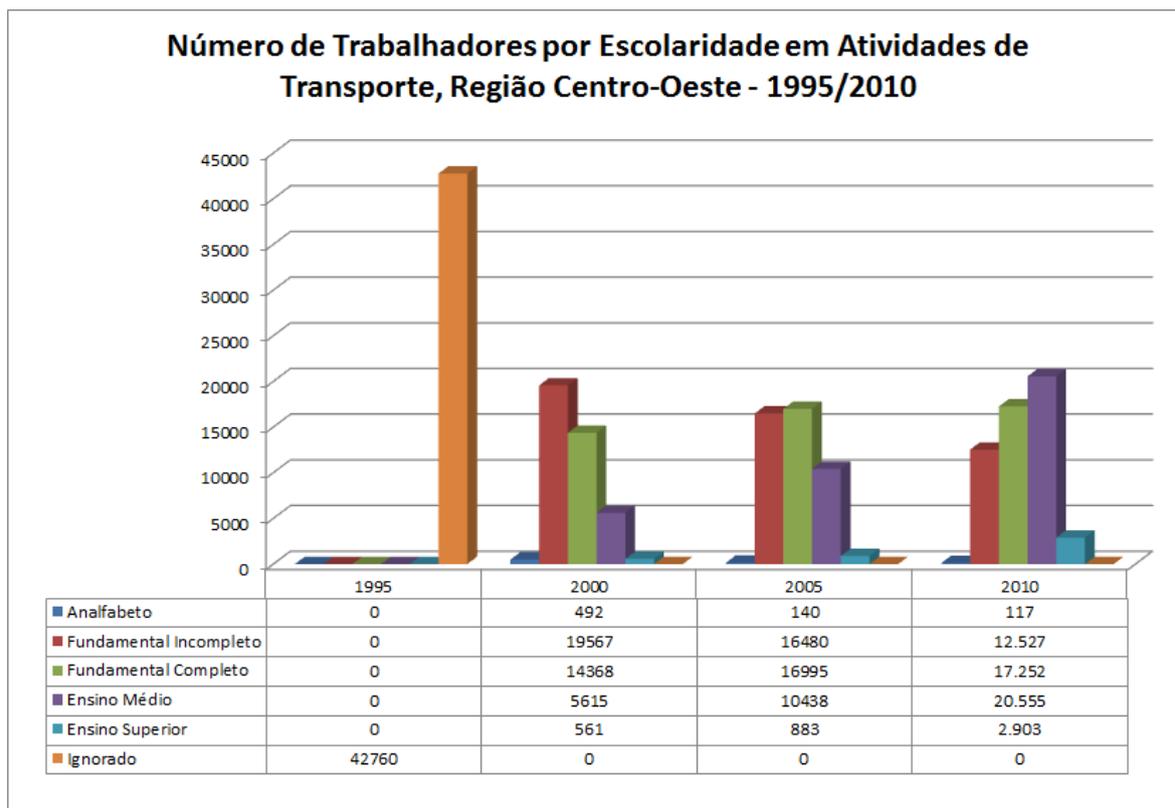


Conforme atestam os dados do MTE/Rais, a faixa etária de 30 a 39 anos predominou entre os anos de 1995 e 2010.

O número de ocupados com idade entre 40 a 49 anos apresentou um crescimento de 53,76% do ano de 1995 para 2010. Ainda entre o período de 1995 e 2010, o número de trabalhadores com idade entre 50 e 64 anos apresentou crescimento de 136,25%, enquanto o número de jovens com idade entre 18 e 24 anos apresentou um declínio de mais de 20%.

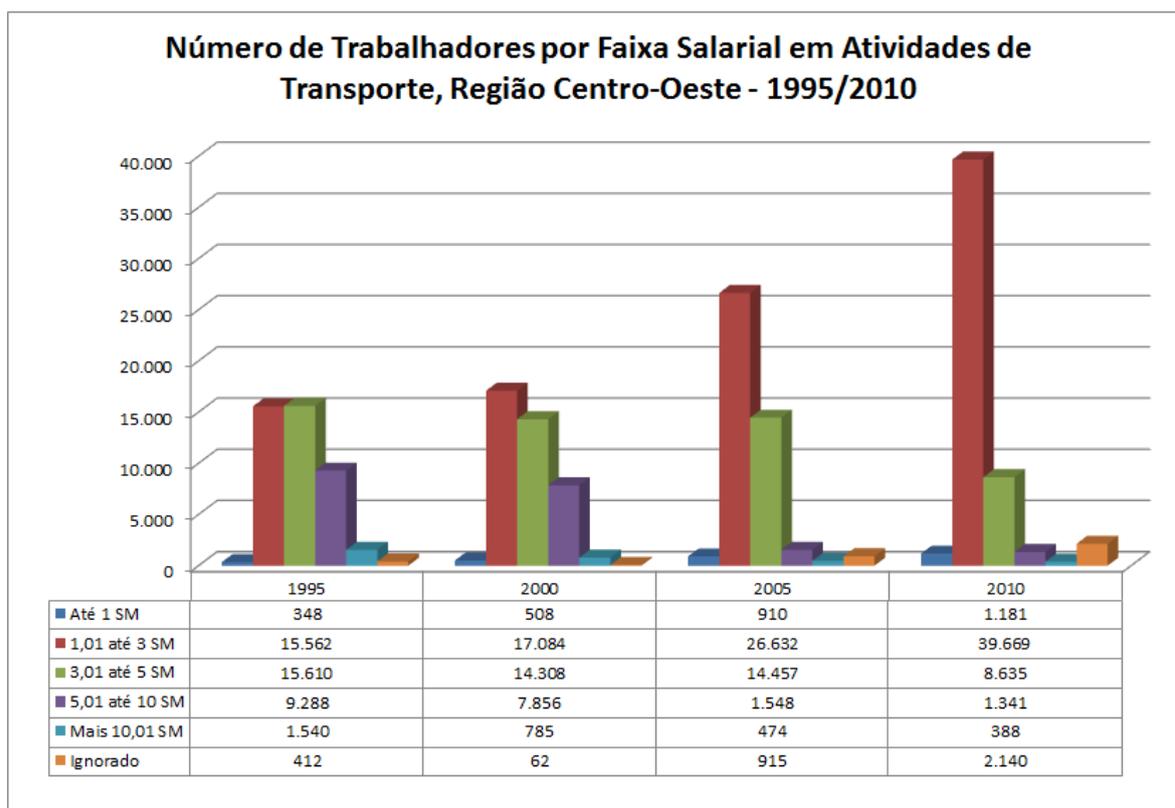


A situação da escolaridade dos trabalhadores da Região Centro-Oeste de atividades de Transporte apresentou alteração significativa de 2000 para 2010. No ano de 2000, 19.567 trabalhadores formais possuíam o ensino fundamental incompleto, em 2010, o número de pessoas com este grau de escolaridade reduziu e passa a ser de 12.527. Durante o mesmo período houve um aumento de mais de 250% no número de trabalhadores com ensino médio. No ano de 2010, o ensino médio foi o nível de escolaridade com maior representatividade, chegando a 38,53% do total, seguido pelo ensino fundamental completo com 32,34%.



O Gráfico faixa salarial demonstra, além da predominância de trabalhadores com rendimentos entre 1,01 e três salários mínimos já apontada no perfil geral dos trabalhadores, que houve uma redução significativa de outras faixas salariais, qual seja, as faixas mais altas. No caso do número de trabalhadores que recebiam entre 3,01 e cinco salários mínimos e entre 5,01 e 10 salários mínimos, entre 1995 e 2010, esse número caiu, respectivamente 44,68% e 85,56%.

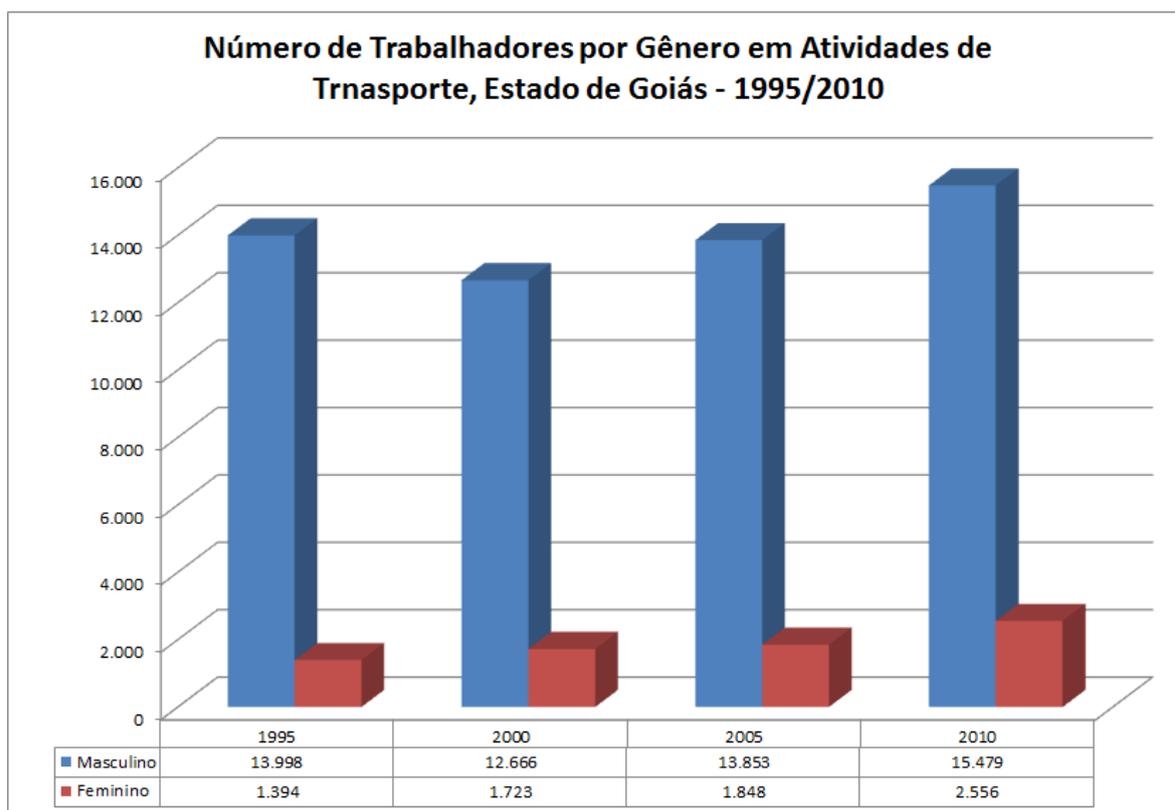
Por fim, pode-se inferir que o aumento na escolaridade não proporcionou aumento salarial para os trabalhadores das atividades de transporte na Região Centro-Oeste.



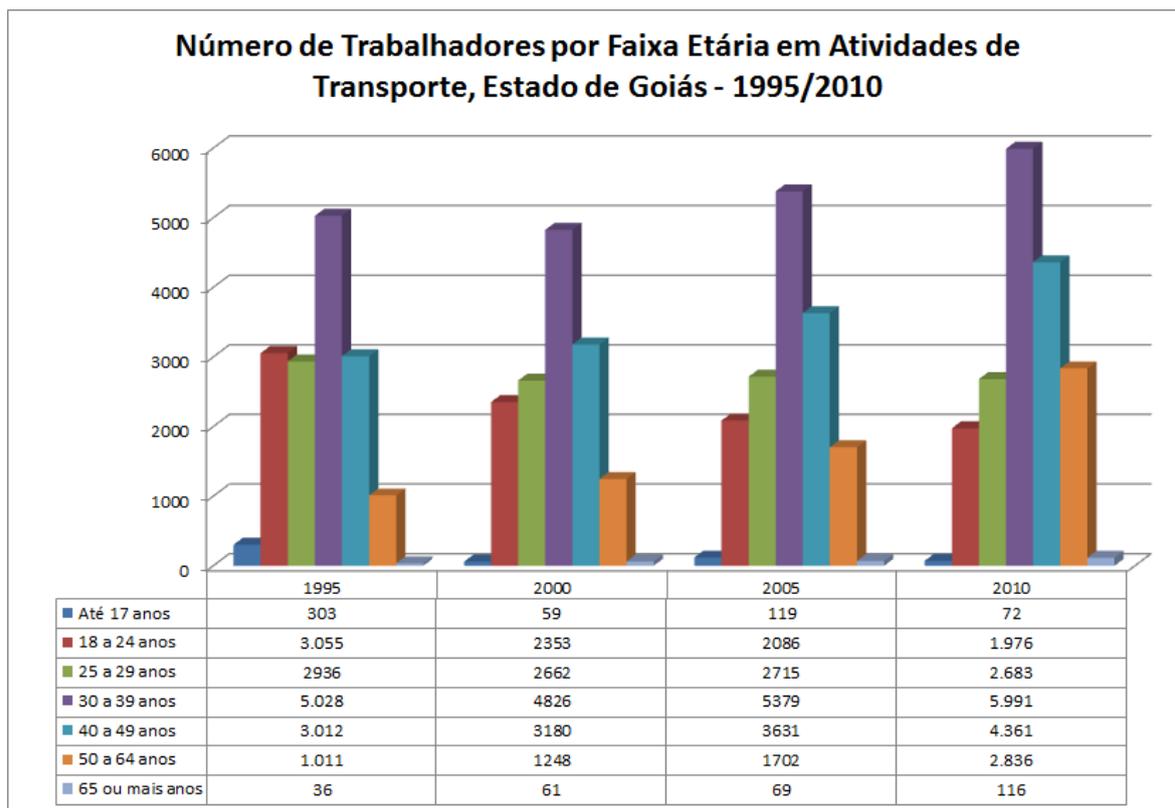
Atividades de Transporte – Estado de Goiás

O perfil dos trabalhadores em atividades de transporte no Estado de Goiás levantado a partir dos dados do MTE/Rais, referentes ao ano de 2010, não difere daqueles visualizados no Brasil e Região Centro-Oeste: homens (58,82%), com idades entre 30 e 39 anos (33,21%), com ensino médio (34,84%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (96,36%).

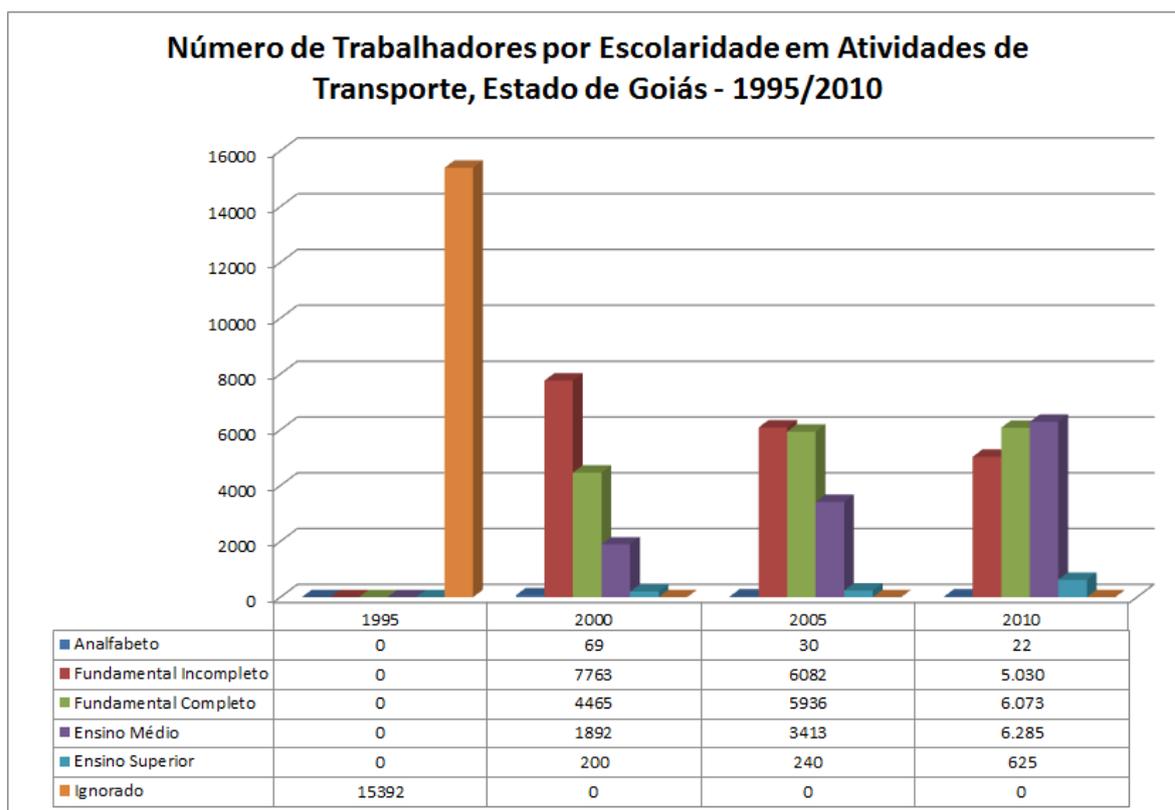
Em 2010 as ACTs do segmento transportes geraram 18.035 postos de trabalhos, um aumento de 17,17% em relação ao início da série, 1995, quando foram identificados 15.392 contratos.



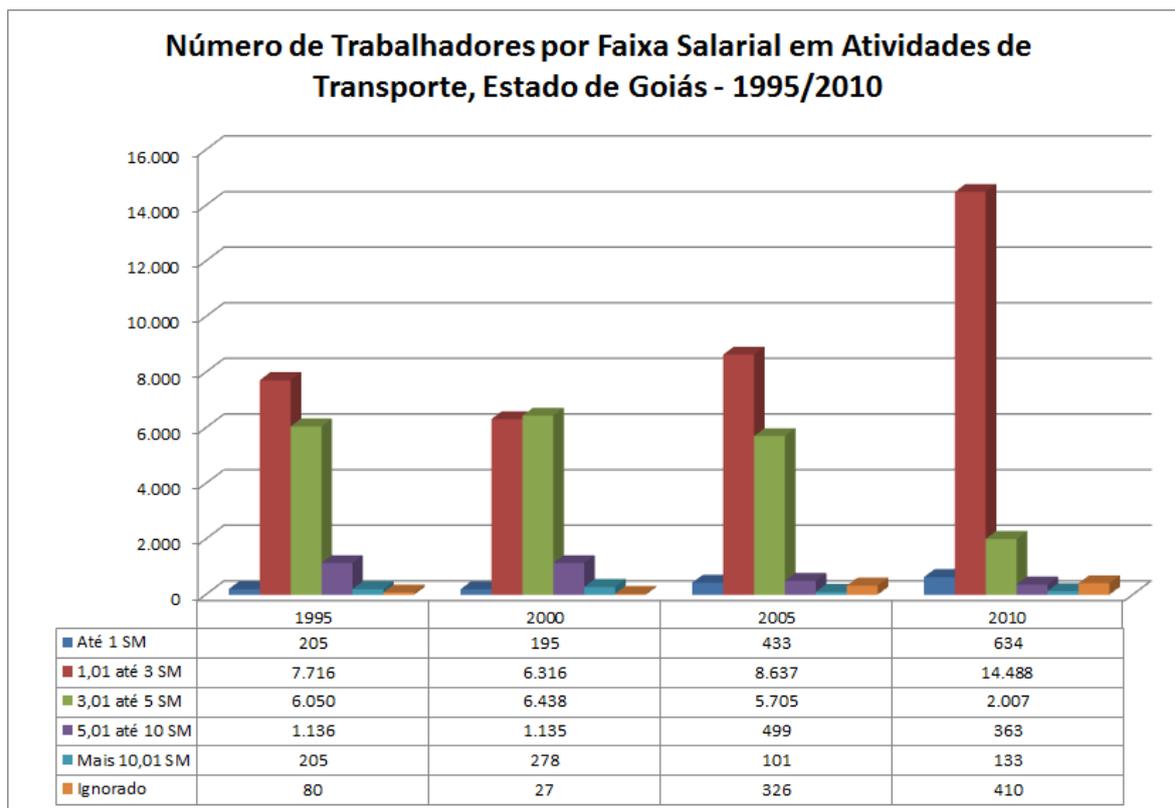
No gráfico referente à faixa etária dos trabalhadores das atividades de transportes, a faixa etária de 30 a 39 anos predomina durante todos os anos pesquisados, em 2010, por exemplo, os ocupados formais com esta faixa etária representaram 33,21% do total, seguidos de trabalhadores com idade entre 40 e 49 anos com 24,18%. Ainda pelo gráfico do ano de 2005 a 2010, é possível notar um crescimento de 66,62%, nos trabalhadores com idade de 50 a 64 anos. De 1995 para 2010, verificou-se um decréscimo de 54,60% na faixa etária de 18 a 24 anos, e de 8,61% de trabalhadores com idade entre 25 a 29 anos.



No ano 2000 grande parte dos trabalhadores se encontrava com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto, nos anos seguintes verificou-se uma queda dos percentuais dessa escolaridade e um aumento de trabalhadores com ensino médio. No ano de 2010, os trabalhadores com ensino médio ocupavam 34,84% do total, seguidos daqueles com ensino fundamental completo, com 33,67%, e de pessoas com ensino fundamental incompleto, representando 27,89%.



A remuneração em Goiás atividades de transportes se concentrou entre 1,01 e três salários mínimos. Verifica-se no que nessa faixa salarial houve um aumento de 67,74% entre 2005 e 2010. Por outro lado, percebe-se que houve uma redução de 64,82% no número de trabalhadores com faixa salarial de 3,01 até cinco salários mínimos.

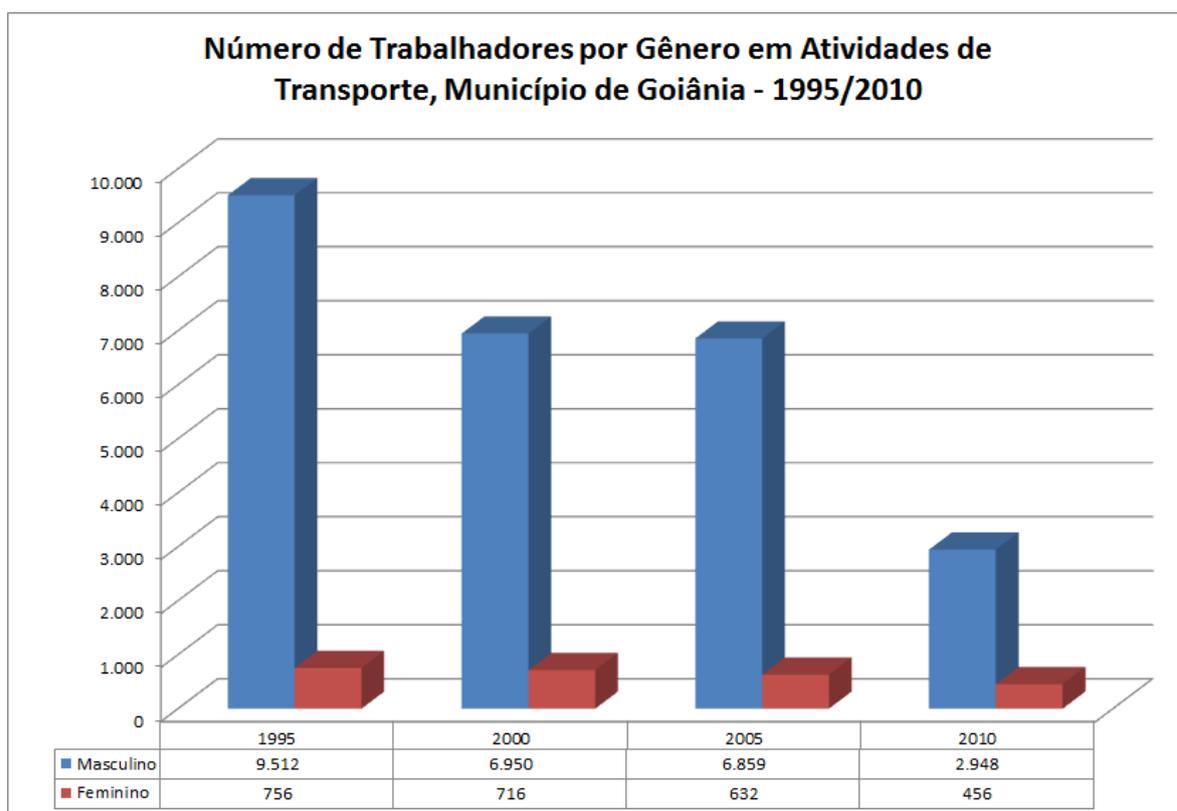


Atividades de Transporte – Município de Goiânia

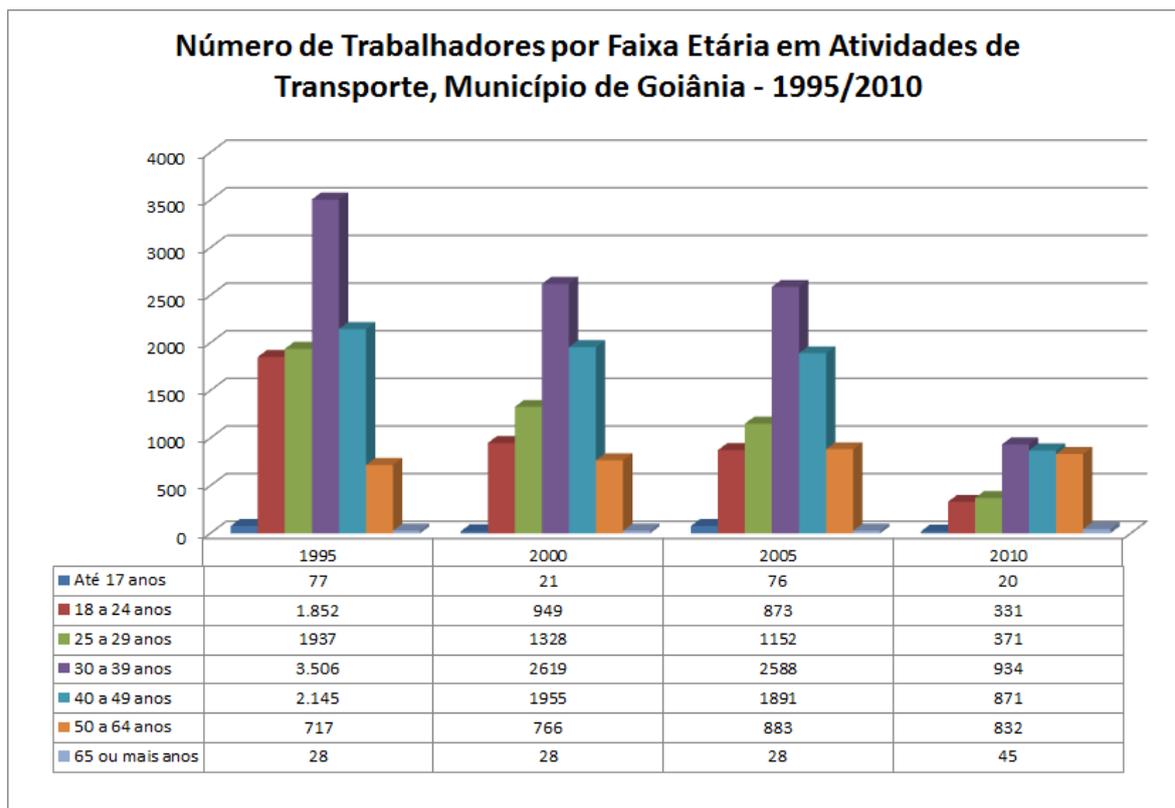
Os trabalhadores em atividades de transporte no Município de Goiânia seguem basicamente o mesmo perfil dos âmbitos maiores já citados, com exceção da escolaridade predominante, portanto, compuseram essa ACT em Goiânia no ano de 2010, majoritariamente: homens (86,60%), com idades entre 30 e 39 anos (27,43%), com ensino fundamental incompleto (37,01%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (75,14%).

As atividades de transporte no Município de Goiânia representavam 66,70% do total de trabalhadores dessa ACT no Estado de Goiás em 1995. Entretanto, ao longo dos anos considerados é possível notar uma redução significativa no número de trabalhadores formalmente contratados. No ano de 2005 a ACT somou 7.491 trabalhadores formais, o que representa uma queda de 27,04% em relação ao ano de 1995. E em 2010, a diminuição no número de trabalhadores se acentua, passando a empregar 3.404 ocupados formais, portanto, uma redução de 54,55% em relação a 2005 e de 66,84% em relação ao ano de 1995. Desta forma, o Município passa a representar 18,87% do número de trabalhadores empregados nessa ACT no Estado de Goiás.

O gráfico a seguir permite notar a queda no número de trabalhadores das atividades de transporte, bem como a predominância de homens apontada no perfil geral.

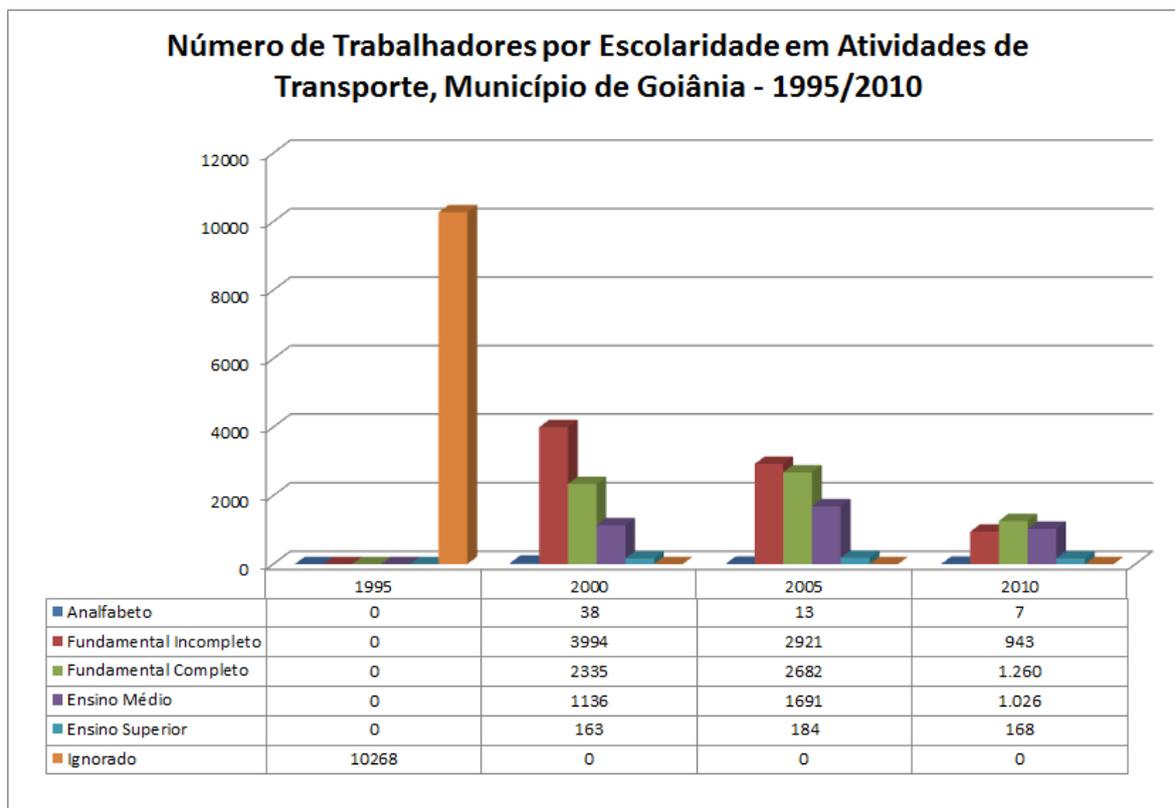


Ao se analisar a faixa etária dos trabalhadores da ACT em estudo tem-se que em 2010, o maior número de contratações concentra-se nas faixas etárias de 30 a 39 anos (27,43%), seguida da faixa de 40 a 49 anos (25,58%), 50 a 64 anos (24,44%), 25 a 29 anos (10,89%) e 18 a 24 anos (9,72%).



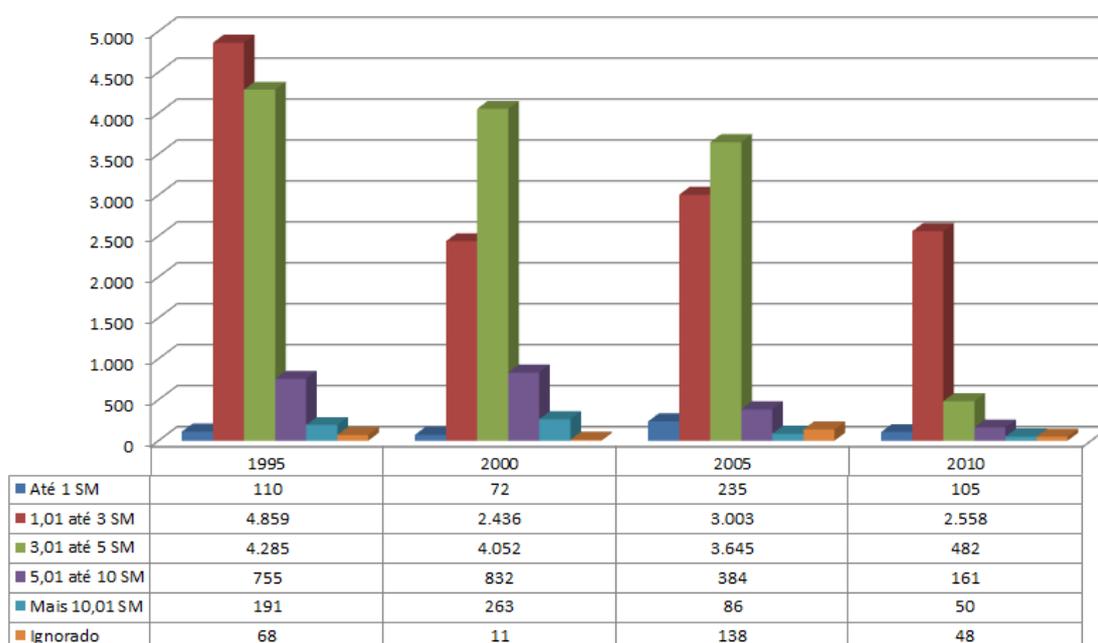
No que se refere à escolaridade é importante destacar que do período de 2000 a 2010, verificou-se um declínio dos percentuais de todos os níveis de escolaridade, em virtude da queda no número de vínculos formais, mas principalmente do ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo e ensino médio. Em 2010, observou-se que o ensino fundamental completo (37,01%), o ensino médio (30,14%) e o ensino fundamental incompleto (27,70%) formaram os níveis de escolaridade predominantes.

Importante observar que, de um lado, nota-se o aumento de escolaridade, entretanto, por outro, tem-se a redução do número de contratos já apontada. Portanto, não é possível identificar esse aumento de escolaridade como estabelecido, visto que a oscilação no número de contratos não permite tal consideração.



Em relação à remuneração dos trabalhadores em questão, em 2010, predominou a faixa salarial de 1,01 a três salários mínimos com 75,14%. Entretanto, esse percentual evidencia uma redução do salário recebido pelos trabalhadores, visto que nos anos de 2000 e de 2005, predominavam remunerações entre 3,01 e cinco salários mínimos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Transporte, Município de Goiânia - 1995/2010



APÊNDICE C - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Aluguel de Transporte

Neste segmento apresentam-se as principais características dos trabalhadores formais do setor de turismo e hospitalidade que atuam na atividade econômica de aluguel de transporte.

A atividade de aluguel era composta, na Cnae 95, por quatro Classes, sob os códigos 7110-2, 7121-8, 7122-6 e 7123-4. A partir da Cnae 2.0 passam a compor essa ACT apenas duas Classes: Locação de Automóveis sem Condutor (7711-0) e Locação de Meios de Transporte, Exceto Automóveis, sem Condutor (7719-5).

De acordo com a CONCLA, a Classe Locação de Automóveis sem Condutor compreende a locação e leasing operacional de automóveis sem condutor ou motorista e, por outro lado, não compreende a locação de automóveis, com motorista ou condutor (49.23-9) e o arrendamento mercantil (leasing financeiro) de automóveis (64.40-9).

Igualmente, a Classe Locação de Meios de Transporte, Exceto Automóveis, sem Condutor compreende a locação e leasing operacional de barcos, lanchas e outras embarcações, sem tripulação, exceto para fins recreativos; a locação e leasing operacional de aeronaves (aviões, helicópteros, etc.) sem tripulação; a locação e leasing operacional de quaisquer outros meios de transporte terrestre sem condutor, por período de curta ou longa duração, tais como: ônibus, motocicletas, trailers, caminhões, reboques, semirreboques e similares. A CONCLA também apresenta as atividades não contempladas por essa Classe, que são:

- a locação de automóveis com motorista ou condutor (49.23-0)
- o transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento (49.29-9) e (49.29-9)
- a locação de caminhões com motorista ou condutor (grupo 49.3)
- o fretamento de meios de transporte aquaviários, com tripulação (divisão 50)
- o fretamento de aeronaves com tripulação (divisão 51)
- a locação de caminhões para a movimentação de cargas (52.12-5)
- o arrendamento mercantil (leasing financeiro) de embarcações (64.40-9)
- o arrendamento mercantil (leasing financeiro) de aeronaves (64.40-9)
- o arrendamento mercantil (leasing financeiro) de qualquer meio de transporte terrestre, inclusive de automóveis, com opção de compra (64.40-9)
- a locação de automóveis sem motorista ou condutor (77.11-0)
- o aluguel de barcos de lazer, canoas, barcos à vela (77.21-7)
- o aluguel de bicicletas (77.21-7)

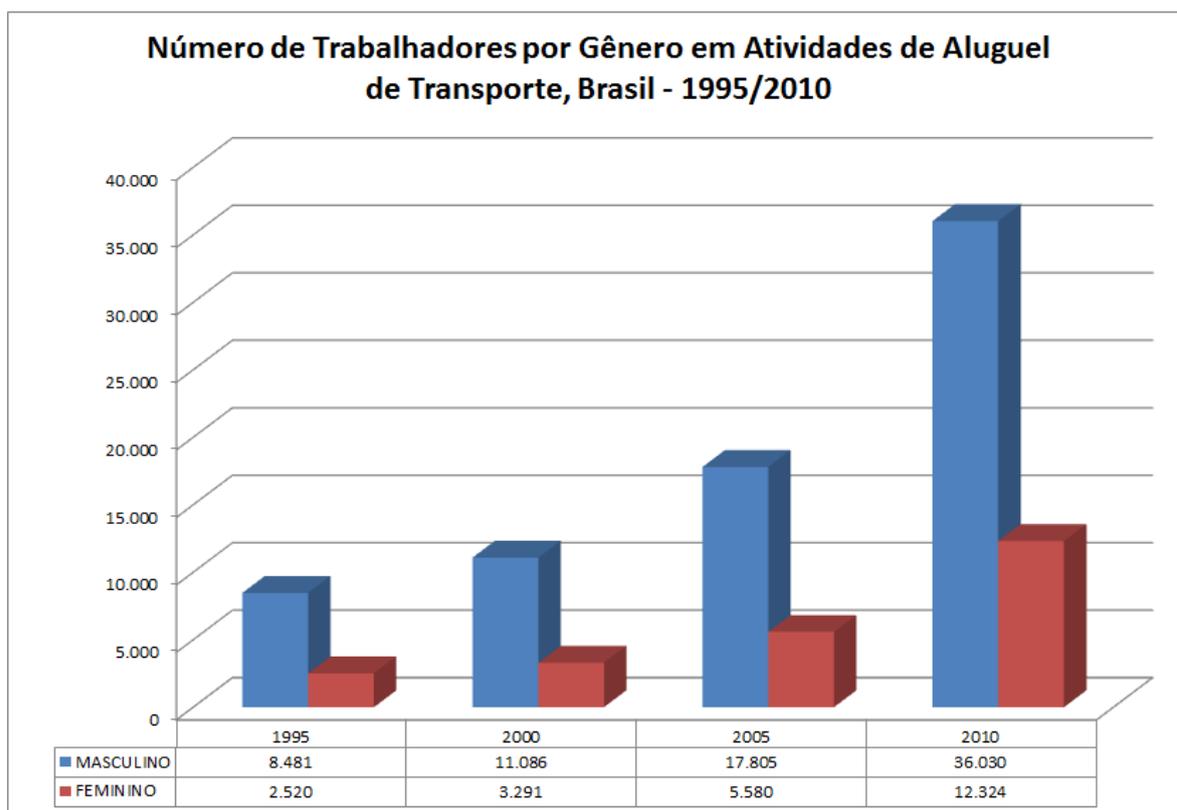
- o aluguel de equipamentos recreativos e esportivos (77.21-7)

Considerando todos os vínculos formais do Brasil nessa atividade econômica, ela contratou 11.001 pessoas no ano de 1995; já em 2000, o número de contratos formais subiu 30,68% em relação ao ano de 1995, somando 14.377 trabalhadores. No ano de 2005 continua o aumento do número de contratações no setor, chegando a soma de 23.385 pessoas e, por fim, em 2010, o número de contratos formais chegou a 48.354. Portanto, o crescimento entre 1995 e 2010 foi de mais de 300%.

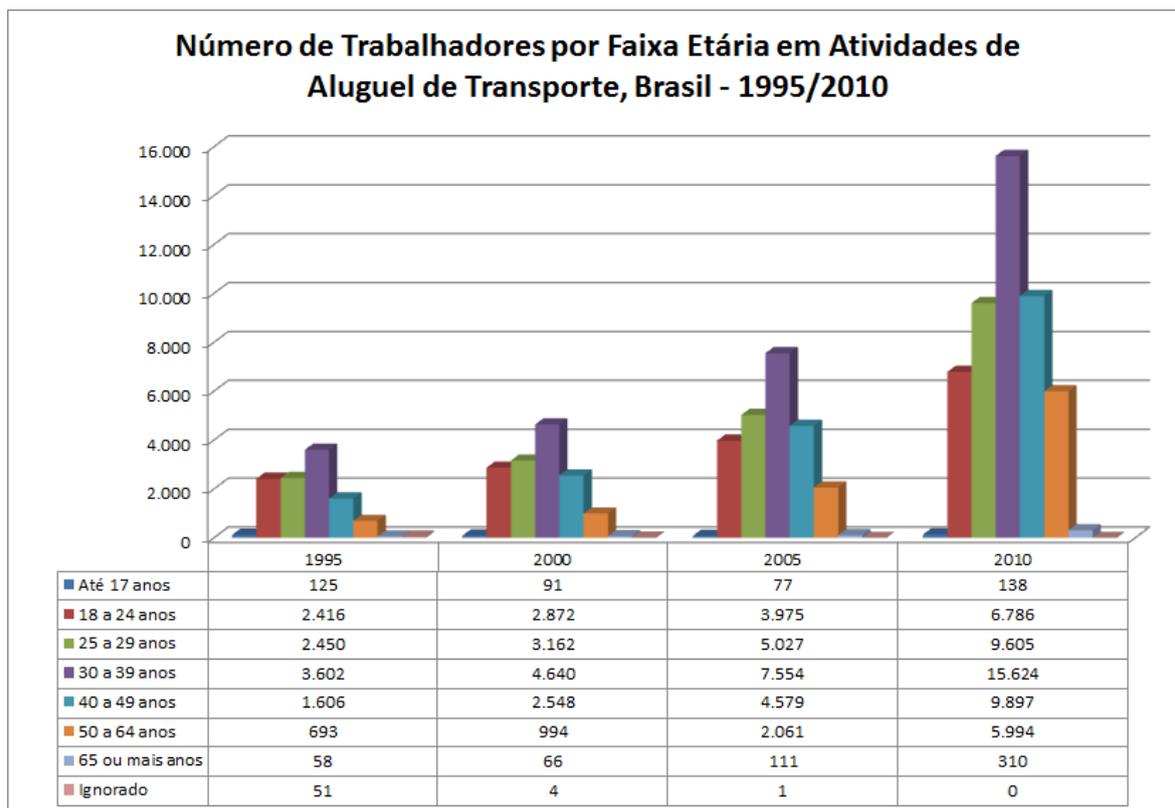
O perfil geral dos trabalhadores em atividades de aluguel de transporte no Brasil que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 é: homens (74,51%), com idades entre 30 e 39 anos (32,31%), com ensino médio (60,91%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (77,95%). Os subtítulos a seguir apresentam detalhes acerca desses trabalhadores no Brasil, Região Centro-Oeste, Estado de Goiás e Município de Goiânia-GO.

Atividades de Aluguel de Transporte – Brasil

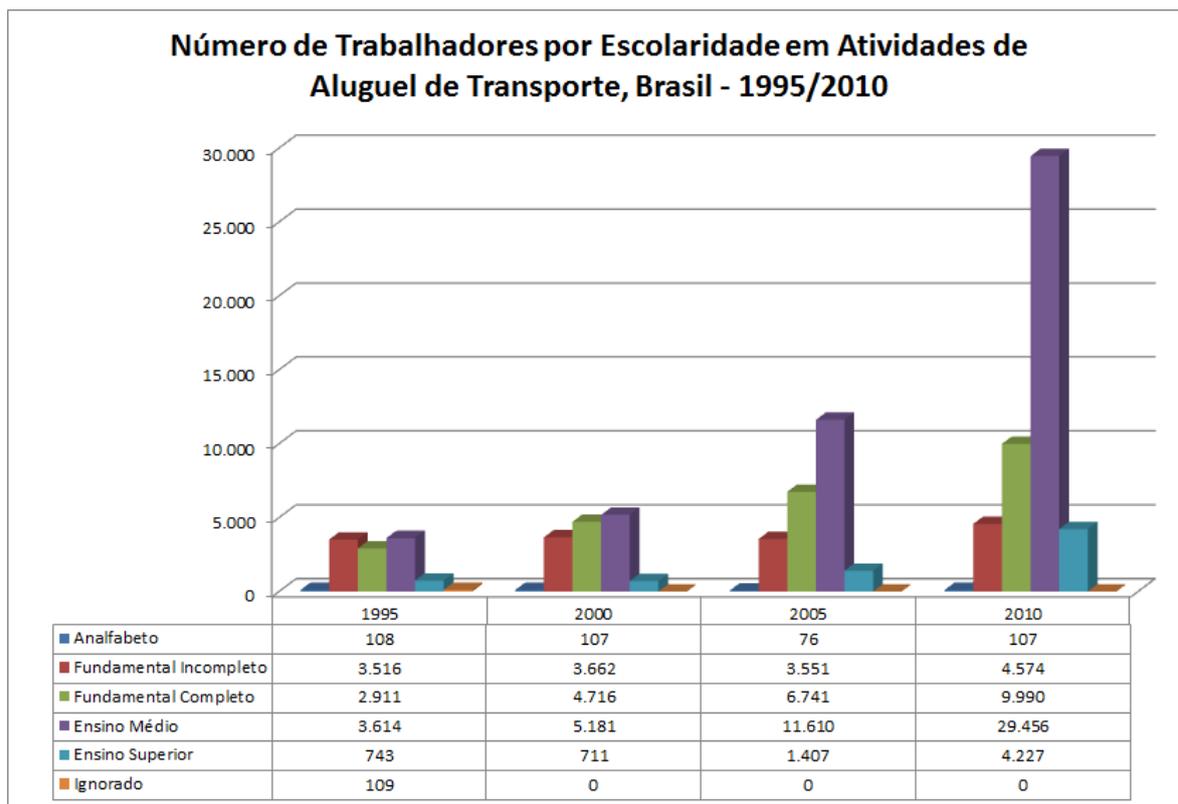
Os dados do MTE/Rais, apresentados no gráfico a seguir, demonstram a predominância de homens na atividade de aluguel de transporte. Essa participação chega a 74,51% do total de trabalhadores no ano de 2010.



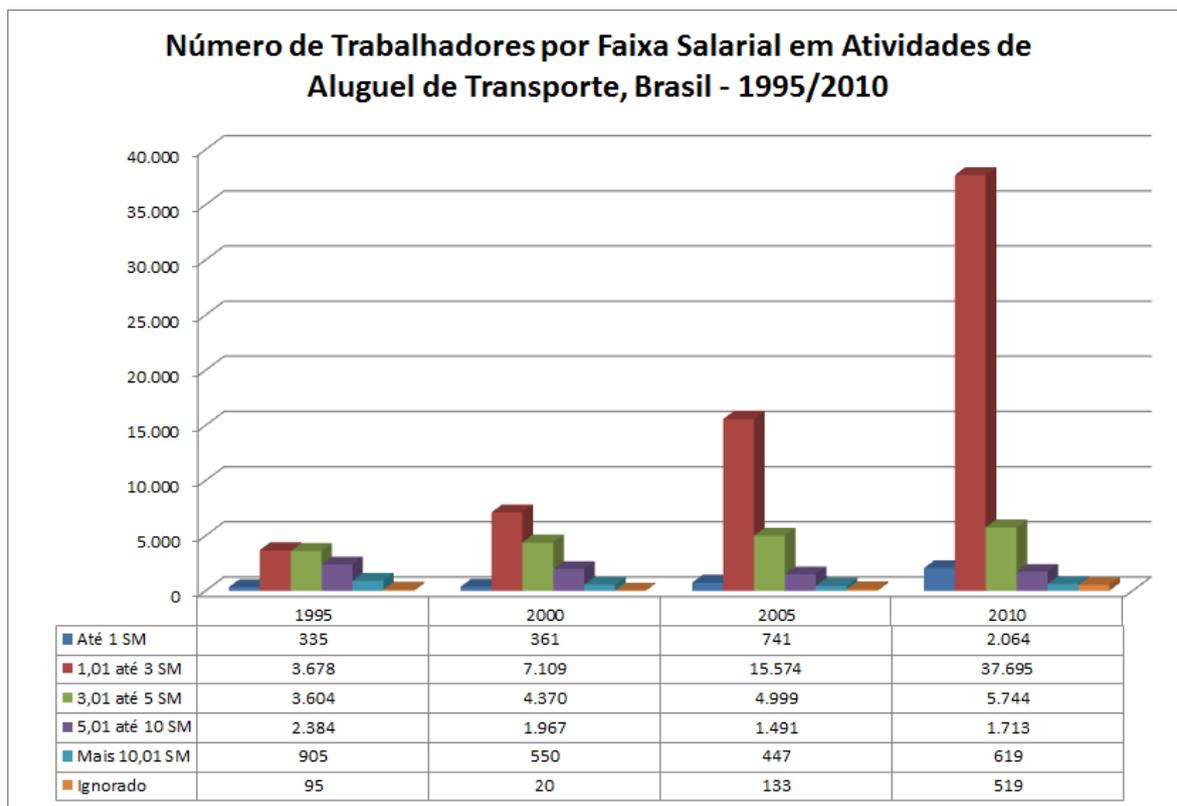
Com relação a faixa etária dos trabalhadores, considerando os número de 2010, apesar da predominância de pessoas com idades entre 30 e 39 anos, é importante notar a distribuição dos trabalhadores entre várias faixas etárias. Desta forma, as pessoas com idades entre 18 e 29 anos, bem como aquelas com 40 a 49 anos também apresentam participação significativa nos anos pesquisados, ficando em torno de 20%.



A escolaridade de ensino médio foi, ao longo da série considerada, a principal em termos de número de trabalhadores nessa situação. Nos anos de 1995 e 2000 pode-se notar uma maior aproximação entre as escolaridades, entretanto após esses anos é possível perceber que as pessoas com ensino médio passam a ocupar mais postos de trabalho. No ano de 2010, por exemplo, 60,91% dos trabalhadores se encontravam nessa faixa escolar. Essa situação decorre, entre outros aspectos que demandariam pesquisa específica, de uma tendência natural em se contratar trabalhadores com escolaridade mais alta. Por outro lado, ainda é pouco representativa a vinculação de trabalhadores com ensino superior, visto que em 2010, apenas 4.227 pessoas possuíam esse nível de formação, representando 8,74% de todos trabalhadores dessa ACT no Brasil.



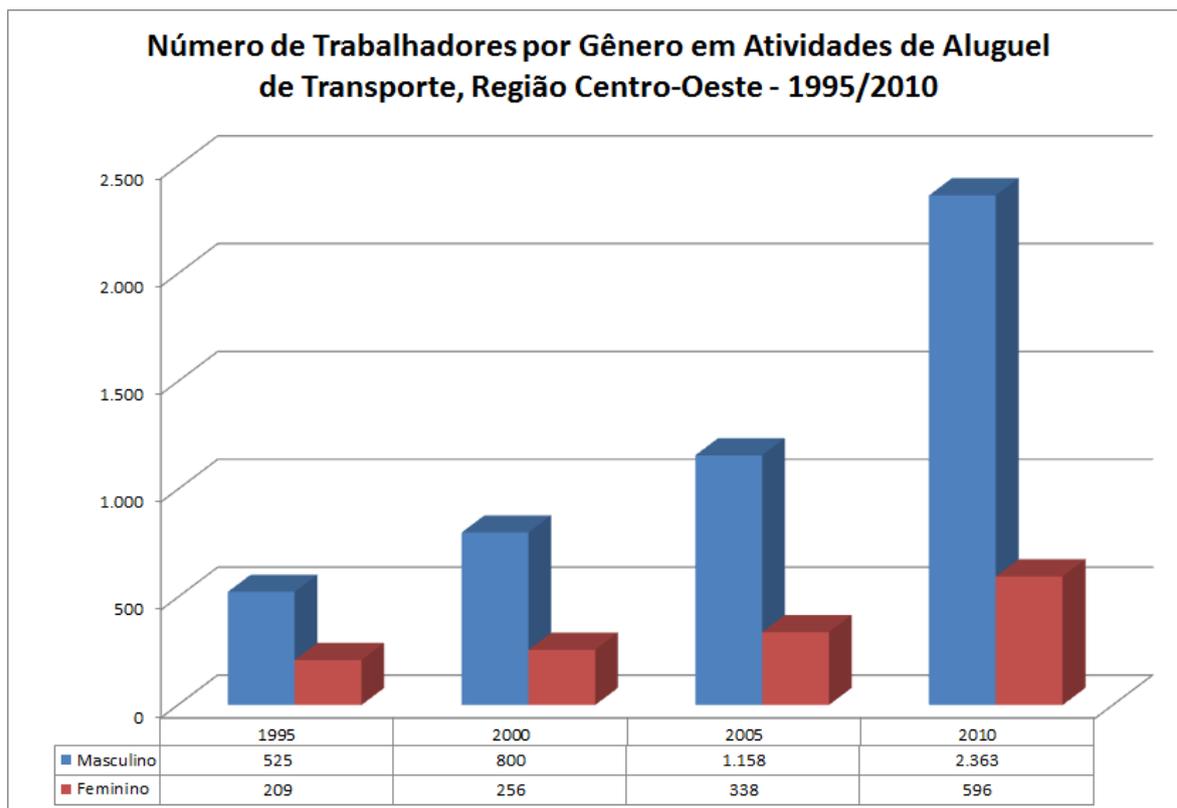
Com relação a faixa salarial desses trabalhadores, o Gráfico salarial demonstra que a maioria se encontra na faixa salarial de 1,01 a três salários mínimos. Neste quesito também é percebido que nos anos de 1995 e 2000 havia uma maior proximidade no número de trabalhadores por faixa etária e, após esses anos, passa a predominar significativamente a faixa salarial apontada.



Atividades de Aluguel de Transporte – Região Centro-Oeste

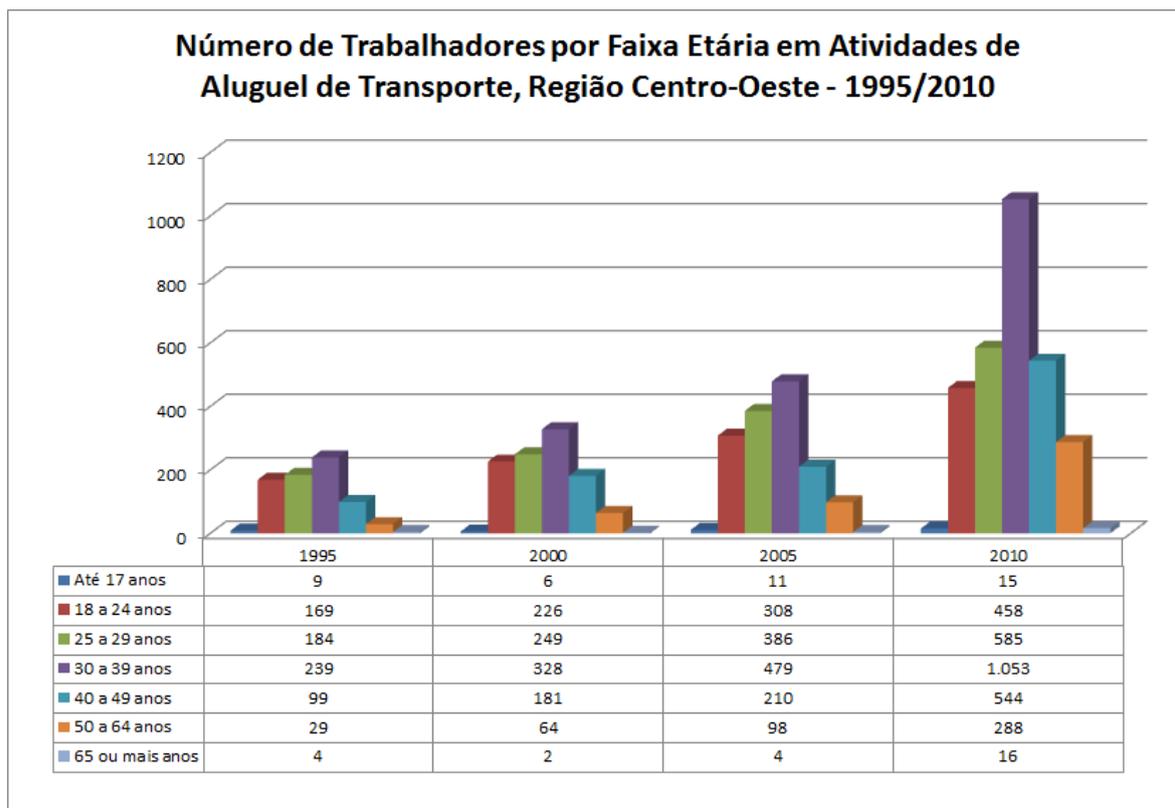
Na Região Centro-Oeste o perfil geral dos trabalhadores em atividades de aluguel de transporte, a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, pode ser resumido da seguinte forma: homens (79,85%), com idades entre 30 e 39 anos (35,58%), com ensino médio (66,61%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (78,57%).

Entre os anos de 1995 e 2010 o número de trabalhadores cresceu mais de 300%, quando saiu de 734 para 2.959. Com relação ao gênero, do total de 2.959 trabalhadores no ano de 2010, 2.363 eram homens, representando, portanto, 79,85%, conforme já apontado.



Quanto a faixa etária, além da predominância de trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos, destaca-se a distribuição do número de trabalhadores entre as demais faixas etárias. Desta forma, tendo como base o ano de 2010, a participação das faixas de 18 a 29 e de 40 a 49 anos, ficou em torno de 20%.

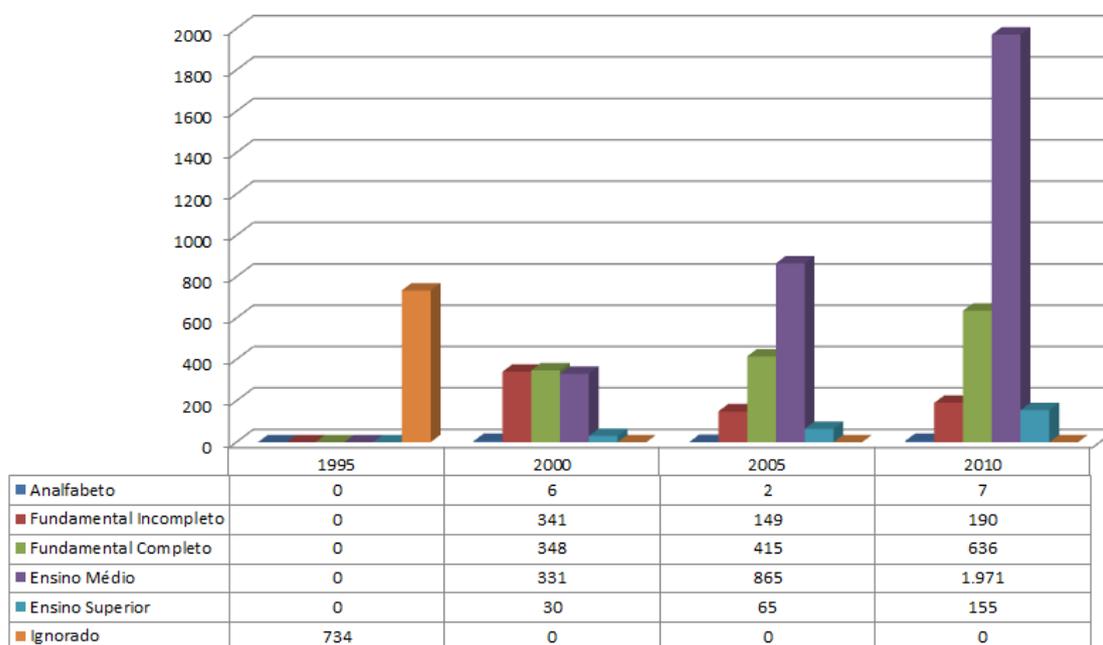
Igualmente, destaca-se o aumento do número de trabalhadores com idades entre 50 e 64 anos, que chegou a 288 em 2010. Ainda assim, a ACT em questão caracteriza-se por congregar trabalhadores jovens.



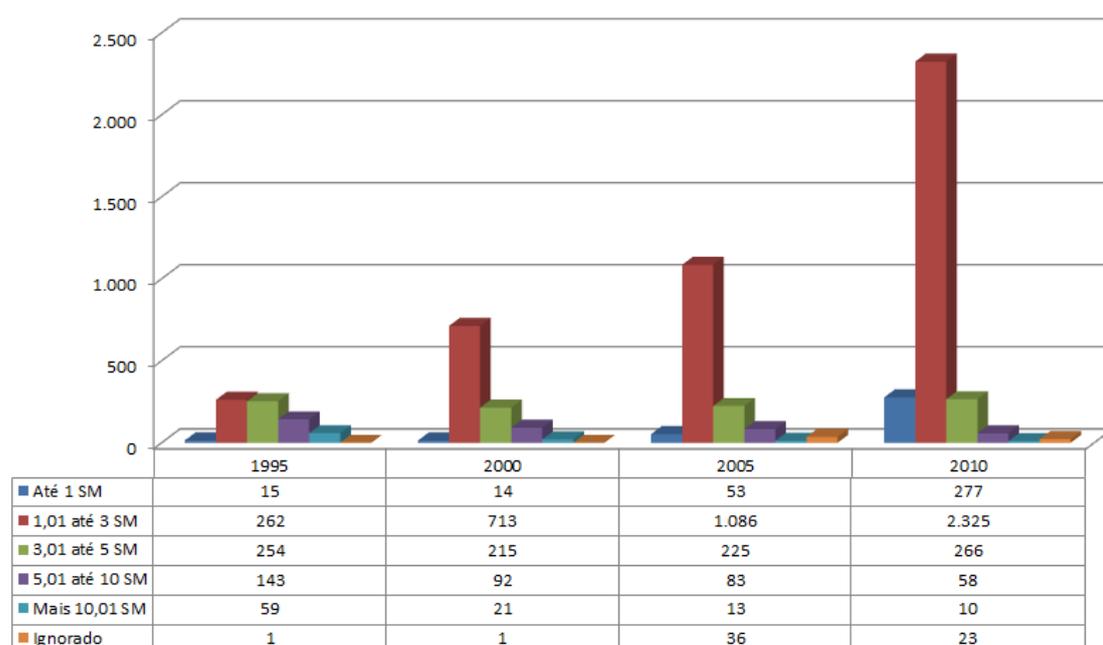
Assim como notado nacionalmente, no Centro-Oeste também é predominante a escolaridade de ensino médio entre os trabalhadores em atividades de aluguel de transporte, conforme demonstra o gráfico referente escolaridade.

Quanto a faixa salarial, esta também não se diferencia daquela nacional, ou seja, a predominância de remuneração fica entre 1,01 e três salários mínimos. Destaca-se que essa participação chegou a 78,57% em 2010 e que, nesse mesmo ano, foram registrados 277 trabalhadores com faixa salarial de até um salário mínimo. Portanto, a ACT fica caracterizada como uma atividade cujos salários auferidos por aqueles que estão formalmente contratados são baixos. O número de trabalhadores por faixa salarial em atividades de aluguel de transporte pode ser visualizado no gráfico referente à faixa salarial.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Aluguel de Transporte, Região Centro-Oeste - 1995/2010



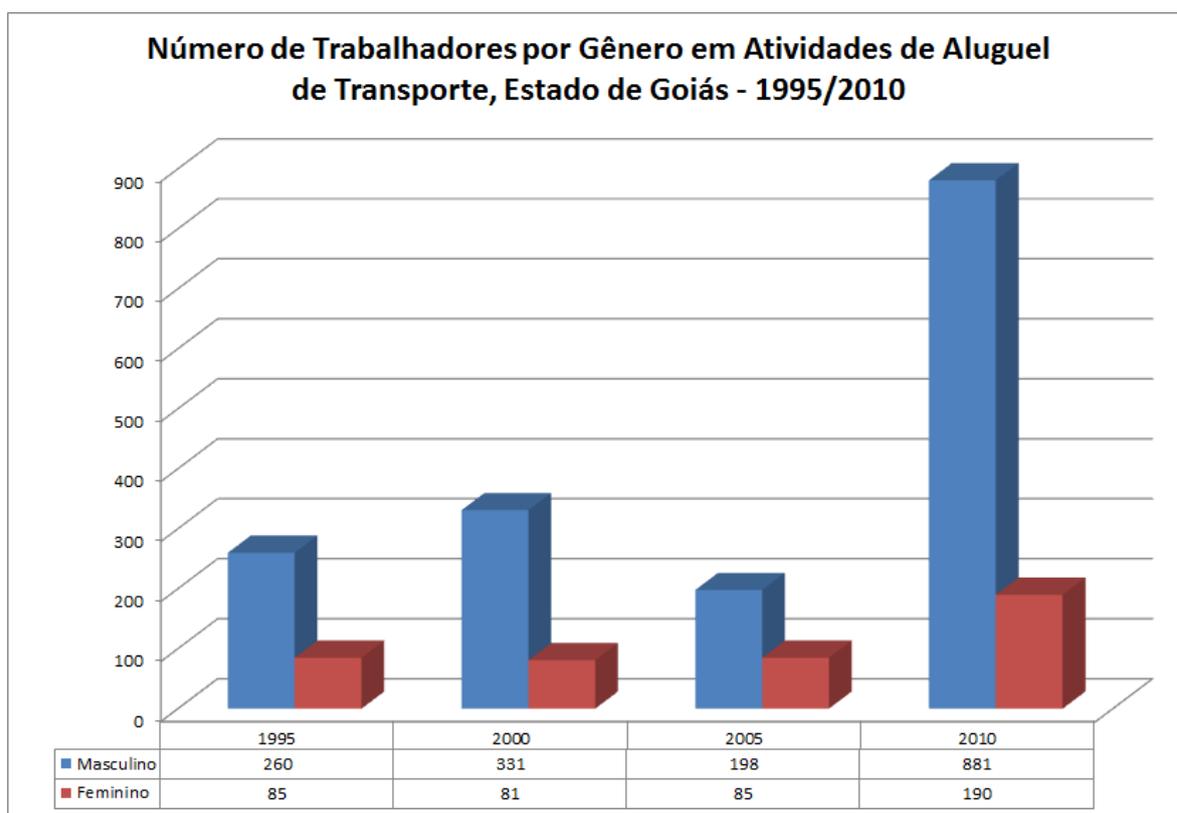
Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Aluguel de Transporte, Região Centro-Oeste - 1995/2010



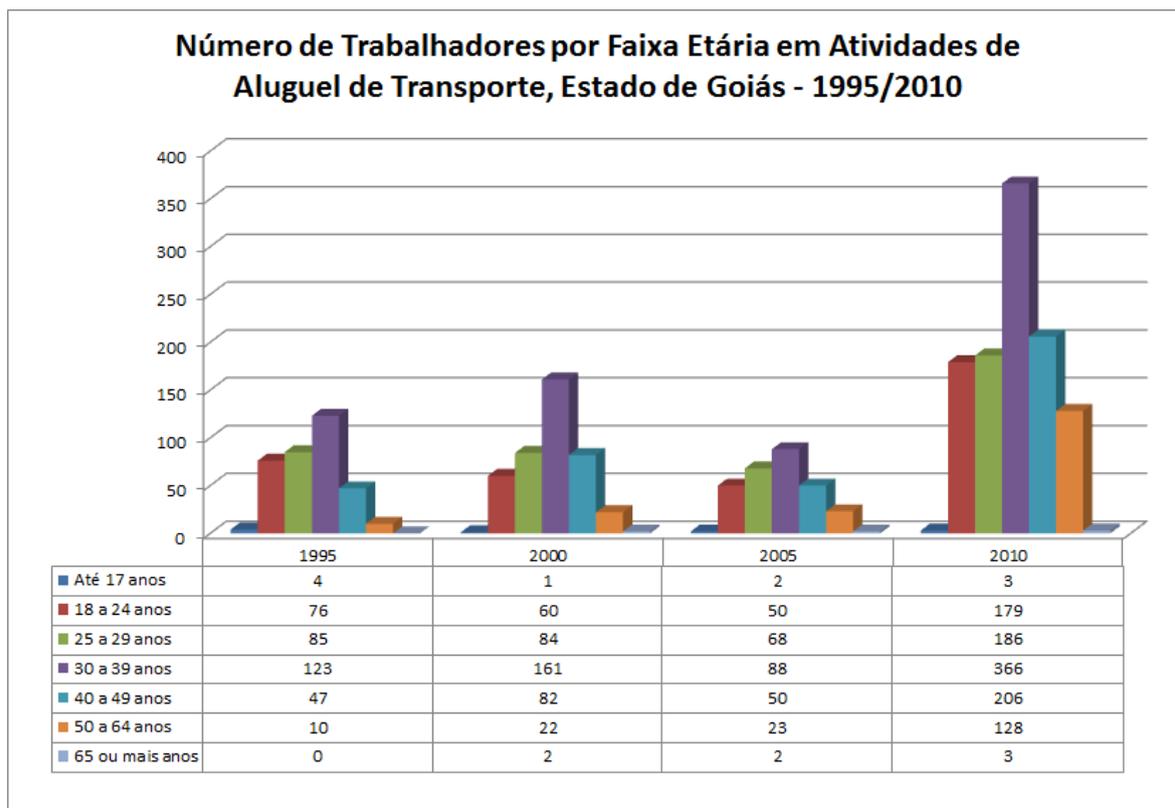
Atividades de Aluguel de Transporte – Estado de Goiás

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de aluguel de transporte no Estado de Goiás, a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, é de: homens (82,25%), com idades entre 30 e 39 anos (34,17%), com ensino médio (61,9%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (67,69%).

Fica evidente, portanto, que o Estado de Goiás apresenta a maior diferença entre as participações masculina e feminina na ACT, conforme demonstra o gráfico a seguir.



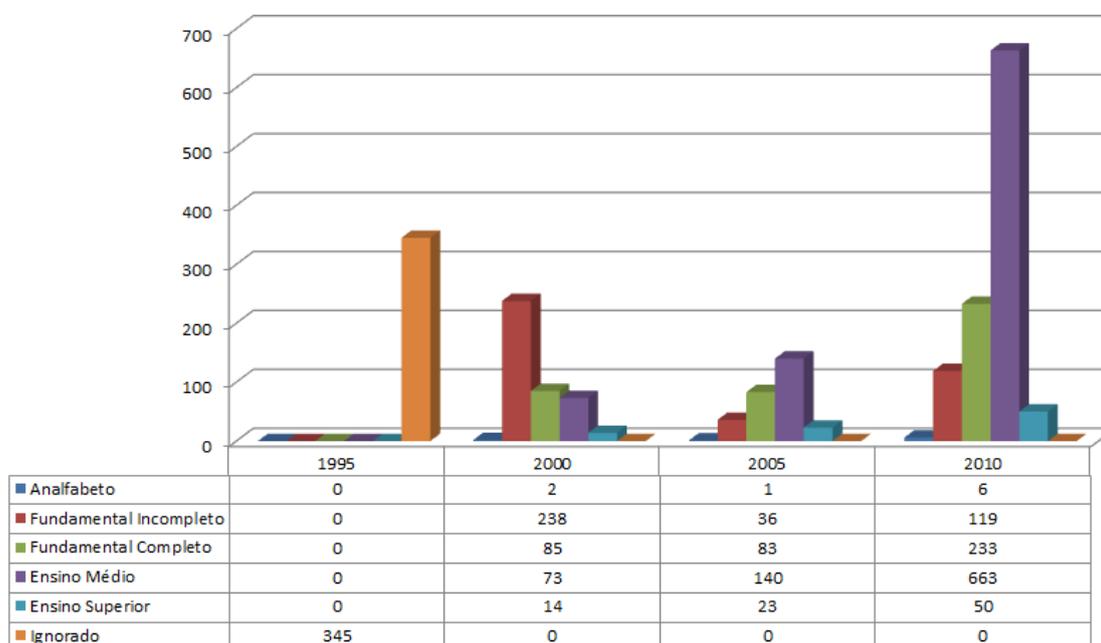
Apesar da predominância de trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos, cita-se também, conforme já apontado para os outros âmbitos considerados, que a participação de trabalhadores com idades entre 18 e 29 e entre 40 e 49 também é significativa. No Estado de Goiás podem ser acrescentados aqueles com idades entre 50 e 64 anos. A participação dessas faixas etárias varia entre 16 e 19%, sendo que estes últimos, 50 a 64, representaram em 2010 12% do total.



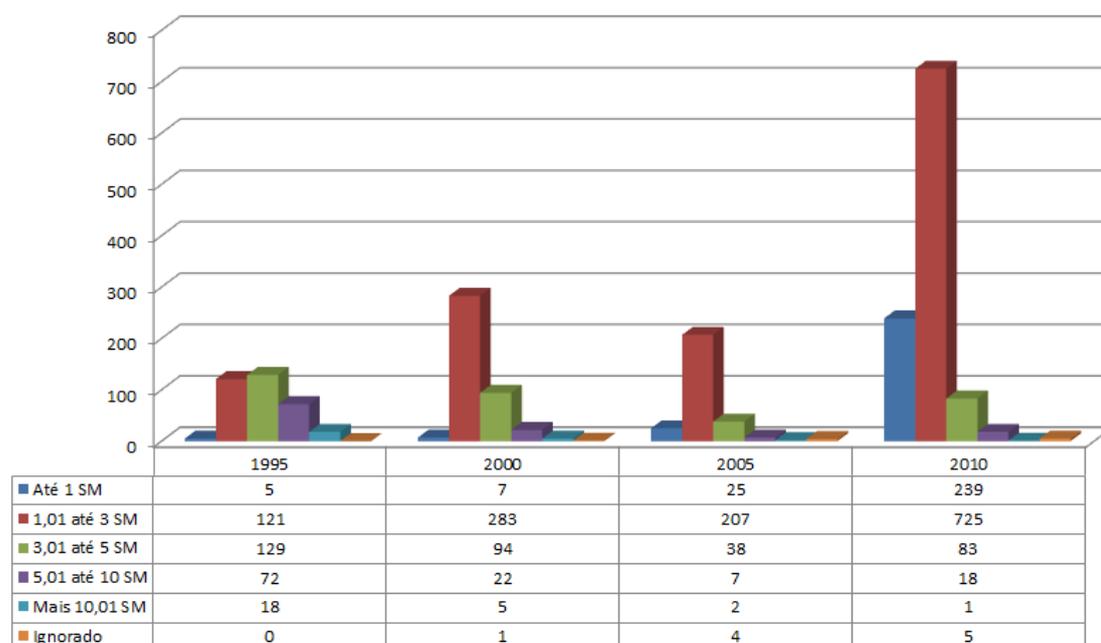
Os dados de escolaridade sofreram oscilações significativas ao longo dos anos considerados neste estudo. Para o ano de 1995, o banco de dados Rais do MTE não apresenta o número de trabalhadores por escolaridades, congregando-os como escolaridade “ignorada”. No ano 2000, a predominância é daqueles com escolaridade de ensino fundamental incompleto. Essa tendência não se sustenta e em 2005 a predominância é de trabalhadores com ensino médio, entretanto, vale ressaltar que naquele ano o número de trabalhadores cai 31,31% em relação a 2000. Já ano de 2010, esse número sobe quase 300% e predominam os trabalhadores com ensino médio, que representaram 61,9% do total de vínculos formais naquele ano.

Quanto a faixa salarial, a ACT no Estado de Goiás também se caracteriza pelos baixos rendimentos dos trabalhadores. No ano de 2010, 22,31% dos trabalhadores recebiam até um salário mínimo e 67,69% recebiam entre 1,01 e três salários mínimos. Portanto, apenas 10% dos trabalhadores recebiam acima de três salários mínimos. O detalhamento dessa divisão pode ser vista no gráfico referente à faixa salarial.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Aluguel de Transporte, Estado de Goiás - 1995/2010



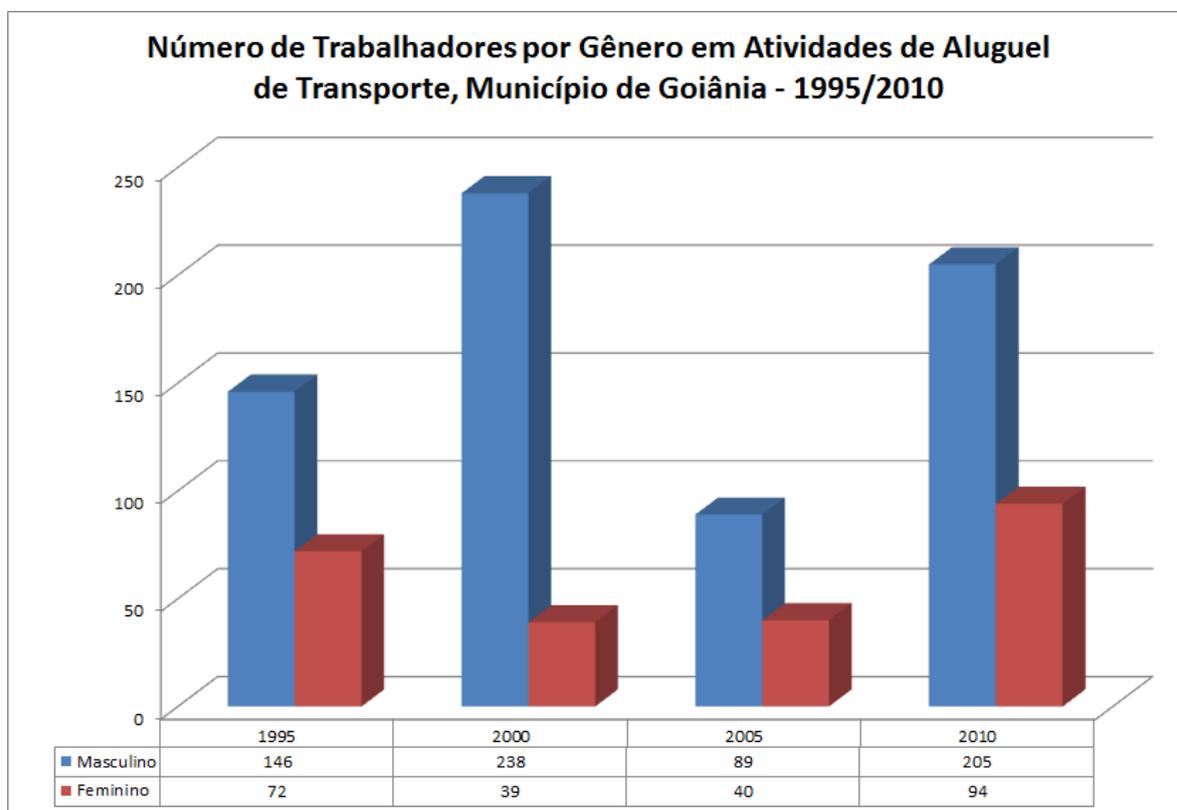
Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Aluguel de Transporte, Estado de Goiás - 1995/2010



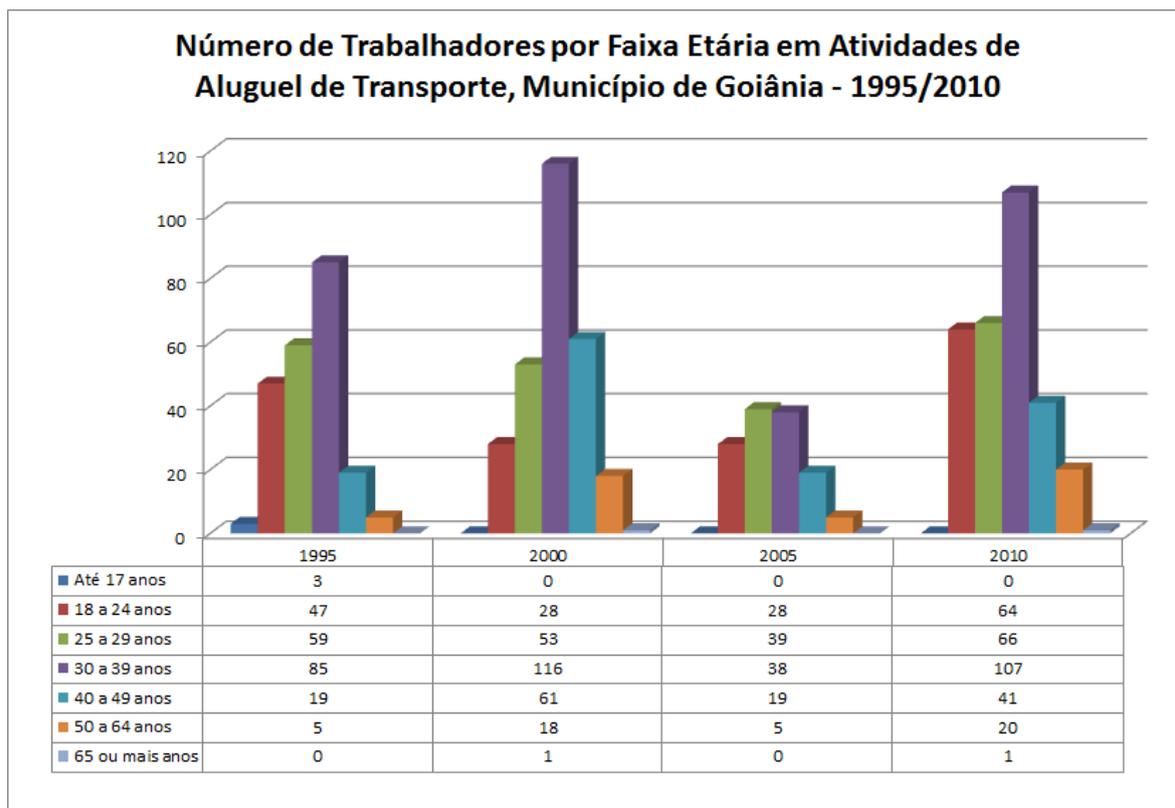
Atividades de Aluguel de Transporte – Município de Goiânia

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de aluguel de transporte no Município de Goiânia-GO, realizado a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, é de: homens (68,56%), com idades entre 30 e 39 anos (35,78%), com ensino médio (51,17%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (81,27%).

No Município de Goiânia-GO a participação mais significativa de mulheres, termos percentuais foi em 1995, quando estas representaram 33,02% do total de trabalhadores. Também em 2005 e 2010, tiveram participação significativa, representando 31% e 31,43%, respectivamente.



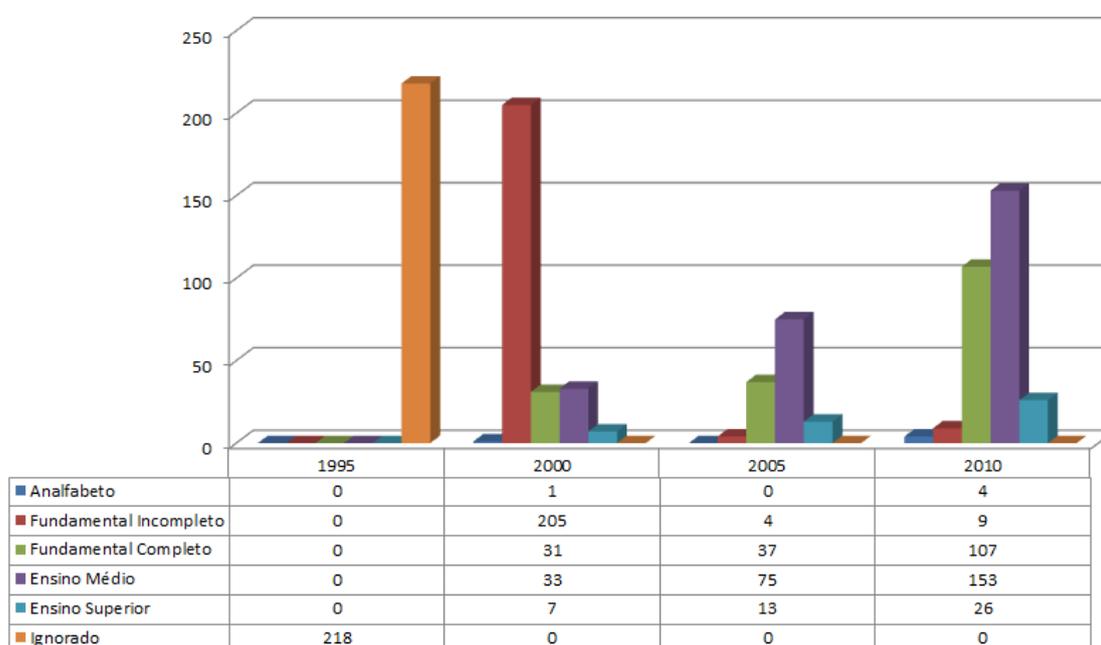
O gráfico a seguir demonstra que ao longo do período estudado a faixa etária mais representativa foi a de 30 a 39 anos. As demais faixas etárias variaram significativamente suas participações e, em 2010 por fim, aqueles com idades entre 18 e 24 e entre 25 e 29 anos representaram, respectivamente, 21,4 e 22,07%. Os trabalhadores com idades entre 40 e 49 representavam 13,71% naquele ano.



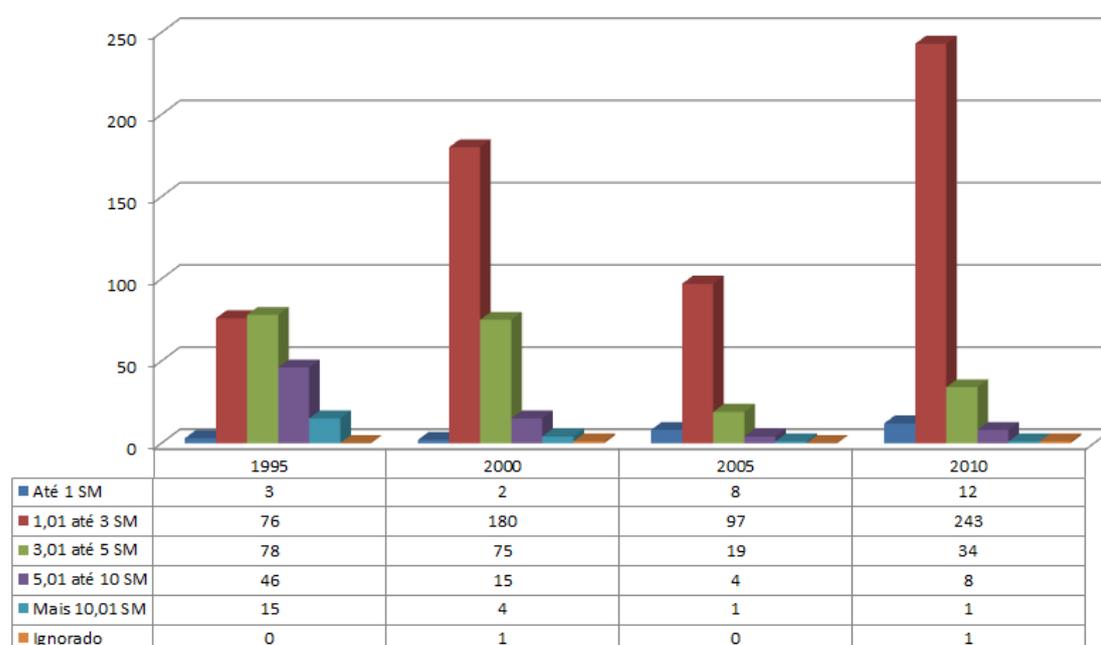
Nota-se que a oscilação das informações de escolaridade é ainda mais evidente no Município de Goiânia-GO, conforme demonstra o gráfico referente à escolaridade. A presença de trabalhadores com ensino fundamental, por exemplo, chega a 68,56% em 1995, entretanto cai para pouco mais de 3% em 2010, o equivalente a nove pessoas. Em tempo, vale ressaltar que o número de trabalhadores com ensino fundamental completo ainda é significativo, visto que em 2010, somaram 107 contratos, o equivalente a 35,78% do total naquele ano.

Por outro lado, a faixa salarial pouco variou nos anos estudados, a exceção do ano de 1995. Assim, fica evidente a predominância de salários entre 1,01 e três salários mínimos para os ocupados em atividades de aluguel de transporte no Município de Goiânia-GO, conforme os dados presentes no gráfico referente à faixa salarial.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Aluguel de Transporte, Município de Goiânia - 1995/2010



Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Aluguel de Transporte, Município de Goiânia - 1995/2010



APÊNDICE D - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Auxiliares do Transporte

Neste capítulo apresentam-se as principais características dos trabalhadores formais do setor de turismo e hospitalidade que atuam na atividade econômica de auxiliares do transporte.

Compunham a atividade, na Cnae 95, três Classes, sob os códigos 6321-5, 6322-3 e 6323-1. A partir da Cnae 2.0 passam a compor essa ACT oito Classes: Concessionárias de Rodovias, Pontes, Túneis e Similares (5221-4-0), Terminais Rodoviários e Ferroviários (5222-2), Estacionamento de Veículos (5223-1), Atividades Auxiliares dos Transportes Terrestres não Especificadas Anteriormente (5229-0), Gestão de Portos e Terminais (5231-1), Atividades de Agenciamento Marítimo (5232-0), Atividades Auxiliares dos Transportes Aquaviários não Especificadas Anteriormente (5239-7) e Atividades Auxiliares dos Transportes Aéreos (5240-1).

Quanto aos serviços compreendidos e não compreendidos por essas Classes, destaca-se que em Terminais Rodoviários e Ferroviários não são contemplados o serviço de armazenamento (grupo 52.1) e os serviços de carga e descarga (52.12-5), visto que, segundo a CONCLA, essa Classe compreende a gestão de terminais rodoviários e ferroviários.

A Classe Estacionamento de Veículos não compreende a lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores (45.20-0). E quanto às atividades não especificadas (Classe 5229-0), estas compreendem:

- a operação de centrais de chamada e reservas de táxi;
- os serviços de guarda volumes em terminais rodoviários;
- os serviços de traslado de passageiros dentro dos terminais ou entre terminais;
- os serviços de guincho e reboque de veículos inclusive a assistência a veículos em estradas;
- os serviços de liquefação de gás para fins de transporte em veículos dutos móveis;
- os serviços de gestão e controle de trânsito;
- outras atividades auxiliares dos transportes terrestres, não especificadas anteriormente.

A Classe Gestão de Portos e Terminais compreende atividades de administração e operação da estrutura portuária e não inclui a administração de marinas (9329.8).

Às Atividades de Agenciamento Marítimo, por sua vez, deve ser ressaltado que não compreendem:

- o apoio marítimo realizado nas plataformas, a navios de passageiros ou carga (5030-1);
- os serviços de comissária de despachos (52.50-8);
- as atividades de despachantes aduaneiros (52.50-8);
- a execução do transporte marítimo de carga - longo curso (50.12-2).

E as Atividades Auxiliares dos Transportes Aquaviários não Especificadas Anteriormente são compostas pelos:

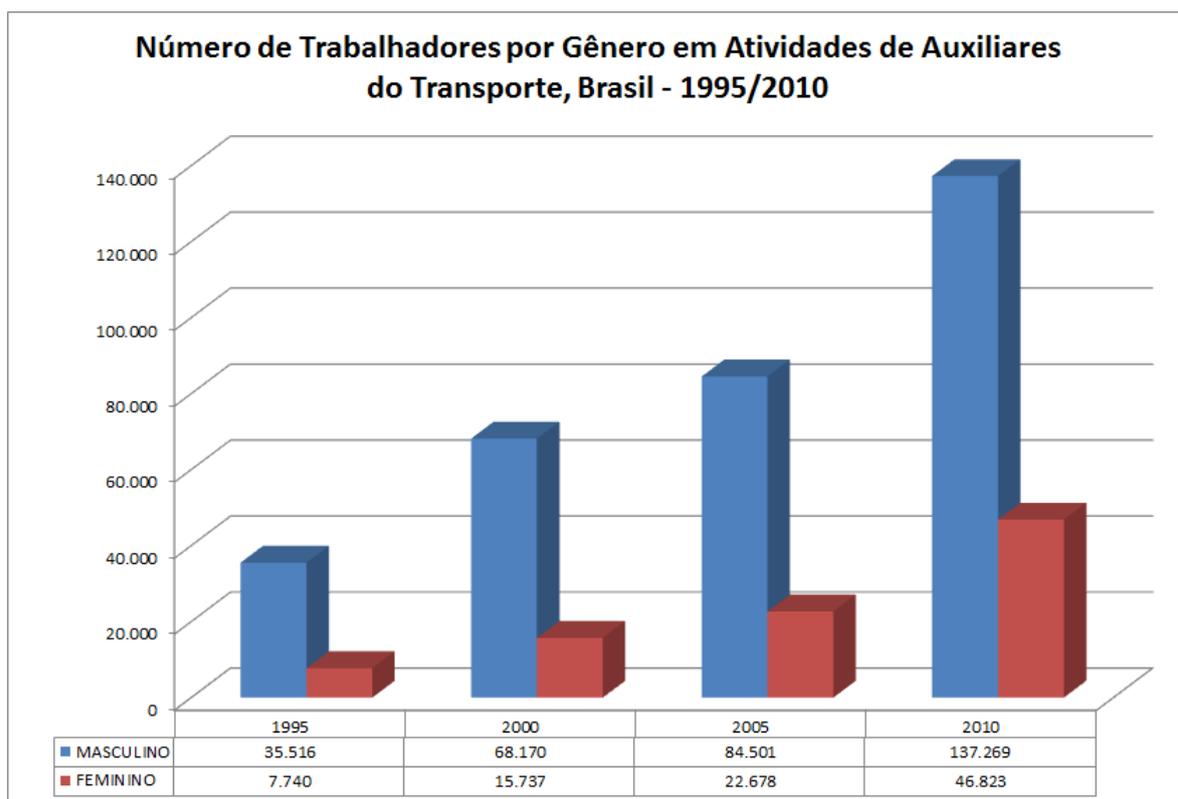
- serviços de traslado de passageiros no interior das instalações portuárias;
- serviços de praticagem;
- serviços de apoio a navios na área do porto;
- o centro de controle de navegação;
- os serviços de classificação de embarcações.

A ACT em questão registrou formalmente 43.256 vínculos de emprego, no ano de 1995. Esse número aumentou ao longo do período considerado nesse estudo e chegou a 184.092 em 2010, o que representa um aumento de mais de 300%.

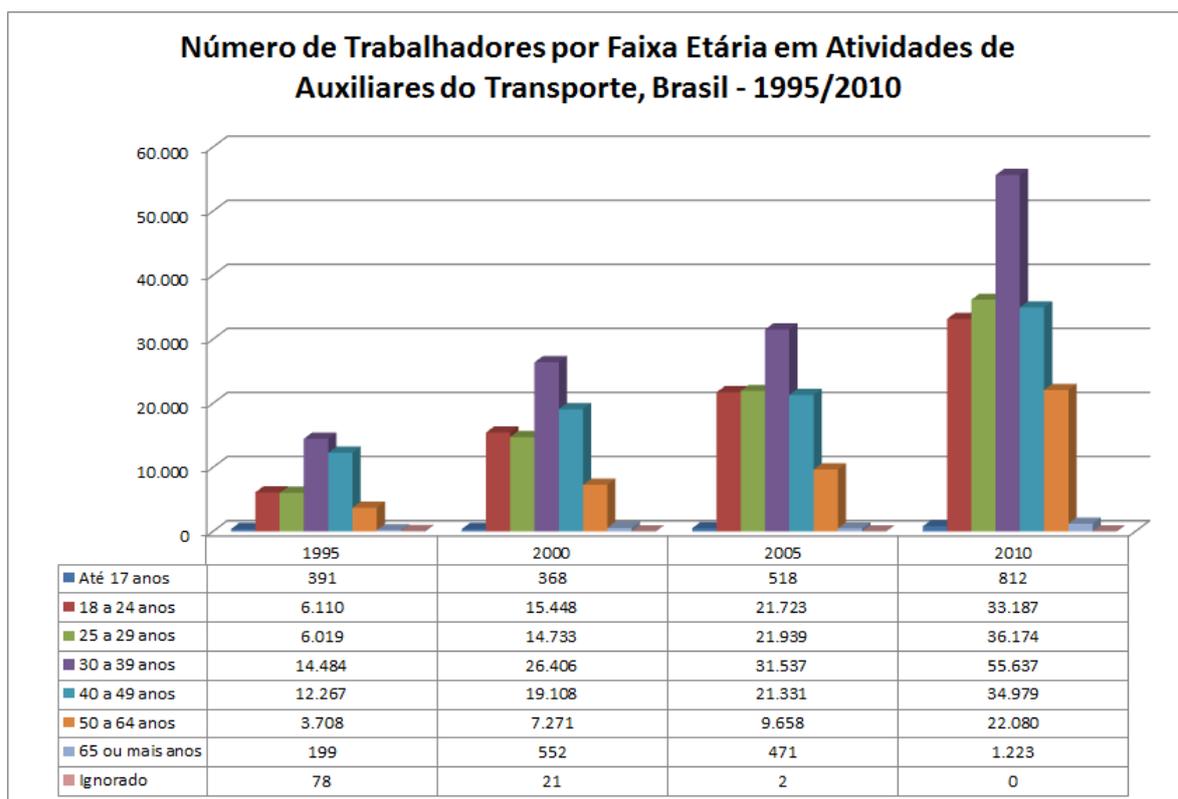
O perfil geral dos trabalhadores em atividades de auxiliares do transporte no Brasil que se pode levantar a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010 é: homens (74,56%), com idades entre 30 e 39 anos (30,22%), com ensino médio (60,68%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (68,90%). O detalhamento e apresentação de outras informações relevantes do perfil do trabalho formal em Atividades de Auxiliares do Transporte são objeto dos subtítulos que se seguem.

Atividades de Auxiliares do Transporte – Brasil

Conforme demonstra o gráfico a seguir, e também conforme demonstrado para as outras atividades relacionadas ao transporte, a predominância é de trabalhadores do sexo masculino que, em 2010, por exemplo, chega 74,56%.

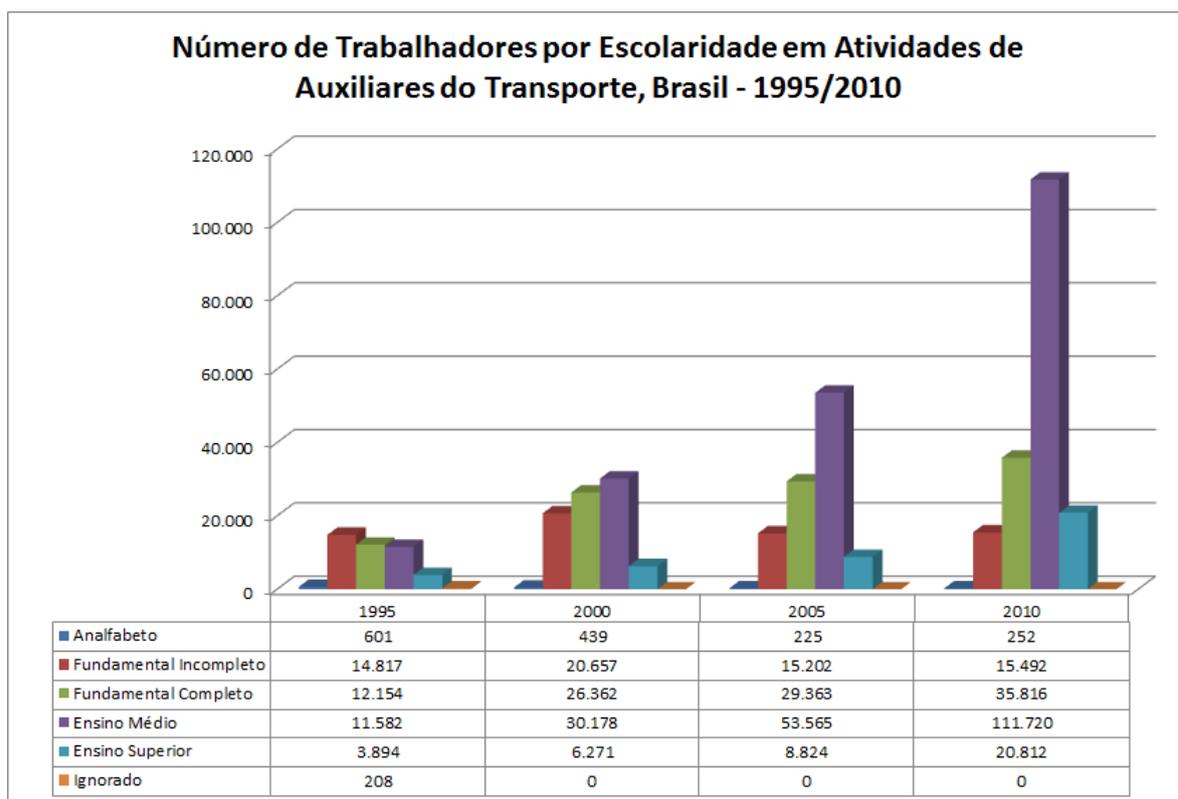


Além da predominância de trabalhadores com idades entre 30 e 39 anos já apontada, ressalta-se a presença significativa de pessoas com idades entre 18 e 29 e entre 40 e 49 anos de idade. Assim, fica demonstrada a predominância de trabalhadores jovens em atividades relacionadas ao transporte, visto que essa característica também ficou latente nas demais ACTs analisadas.

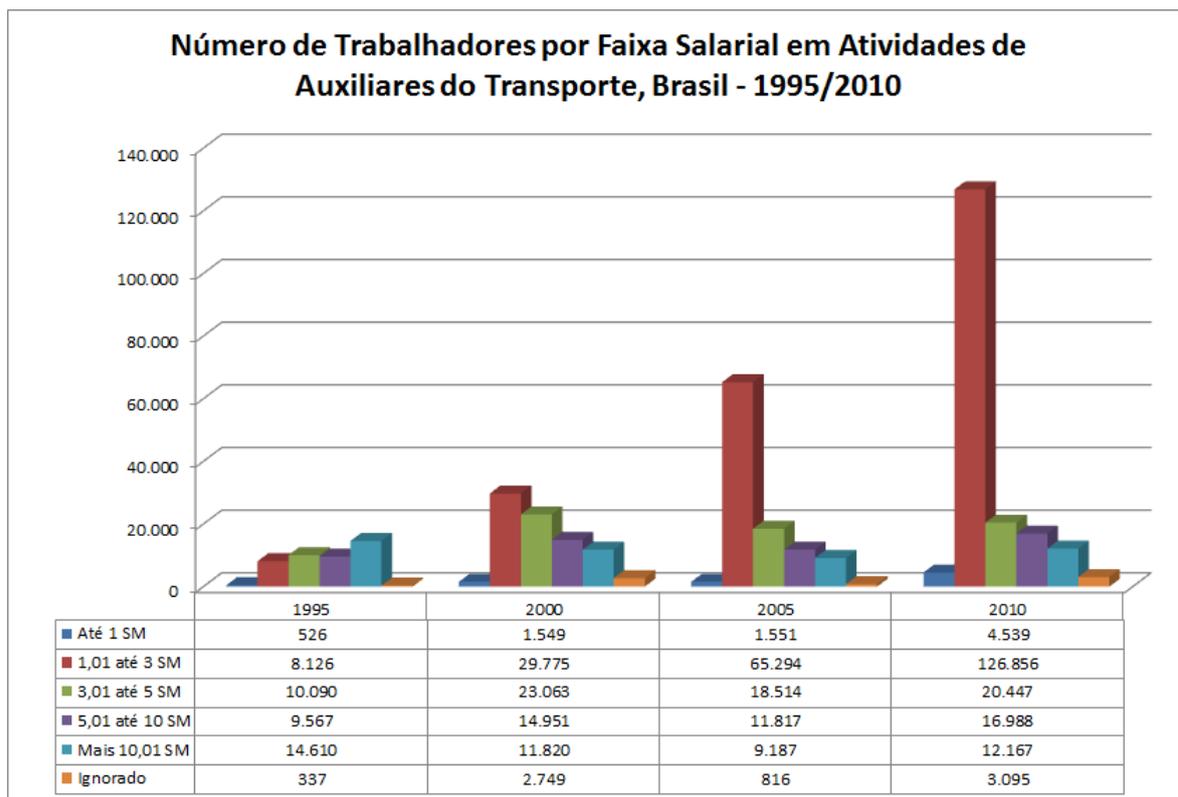


Quanto aos dados de escolaridade, nota-se, de um lado, que ao longo do período estudado a ACT manteve formalmente empregada uma quantidade significativa de trabalhadores com nível escolar inferior ao ensino médio e, de outro, que houve um aumento de escolaridade. Ou seja, ainda que tenha havido aumento na escolaridade – visto que em 2010, por exemplo, 72% dos trabalhadores possuíam a partir do ensino médio – ainda se pode considerar o número de trabalhadores com escolaridades abaixo de ensino médio alto.

No ano de 2005, o total de trabalhadores com ensino fundamental completo representou quase 30% do total de empregados naquele ano. A somatória de todos os trabalhadores com escolaridade abaixo de ensino médio chega 44.790 pessoas, representando 41,78% do total em 2005, e no ano de 2010, por sua vez, esse total chega a 51.560 e representou 28%.



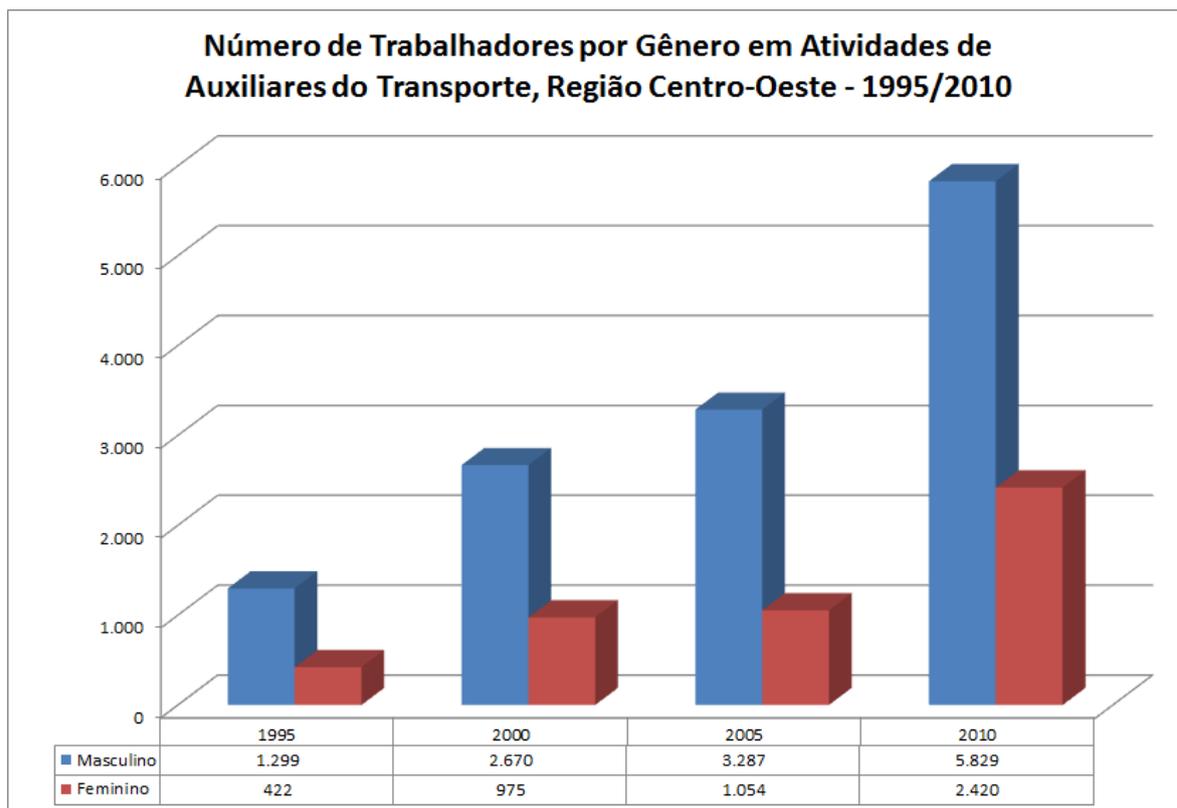
Assim como em outras atividades relacionadas ao transporte e nas ACTs em geral, os dados do MTE/Rais apontam a predominância de salários entre 1,01 e três salários mínimos para os trabalhadores em atividades de auxiliares do transporte. Entretanto, vale ressaltar que em 2010 26,94% dos trabalhadores recebiam acima de três salários mínimos. No ano 2000, porém, essa participação chegava a aproximadamente 60%, sendo que destes, 14,08% recebiam acima de dez salários mínimos.



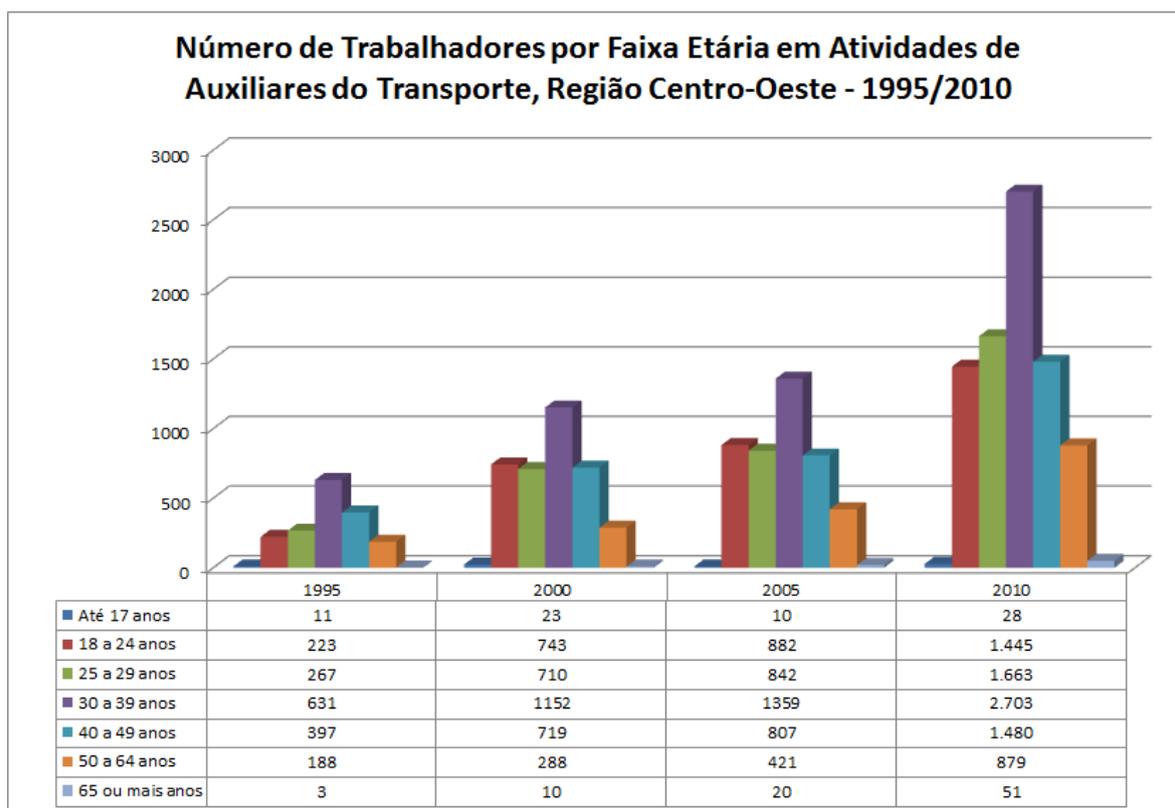
Atividades de Auxiliares do Transporte – Região Centro-Oeste

Na Região Centro-Oeste o perfil geral dos trabalhadores em atividades de auxiliares do transporte, a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, pode ser resumido da seguinte forma: homens (70,66%), com idades entre 30 e 39 anos (32,76%), com ensino médio (54,79%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (64,62%).

Entre os anos de 1995 e 2010 o número de trabalhadores cresceu mais de 350%, quando saiu de 1.721 para 8.249. Com relação ao gênero, do total de 8.249 trabalhadores no ano de 2010, 5.829 eram homens, representando, portanto, 70,66%, conforme já apontado.



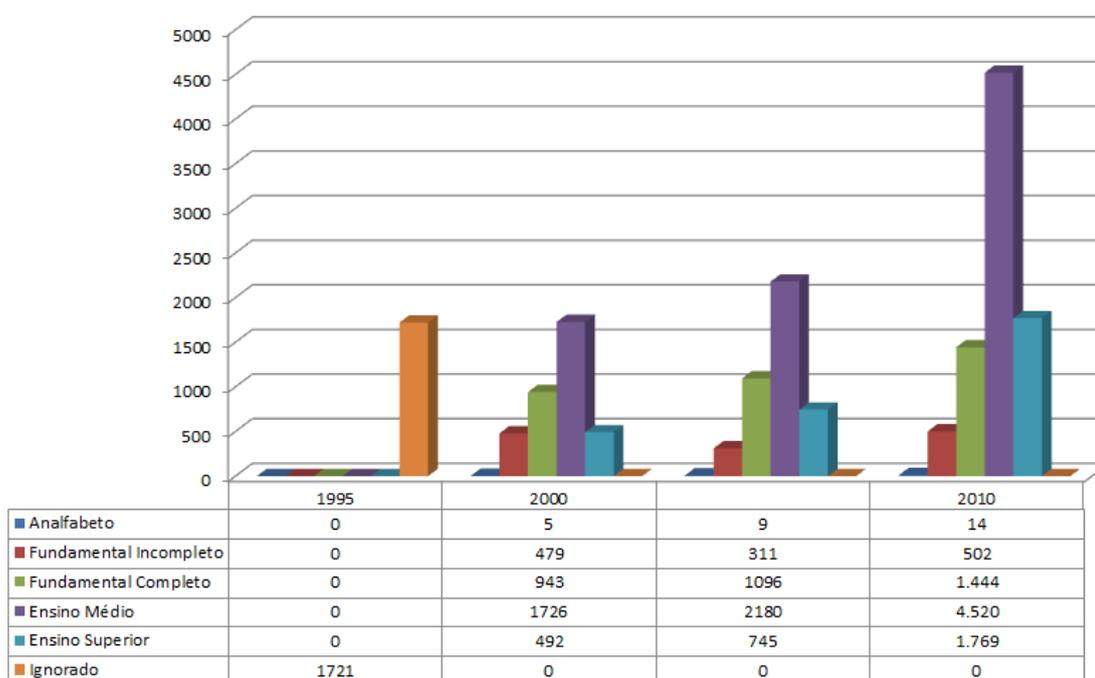
Para a Região Centro-Oeste também se ressalta a presença significativa de pessoas com idades entre 18 e 29 e entre 40 e 49 anos de idade, assim como para o Brasil.



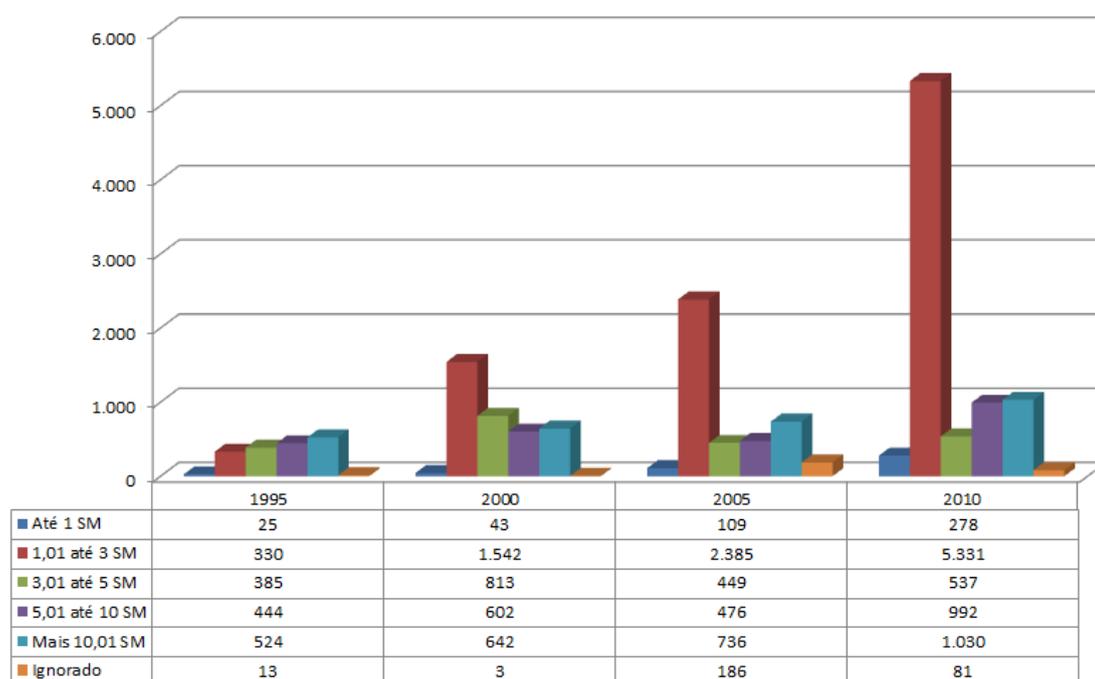
Em termos percentuais, a Região Centro-Oeste possui mais trabalhadores com ensino superior do que o que ocorre nacionalmente. No Brasil, em 2010, essa participação chegou a 11,30% do total, já na Região Centro-Oeste foi identificado que 21,44% dos trabalhadores tinham ensino superior.

Quanto a faixa salarial, esta não apresenta mudança significativa em relação aos dados nacionais. Em 2010, 64,62% se encontravam na faixa de salário entre 1,01 e três salários mínimos.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Auxiliares do Transporte, Região Centro-Oeste - 1995/2010

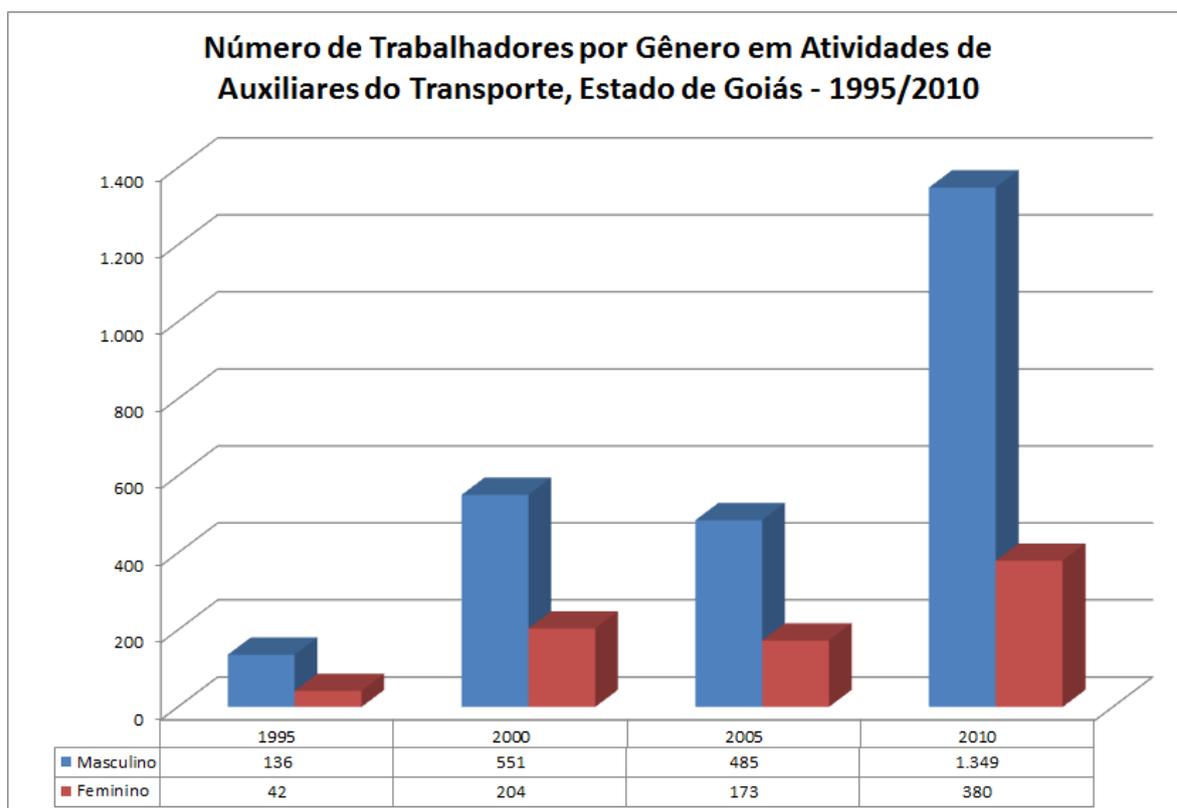


Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Auxiliares do Transporte, Região Centro-Oeste - 1995/2010

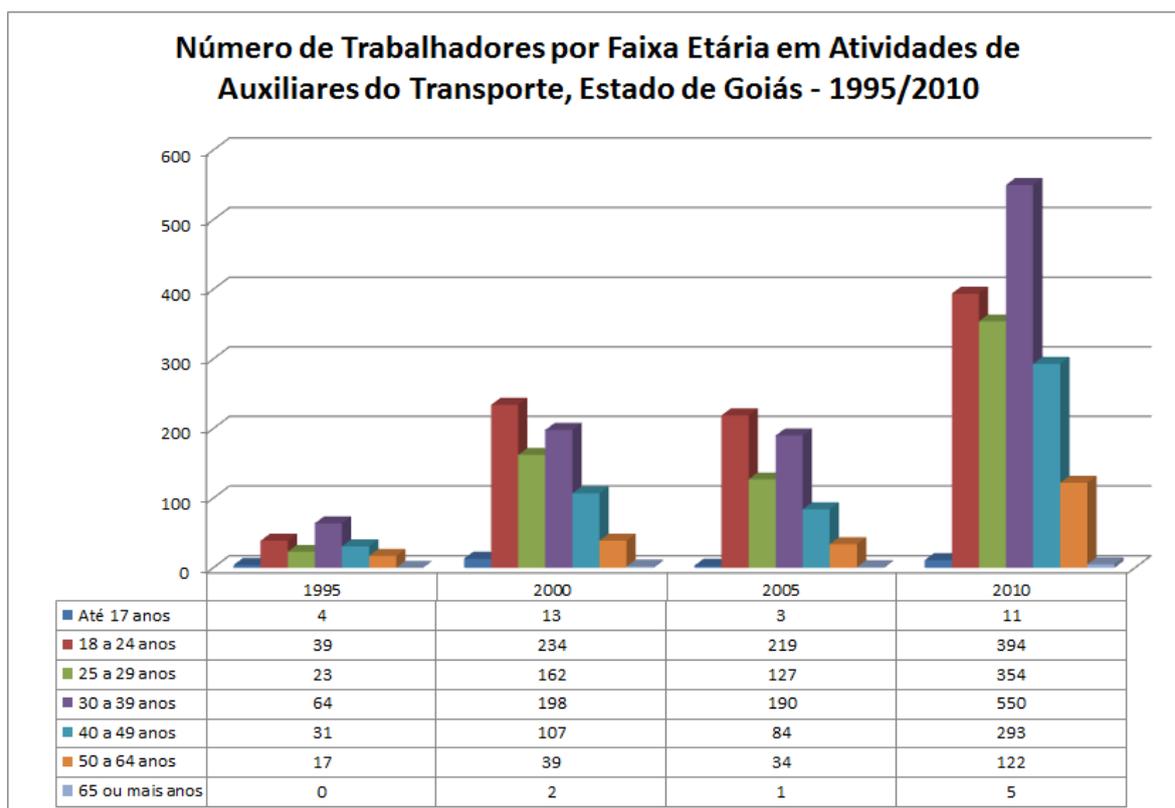


Atividades de Auxiliares do Transporte – Estado de Goiás

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de auxiliares do transporte no Estado de Goiás, a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, é de: homens (78,02%), com idades entre 30 e 39 anos (31,81%), com ensino médio (57,89%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (78,13%).



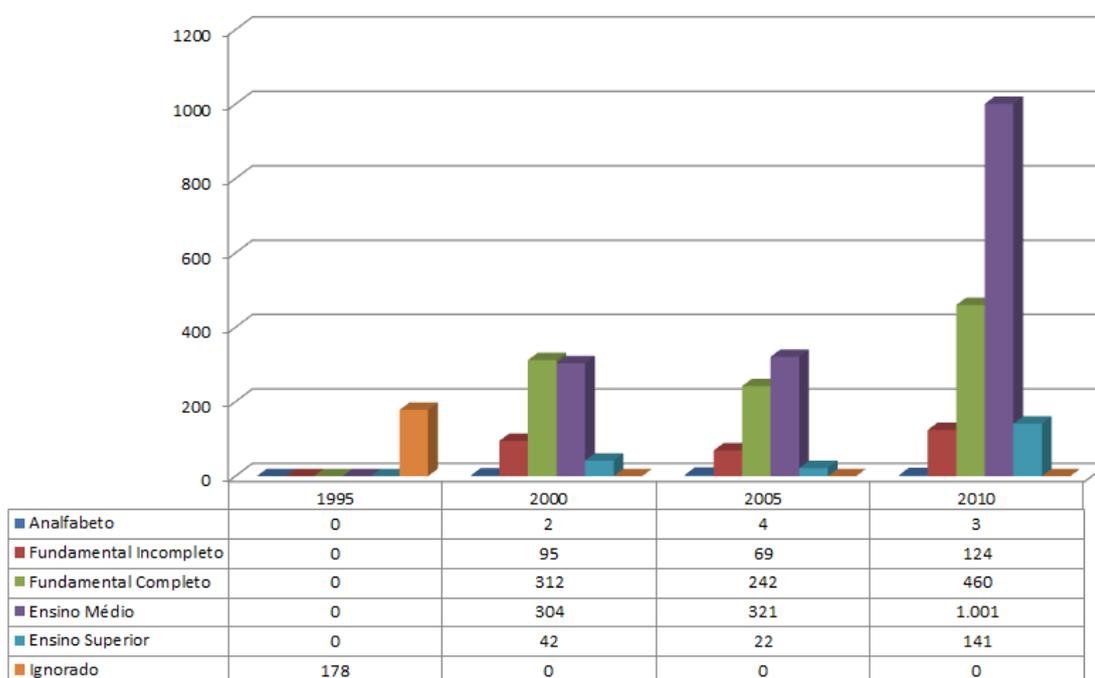
Para o Estado de Goiás também se ressalta a presença significativa de pessoas com idades entre 18 e 29 e entre 40 e 49 anos de idade, assim como para o Brasil e Região Centro-Oeste. No ano de 2010, por exemplo, a soma de trabalhadores entre 18 e 29 representou 43,26% e aqueles entre 40 e 49 anos representaram 16,94%.



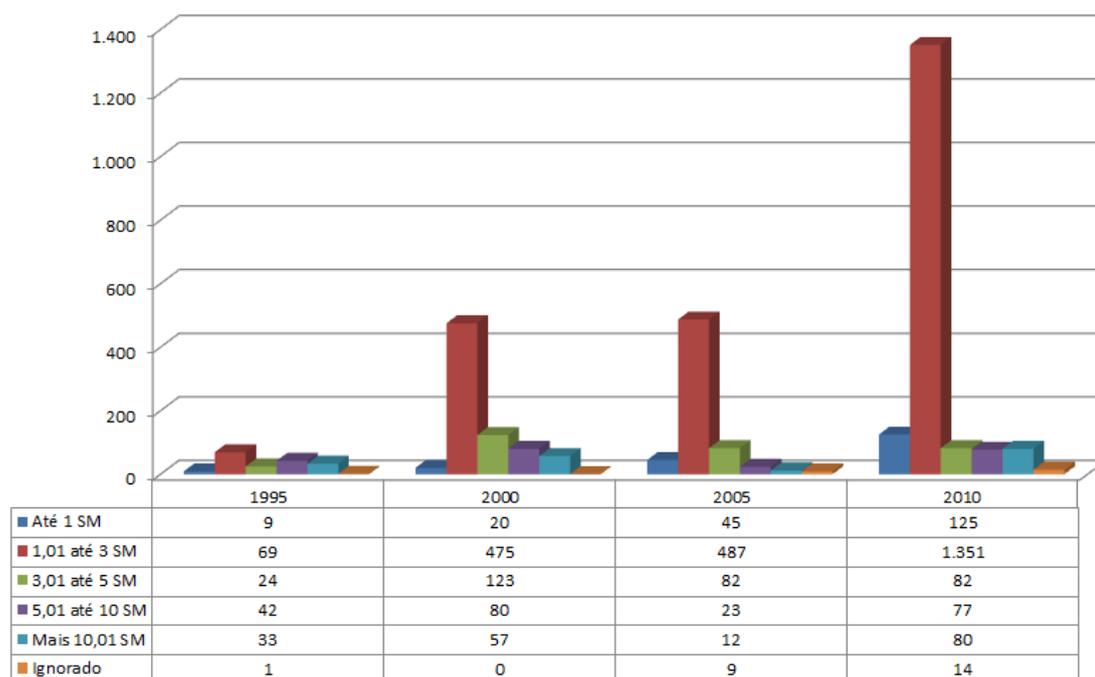
Quanto a escolaridade dos trabalhadores da ACT em estudo no Estado de Goiás, além da predominância de pessoas com ensino médio já apontada no perfil geral, os dados do gráfico a seguir demonstram que, assim como ocorre nacionalmente e na Região Centro-Oeste, ainda se tem uma permanência significativa de trabalhadores com ensino fundamental completo e incompleto, a participação de pessoas com essas escolaridades foi de, respectivamente, 26,60% e 7,17% no ano de 2010.

Quanto a faixa salarial, esta não apresenta mudança significativa em relação aos dados nacionais e da Região Centro-Oeste.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Auxiliares do Transporte, Estado de Goiás - 1995/2010



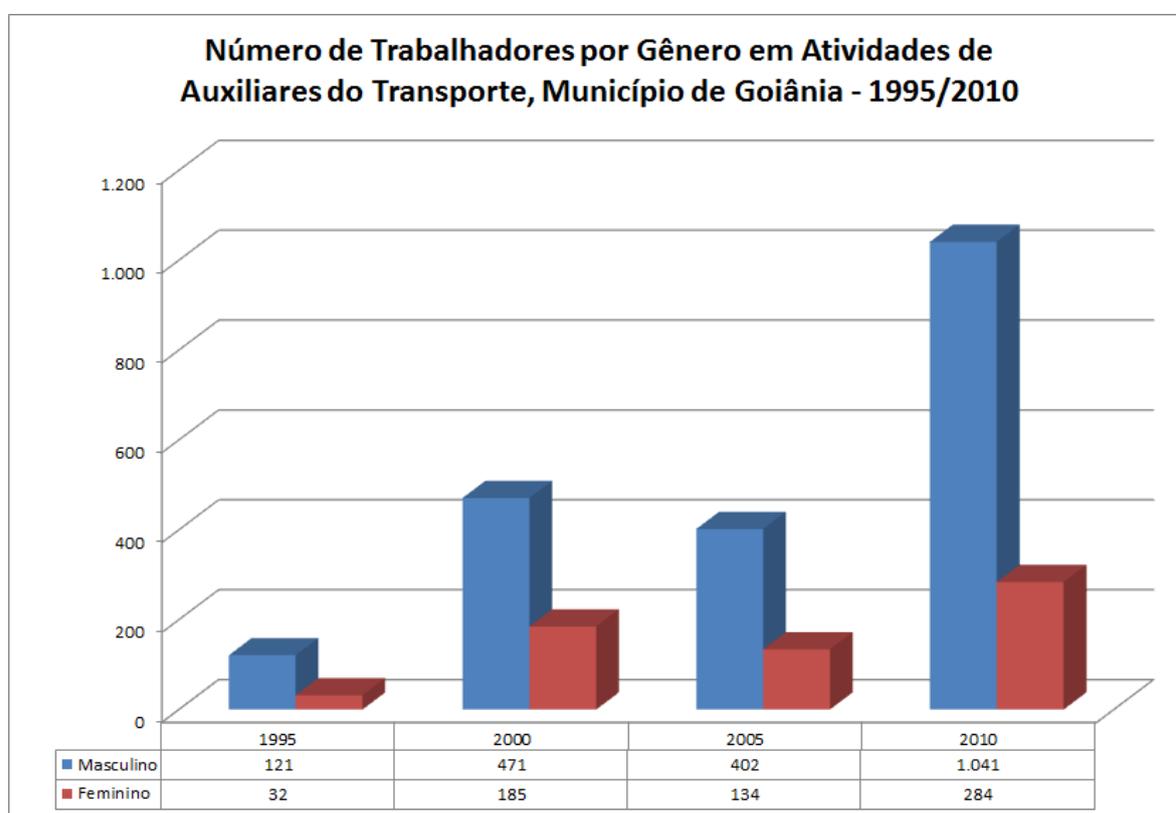
Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Auxiliares do Transporte, Estado de Goiás - 1995/2010



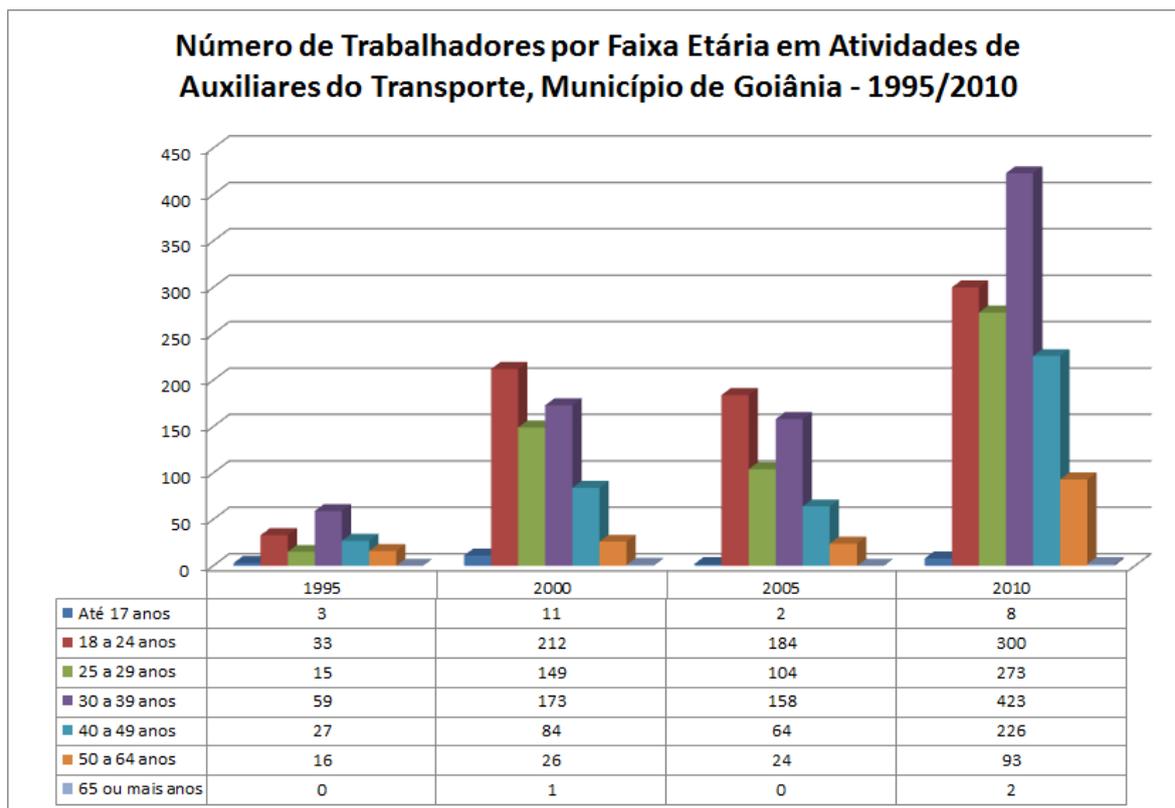
Atividades de Auxiliares do Transporte – Município de Goiânia

O perfil geral dos trabalhadores em atividades de aluguel de transporte no Município de Goiânia-GO, realizado a partir dos dados do MTE/Rais referentes ao ano de 2010, é de: homens (78,56%), com idades entre 30 e 39 anos (31,92%), com ensino médio (61,50%) e recebendo entre 1,01 e três salários mínimos (76,90%).

No Município de Goiânia-GO a participação mais significativa de mulheres, termos percentuais foi no ano 2000, quando estas representaram 28,20% do total de trabalhadores. Também em 2005 e 2010, tiveram participação significativa, representando 25% e 21,43%, respectivamente.



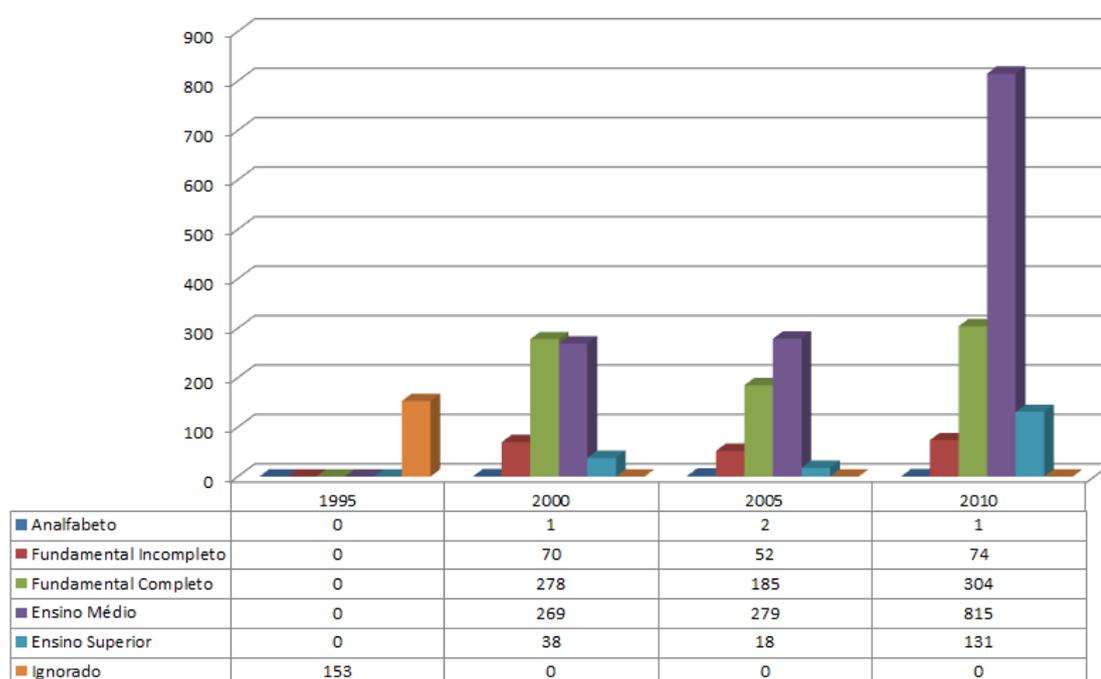
O gráfico a seguir demonstra que ao longo do período estudado a faixa etária mais representativa foi a de 30 a 39 anos. As demais faixas etárias variaram significativamente suas participações e, em 2010 por fim, aqueles com idades entre 18 e 24 e entre 25 e 29 anos representaram, respectivamente, 22,64 e 20,60%. Os trabalhadores com idades entre 40 e 49 representavam 17,05% naquele ano.



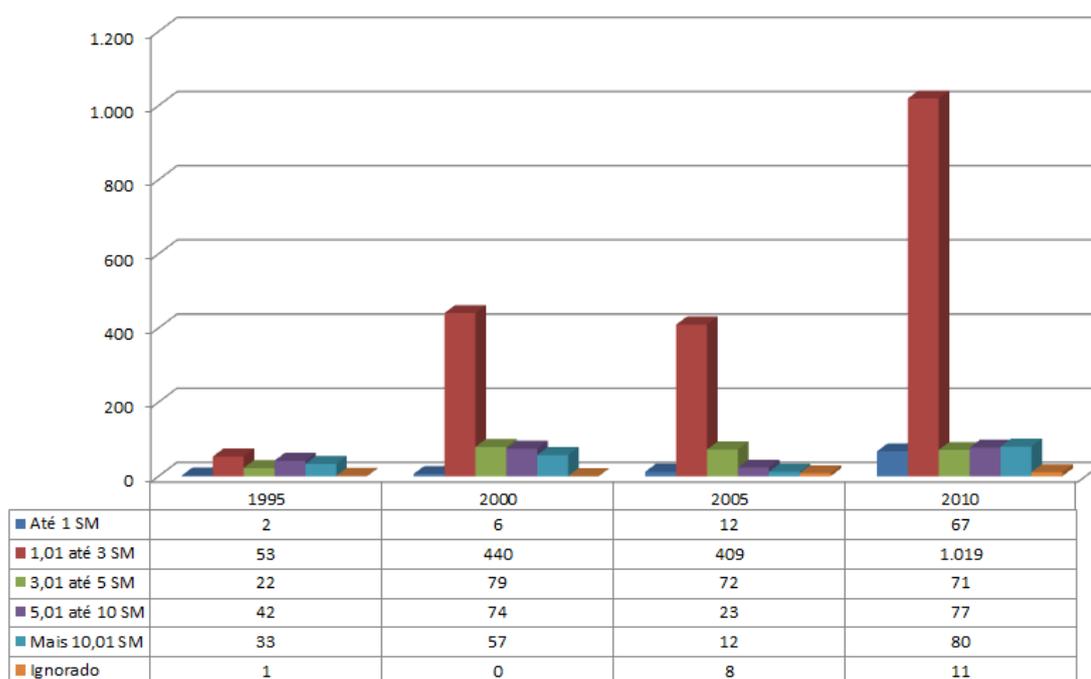
O gráfico referente à escolaridade do Município de Goiânia é muito semelhante ao referente ao Estado de Goiás. Assim, temos que no ano 2000 a participação de pessoas com ensino fundamental completo e com ensino médio era próxima, mas ao longo da série estas com ensino médio representam a maioria. A presença de pessoas com ensino superior também é baixa no Município, assim como no Estado, estas não chegam a 10% do total de trabalhadores.

Igualmente, as informações de faixa salarial no município não diferem das apresentadas para os demais âmbitos considerados, conforme expõe o gráfico referente à faixa salarial.

Número de Trabalhadores por Escolaridade em Atividades de Auxiliares do Transporte, Município de Goiânia - 1995/2010



Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Auxiliares do Transporte, Município de Goiânia - 1995/2010

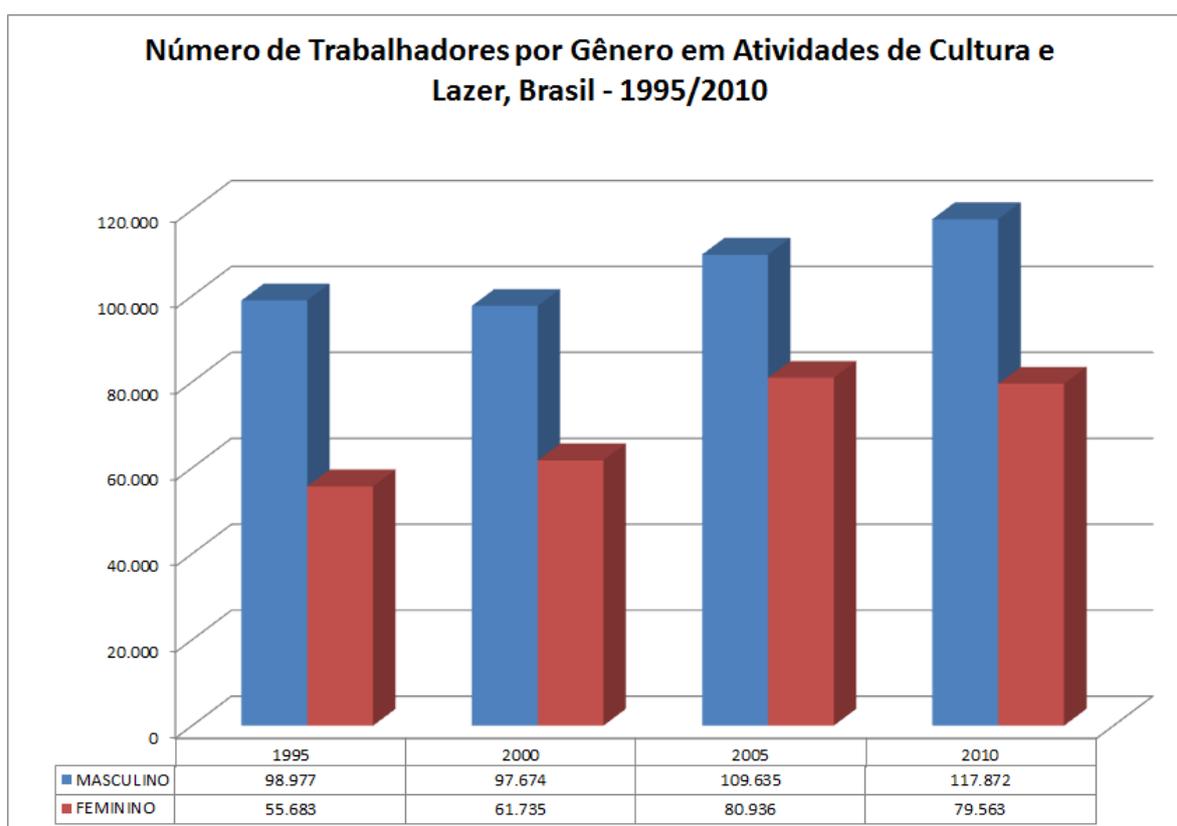


APÊNDICE E - Perfil do Trabalho Formal nas Atividades de Cultura e Lazer

No Brasil, o segmento de cultura e lazer no ano de 2010, somou 197.435 postos de trabalho, este segmento abrange Cinemas, Teatros, Boates, Casas de Show, Salões de Jogos, Parques Temáticos, Circos, serviços de locação de veículos para diversão, bandas, músicos, blocos folclóricos e carnavalescos, luz e som para festas, produção de filmes e espetáculos, e empregam atores, cantores etc.

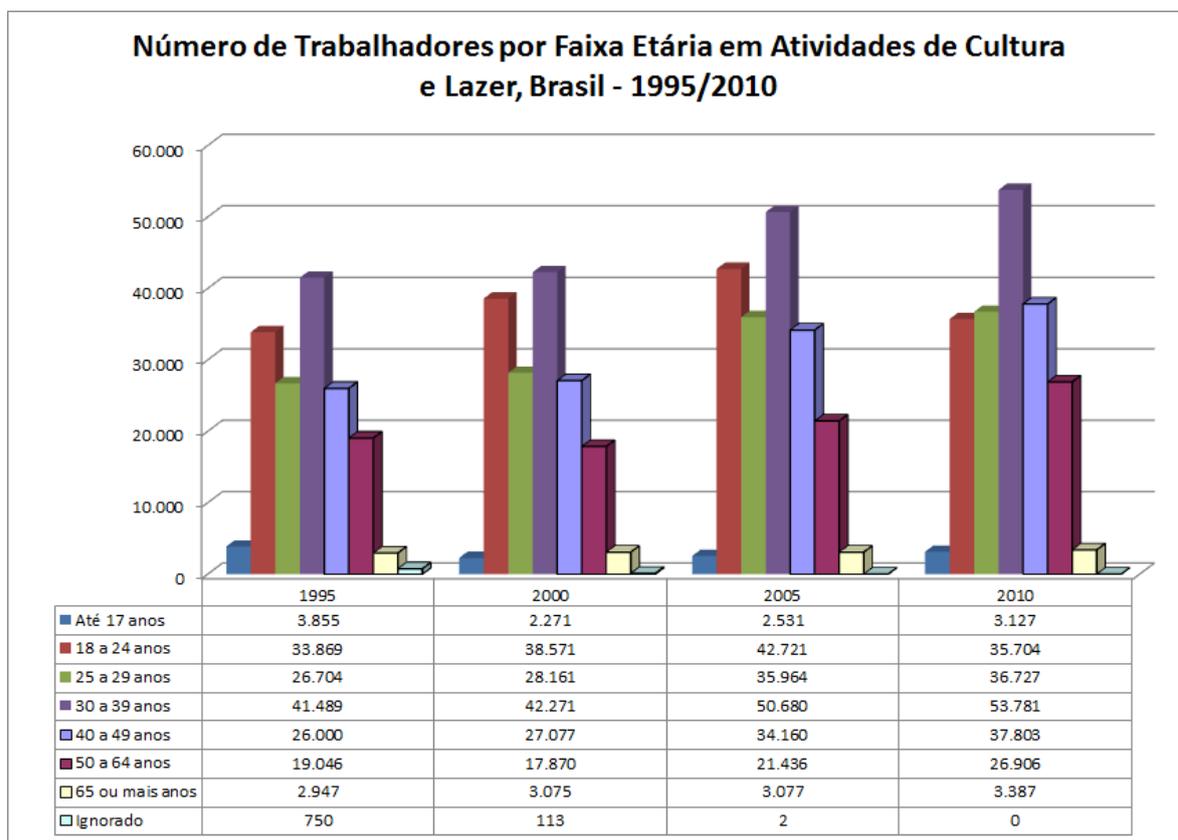
Atividades de Cultura e Lazer – Brasil

Com relação ao gênero, em todos os anos pesquisados há uma predominância do gênero masculino. Em 2010, 59,70% dos trabalhadores eram do sexo masculino e 40,29% eram do sexo feminino.

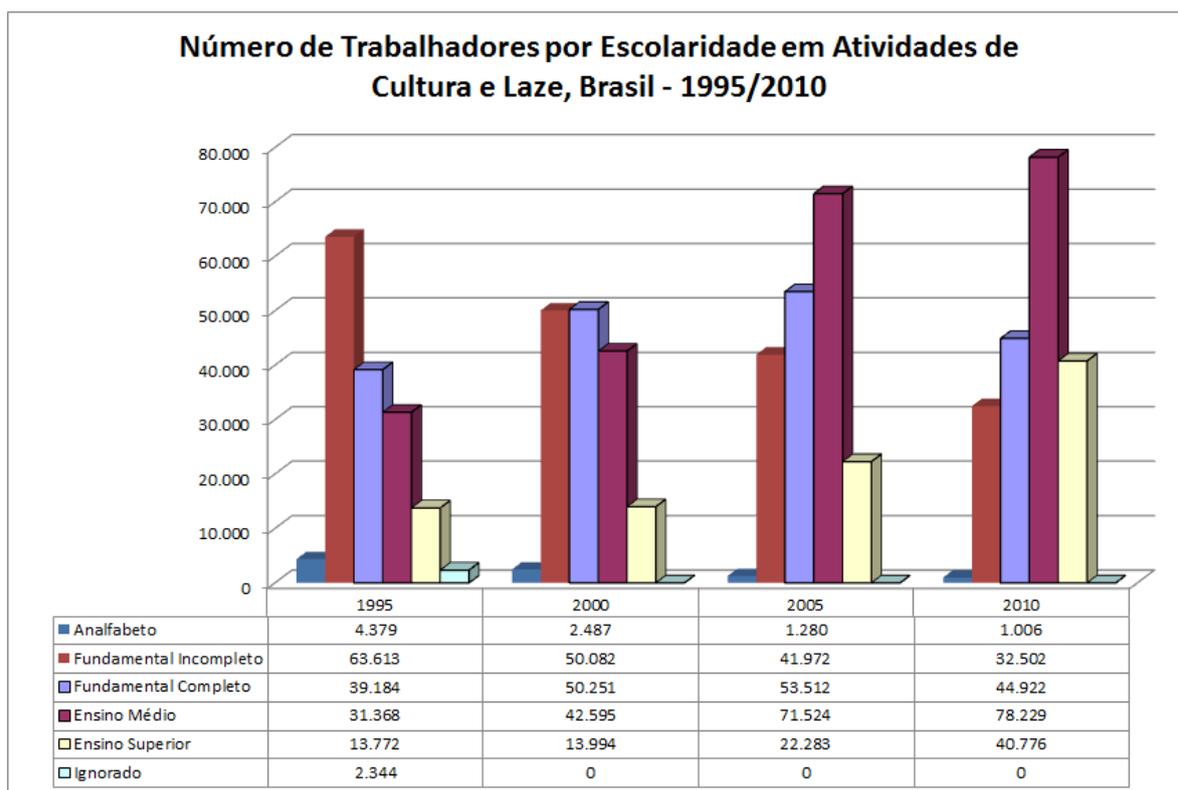


A maioria dos trabalhadores do segmento de Cultura e Lazer tem mais de 25 anos. A parcela mais expressiva da população ocupada está situada na faixa entre 30 e 39 anos em

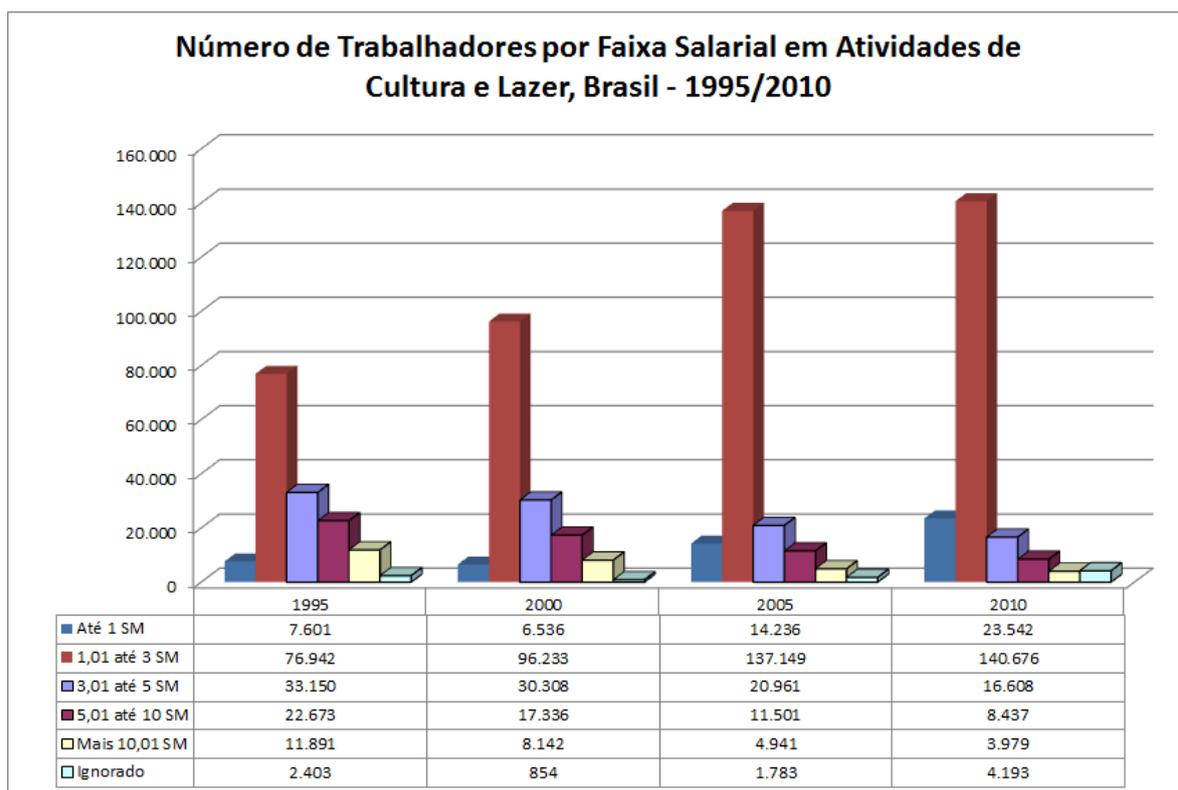
todos os anos pesquisados. Em 2010, essa faixa etária ocupava 27,23% do total. Ainda em 2010 verificam proporções significativas de ocupados nas faixas de idade de 40 a 49 (19,14%), 25 a 29 anos (18,60%) e 18 a 24 anos (18,08%). No gráfico a seguir pode-se observar um declínio de 16,42% na faixa etária de 18 a 24 anos do ano de 2005 para 2010.



Quanto ao grau de instrução dos trabalhadores do segmento de Cultura e Lazer, houve elevação no nível de escolaridade em geral de 1995 para 2010. Em 1995, o destaque na formação dos trabalhadores foi para o Ensino Fundamental Incompleto e, em 2010, foi para a faixa dos que possuem o Ensino Médio e o Ensino Fundamental Completo, sendo que em 2010 39,52% possuíam o Ensino Médio, 22,75% tinham com o Ensino Fundamental Completo, 20,65% com o Ensino Superior, e 16,46% dos trabalhadores formais possuíam o Ensino Fundamental Incompleto. No gráfico de Cultura e Lazer pode se observar que de 1995 para 2010, que houve um declínio de 19,12% no Ensino Fundamental Completo, e 22,56% do Ensino Fundamental Incompleto, e um aumento de 82,99% do e Ensino Superior.

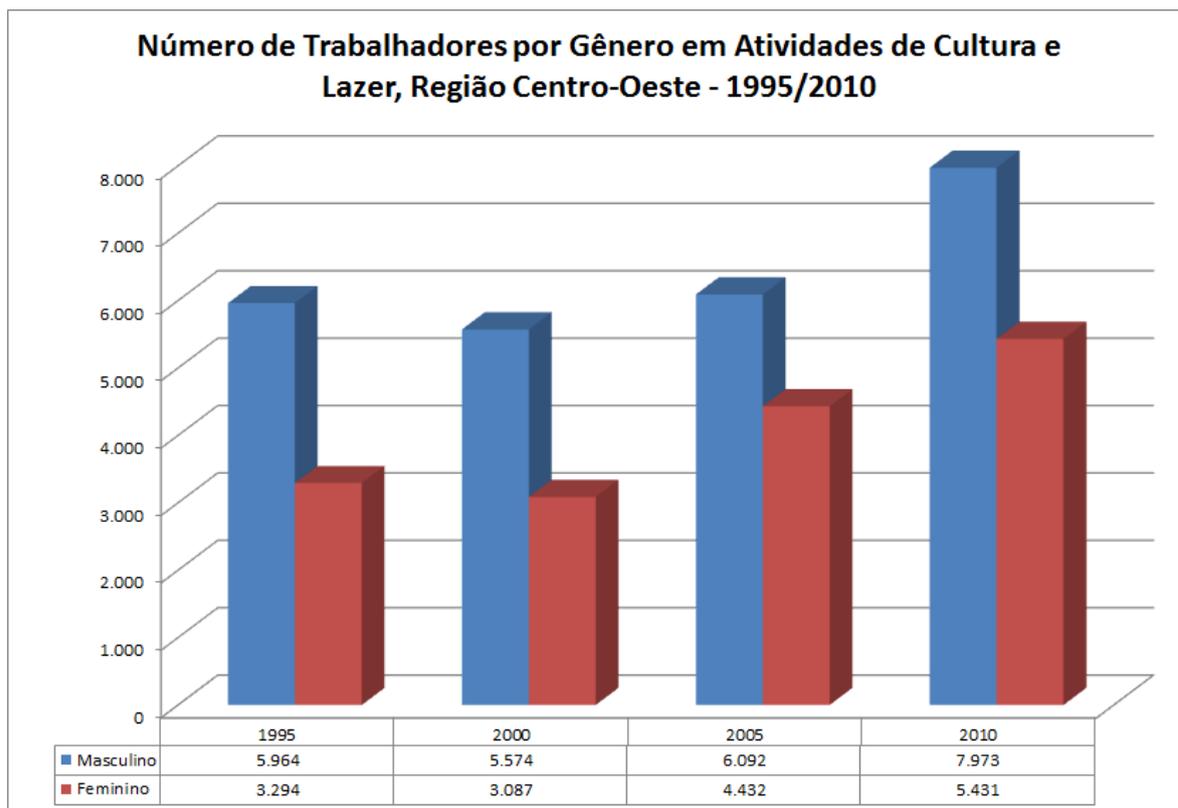


Com relação à remuneração, existe uma grande concentração de trabalhadores ganhando de 1,01 até três salários mínimos. Em 2010 eles representaram 71,25% do total de trabalhadores do setor.



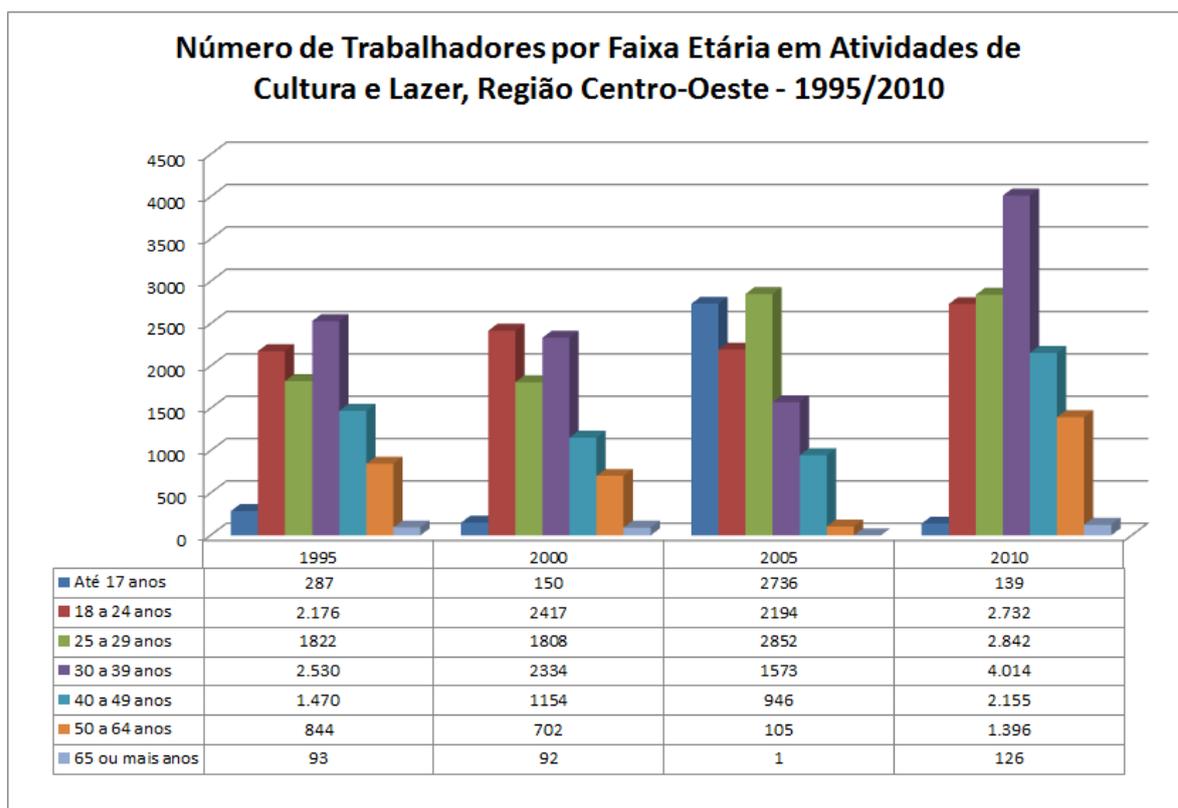
Atividades de Cultura e Lazer – Região Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste no ano de 2010 foram identificados 13.404 empregos. Com relação ao gênero, revela-se que 59,48% eram homens e 40,51% mulheres.

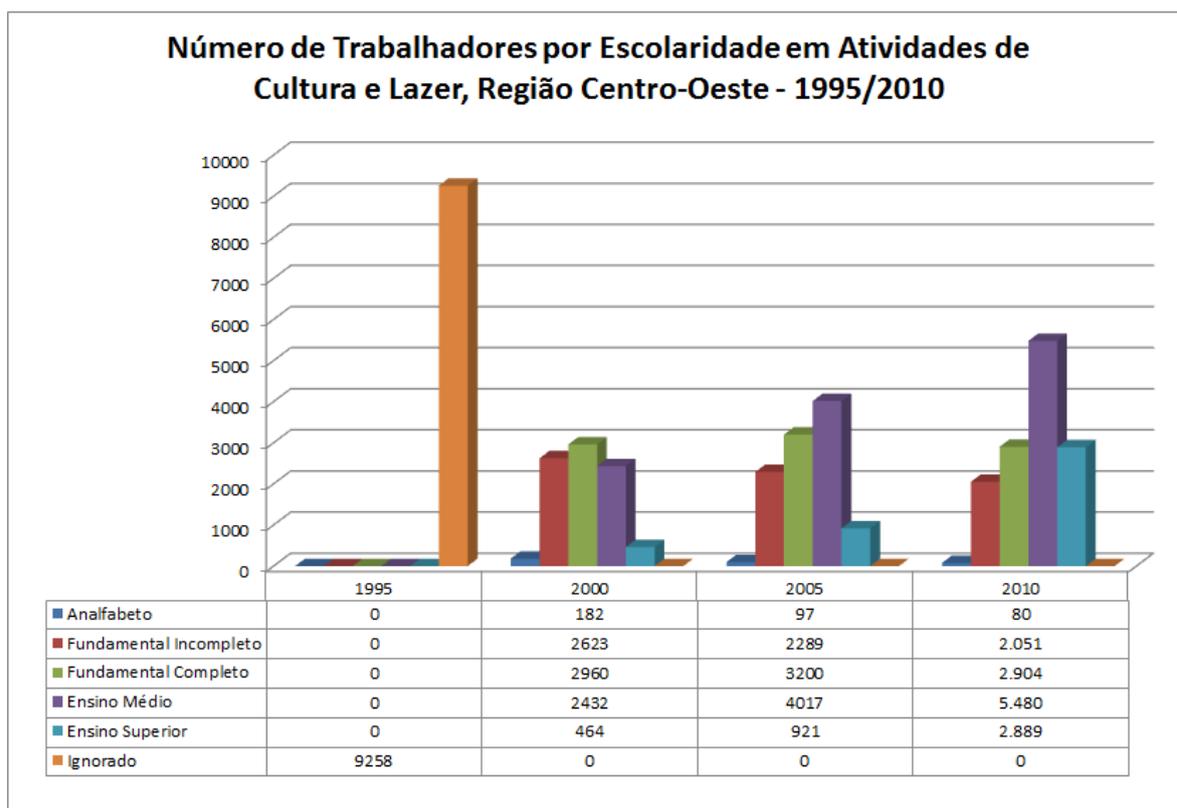


Pode-se observar no gráfico a seguir que, do ano de 2005 para 2010, as faixas etárias de 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, 50 a 64 anos, e mais de 65 anos, cresceram mais de 100%; enquanto a faixa etária de até 17 anos no mesmo período, sofreu um declínio de mais de 100%.

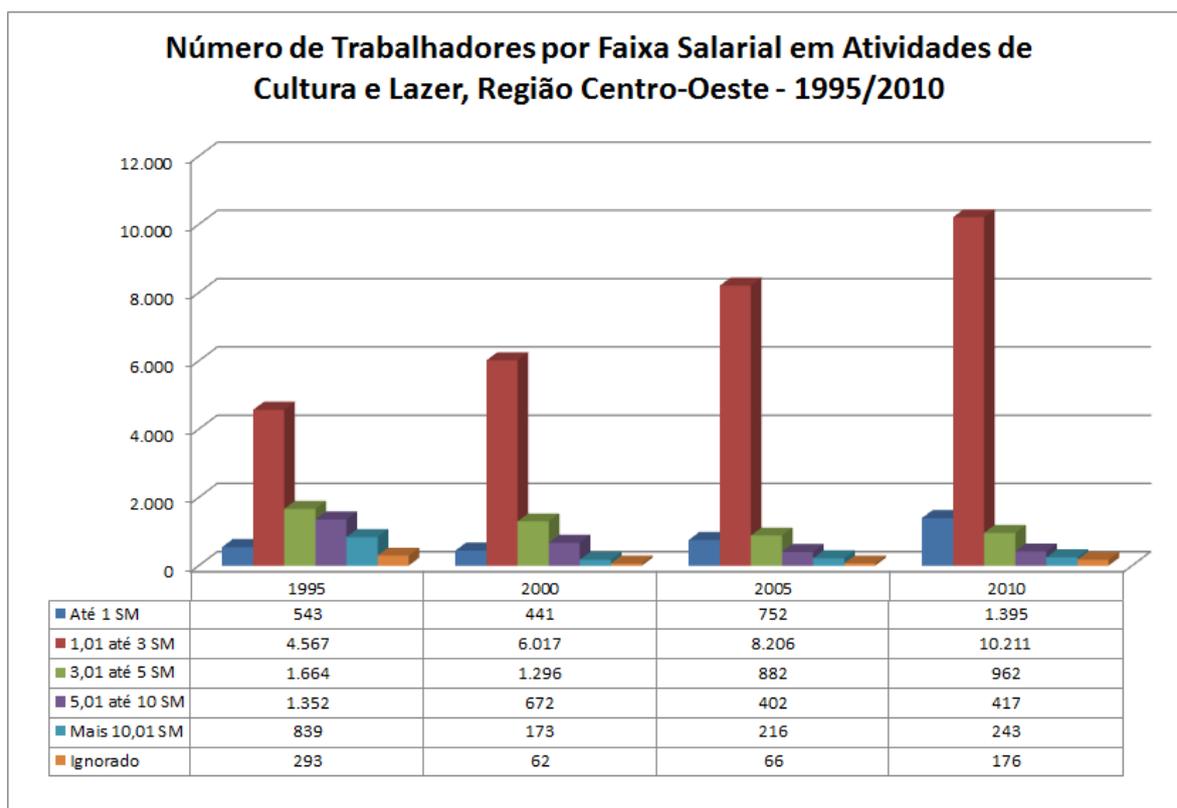
Ainda com relação a faixa etária, no ano de 2010, é possível verificar proporções significativas de ocupados nas faixas de idade de 30 a 39 (29,94%), 25 a 29 anos (21,20%), 18 a 24 anos (20,38%) 40 a 49 (16,07%), e 50 a 64 anos (10,41%) .



Referente à escolaridade, observa-se que houve uma evolução. No ano de 2005, por exemplo, os maiores percentuais encontravam-se no Ensino Médio e no fundamental Completo, seguido do Ensino Fundamental Incompleto. Ao se comparar com os dados de 2010, verifica-se que o percentual maior permanece no Ensino Médio (40,88%), e no Fundamental completo (21,66%), porém no terceiro lugar aparece o Ensino Superior (21,55%), Ensino Fundamental Incompleto (15,30%) no ano de 2010 aparece em quarto lugar.

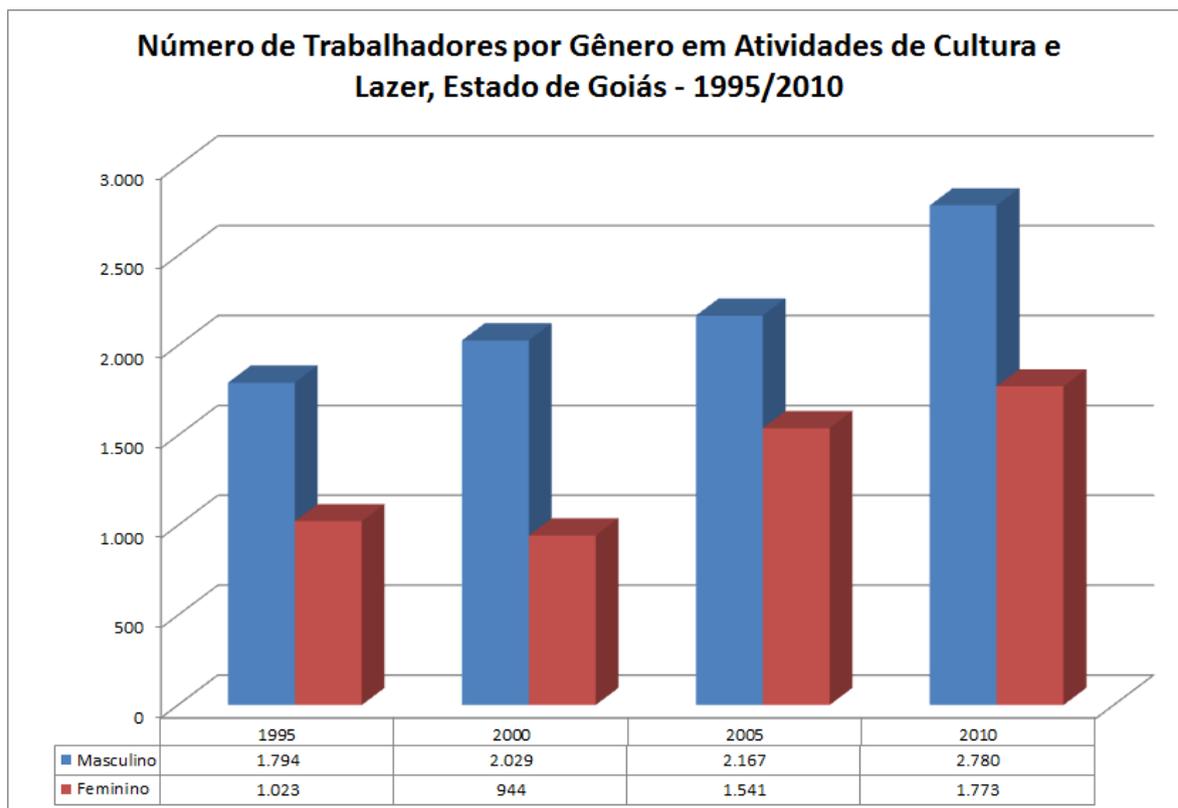


Em todos os anos pesquisados, a maioria dos trabalhadores da Região Centro-Oeste ganhava de 1,01 até três salários mínimos. Em 2010, 76,17% dos trabalhadores formalizados no grupo de Cultura e Lazer recebiam de 1,01 até três salários mínimos.

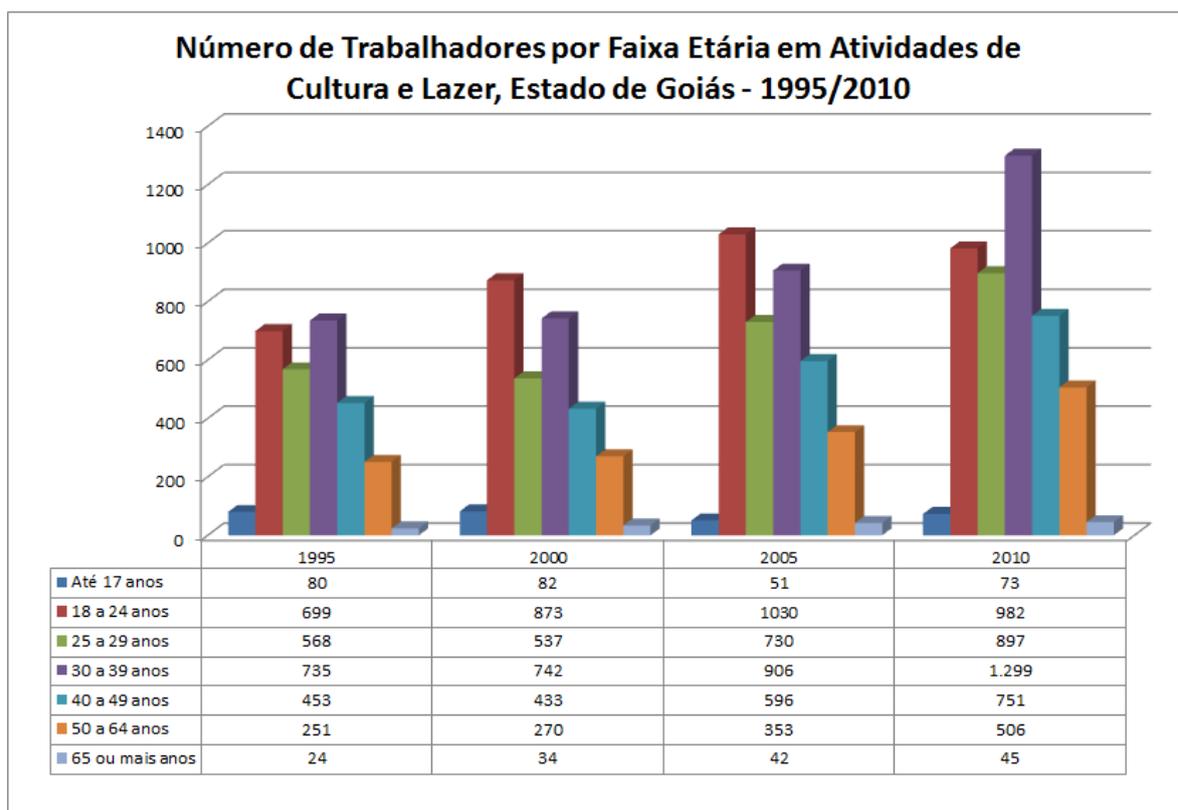


Atividades de Cultura e Lazer – Estado de Goiás

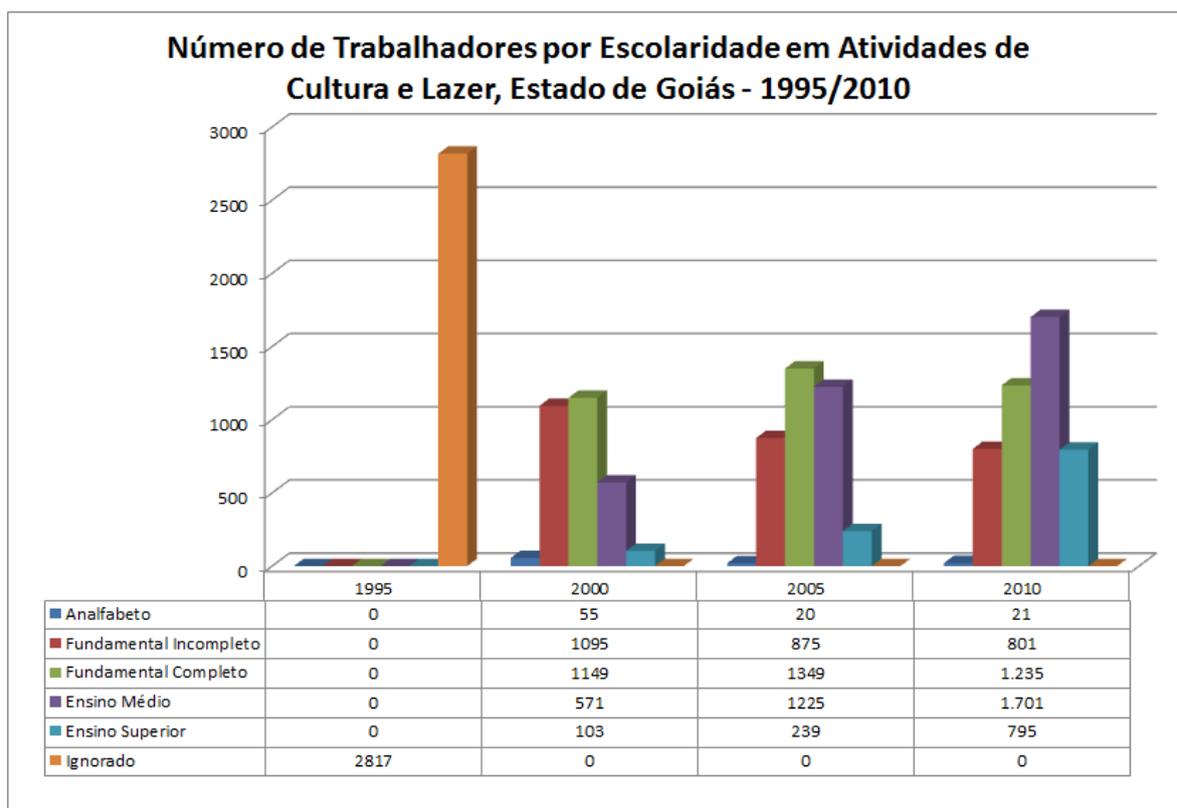
O setor de Turismo e Hospitalidade no segmento de Cultura e Lazer, em Goiás, ocupava 4.553 pessoas, em 2010. Segundo os dados do MTE/Rais, a proporção de homens é superior a de mulheres em todos os anos pesquisados. No ano de 2010, o gênero masculino constitui a maior parte dos ocupados deste segmento com 61,05% e o gênero feminino ocupava 38,94% do total.



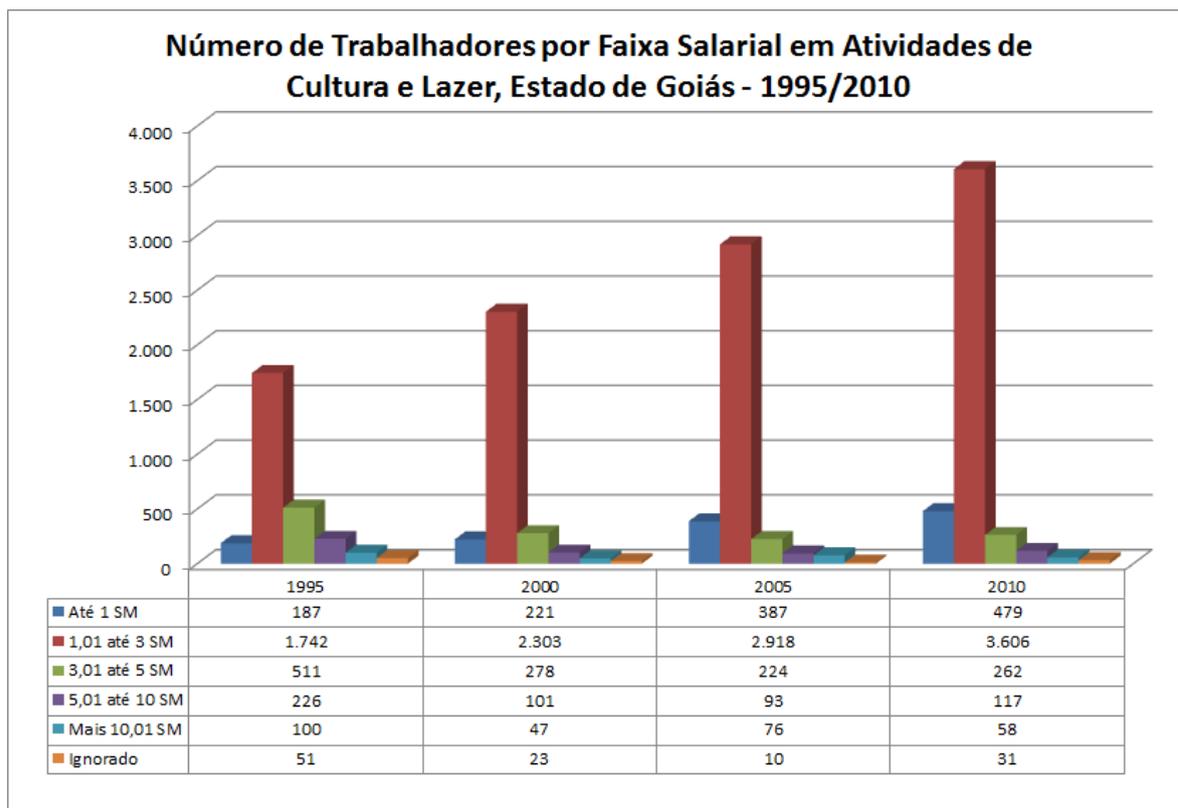
No ano de 2010, a faixa etária com maior proporção de ocupados é aquela que engloba os trabalhadores com 30 a 39 anos, com 28,53%, seguido pelos ocupados com 18 a 24 anos, com 21,56%, essa faixa etária em 2005 apresentava a maior percentagem de trabalhadores do segmento de Cultura e Lazer. Os trabalhadores com idade entre 25 a 29 anos em 2010 representavam 19,70% do total. Os ocupados com idade entre 40 a 49 anos são 16,49% e pessoas com idade entre 50 a 64 anos ocupam 11,11% do total de trabalhadores deste segmento.



No ano de 2005, o ensino fundamental completo respondia por 36,38% do total de trabalhadores, o Ensino Médio 33,03% e o Ensino Fundamental Incompleto 23,59%. Em 2010, os ocupados no segmento de Cultura e Lazer aumentaram o nível de escolaridade. Naquele ano 37,35% dos trabalhadores possuíam o Ensino Médio, 27,12% tinham o Ensino Fundamental Completo, 17,59% o Ensino Fundamental Incompleto e 17,46% dos ocupados tinham o Ensino Superior. Do ano de 2005 para 2010 o Ensino Superior apresentou um aumento de 232,63%.

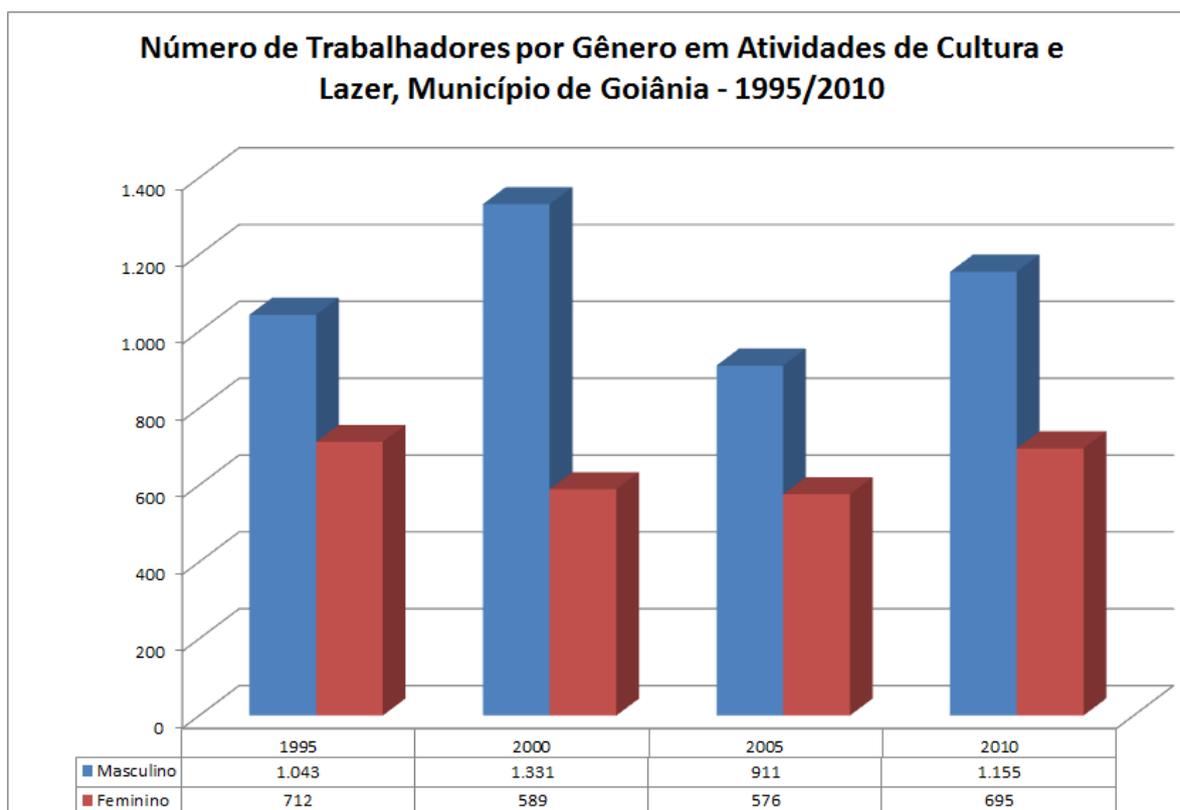


O gráfico a seguir, por sua vez, apresenta os ocupados do segmento de Cultura e Lazer conforme a faixa de rendimentos. Em todos os anos analisados a maioria dos trabalhadores ganhava de 1,01 até três SM. Em 2010, 79,20% dos ocupados formais ganhavam essa faixa salarial.

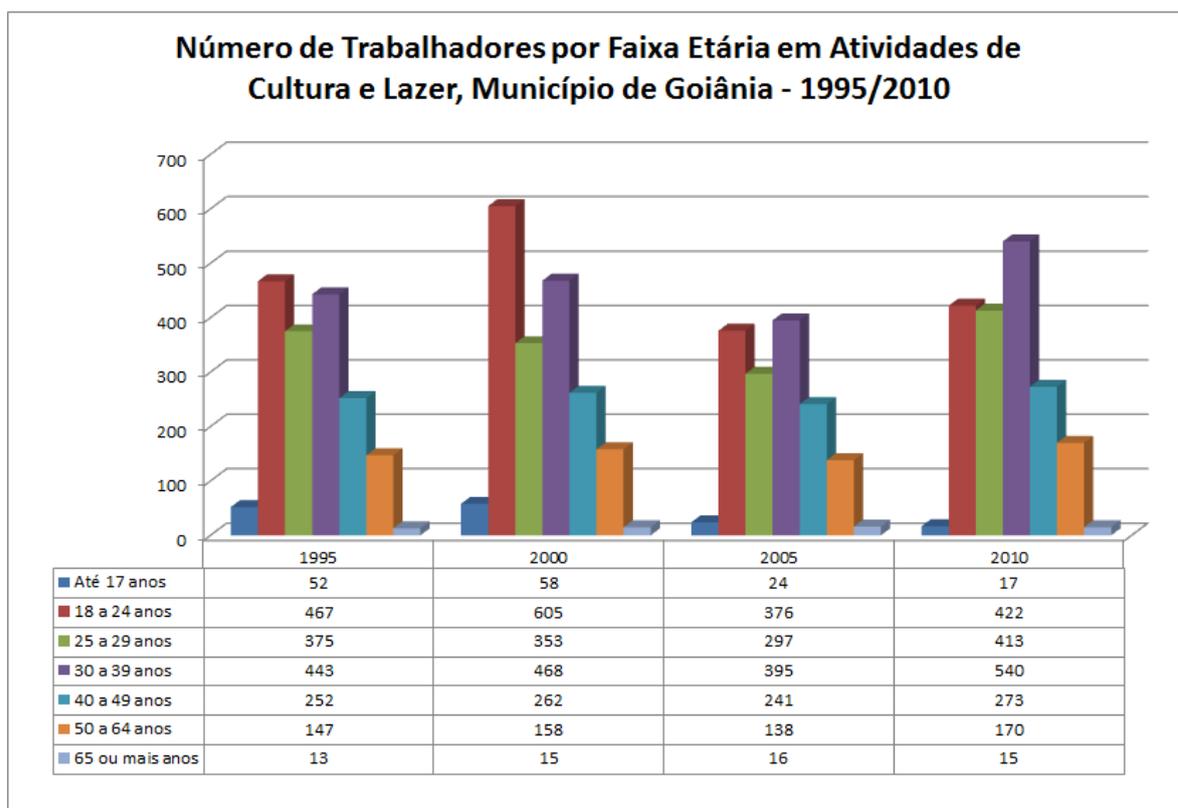


Atividades de Cultura e Lazer – Município de Goiânia

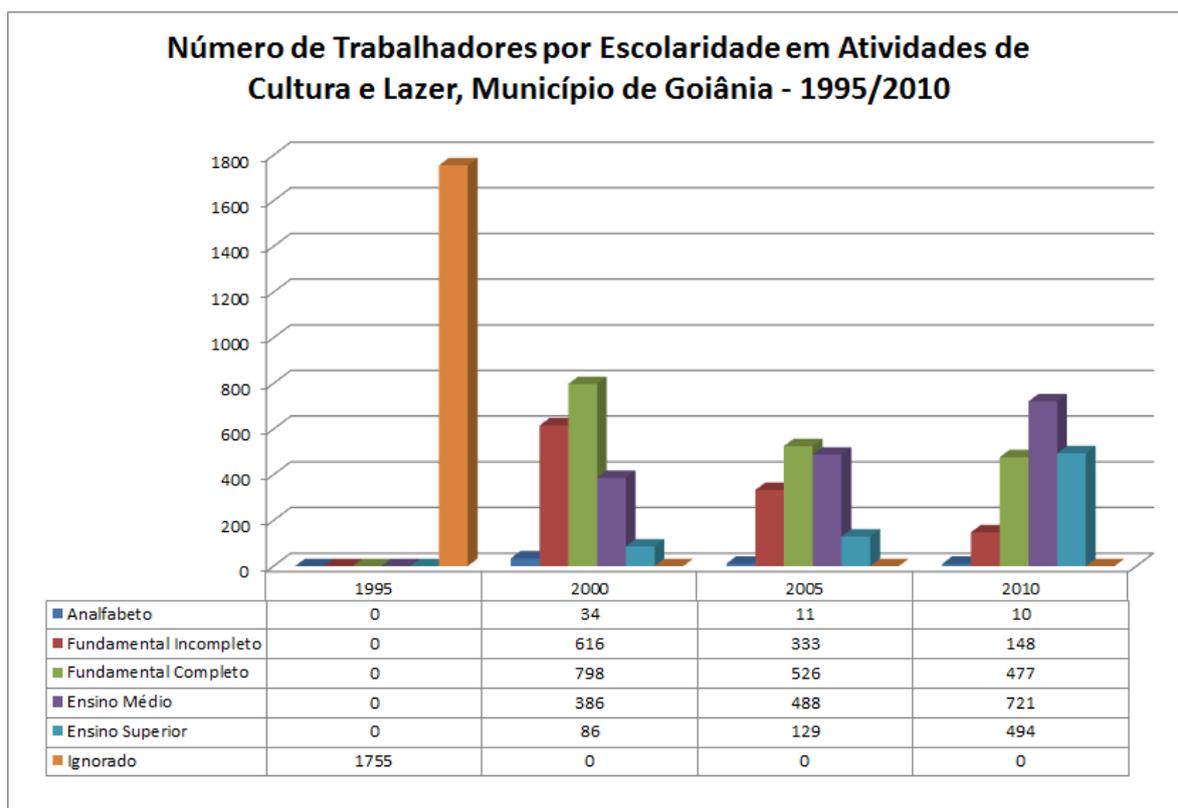
O segmento de Cultura e Lazer no município de Goiânia ocupava 1.850 pessoas em 2010. No gráfico a seguir, revela-se que durante todos os anos analisados a maioria dos trabalhadores são homens. Em 2010, por exemplo, 62,43% dos ocupados formais eram do sexo masculino e 37,56% dos trabalhadores do sexo feminino.



Em 2010 os trabalhadores com idade de 30 a 39 anos são a parcela mais expressiva dos empregados, representando 29,18% do total. Em seguida, encontram-se os empregados de 18 a 24 anos, com 22,81%, essa a faixa etária era a mais representativa também nos anos de 1995 e 2000. A faixa etária de 25 a 29 anos reúne 22,32% dos empregados; a de 40 a 49, 14,75%, e a de 50 a 64, 9,18%.

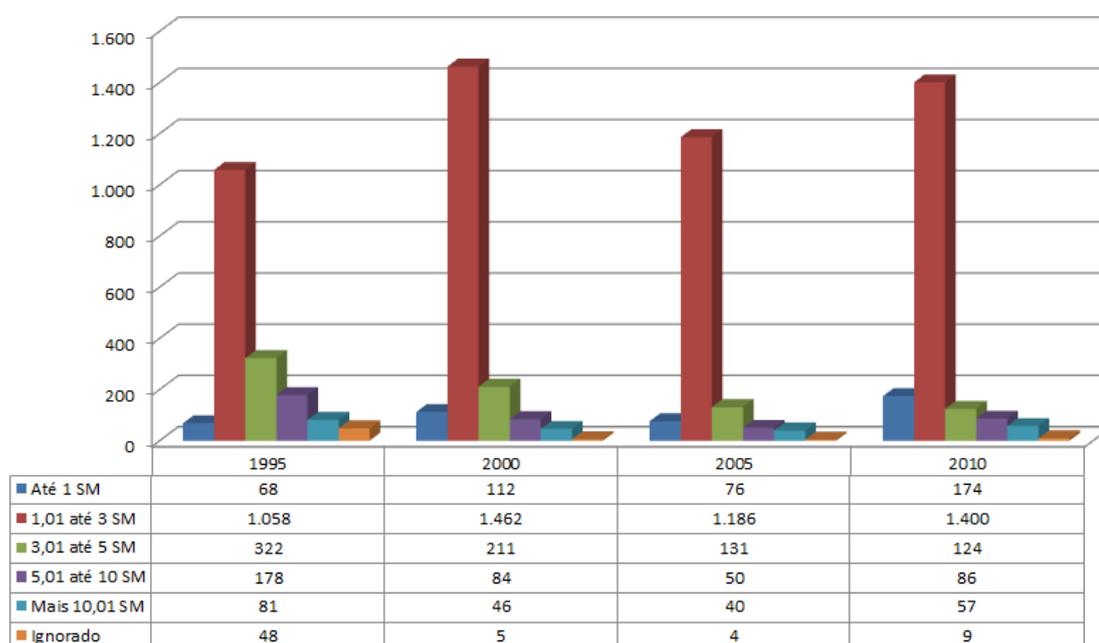


A situação da escolaridade dos trabalhadores do segmento de Cultura e Lazer apresentou alteração entre 2000 a 2010. Em 2000, o Ensino Fundamental Completo era a faixa mais representativa, seguido do Ensino Fundamental Incompleto, e Ensino Médio. No ano de 2010, entretanto, os empregados com Ensino Médio passaram a representar 38,97% do total, seguido de 26,70% com Ensino Superior, 25,79% com Ensino Fundamental Completo, e 8% com Ensino Fundamental Incompleto. Assim, do ano de 2000 para 2010 houve um declínio de trabalhadores com Ensino Fundamental Incompleto de 55,55%.



Segundo os dados do MTE/Rais, a faixa de salário mais expressiva é a de 1,01 até três salários mínimos. Em 2010, 75,67% dos ocupados formais ganhavam essa faixa de salário.

Número de Trabalhadores por Faixa Salarial em Atividades de Cultura e Lazer, Município de Goiânia - 1995/2010



Observatório do Mundo do Trabalho

Ministério da
Educação



RENAPI



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS